UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

PEDRO HENRIQUE AQUINO DE FREITAS

**A atuação do Ministério Público Federal na persecução penal das graves violações de
direitos humanos ocorridas na ditadura militar no Brasil**

Versão corrigida

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A atuação do Ministério Público Federal na persecução penal das graves violações de
direitos humanos ocorridas na ditadura militar no Brasil**

Pedro Henrique Aquino de Freitas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof. Dra. Rossana Rocha Reis

Versão corrigida

São Paulo
2017

Nome: FREITAS, Pedro Henrique Aquino de

Título: A atuação do Ministério Público Federal na persecução penal das graves violações de direitos humanos ocorridas na ditadura militar no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Rossana Rocha Reis, por todos os conselhos, conversas, orientações e pelo apoio, que foram fundamentais para os rumos deste trabalho.

Ao Bernardo Ricupero e ao Bruno Bernardi, agradeço pela participação no exame de qualificação, por todos os comentários e sugestões dadas.

Ao Christian Schallenmüller e ao Marcelo Torelly, pela leitura atenta, pelo bom debate e pelas contribuições que puderam, em parte, ser incorporadas a esta versão corrigida.

Agradeço aos procuradores Marlon Weichert, Eugênia Gonzaga, Andrey Borges, Luiza Frischeisen e Ivan Marx, pelas entrevistas concedidas e pela disposição em colaborar com esta pesquisa.

Agradeço à Deisy Ventura, ao Renan Quinalha e a todos os demais integrantes do IDEJUST, Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição, pelas reflexões, debates e trocas realizadas em diversas oportunidades.

Agradeço aos funcionários do DCP, Vasne Santos, Maria Raimunda dos Santos, Ana Maria Capel, Márcia Staaks e Leonardo Novaes, por todo o suporte dado sempre que necessário.

Agradeço ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa entre março de 2014 e fevereiro de 2016.

Agradeço à Beatriz Sanchez, à Caroline Frassão, à Aiko Amaral e aos colegas do mestrado que fizeram parte desta caminhada.

À Amelinha Teles, ao José Luís del Roio, ao Aton Fon Filho, ao Maurice Politi, ao Ivan Seixas, ao Artur Scavone, ao Adriano Diogo e a tantos outros militantes da luta por memória, verdade e justiça, agradeço pela inspiração e pela força.

Agradeço aos amigos que fizeram parte da minha vida nestes últimos dois anos e meio e com quem pude contar: Letícia Simões Gomes, Guilherme Miranda, Sophia Miranda, Laryssa Sampaio, Camilla Veras, Keila Martins, Lucas Pelissari, Juliane Furno, Tatiana Berringer, Lúcio Centeno, João Barison, Vitor Polacchini, Barbara Pontes, Luiza Troccoli, Gabriel Sollero e Thiago Duarte.

Finalmente, aos meus pais, Reijania Freitas e Pedro Fernandes de Freitas, agradeço por todo amor e pelo apoio sem o qual esta pesquisa não teria sido possível. E à Ana Lidia Cavalli, pelo amor, pelo companheirismo, pelos sonhos compartilhados e por me animar em todos os momentos.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto a análise do impacto da condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Guerrilha do Araguaia sobre a atuação do Ministério Público Federal na persecução penal das graves violações de direitos humanos ocorridas na ditadura militar no Brasil. Considerando a existência de uma norma global de responsabilização penal individual, verifica-se que a demanda doméstica de responsabilização dos agentes da ditadura foi submetida ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos e retornou ao plano doméstico de modo a destravar a atuação institucional do Ministério Público Federal na pauta.

Se antes da condenação pela corte internacional havia uma atuação de poucos procuradores, depois da sentença se verifica uma gradual institucionalização da pauta internamente no Ministério Público Federal, que tomou para si a determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos de responsabilização dos agentes da ditadura. O estudo discute a movimentação institucional do Ministério Público Federal na pauta, as teses adotadas pelos procuradores, as vinte e seis ações penais ajuizadas desde 2011, os obstáculos encontrados, a recepção do Judiciário e os desafios para a persecução penal hoje no Brasil.

Assim, a dissertação sustenta que o Ministério Público Federal tem tido uma atuação fundamental como ator judicial interno na mobilização do direito internacional dos direitos humanos para fazer avançar a cascata da justiça, configurando-se como um ator central para o processo de justiça de transição no Brasil, que sempre encontrou uma limitação no aspecto da responsabilização penal em razão da Lei de Anistia.

Palavras-chave: justiça de transição, Ministério Público Federal, persecução penal, ditadura militar, graves violações de direitos humanos

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the impact of Brazil's conviction by the Inter-American Court of Human Rights regarding the Araguaia Guerrilla on Federal Prosecution Service's (MPF) action, namely in the penal prosecution of gross human rights violations that occurred during Brazil's military dictatorship. Bearing in mind the existence of an international law of individual penal responsibility, it was noted that the domestic suit against dictatorship agents was submitted to the Inter-American System of Human Rights; it returned to the domestic sphere as to unlock the institutional action of MPF.

Before the international court's conviction there was little action in the hands of few prosecutors. After the sentence, one can observe a gradual institutionalization and internalization of this subject in the MPF, which took on the responsabilization of dictatorship agents determined by the Inter-American Court of Human Rights. The study discusses the institutional mobilization of MPF in the subject, prosecutors' legal arguments, the 26 penal suits filed since 2011, obstacles found, Judiciary's reception, and challenges of criminal prosecution in Brazil.

Hence, this thesis holds that the MPF has been crucial as a domestic judicial actor regarding the use of international human rights law to enforce the justice cascade, posing itself as a core actor for Brazil's transitional justice, which has been obstructed by the country's Amnesty law.

Kew-words: transitional justice, Federal Prosecution Service, criminal prosecution, military dictatorship, gross violations of human rights.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
 Capítulo 1. Justiça de transição e redemocratização no Brasil.....	12
1.1. Judicialização da justiça de transição, persecução penal e a cascata da justiça.....	12
1.2. A redemocratização no Brasil e a Lei de Anistia.....	24
1.3. A condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	39
1.4. O Ministério Público Federal depois da Constituição de 1988.....	55
 Capítulo 2. Histórico das tentativas de responsabilização dos agentes da ditadura.....	66
2.1. Tentativas de responsabilização desde os anos 1970.....	66
2.2. A aproximação do Ministério Público Federal com o tema da justiça de transição e a atuação na esfera cível até a atualidade.....	73
2.3. As primeiras representações criminais do MPF.....	85
2.3.1. Síntese das primeiras representações criminais.....	105
2.4. A posição da Procuradoria-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal nas Extradicações nº 974, nº 1.150 e na ADPF nº 153.....	106
 Capítulo 3. A atuação do Ministério Público Federal depois da condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso <i>Gomes Lund</i>.....	115
3.1. A criação do Grupo de Trabalho de Justiça de Transição na 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e o desenvolvimento dos trabalhos.....	117
3.2. As teses adotadas pelos procuradores.....	129
3.3. A posição da Procuradoria-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal na Extradicação nº 1.278, na Prisão Preventiva para Extradicação nº 696 e na ADPF nº 320.....	139
 Capítulo 4. As ações penais ajuizadas na Justiça Federal.....	151
4.1. As sete ações penais de 2012 e 2013: a tese dos crimes permanentes.....	151
4.2. As ações penais a partir de 2014: a ampliação da argumentação.....	167
4.3. Síntese das ações penais ajuizadas.....	191
4.4. A recepção pela Justiça Federal, os desafios colocados pelo Judiciário ao MPF e as perspectivas.....	201

Considerações finais.....	218
----------------------------------	------------

Referências Bibliográficas.....	221
--	------------

Introdução

Em 2008, vinte anos após a promulgação da Constituição de 1988, o Ministério Público Federal apresentou as primeiras representações criminais contra os agentes do Estado que cometeram graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil. Naquele momento, a tentativa de dois procuradores da área cível de representar para a área criminal com vistas a iniciar investigações sobre os crimes da ditadura não obteve respaldo interno na instituição e, em geral, foi barrada por promoções de arquivamentos de procuradores de atuação criminal.

Pouco depois, em 2010, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund*, no qual a corte internacional determinou que fossem realizadas as investigações e a responsabilização dos perpetradores das graves violações de direitos humanos. Como esta condenação impactou a atuação do Ministério Público Federal neste tema? Este é o objeto desta pesquisa: analisar o impacto da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos na atuação do Ministério Público Federal sobre a persecução penal dos agentes da ditadura.

O objetivo dessa pesquisa é entender como ocorre a interação entre os mecanismos de justiça transicional no Brasil e o papel do Ministério Público Federal, qual a permeabilidade da instituição ao tema e quais os limites deste encontro. O tema da pesquisa possui importância fundamental para o estudo da proteção dos direitos humanos no Brasil e é um tema atual no país, em vista do recente relatório da Comissão Nacional da Verdade e de diversas comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais, assim como da maior visibilidade da luta da sociedade civil por memória, verdade e justiça no último período.

A hipótese desta pesquisa é de que o julgamento do caso *Gomes Lund* na Corte Interamericana de Direitos Humanos teve repercussão direta na atuação que o Ministério Público Federal no que tange os crimes da ditadura militar. Pretende-se investigar se e como a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos influenciou as estratégias e argumentos dos procuradores, de que forma o Ministério Público Federal utilizou a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos nas denúncias oferecidas a partir de 2011 e como a estrutura argumentativa destes processos foi alterada em relação ao que se colocava antes da decisão da Corte Interamericana.

Para tratar destas questões, esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, buscaremos localizar a discussão sobre o direito à justiça no contexto da justiça de transição, a literatura sobre direito internacional dos direitos humanos e a ascensão

de uma norma global de responsabilização penal individual. Ao tratar do direito à justiça, há um foco na dimensão penal da justiça de transição no Brasil, ou seja, na persecução penal e responsabilização daqueles indivíduos que, em nome do Estado, cometeram graves violações de direitos humanos. Na sequência, discutiremos o contexto de redemocratização no Brasil e de impunidade sobre os crimes da ditadura militar decorrente da aprovação da Lei de Anistia e do julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em abril de 2010. Ainda neste capítulo, discutiremos a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund* e as obrigações internacionais assumidas pelo Estado brasileiro. Por fim, analisaremos o papel e as atribuições do Ministério Público Federal depois da Constituição de 1988, para conseguir entender que ator institucional é este.

No segundo capítulo, observaremos as tentativas de responsabilização dos agentes da ditadura antes da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Aqui, observaremos as tentativas de familiares de mortos e desaparecidos políticos desde os anos 1970 e de que forma se deu a aproximação do Ministério Público Federal com o tema, no final dos anos 1990. Questões como a demora de vinte anos entre a promulgação da Constituição de 1988 e a primeira representação criminal em 2008 serão abordadas neste capítulo. Na sequência, observaremos a fundamentação das primeiras representações criminais, quais foram os obstáculos internos encontrados e a recepção pela Justiça Federal, ainda antes do julgamento do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 153 e antes da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Por fim, trataremos da posição da Procuradoria-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal sobre o tema entre 2008 e 2010, em dois casos de extradições e na ADPF nº 153.

No terceiro capítulo, discutiremos a movimentação interna no Ministério Público Federal depois da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Influenciada pela condenação do Brasil, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal realiza debates, publica documentos com as teses de persecução criminal e cria um grupo de trabalho institucional para cuidar do tema. A posição pró-responsabilização se institucionaliza ao máximo com a entrada do novo Procurador-Geral da República em 2013. Neste capítulo, trataremos das teses adotadas pelos procuradores, das estratégias e também da nova posição da Procuradoria-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal em um Pedido de Prisão Preventiva para Extradição em 2013 e na nova ADPF nº 320 em 2014.

Finalmente, no quarto capítulo, abordaremos as vinte e seis ações penais ajuizadas na Justiça Federal pelo Ministério Público Federal entre 2012 e o fim de setembro de 2016. Discutiremos as sete primeiras denúncias, apresentadas em 2012 e 2013 referentes aos crimes

permanentes de sequestro e ocultação de cadáver, que tiveram uma recepção maior da Justiça Federal, e posteriormente as dezenove denúncias subsequentes, que englobam os crimes de homicídio, lesão corporal, falsidade ideológica, dentre outros. Ainda discutiremos neste capítulo a recepção das denúncias pela Justiça Federal, os obstáculos encontrados e os desafios para a persecução penal.

Em suma, assim está organizada esta dissertação, que busca contribuir para a literatura recente de justiça de transição no Brasil, entendendo como fundamental a atuação de atores judiciais internos, como o Ministério Público Federal, para a internalização de normas internacionais de direitos humanos. Ou seja, consideramos a dinâmica política, as tensões e a agência do Ministério Público Federal para sustentar que se trata de um ator político fundamental das relações internacionais, como veremos nos próximos capítulos.

Capítulo 1. Justiça de transição e redemocratização no Brasil

1.1. Judicialização da justiça de transição, persecução penal e a cascata da justiça

“O julgamento de violações de direitos humanos pode também contribuir para reforçar o Estado de Direito (...) Os cidadãos comuns passam a perceber o sistema de justiça como mais viável e legítimo se a lei é capaz de alcançar os mais poderosos antigos líderes do país, responsabilizando-os pelas violações de direitos humanos do passado. O mais relevante componente do Estado de Direito é a ideia que ninguém está acima da lei. Deste modo, é difícil construir um Estado de Direito ignorando graves violações a direitos civis e políticos e fracassando ao responsabilizar agentes governamentais do passado e do presente. (...) Os mecanismos de justiça de transição não são apenas produto de idealistas que não compreendem a realidade política, mas instrumentos capazes de transformar a dinâmica de poder dos atores sociais”. (Sikkink; Walling, 2007, pp. 20-21)

A justiça de transição concerne a um conjunto de instrumentos que permitem que as sociedades que passaram por regimes autoritários e por graves violações de direitos humanos possam fazer uma transição para a democracia e empregar mecanismos para fazer face aos legados dos crimes praticados pelo regime anterior e suas consequências. A lógica da justiça de transição envolve um acerto de contas com o passado autoritário para evitar que se repitam as violências contra as vítimas. Assim, a literatura de justiça de transição identifica entre as dimensões a serem tratadas pelo Estado em seu processo de redemocratização: a afirmação do direito à verdade e à memória; a reparação material e simbólica às vítimas; a justiça, que se refere à obrigação de investigar, processar e punir os autores das graves violações de direitos humanos; e as reformas institucionais, referidas como garantias de não repetição (Schallenmüller, 2015, p. 12; Osmo, 2016, p. 27; Méndez, 1996; Mezarobba, 2009).

A concepção de justiça de transição adotada em relatório do Secretário-Geral da ONU em 2004 foi traduzida por Carla Osmo (2016, p. 27):

“A ideia de ‘justiça de transição’ examinada no presente relatório compreende toda a variedade de processos e mecanismos associados às tentativas de uma sociedade de lidar com um legado de abusos passados em larga escala, com o objetivo de estabelecer as responsabilidades, servir à justiça e alcançar a reconciliação. Esses podem incluir tanto mecanismos judiciais quanto extrajudiciais, com diferentes níveis de participação internacional (ou mesmo nenhuma) e julgamentos individuais, reparações, busca da verdade, reformas institucionais, investigação de antecedentes, remoção de pessoas dos seus cargos, ou uma combinação de todos eles. (ONU, S/2004/616, 2004)”

O debate mais recente de justiça de transição remonta aos julgamentos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial. Ruti Teitel (2003) traça uma genealogia, apontando que a primeira fase da justiça de transição no pós-Segunda Guerra Mundial foi marcada pelos

julgamentos de Nuremberg e pela preocupação com a responsabilização individual dos perpetradores das graves violações de direitos humanos, em um modelo de julgamentos penais internacionais que formou a base do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional penal. Em uma segunda fase, nas últimas décadas do século XX, foram adotadas soluções locais, como a adoção de leis de anistia e comissões da verdade, criadas muitas vezes em alternativa à instauração de processos penais. Em uma terceira fase a partir dos anos 1990, o modelo de responsabilização individual foi retomado com a criação dos Tribunais Penais para a Iugoslávia e para Ruanda, e com a criação do Tribunal Penal Internacional.

No direito internacional, portanto, a proteção dos direitos humanos tem ganhado novas dimensões nas últimas décadas. Regimes e jurisdições internacionais criaram aquilo que Quinalha (2013, p. 229) chama de “uma rede de litigância estratégica fundamental para a efetivação dos direitos humanos”. O debate da negociação política se ampliou para o campo da legislação internacional sobre direitos humanos e para o julgamento de garantias básicas em tribunais nacionais e internacionais. Para Roht-Arriaza (1999) e Bassiouni (1996), conformou-se uma responsabilidade estatal internacional de investigação e persecução de desaparecimentos, esquadrões da morte e outras graves violações de direitos humanos praticadas por regimes opressores.

Kathryn Sikkink (2011, p. 71) analisa a difusão transnacional de uma norma de responsabilização penal individual, em um processo que converge para o que chama de justiça em cascata. Para a autora, há um forte fluxo de responsabilização a partir da América Latina, focado em processos nacionais de responsabilização por violações dos direitos humanos, assim como por instituições regionais de direitos humanos e pelo trabalho de ONGs. Um segundo fluxo vem de esforços globais para aplicação de normas internacionais de direitos humanos, com a evolução do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Internacional humanitário, em que se verifica a proliferação de novos tratados com uma linguagem cada vez mais precisa sobre a responsabilização penal individual. Ademais, a criação e a prática dos tribunais penais internacionais contribuíram para o desenvolvimento desta legislação internacional. Como desenvolve Marcelo Torelly (2014),

“Um direito internacional socialmente adequado, na chamada Era dos Direitos Humanos, necessariamente é incompatível com a impunidade. Assim, os princípios anti-impunidade constituíram-se em plataforma para a mudança do sistema jurídico, tanto para a constituição de novas políticas de assunção de responsabilidade abstrata, baseadas no princípio da responsabilidade estatal, quanto de regras anti-impunidade individual derivadas do princípio da responsabilidade individual. Na cascata da

justiça, primeiro persuade-se sobre a existência dos princípios que, na medida em que convencem os atores relevantes sobre sua adequação, institucionalizam-se, e passam a então permitir a demonstração da existência da norma¹” (Torelly, 2014, p. 515).

O elemento justiça, assim, guarda uma dimensão punitiva até mesmo porque se está falando de graves violações de direitos humanos cometidas contra diversas vítimas, que têm tido seus interesses valorizados crescentemente (cf. Zilli, 2014a). Esta dimensão punitiva pode percorrer um espectro entre os tipos ideais de justiça política pura em um extremo, e o de justiça legal pura em outro extremo (cf. Elster, 2004). O modelo de justiça política pura seria aquele em que o novo governo decide unilateralmente quem são os criminosos e o que será feito com eles, assumindo uma forma de justiça orquestrada com aparência de legalidade, mas no qual já se tem certeza do resultado do julgamento. Por outro lado, o modelo de justiça legal pura tem como pressupostos a independência e a imparcialidade dos julgamentos, a definição de regras claras, o respeito ao devido processo legal e a incerteza do resultado do julgamento. Cada realidade transicional aproximará a justiça transicional de um ou de outro destes modelos.

Por outro lado, diversos estudos apresentam os eixos de justiça de transição como complementares (Méndez, 1996; ONU, S/2014/616, 2004). Autores apontam que a efetivação do direito à verdade pode ser precursora da persecução penal, pois o conhecimento público dos fatos pode tornar possível a punição dos perpetradores. As comissões da verdade podem reunir evidências e recomendar a instauração de processos penais, bem como seus relatórios podem ser utilizados como prova nos processos (Joinet, 2002; Teitel, 2000; Hayner, 2011), como ocorreu com a Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Para Jardim (2013, pp. 297-298),

“a busca institucional pela verdade é potencializada como medida de reconstrução coletiva da memória quando ela é associada à justiça penal, mas ela se enfraquece quando não é considerada como parte do reconhecimento da responsabilidade do Estado e seu dever de reparação ampla sob a perspectiva das vítimas”.

Carla Osmo (2016, p. 30), por sua vez, aponta que o Judiciário tem um papel na efetivação do direito à justiça, mas também na busca de realização dos direitos à memória e à

¹ Bernardi (2015) destaca o papel e a importância dos atores judiciais, como os litigantes de direitos humanos, e dos tribunais criminais domésticos e internacionais, para se compreender a cascata de justiça e a tendência de responsabilização criminal individual. Para Torelly (2014, p. 502), a combinação da cascata da norma individual com o contexto de internalização da norma fortalece o processo social de luta por justiça e produz uma mudança social radical no enfrentamento da questão da violência do estado. Em âmbito regional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos passou a cumprir um papel essencial na afirmação de princípios diretores para internalização da norma global.

verdade, à reparação e às reformas institucionais. A judicialização da justiça de transição, neste sentido, diz respeito à busca por implementar medidas transicionais por meio de provimentos ou decisões do Judiciário. Além da responsabilização penal, como apontam Emilio Meyer (2015b) e Carla Osmo (2016, p. 73), o Judiciário pode ser chamado a promover medidas de justiça de transição, buscando o reconhecimento de que o Estado ou seus agentes foram responsáveis por graves violações de direitos humanos ou buscando algum tipo de reparação. As vítimas de violações de direitos humanos e os familiares de mortos e desaparecidos políticos podem ingressar com ações requerendo pedidos de acesso à informação, pedidos de esclarecimento dos fatos, pedidos de indenização, ações declaratórias requerendo reconhecimento judicial da responsabilidade do Estado ou de seus agentes, pedidos de retificação de certidões de óbito em que constem informações falsas e ações de regresso².

“Se o julgamento criminal dos autores de graves violações de direitos humanos tem sido almejado como uma das finalidades da justiça de transição, isto não se dá somente com o objetivo de punir os responsáveis pelas violações, em atenção ao que se entende por direito à justiça. Os estudos produzidos nesta temática³ apontam que os países que avançaram na judicialização conseguiram, com isso, produzir efeitos positivos também no que diz respeito aos demais direitos considerados como pilares da justiça de transição: à memória e à verdade, à reparação e a reformas institucionais (Osmo, 2016, p. 35).

Desde 1997, o relatório Louis Joinet para a Subcomissão Para a Prevenção da Discriminação e Proteção às Minorias das Nações Unidas defende o direito de se obter uma atuação judicial voltada à responsabilização dos autores de graves violações de direitos humanos como uma obrigação ao Estado (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Ver.1, 1997). Ao analisar a justiça de transição na América Latina, Renan Quinalha (2012, p. 172) destaca como o direito à justiça⁴ envolve qual versão da história se quer adotar como oficial, a verdade pública que se quer consagrar na memória coletiva, a caracterização política e moral

² As ações de regresso têm por objetivo o exercício do direito de regresso contra os autores das violações, para ressarcimento dos dispêndios do Estado com o pagamento de indenizações. Veremos que o Ministério Público Federal ajuizou ações de regresso na área cível e que o pedido de recomposição dos gastos do Estado com indenizações tem sido incluído também nas ações penais no Brasil.

³ Osmo (2016) cita autores como Abrão, Garapon, Méndez e De Greiff, estudados nesta pesquisa, para sustentar como os processos judiciais podem contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade, do direito à reparação e do direito a reformas institucionais.

⁴ Marx (2014c, p. 18) também aponta como o direito à justiça, depois da mudança de governo, é o que enfrenta maiores obstáculos, “seja pela prévia concessão de autoanistias, seja pela insegurança de uma democracia ainda incipiente em enfrentar diretamente os antigos donos do poder”. O autor defenderá, entretanto, que está estabelecida desde a Segunda Guerra Mundial a necessidade de sanções penais individuais como resposta a graves violações de direitos humanos.

do regime anterior. Há uma polarização entre os propósitos de reconciliação e pacificação, que trazem as ideias de perdão e esquecimento, e a impunidade dos agentes responsáveis pela repressão política. Somam-se a isto os mais caros princípios que sustentam o direito internacional dos direitos humanos e a questão das garantias individuais como a irretroatividade da lei penal, a prescrição da punibilidade, a validade de anistias, o princípio da legalidade e a coisa julgada⁵. Enfrentaremos este debate no terceiro capítulo, ao estudar as teses adotadas pelo Ministério Público Federal para enfrentar cada uma dessas questões.

“o direito à justiça é o mais delicado aspecto e, via de regra, o obstáculo mais difícil de se transpor para que se atinja a plena realização de uma justiça transicional nos países da América Latina, dado o grau de tensão política e social que encerra a decisão de perseguir penalmente anos e até décadas após a redemocratização os crimes cometidos em um contexto de repressão política e de hierarquia militar” (Quinalha, 2012, p. 173).

Para Booth (2006, p. 116), há um papel constitutivo e seletivo do direito e das instituições jurídicas no estabelecimento das medidas de justiça, dado que o discurso jurídico estabelece responsabilidades e sanções, decide quais crimes permanecerão imprescritíveis, quais injustiças ficarão fora do alcance da esfera de ação jurídica, bem como os crimes que serão anistiados. Santos (2010, p. 145) aponta ainda que na tramitação dos casos, os fatos são reinterpretados, são produzidas novas provas, os juízes declaram as verdades jurídicas e as responsabilidades são atribuídas, contribuindo para a reconstrução da memória política.

Paulo Abrão e Tarso Genro (2013, p. 579) lembram que, no enfoque da aplicação do sistema de justiça na apuração e responsabilização dos crimes ocorridos nas ditaduras, o dever de reconhecimento ao direito de proteção judicial das vítimas trabalha com a noção de expansão da categoria tipológica dos crimes contra a humanidade. O conceito de crimes contra a humanidade remonta à Convenção de Haia sobre Leis e Costumes de Guerra Terrestre de 1907 e ao massacre dos armênios pelos turcos em 1915, que a comunidade internacional qualificou como um massacre contra a humanidade e contra a civilização.

⁵ Estes princípios do direito penal frequentemente se chocam com a noção de que crimes contra a humanidade são imprescritíveis e com a utilização de princípios e normas do direito costumeiro internacional, e isto precisa ser compatibilizado. Para Garapon (2004), “nesses crimes que excedem o direito comum, a justiça não pode ser proferida sem incorrer no risco de negar os seus próprios princípios fundadores, ou seja, a legalidade dos delitos e das penas, a imparcialidade do juiz, a igualdade perante a lei e o tratamento igual”. Veremos como nos processos criminais contra os agentes do Estado serão asseguradas as garantias penais e processuais dos acusados, como impõe a norma constitucional.

Gradativamente este conceito irá assumir o caráter de norma costumeira⁶, de caráter imperativo (*jus cogens*)⁷.

Os elementos caracterizadores de crimes contra a humanidade foram princípios reconhecidos pelo Estatuto do Tribunal de Nuremberg e aprovados pela Assembleia Geral da ONU na Resolução nº 95 de 1946, que naquele momento apontava que “qualquer pessoa que cometa atos que constituam um crime sob as leis internacionais será responsável e por conseguinte sujeita a castigo”. De acordo com Marx (2014c, p. 43), os horrores da Segunda Guerra Mundial assentaram a necessidade de colocar os seres humanos como sujeitos de direito internacional e tornaram óbvia a necessidade da responsabilidade individual por parte dos autores de crimes aberrantes, lançando mão do conceito de crimes contra a humanidade.

A partir de então, a proibição de cometer os crimes contra a humanidade assumiu *status* de direito imperativo nos países do sistema das Nações Unidas, conforme também compreende a Corte Interamericana de Direitos Humanos em sua jurisprudência, inclusive em relação à estrutura normativa destes crimes, que são imprescritíveis. Posteriormente, a Resolução nº 2.391 da Assembleia Geral da ONU em 1968 aprovou a Convenção sobre Imprescritibilidade dos crimes de guerra e crimes contra a humanidade, estendendo o conceito previsto no Tribunal de Nuremberg para crimes praticados em tempo de paz e mesmo que a legislação interna de um Estado não os tipifique (cf. Meyer, 2015a, p. 222)⁸.

Cinco anos depois, a Assembleia Geral da ONU em 1973 assinou a Resolução nº 3.074, que novamente prevê a imprescritibilidade e estabelece que os Estados devem tomar medidas para punir os responsáveis por estes delitos. Por fim, o Estatuto de Roma (1998) do Tribunal Penal Internacional veio a reconhecer aquilo que era pacífico no seio da comunidade internacional, ou seja, o que já era um verdadeiro costume internacional desde o pós-Segunda

⁶ “(a) nem todos os Estados são partes dos tratados internacionais mais relevantes; (b) as reservas feitas aos tratados podem impedir o exercício da jurisdição internacional (cível e criminal); (c) o direito consuetudinário é relevante para impor limites às derrogações dos tratados em situações de conflito armado, estado de emergências e outros distúrbios internacionais; (d) alguns tratados de DH podem conter cláusulas específicas autorizando o órgão de monitoramento a levar em consideração o direito consuetudinário internacional; (e) o direito consuetudinário internacional pode produzir efeitos também em nível doméstico, pois, em contraste com o que ocorre com os tratados, não se exige nenhum processo formal de incorporação das normas consuetudinárias internacionais ao direito interno; (f) os costumes internacionais podem ser mais relevantes do que os tratados para assegurar a responsabilização de agentes privados em âmbito local” (cf. Clapham, 2006).

⁷ A literatura discute que o *jus cogens* atua como fonte de direito de acordo com a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, incorporada em 1999 ao nosso ordenamento jurídico. Ademais, precedentes do STF indicam que nossa corte suprema aceita o direito costumeiro internacional como fonte de direito, como veremos no próximo capítulo.

⁸ A Convenção sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes de Lesa Humanidade não foi ratificada pelo Brasil mesmo 42 anos após a sua adoção no âmbito internacional, mas entende-se que sua ratificação não é imprescindível, pois a imprescritibilidade tem observância obrigatória por força do costume internacional (cf. Marx, 2014b, p. 118).

Guerra Mundial. O Estatuto compreende por crime de contra a humanidade⁹ uma série de atos cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil¹⁰. A incorporação no Brasil da noção internacional de crimes contra a humanidade é fundamental para lidar com os crimes cometidos pelos agentes da ditadura, pois a normativa internacional estabelece a impossibilidade de limitações temporais à responsabilização dos crimes contra a humanidade, pela sua extensão e gravidade, que vai além do tolerável pela comunidade internacional, uma vez que se ataca o próprio sentido de humanidade como um todo.

Ademais, a literatura discute amplamente a validade das leis de anistia. Como mencionado, diversos governos autoritários utilizaram autoanistias para garantir juridicamente que não viriam a responder pelos crimes contra a humanidade praticados durante o regime autoritário, sob a alegação de que os reclamos pela paz social podem se antepor à necessidade de justiça (cf. Marx, 2014a, p. 264). Diversos autores, como Bastos (2007), sustentam que estas leis violam a proibição de autojulgamento e são inválidas¹¹. A anistia brasileira, por exemplo, seria uma autoanistia, uma anistia “em branco”, sem nenhuma legitimidade nacional ou internacional e com propósito extremamente amplo de retirar a responsabilidade de todos os agentes do Estado por todo e qualquer crime que eles tenham cometido¹².

⁹ Artigo 7º do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, promulgado em 25 de setembro de 2002 pelo Brasil. Artigo 7º - Crimes contra a Humanidade: 1. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "crime contra a humanidade", qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: a) Homicídio; b) Extermínio; c) Escravidão; d) Deportação ou transferência forçada de uma população; e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional; f) Tortura; g) Agressão sexual, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável; h) Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, tal como definido no parágrafo 3º, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste parágrafo ou com qualquer crime da competência do Tribunal; i) Desaparecimento forçado de pessoas; j) Crime de *apartheid*; k) Outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental.

¹⁰ Estatuto de Roma. Artigo 7º, parágrafo 2º. “Por ataque contra uma população civil entende-se qualquer conduta que envolva a prática múltipla de atos referidos no parágrafo 1º contra uma população civil, de acordo com a política de um Estado ou de uma organização de praticar esses atos ou tendo em vista a perseguição dessa política”. O termo generalizado tem que ver com um elemento quantitativo, que meça a amplitude da conduta. Sistemático se refere mais à existência de um plano ou política que motive a realização dos crimes (cf. Marx, 2014c, p. 56). Ainda é necessária a exigência do dolo, ou seja, o conhecimento sobre este ataque generalizado e sistemático.

¹¹ A literatura discute, no entanto, a validade de anistias parciais, desde que não incluam os crimes contra a humanidade (cf. Bastos, 2009, p. 191).

¹² Weichert (2009, p. 146) discutirá que “as auto-anistias são artifícios de impunidade, mediante os quais os perpetradores de violações aos direitos humanos se concedem imunidade penal pelos atos que cometeram”. Não cabe ao próprio regime que pratica estas violações se autoprodoar, pois esta conduta atentaria contra os princípios da responsabilidade e da impessoalidade.

Olsen, Payne e Reiter (2011), ao estudar as implicações políticas dos processos de anistia, sustentam que as anistias desempenham um papel chave na melhoria da democracia e dos direitos humanos, pois promovem estabilidade política durante um período vulnerável. Entretanto, apontam que a anistia necessita de responsabilização, por meio de julgamentos ou comissões da verdade, para promover melhorias na proteção dos direitos humanos e da democracia. Sugerem o que chamam de equilíbrio da justiça, entre a responsabilização (julgamento) e a estabilidade (anistia). Para estes autores, há um efeito positivo quando os Estados combinam anistias com julgamentos, ou julgamentos com comissões da verdade, pois esta combinação produz estabilidade e responsabilização, elementos que trazem melhorias em matéria de direitos humanos e da democracia. Por outro lado, Kathryn Sikkink aponta um sucessivo aumento de perseguições criminais de agentes de Estado por violações de direitos humanos e sustenta que é a perseguição, não a anistia, que está fazendo o trabalho de deter abusos futuros e contribuir para a efetivação do Estado Democrático de Direito¹³ (Sikkink apud Meyer, 2012, p. 258).

Conforme Ruti Teitel aponta, as anistias se tornam relevantes para a justiça de transição quando passam a ser amplamente adotadas nas mudanças entre regimes políticos e em situações pós-conflito, em um discurso de que seriam necessárias para a pacificação e a reconciliação nacional, abarcando inclusive as graves violações de direitos humanos, como os crimes de guerra, os crimes contra a humanidade e o genocídio (Teitel, 2003, p. 82). Na América Latina, as transições das ditaduras para a democracia foram amplamente marcadas pelo estabelecimento de leis de anistia que favoreceram os perpetradores de graves violações de direitos humanos (Osorio, 2016, p. 37), como na Argentina, no Brasil, no Chile, no Uruguai, em El Salvador, na Guatemala e no Peru.

Flávia Piovesan também discute a validade das leis de anistia:

“A prática sistemática de tortura e de desaparecimento forçado constitui crime contra a humanidade, imprescritível e insuscetível de anistia. Leis de anistia não podem autorizar a manifesta violação de *jus cogens* internacional (direito cogente e inderrogável), como a absoluta proibição da tortura. Não podem ainda perpetuar a impunidade (...) Ao significar um ilícito internacional, por sua total incompatibilidade com os parâmetros protetivos enunciados pela ordem internacional, é de rigor que seja invalidada a Lei de Anistia brasileira, em nome da

¹³ Van Zyl (2009) também ressalta a concepção de justiça focada em processar e julgar os perpetradores que cometeram violações aos direitos humanos como uma parte fundamental para confrontar o legado de abusos, para evitar que os crimes se repitam, dar consolo às vítimas, estimular o debate sobre um novo grupo de normas estruturais e impulsionar reformas de instituições governamentais, com a agregação de uma maior carga de confiança pública.

absoluta proibição da tortura, do direito à verdade e à justiça”. (Piovesan, 2010, p. 107)

Carla Osmo (2016, p. 53) aponta, no entanto, que embora as leis de anistia possam constituir um primeiro obstáculo jurídico-formal para a superação da impunidade e a realização plena e efetiva do direito à justiça, existem outros obstáculos para a persecução penal, como números pequenos de casos processados e julgados frente ao universo de violações praticadas, excessiva morosidade dos processos, resistência em processar e julgar determinados crimes¹⁴, dificuldade de prova em razão de ocultação e destruição de documentos, intimidação das vítimas e testemunhas, imposição de penas finais abrandadas que não condizem com a gravidade dos delitos. Estes problemas, para a autora, teriam raízes em situações como a falta de pessoal e recursos para levar adiante as investigações, bem como falta de vontade política.

No que diz respeito às dificuldades de obtenção de provas, Garapon (2004, p. 170), afirma que “o crime contra a humanidade tem a característica muito própria de organizar frequentemente, antes da sua perpetração, a impossibilidade de fornecer prova não só da sua extensão, mas também da sua própria realidade”. Em entrevista para Carla Osmo, Paulo Abrão (Abrão apud Osmo, 2016) afirma que os documentos costumam ser destruídos, as vítimas não têm a quem recorrer para proteger seus direitos e vigoram restrições que impedem a visibilidade das violações.

Osmo registra ainda os efeitos dos processos penais sobre as graves violações de direitos humanos de interferir no conhecimento histórico e na memória coletiva dos fatos em questão, colaborando, portanto, para o direito à memória e à verdade, outro eixo da justiça de transição. A difusão dos resultados dos processos também é entendida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH) como meio de efetivação do direito à verdade. Assim também entende, o Procurador Andrey Borges de Mendonça¹⁵, em sua dissertação de mestrado.

“A justiça também está a serviço da memória, sendo que o trabalho da justiça é, do mesmo modo, uma forma de trabalho da memória, em que se resgatam as barbaridades cometidas, as torturas, as atrocidades, as lutas, o arbítrio. Enfim, o resgate dessas memórias é um dos principais objetivos das ações judiciais de

¹⁴ Por exemplo, os crimes de tortura e violência sexual, por dificuldades dos Estados de reconhecerem suas obrigações relacionadas a estes crimes ou que sua realização fazia parte de um plano sistemático.

¹⁵ Procurador da República em São Paulo, Andrey Borges de Mendonça tem atribuição criminal, é membro do Grupo de Trabalho Justiça de Transição do Ministério Público Federal e ofertou diversas denúncias contra os agentes da ditadura nos últimos.

punição, com o intuito de se investigar o passado de maneira mais profunda, indicando aqueles que foram responsáveis pelas barbaridades e exigindo a responsabilização destes. (Mendonça, 2009, p. 150)”

Texto do Relator Especial das Nações Unidas sobre a promoção da verdade, da justiça, da reparação e das garantias de não repetição (ONU, A/HRC/27/56, 2014) aponta que, na prática, apenas alguns dos responsáveis pelas graves violações de direitos humanos chegam a ser punidos, devido ao número muito grande de perpetradores, escassos recursos financeiros e humanos, capacidade e vontade, além de que em muitas transições o regime precedente mantém certo poder. É preciso, portanto, adotar estratégias de priorização para seleção dos casos a serem primeiramente investigados e processados. No Brasil, como veremos, o Ministério Público Federal teve que selecionar primeiramente os crimes de sequestro e ocultação de cadáver, por se tratarem de crimes permanentes e fugirem, em tese, ao escopo da anistia e da prescrição.

O direito internacional dos direitos humanos estabelece, ainda, a obrigação dos Estados de prestar assistência recíproca para que os suspeitos de terem participado de graves violações de direitos humanos sejam submetidos à justiça (Osimo, 2016, p. 64). Conforme relatório da ONU de 2014, diante dos crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e tortura, “os Estados devem extraditar os supostos perpetradores e editar legislação com efeito extraterritorial que compreenda esses crimes, onde quer que eles sejam cometidos e por quem quer que seja o seu autor (jurisdição internacional)” (ONU, A/HRC/27/56, 2014). Na América Latina, Alberto Fujimori foi preso quando visitava o Chile em 2005 e extraditado ao Peru, onde foi julgado e condenado, de acordo com este princípio da jurisdição universal, como recorda Osimo (2016, p. 63).

Antes de adentrar no caso brasileiro, é preciso discutir algumas questões de direito penal no que se refere ao direito à justiça, de acordo com a literatura de justiça de transição. Ao apontar que é dever do Estado investigar, processar e punir os perpetradores de crimes contra a humanidade, sem que se possa aplicar a prescrição e a anistia como causas para a não punição, o Procurador Andrey Borges de Mendonça apresenta quatro motivos básicos para a punição destas práticas delitivas, mesmo depois de tantos anos.

“O primeiro é porque a responsabilização penal tem uma função pedagógica e simbólica, de afirmação e respeito aos Direitos Humanos. Segundo, porque é uma forma de legitimação do sistema político, especialmente porque demonstra que não há pessoas imunes ou isentas da responsabilidade pela prática de crimes contra a humanidade, reafirmando o princípio de que todos são iguais perante a lei. Terceiro, porque a punição é um forte instrumento para assegurar o princípio da não-repetição às violações contra os direitos humanos. Quarto, porque servem para deslegitimar as

gestões arbitrárias, retirando qualquer crédito daquelas ideologias que deram suporte ao horror, e para reconhecer e declarar explicitamente que um novo governo pode não representar a continuidade. (...) Neste sentido, as punições são a mais forte demonstração de reflexão sobre o passado, ao prevenir que os autores dos delitos venham a novamente praticar condutas semelhantes. A imposição da pena busca ressocializar e demonstrar ao violador que as condutas praticadas não eram admissíveis e continuam não o sendo. Ademais, a par este aspecto de prevenção especial, as punições possuem um caráter simbólico e de prevenção geral, ao indicar às atuais e futuras gerações que condutas como as praticadas não podem, em hipótese alguma, ser admitidas. Trazem, portanto, uma mensagem clara de reafirmação dos valores assegurados na Constituição e, em especial, dos Direitos Humanos (Mendonça, 2009, pp. 149-150)”

Pablo de Greiff (ONU, 2014) e Paulo Abrão e Marcelo Torelly (2014) tratam da finalidade social do cumprimento do dever de justiça, em que se debate uma concepção de sociedade democrática na qual todos são iguais perante a lei. Yi Shin Tang (2015) aponta que tal importância vai além da retribuição social, mas trata da necessidade de sinalizar que o sistema de justiça do país não irá tolerar mais graves violações de direitos humanos. Da mesma forma, Emilio Meyer (2016b, p. 53) aponta que “as responsabilizações criminais demonstram que o Estado refuta claramente as práticas autoritárias e ilícitas que outrora chancelara”¹⁶. Soares e Bastos (2010, p. 296) apontam que a responsabilização penal é essencial para atenuar o sentimento de injustiça e pode contribuir para cicatrizar as feridas e para consolidar a democracia e a cultura de respeito aos direitos humanos, enviando uma mensagem de grande impacto com repercussão intergeracional de não repetição das atrocidades, contribuindo para a construção da memória coletiva de uma comunidade e para fomentar a identidade política após um trauma.

Este debate, inevitavelmente, atinge a discussão sobre o a limitação do poder punitivo estatal e todo o debate de uma doutrina garantista de direito penal e de processo penal que defende a proteção do indivíduo contra as arbitrariedades do Estado¹⁷. Para Quinalha (2014),

“o dilema da penalização dos agentes repressores encerra um conflito entre, por um lado, os imperativos morais assentados comumente de que crimes não devem permanecer impunes e, por outro, a legalidade penal tradicional – que veda a justiça

¹⁶ Estudo de Kathryn Sikkink e Carrie Booth Walling (2007) mostra que os países latinoamericanos que processaram os violadores de direitos humanos drasticamente diminuíram a incidência de tortura e violações nos períodos democráticos, enquanto no Brasil, por exemplo, estas práticas permanecem frequentes.

¹⁷ O Procurador Sérgio Suaima localiza o conflito: “Na dogmática constitucional, o conflito relaciona-se ao dever estatal de proteção dos direitos fundamentais contra danos e riscos provocados por terceiros, em oposição aos deveres de não interferência indevida do sistema de justiça criminal na esfera de liberdade dos indivíduos (...) Não é possível ignorar o forte influxo no direito internacional e interno contemporâneo de demandas voltadas à repressão penal de certas condutas atentatórias a DH. (...) Compete à dogmática e à prática jurídica compatibilizar tais demandas com as garantias constitucionais do DP e do processo penal” (Suaima, 2014a, pp. 300-302).

retroativa – e a soberania estatal, dois eixos históricos da afirmação nacional dos Estados”.

Assim, conforme aponta Bernardi (2016, p. 425), diversos críticos sustentam que as leis de anistia são uma prerrogativa soberana dos Estados. Desse modo, a utilização de tratados ratificados posteriormente ou de princípios e normas não escritas do direito costumeiro internacional violariam o devido processo legal, o princípio de legalidade e as garantias individuais dos acusados. Poderia emergir “um novo direito criminal do inimigo, que usa como referência a figura do violador de direitos humanos para afastar garantias legais dos acusados” (Basch, 2007, apud Lima, 2012).

O Procurador Andrey Borges de Mendonça entende que o poder punitivo estatal traz consigo o interesse de toda a comunidade em esclarecer uma conduta criminosa que violou os bens jurídicos mais relevantes da sociedade, e defende uma visão de Direito Penal como garantidor dos direitos humanos. Esta é, no entanto, uma questão em disputa dentro do Ministério Público Federal, como debateremos nos próximos capítulos.

“Dentro do contexto da atual Constituição Federal, marcada pela proteção dos direitos fundamentais como um de seus pilares mestres, o Direito Penal e seu instrumento de aplicação, o Processo Penal, devem ser vistos em um marco protetor destes mesmos direitos fundamentais. Em outras palavras, o Direito Penal não pode mais ser visto como inimigo do cidadão, mas, ao contrário, como um dos instrumentos mais fortes de proteção de seus direitos fundamentais. Eventuais desvios – como a proposição de um direito penal do inimigo – não podem desconsiderar a regra geral, de que o Direito Penal protege os bens jurídicos mais caros à sociedade (dentre eles os Direitos Humanos) e apenas quando os demais ramos do Direito se mostram insuficientes. Se o Direito é uma das garantias dos Direitos Humanos, o Direito Penal deve ser visto como a mais forte destas garantias, justamente porque protege os bens jurídicos fundamentais da sociedade” (Mendonça, 2009, pp. 151-152).

Sendo assim, Marx (2014c, p. 175) chama a atenção para que haja critérios objetivos para identificar as infrações sujeitas a critérios como a imprescritibilidade e não anistiabilidade, que para ele são aplicadas aos crimes contra a humanidade, estando presentes os elementos de contexto necessários. Como veremos, o uso relativizado que a Corte Interamericana de Direitos Humanos faz da expressão graves violações de direitos humanos seria uma ameaça aos direitos do acusado, pois levaria a um grau de subjetivismo judicial. Marcos Zilli (2009, p. 115) também pondera que a caracterização de fatos como crimes contra a humanidade leva à aplicação de um regime jurídico severíssimo, o da imprescritibilidade, o qual deveria ser relegado para casos excepcionais, pois sua generalização desqualifica e deslegitima o procedimento.

Neste sentido, destaca a necessidade de provocação da máquina judiciária e de obtenção de um julgamento, resguardados os princípios de dignidade humana, afirmação de direitos e garantias judiciais que cercam o direito penal, havendo necessidade de uma identificação precisa da categoria jurídica dos crimes do direito penal internacional para que possam ser aplicados internamente. Assim, não se pode relativizar os graus de certeza, uniformidade e segurança necessários na atuação do poder punitivo, respeitando as garantias dos acusados.

Todavia, a garantia das liberdades e o respeito ao direito dos acusados frente aos abusos do Estado também deve ser acompanhada da obrigação de atuação estatal frente aos crimes cometidos pelo próprio Estado ou com seu apoio (cf. Marx, 2014c, p. 297), tendo em vista que nestes casos a vítima é a parte mais débil, enquanto o criminoso abusou do poder estatal para cometer crimes e garantir sua impunidade. Pelo princípio da proibição da proteção deficiente¹⁸, o Estado não pode se omitir¹⁹ a apresentar uma resposta penal frente aos crimes contra a humanidade, em que é agente perpetrador e deliberadamente não cumpriu seu dever de investigação, gerou impunidade e feriu o princípio democrático de igualdade (cf. Marx, 2014c).

1.2. A redemocratização no Brasil e a Lei de Anistia

Na década de 1980, o Brasil passou por um processo de redemocratização após mais de vinte anos regime autoritário. A conjuntura de transição é frequentemente descrita como um momento de excepcionalidade política, de incerteza quanto à consolidação do regime democrático e de ameaça de retorno ao autoritarismo²⁰, no qual se busca um ideal de

¹⁸ Streck (2015) defende que, mesmo para a Constituição de 1969, a lei de anistia brasileira já seria inválida por ferir o princípio da proteção deficiente. Assim, a responsabilização dos agentes do Estado não seria um afronte às garantias penais e processuais dos acusados, nem aos princípios constitucionais. Ademais, “o processo não é nenhuma vingança (...) trata-se da justiça aplicada por meio do devido processo legal, princípio internacional que, nas épocas das ditaduras, os torturadores negaram às suas próprias vítimas” (cf. Bastos, 2009, p. 174).

¹⁹ Para Correia (2009, p. 145), “o Estado não pode apagar crime cometido por agente que lhe presta serviços e que se encontra a seus préstimos, exatamente porque a ordem, inclusive e especialmente, jurídica foi ele mesmo quem impôs”. Bastos (2009, p. 173) também afirma que “ao Estado caberia conceder anistia aos indivíduos que desrespeitaram suas leis, mas não fazê-lo em nome do próprio Estado de maneira ampla e arbitrária”.

²⁰ Conforme uma tradição de estudos de transitologia, como os de O'Donnell (1986), O'Donnell e Schmitter (1986), Linz e Stepan (1999) e Huntington (1994). Nesta tradição, as transições eram vistas como momentos de contingência política, em que a imprevisibilidade dos jogos de poder e a incerteza quantos aos resultados dos conflitos sociais eram potencializadas. Assim, frente ao pior cenário de regressão autoritária, se impunha a cautela e a prudência como preocupação central da continuidade das democratizações. No campo da justiça de transição, no entanto, o contexto de internacionalização da proteção dos direitos humanos tem orientado as

estabilidade política. Estas condições naquele momento, assim como a assimetria de poder entre os atores, travaram o debate público e impossibilitaram que se efetivasse o direito à justiça em relação às graves violações de direitos humanos da ditadura militar.

A transição brasileira foi, então, conduzida pelos militares por um plano de distensão e de abertura lenta, gradual e segura, marcado pela construção de um discurso de conciliação nacional que tentou construir a impunidade e o esquecimento. Para Paulo Abrão e Marcelo Torelly (2014, p. 118), os pilares da transição controlada foram marcados:

“politicamente, pela negação da existência de vítimas e a justificação da violência por meio da tese dos demônios, que implica na inexistência de vítimas; culturalmente, pela afirmação do esquecimento como melhor forma de tratamento do passado, e; juridicamente, pela garantia da impunidade por meio da lei de Anistia”.

Havia uma preocupação em estabilizar a nova ordem e garantir a sujeição às regras democráticas, de forma que desenterrar o passado poderia comprometer a transição. Ou seja, a questão de como lidar com o passado autoritário no momento de redemocratização foi atravessada pela lógica da prudência e da cautela, que impuseram bloqueios e limitações às medidas transicionais (Quinalha, 2013, p. 223), pois poderiam reavivar o conflito anterior. Desta forma, não foram atendidas as vontades das vítimas por justiça.

“No Brasil, em função do controle da agenda da transição pelo regime, articulada com a insurgência de novas pautas sociais e pouco êxito do movimento de vítimas em agregar apoios mais amplos na sociedade, a questão da responsabilização acabou secundarizando-se em relação a outras reivindicações sociais”. (Abrão; Torelly, 2011, p. 238)

Edson Teles (2010) analisa que, naquele momento de exceção originário da democracia, foi excluído da ordem jurídica o corpo ausente do desaparecido político, o corpo violentado da vítima de tortura e da testemunha do trauma. Os mortos e desaparecidos tiveram atestado de paradeiro ignorado, com morte presumida, e o Estado foi eximido da apuração do local do corpo, que teve sua existência sujeita a ser apagada. Houve silêncio da nova democracia em relação a sua herança autoritária, e o vazio punitivo foi característico da nossa redemocratização.

reflexões (cf. Quinalha, 2014). De acordo com Flávia Piovesan, “a justiça de transição lança o desafio de romper com o passado autoritário e viabilizar o ritual de passagem à ordem democrática. O risco é que as concessões ao passado possam comprometer e debilitar a busca democrática, corrompendo-a com as marcas de um continuísmo autoritário” (Piovesan, 2010, p. 99).

Paulo Abrão e Marcelo Torelly (2014, p. 113) apontam que a aprovação da Lei nº 6.683, a Lei de Anistia, foi o marco jurídico fundante do processo de redemocratização. A Lei de Anistia foi aprovada por um Congresso Nacional dividido em 28 de agosto de 1979²¹ e a interpretação que lhe foi dada se converteu por décadas no principal impedimento à responsabilização criminal dos violadores de direitos humanos. A Lei de Anistia permanece vigente e continua sendo aplicada pelo Judiciário para impedir a responsabilização penal dos agentes do Estado que praticaram graves violações de direitos humanos.

A anistia aprovada possui duas duplas dimensões, de acordo com Torelly (2010, p. 277): é própria, pois anistia crimes comuns quando estiverem conectados a crimes políticos, mas também é imprópria por anistiar fatos que não constituem crimes, mas eram assim tipificados pelo regime de exceção, como as reuniões de grupos para atividades políticas. Por outro lado, é ao mesmo tempo uma anistia legítima e externa para os resistentes, para os criminosos políticos; e uma auto-anistia ilegítima, pois auto-benéfica, para os agentes do regime. Ademais, a literatura discute como há uma disputa em torno do conceito de anistia: enquanto o regime militar visava a construir uma consequência de impunidade e esquecimento, estabelecendo um discurso de pacto nacional por uma anistia bilateral, a sociedade civil na década de 1970 entendia a anistia enquanto liberdade e reparação.

No momento de aprovação da lei, havia um movimento de luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita²², por meio dos Comitês Brasileiros pela Anistia (Teles, Janaína, 2010, p. 281). A lei aprovada não foi uma anistia ampla, nem geral e nem irrestrita, pois não anistiou a todos os perseguidos políticos: não anistiou os presos que cometeram crimes de sangue, como terrorismo, sequestro, assalto e atentado pessoal, e manteve muitos presos políticos aprisionados. Apesar de o regime ter imposto à sociedade uma anistia parcial e restrita, a sociedade civil conseguiu obrigar o governo a aprovar alguma lei. Mesmo que excluídos os

²¹ O projeto do governo militar, o substitutivo de Satyro (Arena/PB), foi aprovado em voto simbólico das lideranças da Arena e do MDB (Mezarobba, 2006), sem que as manifestações da oposição pudessem ser formalizadas. A emenda de número 7 apresentada por Ulysses Guimarães, Freitas Nobre e pelo senador Paulo Brossard, fruto de um acordo entre o MDB e os CBAs que estipulava a rejeição à noção de reciprocidade e a instauração de inquéritos para investigar os desaparecimentos políticos, foi rejeitada pelo plenário por 209 votos contrários e 194 favoráveis (Mezarobba, 2006; Teles, 2005). Por sua vez, a emenda de número 53, de Djalma Marinho (Arena/RN), que derrubaria as exceções da anistia oficial, recebeu 201 votos a favor e 206 votos contra. Percebe-se, assim, como a Lei de Anistia não foi aprovada por aclamação nem foi fruto de um pacto ou acordo parlamentar. “Não havia possibilidade de qualquer tipo de barganha ou jogo de influências que conseguisse afastar a intenção do governo de se autoanistiar ou de restringir a anistia aos perseguidos políticos” (cf. Silva Filho, 2014, p. 25).

²² Conforme aponta Heloísa Greco (2009), o I Congresso Nacional pela Anistia em novembro de 1978 pedia “o fim radical e absoluto das torturas e dos aparatos repressores, e a responsabilização dos agentes da repressão e do regime a que eles servem”. Mezarobba (2014, p. 188) também sinaliza que obviamente os Comitês Brasileiros de Anistia não foram constituídos para reivindicar legislação como aquela que foi aprovada. Assim, não se pode falar em acordo ou pacto nacional em meio à Lei de Anistia imposta pelo regime militar.

crimes de sangue praticados pela resistência, a Lei de Anistia significou a recomposição dos direitos políticos de muitos, a liberdade para a maior parte dos presos políticos, o retorno ao país dos exilados, a readmissão de servidores públicos, a liberdade e o direito à identidade dos que estavam clandestinos²³ (Abrão; Torelly, 2014).

No entanto, como aponta Heloísa Greco (2003, p. 355), a conquista da anistia parcial desmobilizou aquele movimento da sociedade civil e fez avançar a transição política sem considerar as reivindicações dos familiares por justiça e isolando suas reivindicações, de forma que a responsabilização criminal individual não fez parte do panorama predominante (cf. Bernardi, 2015, pp. 408-409). A impunidade foi preservada pelo controle da agenda de transição e pelo ritmo de condução do processo de abertura política pelos militares, pela cumplicidade do Judiciário e do Ministério Público com a ditadura militar sem que tenha havido depuração institucional e pelo surgimento de outras pautas sociais que esvaziaram as demandas de justiça face aos crimes da ditadura (cf. Abrão; Torelly, 2011; Greco, 2003; Teles, 2005).

A primeira ruptura à estratégia do regime de promover o esquecimento foi o desenvolvimento do programa de reparações às vítimas. Em 1995, com a Lei nº 9.140, o Estado reconheceu sua responsabilidade por mortes e desaparecimentos de perseguidos políticos. As duas comissões de reparação do Brasil, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)²⁴ criada com a Lei nº 9.140²⁵ em 1995, e a Comissão de Anistia (CA)²⁶, criada por medida provisória em 2001²⁷, promovem a política pública de reparações do Estado brasileiro. Ambas as comissões passaram a produzir memória e verdade,

²³ Cabe registrar, portanto, que os dissidentes haviam sido perseguidos, presos e cumprido largas penas, muitas vezes desproporcionais; outros tinham sido banidos ou exilados. De forma que a Lei de Anistia representou a libertação do cárcere ou o fim do exílio para aqueles que já haviam sido investigados ou sancionados, não cabendo ser invocada a responsabilização dos agentes opositores ao regime no debate sobre a revisão da Lei de Anistia (cf. Weichert, 2014a, p. 568).

²⁴ Criada com o objetivo de reconhecer as vítimas da ditadura que foram mortas ou estavam desaparecidas, conceder indenização aos familiares, localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos. É presidida hoje pela Procuradora Regional da República Eugênia Augusta Gonzaga, do Ministério Público Federal, uma das primeiras Procuradoras do MPF a entrar em contato com o tema da justiça de transição.

²⁵ Em 1995, pela Lei nº 9.140/1995, a Lei dos Desaparecidos Políticos, o Estado brasileiro reconheceu 136 desaparecidos políticos como mortos, entre eles 46 guerrilheiros do Araguaia, sem, no entanto, esclarecer as circunstâncias das mortes, nem identificar os agentes responsáveis (Mezarobba, 2010, p. 111-112). Janaína de Almeida Teles (2010, p. 253) argumenta que esta lei “não contempla a restituição da verdade jurídica, a recuperação dos restos mortais dos militantes assassinados e a punição dos responsáveis por estes crimes”.

²⁶ Criada com o escopo de reconhecer o estatuto de anistiado político e de conceder reparação a todas as pessoas atingidas por atos de exceção entre 1946 e 1988, passando a desenvolver programas voltados à promoção da memória política e à reparação psiquiátrica das vítimas de violência do Estado. Dentre seus conselheiros, esteve o Procurador Regional da República Marlon Alberto Weichert, do Ministério Público Federal, um dos primeiros Procuradores do MPF a entrar em contato com o tema da justiça de transição.

²⁷ Posteriormente, a Lei nº 10.559 de 2002 regulamentará o regime do anistiado político e a política de reparação econômica.

construindo um conhecimento histórico sobre as violações e transformando a reparação em eixo estruturante da justiça de transição no Brasil²⁸, nas palavras de Abrão e Torelly (2014). O trabalho da CEMDP e da CA e, mais recentemente, a mobilização social dos últimos dez anos em torno da Comissão Nacional da Verdade criaram um ambiente mais favorável a demandas por justiça.

No que tange ao eixo na justiça de transição das reformas institucionais, relatório da Rede Latino-americana de Justiça de Transição de 2016 aponta que o aparato repressivo foi desmontado apenas em parte durante a transição política: o Serviço Nacional de Informações deu lugar à Agência Brasileira de Inteligência, criada em 1999, havendo registros de monitoramento de militantes e de familiares de vítimas já no período democrático (Carvalho, Guimarães, Guerra, 2016, p. 37). Por outro lado, a criação do Ministério da Defesa e a subordinação das Forças Armadas a uma chefia civil ocorreu apenas em 1999, embora permaneçam diversas tensões: as Forças Armadas, por exemplo, não colaboraram com os processos de verdade e com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, se negando a abrir os arquivos do pedido ditatorial e se recusando a fornecer informações. As polícias militares e a justiça militar seguem como resquício da institucionalidade autoritária²⁹ (cf. Carvalho, Guimarães, Guerra, 2016, p. 37). Em março de 2015, foi implementado o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e em julho de 2016, avançou a tramitação na Câmara do Projeto de Lei nº 2.516/2015, que institui a nova Lei de Migração, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, um entulho autoritário não condizente com uma cultura de direitos humanos.

Por outro lado, a efetivação do direito à memória e à verdade avançou com a inauguração do Memorial da Resistência em São Paulo em 2009, com a criação do Memorial da Anistia Política em Belo Horizonte em 2010, este último ainda não inaugurado, com o tombamento do prédio do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações

²⁸ Diversos estudos ressaltam o papel do programa de reparações na política de justiça de transição do Brasil. Relatório de 2016 da Rede Latino-americana de Justiça de Transição aponta como a Lei de Anistia previu hipóteses de readmissão em serviço público e de restituição de direitos políticos a cidadãos que tenham sofrido sanções políticas (Carvalho; Guimarães; Guerra, 2016). Aponta que, ainda antes da Lei nº 9.140, o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) garantiu medidas de compensação aos atingidos por atos de exceção no período de 1946 a 1988.

²⁹ O Procurador da República em São Paulo Andrey Borges de Mendonça, responsável por diversas denúncias apresentadas contra os perpetradores de crimes contra a humanidade, em entrevista concedida em 20 de junho de 2016 para esta pesquisa comenta: “As Forças Armadas, como a Polícia, não fizeram nenhum tipo de filtro institucional. (...) Me parece que mais grave ainda é a falta de depuração institucional, que traz consequências até hoje. A gente vê a grande quantidade de autos de resistência seguida de morte, que é exatamente o que acontecia na ditadura. Onde você vê ainda mais esse passado ditatorial e esse enclave autoritário é nas instituições de segurança pública, é que me parece mais claro” (Mendonça, entrevista pessoal).

de Defesa Interna (DOI-CODI) em 2014 em São Paulo e com a cessão da ex-Auditoria Militar em São Paulo no mesmo ano para a construção do Memorial da Luta pela Justiça em São Paulo (cf. Carvalho, Guimarães, Guerra, 2016, p. 38). Além disso, medidas no Maranhão, em São Paulo e em Brasília foram tomadas para alterar nomes de logradouros públicos que homenageiam agentes da ditadura.

Ademais, é fundamental apontar que o Estado brasileiro instalou uma Comissão Nacional da Verdade pela Lei nº 12.528/2011 e instituiu a Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação, que dispõe sobre o acesso à informação pública, frutos de uma série de debates e lutas da sociedade civil e da pressão internacional pela condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund*. A publicação do livro da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República em 2007 é um importante documento oficial sobre a ditadura militar no Brasil, bem como o acervo da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e o relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Antes de tratar do direito à justiça no caso brasileiro, vamos tomar o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, órgão do Estado brasileiro, como fonte para entender qual era o quadro institucional e jurídico no qual ocorreram graves violações de direitos humanos entre 1964 e 1985 no Brasil. Esta discussão é importante tendo em vista que, em suas argumentações para tentar responsabilizar criminalmente os agentes da ditadura, o Ministério Público Federal defende que os crimes dos agentes da ditadura ocorreram em contexto de ataque generalizado e sistemático contra a população civil, o que os caracteriza como crimes contra a humanidade, conforme o direito internacional dos direitos humanos. A ocorrência de crimes contra a humanidade tem consequências na discussão sobre anistia e prescrição, dois obstáculos nas tentativas de responsabilização.

No relatório do trabalho realizado entre maio de 2012 e dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) concluiu que, no período investigado, especialmente entre 1964 e 1985, ocorreram graves violações de direitos humanos, em ação generalizada e sistemática do Estado brasileiro. Estas conclusões de um órgão oficial de Estado, que realizou intensa investigação e pesquisa de dois anos e meio com mandato legal, são fundamentais para consolidar a leitura sobre memória, verdade e justiça, pois fazem parte de um documento legal que determina uma versão oficial do Estado sobre esses assuntos. O trabalho da CNV é

importante, ainda, por individualizar 434 vítimas³⁰ e 377 autores³¹ de graves violações de direitos humanos.

Como os crimes de detenções ilegais e arbitrárias, a tortura, as execuções, os desaparecimentos forçados e a ocultação de cadáveres – objetos da investigação da CNV, como estabelecido pelo artigo 3º da Lei nº 12.528 e priorizado pelos conselheiros na pesquisa - ocorreram em um contexto generalizado e sistemático de ataque do Estado contra a população civil, a CNV constata que as práticas registradas caracterizam o cometimento de crimes contra a humanidade, conforme configurado nas normas de direito internacional (Brasil. Comissão Nacional da Verdade, 2014, pp. 962-965).

O relatório da CNV descreve que as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar foram ação orquestrada e sistemática do Estado brasileiro, em uma cadeia de comando coordenada pela Presidência da República (Brasil. Comissão Nacional da Verdade, 2014) a partir do Serviço Nacional de Informações e do Estado Maior das Forças Armadas, que converteram em política de Estado a repressão e a eliminação de opositores políticos. Ou seja, as graves violações foram orientadas por uma política de Estado que envolveu agentes públicos para a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e tortura, e para o cometimento de desaparecimentos forçados, execuções e ocultação de cadáveres em um sistema unificado, estruturado e articulado de várias instituições capilarizadas por todo o território nacional.

Após desenhar este quadro, a CNV apresenta 29 recomendações, dentre as quais se destacam as duas primeiras, que dizem respeito diretamente ao direito à justiça:

“II. Recomendações. A) Medidas Institucionais. [1] Reconhecimento, pelas Forças Armadas, de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964 a 1985) (...) [2] Determinação, pelos órgãos competentes, da responsabilidade jurídica – criminal, civil e administrativa – dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV, afastando-se, em relação a esses agentes, a aplicação dos dispositivos concessivos de anistia inscritos nos artigos da Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979, e em outras disposições constitucionais e legais” (Brasil. Comissão Nacional da Verdade, 2014, pp. 964-965)

³⁰ Sem computar as vítimas de repressão no campo e contra povos indígenas, para as quais ainda falta uma quantificação mais acertada, como aponta Weichert (2014b) ao analisar o relatório da Comissão Nacional da Verdade.

³¹ Cabe registrar que familiares de agentes do estado reagiram à relação destes como responsáveis pela prática de graves violações de direitos humanos e entraram com ações na justiça por danos morais contra a CNV, requerendo também que os nomes fossem retirados do relatório da CNV, como aponta o relatório da Rede Latino-americana de Justiça de Transição de 2016.

Pedro Dallari, coordenador da Comissão Nacional da Verdade entre novembro de 2013 e dezembro de 2014, esclarece em entrevista para Carla Osmo (2016) que as violações foram apuradas e demonstradas, então a conclusão não poderia ser outra que não recomendar que houvesse a responsabilidade jurídica dos responsáveis por esses atos, não apenas penal, mas também cível e administrativa³². Entretanto, a efetiva responsabilização deve ser conduzida no âmbito dos órgãos competentes.

Observando a gravidade dos crimes praticados, não é aceitável que haja mecanismos que impeçam o direito à justiça. Por direito à justiça, entendemos a obrigação de investigar, processar e responsabilizar os perpetradores dos crimes contra a humanidade. Christian Schallennmüller (2015, p. 81) aponta que, como os regimes autoritários são geralmente definidos e lembrados pela transgressão e pelas ilegalidades promovidas pelo Estado, a atribuição de responsabilidade criminal cumpre um papel de “desenhar uma linha divisória entre o passado arbitrário e o presente”, quando a democracia e o Estado de direito estão em vigor. Conforme aponta o Procurador Andrey Borges de Mendonça em entrevista que nos foi concedida,

“A finalidade da justiça penal é essa, de conseguir condenar essas pessoas para mostrar que isso não pode ser aceito. Isso pra mim é o mais importante da apuração criminal, é mostrar que essas pessoas não fizeram bem para o país. O Carlinhos Metralha em toda audiência diz que fez um bem para o país, que Ustra e Fleury são heróis dele, e eu acho que a justiça criminal poderia ser um fator nesse sentido, acompanhada do filtro institucional. (Mendonça, entrevista pessoal)”

Entende-se que temos hoje instituições democráticas consolidadas no Brasil e não há ameaça de regressão autoritária, de modo que as demandas das vítimas e de seus familiares não podem mais ser negadas sob o argumento do risco da regressão autoritária. A transição foi uma situação de exceção na qual houve restrição das possibilidades, mas o que se tem hoje é um “Estado de Direito atravessado por uma ordem internacional que tem em alta conta os direitos humanos e que é capaz de conjugar essas vinculações com sua soberania” (Quinalha, 2013, p. 235). Ou seja, não estamos em um momento de excepcionalidade política que justifique a não responsabilização criminal dos violadores de direitos humanos.

³² No entanto, diversos membros da sociedade civil e Procuradores criticam o desenvolvimento dos trabalhos da CNV. Para o Procurador Andrey Borges de Mendonça, em entrevista realizada em junho de 2016: “Infelizmente a Comissão Nacional da Verdade foi decepcionante nesse ponto. Falhou muito nesse processo de movimentar o tema, porque houve uma decisão interna deles de não divulgar esse trabalho [no primeiro ano de funcionamento], deveria ter trazido mais a sociedade, ter forte apelo social, em outros países trouxeram as pessoas para acompanhar os trabalhos. Tanto que o relatório, muito bom, foi apresentado e logo morreu. Poderia ter sido um processo catalisador para trazer o tema [da persecução penal] em voga”.

Durante anos, a literatura e a sociedade civil discutiram a interpretação dada ao artigo 1º da Lei de Anistia³³, que declara anistiados todos aqueles que cometeram crimes políticos ou conexos no período de 1961 a 1979. A interpretação majoritária foi de que este texto estendeu o perdão aos abusos cometidos pelos agentes do Estado. Como veremos mais pra frente nas primeiras representações criminais do Ministério Público Federal, os favoráveis à responsabilização criminal defendiam que os crimes dos agentes da ditadura não seriam cobertos pela Lei de Anistia³⁴ e era preciso reinterpretá-la para garantir a responsabilização criminal destes agentes.

Os defensores de uma nova interpretação sobre a Lei de Anistia brasileira apontam que o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)³⁵ em 1988 não teria previsto a extensão da anistia aos agentes da repressão, tampouco o marco anterior da Emenda Constitucional nº 26/1985, que estabelece em seu artigo 4º³⁶ que a anistia se aplica àqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Assim, a anistia bilateral não teria sido recepcionada pela ordem constitucional de 1988³⁷.

³³ Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. § 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

³⁴ Como crimes políticos são aqueles praticados contrariamente à manutenção da ordem do Estado, e assim não poderiam ser cometidos por aqueles que defendem a ordem estatal, e crimes conexos são aqueles praticados para facilitar a impunidade, a prática ou o ocultamento de outro crime, os crimes cometidos pelos agentes da ditadura não se enquadram em nenhum tipo de conexão aos crimes políticos cometidos pelos opositores e, portanto, seriam crimes comuns, não abrangidos pela anistia. Ademais, mesmo que se entendesse que a Lei de Anistia englobasse os torturadores, perante o direito internacional dos direitos humanos não se aceita que anistias gerais englobem crimes contra a humanidade, que são questão de interesse não apenas de um só país, mas de toda a humanidade. No Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem jurisprudência sobre a invalidade das auto-anistias, pois o Estado não pode anistiar a si próprio, sendo juiz em causa própria (cf. Mendonça, 2009, p. 162).

³⁵ *Caput* do Art. 8º. do ADCT. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

³⁶ Emenda Constitucional nº 26/1985. Artigo 4º. É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares. § 1º É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.

³⁷ Os opositores da tese, no entanto, vão afirmar que estas normativas reforçam a impossibilidade de punição destes crimes, como veremos nos próximos capítulos na recepção negativa do Judiciário.

Flávia Piovesan, por exemplo, defende que é insustentável a interpretação de que, em nome da conciliação nacional, a Lei de Anistia seria uma lei a beneficiar torturadores e vítimas (Piovesan, 2009, p. 100), de forma a impedir a punição dos agentes do Estado, que não realizaram crimes políticos nem crimes conexos, mas crimes comuns. “Não se pode falar em conexidade entre os fatos praticados pelo delinquente e pelas ações de sua vítima. A anistia perdoou a estas e não àqueles”. O debate sobre a validade da Lei de Anistia envolve ainda os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e o direito internacional dos direitos humanos, como veremos nas seções a seguir.

Este debate amadureceu, impulsionado em meados dos anos 2000 pelas discussões realizadas na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no Ministério Público Federal em São Paulo e que envolveram mais setores da sociedade civil. Paulo Abrão e Marcelo Torelly (2011, p. 226) relembram que, em julho de 2008, a realização da Audiência Pública “Limites e possibilidades para a Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante o Estado de Exceção no Brasil” foi uma iniciativa conjunta da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, articulando iniciativas da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público Federal de São Paulo³⁸, que tinha ajuizado ações civis públicas em favor da responsabilização jurídica dos torturadores do DOI-CODI, além de diversas entidades da sociedade civil. Realizou-se um debate jurídico sobre o alcance da lei de anistia, foram discutidas as teses de persecução penal e os conceitos de direito internacional sobre a imprescritibilidade e a não anistiabilidade dos crimes contra a humanidade.

Logo depois desta Audiência Pública, surgiu a propositura da ADPF nº 153, a partir de iniciativa de Fábio Konder Comparato, encampada pelo Conselho Federal da OAB³⁹. Em outubro de 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) propôs a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 (ADPF nº 153) para que o Supremo Tribunal Federal (STF) realizasse:

“uma interpretação conforme a Constituição, de modo a declarar, à luz dos seus preceitos fundamentais, que a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos ou conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra opositores políticos, durante o regime militar”.

³⁸ A posição de procuradores como Weichert e Gonzaga (2009) também era de que a Lei de Anistia não anistiou os agentes públicos da repressão à dissidência política, pois os crimes por eles praticados não poderiam ser considerados políticos nem conexos a crimes políticos. Veremos essa argumentação nas primeiras representações criminais, de 2008 e 2009.

³⁹ Como veremos, é neste processo que o Ministério Público Federal começa a ingressar com ações civis públicas e com medidas criminais com vistas à responsabilização civil e penal dos agentes do Estado e da União pelos crimes da ditadura, começando a usar o vocabulário da justiça de transição.

O plenário do STF indeferiu a ADPF nº 153 em 29 de abril de 2010 por sete votos contrários e somente dois votos favoráveis, dos ministros Ricardo Lewandowski e Carlos Ayres Britto, mantendo a interpretação que impede o julgamento dos torturadores e mantém a impunidade dos crimes da ditadura. O voto do relator, ministro Eros Grau, julga que a anistia foi bilateral, não uma auto-anistia, e fruto de um acordo feito com a sociedade brasileira, interpretação seguida pela maioria dos juízes. O Supremo julgou constitucional a Lei de Anistia⁴⁰, defendeu a importância dos princípios basilares do direito penal, defendeu sua abrangência para quaisquer crimes praticados com motivação política, o que incluiria os delitos praticados pelos agentes do Estado, defendeu o que classificou como pacto incontestável da anistia, que teria sido fiador do regime democrático, e apontou que não cabe ao tribunal se transformar em legislador, mas somente caberia ao Congresso Nacional tratar de uma eventual revisão de leis de anistia⁴¹.

Cabe apontar que, em sua manifestação, o então Procurador-Geral da República, chefe do Ministério Público Federal, Roberto Gurgel, também considerou que a Lei de Anistia foi resultado de um longo debate nacional, com a participação de vários setores da sociedade civil. Para ele, a anistia teria viabilizado a transição do autoritarismo para a democracia⁴² (Schallenmüller, 2015, p. 133). Discutiremos este posicionamento no segundo capítulo desta

⁴⁰ Toda vez que houver menção, nesta pesquisa, à decisão do STF de julgar constitucional a Lei de Anistia, estaremos tratando, mais precisamente, da constitucionalidade ou inconstitucionalidade do caráter bilateral da Lei nº 6.683, isto é, se era permitido anistiar os agentes da ditadura por seus crimes.

⁴¹ Como o julgamento no Supremo Tribunal Federal aponta para o papel do Legislativo, cabe apontar que há em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 573/2011, de autoria da deputada Luiza Erundina, que prevê a reinterpretação da Lei da Anistia para não se incluir entre os crimes conexos os delitos cometidos pelos agentes públicos, que deveriam ser processados sem que se aplicasse mecanismos de extinção de punibilidade. No entanto, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara rejeitaram o Projeto de Lei. Além deste, há outro projeto de lei, do senador Randolfe Rodrigues, o Projeto de Lei nº 237/2013, em tramitação no Senado, que também trata do alcance da Lei de Anistia, e da mesma forma exclui do seu âmbito de incidência os crimes cometidos por agentes do Estado, afastando a aplicação de prescrição ou de qualquer outra causa de extinção de punibilidade a esses crimes. O projeto foi rejeitado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em julho de 2015 depois de ter sido aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Seguirá para votação na Comissão de Constituição e Justiça e no Plenário do Senado.

⁴² Para Torelly (2010, p. 289), a manifestação da PGR cria a ficção de que a sociedade civil lutou por uma anistia ampla, geral e irrestrita que envolvesse os perseguidos, mas também os perseguidores. “O argumento da PGR leva tal ficção a tal patamar que considera ser temerário para o próprio direito à verdade considerar que a anistia não fora bilateral”. Assim, verifica-se uma incorporação do discurso da ditadura pelas instituições democráticas, uma interpretação de que a lei aprovada foi uma vitória de todos, o que lhe confere legitimidade, e uma noção de simetria entre repressores e reprimidos (sendo, na verdade, inegável que o Estado, ao violar os direitos de seus cidadãos, engendra-se em algo substancialmente diferente daquilo em que se envolvem os cidadãos quando investem contra o próprio Estado), o que constrói a tese de um legítimo acordo político bilateral para fundamentar a manutenção da interpretação atual da lei, que para alguns ministros do STF nem poderia ser chamada de auto-anistia (cf. Torelly, 2010).

pesquisa. O entendimento do PGR de que a anistia foi um pacto nacional, dentro do entendimento tradicional que leva à impunidade dos agentes da ditadura, enfraqueceu as vozes minoritárias e dissonantes que já existiam dentro do Ministério Público Federal.

Esta leitura do STF recupera a compreensão jurídica e a histórica hegemônica de que a aprovação da Anistia em 1979 pelo Congresso Nacional significou um acordo entre oposição e governo para a reconciliação nacional, um pacto no qual não se poderia mexer sem se comprometer a estabilidade democrática. Na verdade, como visto, havia um déficit de liberdade e representação política do Congresso Nacional e ainda assim se verificou, em 1979, uma disputa apertada (Abrão; Torelly, 2014, p. 115). A OAB, postulante da ADPF nº 153, interpôs embargos de declaração⁴³, que ainda aguardam julgamento do Supremo Tribunal Federal. Além disso, o PSOL entrou com uma nova ação perante o STF sobre o controle de convencionalidade da Lei de Anistia, a ADPF nº 320, como veremos no terceiro capítulo.

O julgamento do Supremo Tribunal Federal motivou um amplo debate na literatura. Trabalhos como o de Emilio Meyer (2012) e Marcelo Torelly (2010) se dedicam a analisar os votos dos juízes do Supremo Tribunal Federal e as argumentações utilizadas por eles⁴⁴. Deisy Ventura (2011) e Paulo Abrão e Marcelo Torelly (2014) apontam que os ministros do STF desconsideraram em seus votos no julgamento da ADPF nº 153 em 2010 o direito internacional dos direitos humanos e afastaram o Brasil do modelo internacional de responsabilização pós-regimes de exceção⁴⁵. Zilli (2014b, p. 350) também ressalta como a jurisprudência do STF tem tido dificuldade em lidar com o direito internacional dos direitos humanos.

⁴³ Recurso para resolver pontos não claros ou contradições da sentença judicial.

⁴⁴ Diversos votos dos ministros do STF entenderam, por exemplo, que a Emenda Constitucional nº 26/1985, que convoca a Assembleia Nacional Constituinte, limitou o poder constituinte inserindo na Constituição a anistia aos agentes do regime e vedando a possibilidade de revisão desta cláusula por este próprio poder constituinte, em uma limitação *a priori* do poder constituinte. Veremos que juízes de primeira instância também apresentarão esta argumentação em decisões sobre as denúncias dos crimes da ditadura. Torelly (2010, p. 303) aponta que aceitar esta análise seria “considerar que a própria constituinte tratou-se de uma concessão limitada do regime ao povo, coisa que é francamente incompatível com qualquer ideário democrático, com qualquer teoria constitucional razoável e, mais especialmente, com o próprio texto expresso na Constituição promulgada em 1988 e nas normas dele extraídas”. Assim, a constituinte e a constituição por ela proclamada não se confundem com seu ato de chamamento. Tang (2015, p. 266) entende que a Emenda Constitucional nº 26/1985 marcou a retirada de um sistema constitucional em declínio, não a inauguração de uma nova ordem constitucional. Esta veio somente com as eleições de 1986 para instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

⁴⁵ Para Torelly (2010, p. 325), configurou-se “um modelo transicional onde a ênfase é dada às vítimas, não aos perpetradores, apesar da evidente distorção latente na denegação de proteção judicial destas vítimas frente a seus algozes. O modelo transicional brasileiro caracteriza-se, portanto, pela responsabilidade abstrata do Estado, pela ênfase na reparação às vítimas e seus familiares, por uma construção fragmentária de memória e, sobretudo, pela presença de fortes paradoxos sociais que permitem a persistência e a reprodução de versões ficcionais do passado que, até o presente, melhor disputam a história oficial”. Para o autor, as ações judiciais poderiam desafiar este modelo da impunidade individual e da responsabilização abstrata do Estado, valendo-se de instrumentos internacionais para promover algum grau de responsabilização individual.

Por outro lado, Schinke (2015, p. 449) chama a atenção para o fato de que, quanto mais direto o envolvimento do Poder Judiciário na repressão autoritária, menos provável é o estabelecimento de responsabilização judicial ou de medidas de verdade durante o período de democratização, como foi o caso do Brasil. Para Rothenburg (2013, p. 696), o Poder Judiciário e os outros sujeitos envolvidos na aplicação oficial do direito não tinham condições de adotar interpretação diversa para a Lei de Anistia, inclusive porque parte significativa de seus integrantes estava comprometida com o regime. De forma similar, Bernardi (2016, p. 440) lembra a continuidade institucional do STF para apontar o apego ao positivismo jurídico e a postura tradicionalmente fechada e soberanista frente ao direito internacional dos direitos humanos e à jurisprudência da CorteIDH sobre as leis de anistia.

Conforme o direito internacional dos direitos humanos, o conceito de crimes contra a humanidade já era, à época da ditadura, uma verdadeira norma imperativa (*jus cogens*) reconhecida pela comunidade internacional ao qual o Brasil já se submetia, e a realidade de violações aos direitos humanos durante a ditadura se enquadra neste conceito⁴⁶. A consequência que a ordem internacional confere a estes delitos desde a Segunda Guerra Mundial é a de que os crimes contra a humanidade são imprescritíveis e insuscetíveis de anistia.

Para Meyer (2015a, p. 226), a conjugação entre normas do direito internacional dos direitos humanos e as normas constitucionais⁴⁷ incorpora a estrutura normativa dos crimes contra a humanidade como normas de *jus cogens* e de obrigação *erga omnes*. A imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade desponta, para o autor, como uma das

⁴⁶ Ademais, no âmbito interno as condutas praticadas já eram criminosas, enquadradas na Lei de Abuso de Autoridade editada à época do golpe militar, e no Código Penal como lesão corporal, homicídio e sequestro. Estas legislações já estavam em vigor quando das práticas delitivas, respeitando-se o princípio da anterioridade da lei penal. Assim, como afirma Mendonça (2009, p. 160), não se pode alegar que a punição dos responsáveis violaria a segurança jurídica, como é comum que se diga em discursos que estimulam a impunidade.

⁴⁷ No caso da Constituição de 1988, o autor aponta os seguintes dispositivos: artigo 5º, inciso XXXIII (todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado), inciso XXXV (acesso à justiça) e inciso LIV (devido processo legal), bem como o parágrafo 2º (os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte). A CF88 expandiu, assim, o campo dos direitos fundamentais na perspectiva dos direitos humanos (cf. Meyer, 2015a, p. 226). Ademais, o parágrafo 1º do artigo 5º (as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.) garante aplicação imediata e o artigo 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ainda estabelece expressamente que “o Brasil propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos”. Além disso, a Constituição estabelece como princípio das relações internacionais a prevalência dos direitos humanos (artigo 4º, II) e a solução pacífica de conflitos (artigo 4º, III), bem como acata a jurisdição de Tribunal Penal Internacional (artigo 5º, parágrafo 4º) e autoriza o deslocamento de competência para a investigação e o julgamento de graves violações de direitos humanos (artigo 109, parágrafo 5º) (cf. Rothenburg, 2013, p. 683).

características fundamentais de um constitucionalismo mundial pautado por um direito internacional dos direitos humanos. Há, assim, a necessidade de que a Constituição esteja em sintonia com a construção realizada no âmbito do direito internacional dos direitos humanos e, conforme os dispositivos constitucionais elencados na nota de rodapé nº 45, Gomes e Mazzuoli (2014, p. 443) sustentam a tese da constitucionalidade do direito internacional dos direitos humanos na ordem jurídica brasileira.

“Assim, torna-se impossível decidir a respeito da legitimidade de uma lei de anistia, no contexto atual, ignorando o vasto acervo normativo internacional a respeito dos crimes contra a humanidade, apareçam eles sob a veste dos tratados ou sob o caráter vinculante do *jus cogens* (Meyer, 2015b, p. 80)”.

Ventura (2011) destaca que estavam vigentes durante a ditadura militar no Brasil normativas internacionais de direitos humanos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio e as Convenções de Genebra⁴⁸. Rothenburg (2013) chama a atenção para outros parâmetros internacionais de direito em vigor, como a Resolução nº 95 da Assembleia Geral da ONU (1946), que confirmou os princípios de Direito Internacional reconhecidos pelo Estatuto do Tribunal de Nuremberg. Como veremos no terceiro capítulo, o MPF em suas tentativas de persecução penal irá elencar onze dispositivos. A Comissão Nacional da Verdade também recorda que grande parte da normativa internacional de direitos humanos “já expressava um patamar básico de proteção de direitos humanos à época em que foram praticadas as graves violações” (Brasil. Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 279)⁴⁹. A doutrina internacionalista compreende esta normativa como *jus cogens*, isto é, como direito de caráter imperativo no âmbito internacional.

Quanto aos tratados internacionais, Yi Shin Tang (2015, p. 269) aponta que diversos somente foram ratificados pelo Brasil após a ditadura militar⁵⁰. O autor aponta que é

⁴⁸ Tang (2015), no entanto, afirma que é preciso discutir a aplicabilidade destes tratados para a questão da anistia brasileira. Segundo o autor, as Convenções de Genebra, por exemplo, não proíbem anistias, mas inclusive as encorajam ao fim das hostilidades internas.

⁴⁹ O relatório da CNV cita as seguintes normas: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), os Princípios de Direito Internacional reconhecidos na Carta de Nuremberg (1946), Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948), Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos (1955), Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) e as Convenções de Genebra (1949). Entre parênteses, o ano de assinatura destes tratados, não o ano de entrada em vigor, nem de ratificação pelo Brasil.

⁵⁰ Como a Convenção Internacional contra a Tortura (1989), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1992), a Convenção Interamericana contra a Tortura (1989), o Estatuto de Roma do Tribunal Penal

necessário discutir junto ao Judiciário a constitucionalidade dos tratados internacionais de direitos humanos: estes possuem *status* constitucional após aprovação de 3/5 da Câmara dos Deputados e do Senado Federal⁵¹; caso contrário, são considerados normas de hierarquia supralegal, de acordo com interpretação do STF (cf. Tang, 2015, p. 268). Para Tang, a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), ratificada em 1992, foi progressivamente compatibilizada ao direito interno pelo STF e possui autoridade constitucional⁵² no Brasil (cf. Tang, 2015, p. 270).

Trata-se, portanto, de um debate sobre a internalização da norma global de responsabilidade individual, que se torna aplicável seja por meio da aplicação direta do direito internacional, seja por uma aplicação retrospectiva do direito constitucional doméstico⁵³, enquanto outros autores defendem que não se pode aplicar sob pena de retroatividade penal (Swensson Junior, 2009, 2015; Martins, 2012; Dimoulis [et al.], 2010).

O Supremo Tribunal Federal julgou a ADPF nº 153 sete meses antes de o Brasil ser condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH) no caso referente à Guerrilha do Araguaia. Estes dois acontecimentos marcam o debate da judicialização da justiça de transição no Brasil. A CorteIDH declarou que a interpretação da Lei de Anistia brasileira que impede a responsabilização de perpetradores de graves violações de direitos humanos é incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos. Assim, a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em novembro de 2010 é um marco na luta pelo direito à justiça sobre as graves violações de direitos humanos cometidas no Brasil durante o regime militar.

Esta condenação impacta diretamente a movimentação do Ministério Público Federal, que é a única instituição do sistema de justiça que se mostrou interessada em fazer cumprir a

Internacional (2002), a Convenção Americana de Direitos Humanos (1992), a Convenção Internacional contra o Desaparecimento Forçado (2010) e a Convenção Interamericana contra o Desaparecimento Forçado (2014).

⁵¹ Conforme a Emenda Constitucional nº 45/2004. No entanto, somente a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foi ratificada em conformidade com este procedimento. Discute-se, por outro lado, que por força do artigo 5º, parágrafos 1º e 2º da Constituição de 1988, o texto constitucional atribui aos direitos enunciados em tratados internacionais a hierarquia de norma constitucional, incluindo-os no elenco dos direitos constitucionalmente garantidos, que apresentam aplicabilidade imediata (cf. Piovesan, 2008, p. 48-49).

⁵² O autor considera que o *status* supralegal da Convenção Americana de Direitos Humanos a coloca em posição hierarquicamente superior a qualquer legislação ordinária, incluindo a Lei de Anistia de 1979. Por este motivo, invoca uma autoridade constitucional da CADH, não se tratando, para o autor, de admitir direito costumeiro ou *jus cogens* como direito aplicável internamente.

⁵³ De forma similar, Schinke (2015, p. 450), ao destacar a atuação dos tribunais internacionais, cujas decisões têm provocado as instâncias judiciais nacionais, aponta a necessidade de o Poder Judiciário adotar uma interpretação produtiva sobre normas de proteção aos direitos humanos, fazendo uma interpretação principiológica constitucional que inclui a apropriação do direito internacional dos direitos humanos.

sentença da CorteIDH, iniciando tentativas de responsabilização penal. Na dinâmica de poder no interior do MPF, a sentença da CorteIDH alterou o equilíbrio de poder interno. Como veremos nos próximos capítulos, abriu-se uma janela de oportunidade. No MPF, já havia um grupo de procuradores atuantes no tema, que se aproveitou dessa expansão das oportunidades políticas.

“A sentença da Corte Interamericana (...) também foi elemento determinante para a alteração da posição institucional do Ministério Público Federal que, após defender a anistia enquanto impunidade no julgamento da ADPF n. 153, passa agora a buscar alternativas para contornar tal interpretação e processar pelo menos as mais graves violações praticadas contra os direitos humanos, incorporando em sua atuação institucional importantes aportes da doutrina do Direito Internacional dos Direitos Humanos” (Abrão; Torelly, 2014, pp. 125-126).

1.3. A condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos

Por descumprir a Convenção Americana de Direitos Humanos no que diz respeito às graves violações de direitos humanos ocorridas na Guerrilha do Araguaia, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em novembro de 2010. A Corte Interamericana é o órgão jurisdicional do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH)⁵⁴ e, exercendo um papel pioneiro na luta contra a impunidade, proferiu nos últimos anos sentenças sobre casos de graves violações de direitos humanos ocorridas em regimes autoritários de diversos países da América Latina, firmando uma jurisprudência de que as leis de anistia, ao excluir da responsabilização penal os autores de graves violações de direitos humanos, contrariam a Convenção Americana de Direitos Humanos (Osório, 2016, p. 40).

Nascido no período das graves violações de direitos humanos durante os regimes autoritários na América Latina, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos foi moldado

⁵⁴ Raquel da Cruz Lima (2012, p. 192) resume a configuração do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) como ligado à Organização dos Estados Americanos (OEA) e composto por dois órgãos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH). A Convenção buscou assegurar direitos civis e políticos no continente, aos quais foram adicionados direitos sociais, econômicos e culturais por um Protocolo Adicional em 1988 (Piovesan, 2011, p. 125). A Convenção Americana estabelece a obrigação de os Estados-partes respeitarem os direitos nela previstos e adotarem medidas de direito interno a fim de torná-los efetivos. A Comissão Interamericana e a Corte Interamericana garantem o cumprimento dessas obrigações. Criada em 1959, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos possui como instrumentos normativos a Carta da Organização dos Estados Americanos de 1948, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948 e a Convenção Americana de Direitos Humanos em vigor desde 1978. A CIDH recebe petições e denúncias independente de os Estados haverem ratificado a CADH ou reconhecerem a jurisdição da CorteIDH. Além de interpretar a Convenção, a Corte Interamericana, de caráter jurisdicional e de competência contenciosa, decide demandas individuais referentes à violação de direitos previstos nela, estabelecendo obrigações jurídicas vinculantes para os Estados que ratificarem a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória (Lima, 2012, p. 194).

decisivamente pelas respostas que ofereceu sobre como enfrentar esta realidade (cf. Bernardi, 2016, p. 413). Assim, o SIDH firmou a obrigação de investigar, processar e punir, fixando o dever de superar obstáculos processuais como os regimes de prescrição e os princípios de legalidade, coisa julgada e não retroatividade da lei penal em casos de graves violações de direitos humanos, além de proibir a aplicação da jurisdição militar para membros das Forças Armadas que cometerem estas violações (cf. Bernardi, 2015, p. 20).

Trata-se de um modelo de justiça de transição de caráter altamente judicializado que privilegia a regra de persecução criminal individual e um enfoque de justiça retributiva. Martin-Chenut (2014, p. 206) também aponta que, segundo a jurisprudência interamericana, a efetividade da proteção dos direitos humanos passa necessariamente pela utilização do direito penal, notadamente pela criminalização de certas violações, negando a possibilidade de que os julgamentos possam ser substituídos por outros mecanismos de justiça de transição em nome da paz, da reconciliação ou da estabilidade.

Para a CorteIDH, o reconhecimento de um direito à verdade sempre esteve relacionado à afirmação da exigência de juízos para processar as violações (Osorio, 2016, p. 31), não havendo direito à verdade efetivo sem a participação do Judiciário. Assim, a verdade histórica apresentada nos relatórios das comissões da verdade não substitui a verdade judicial alcançada nos processos voltados a estabelecer as responsabilidades (Osorio, 2016, p. 32). A CorteIDH também entende que, ao possibilitar a participação das vítimas e dos familiares e tendo seu resultado publicado e divulgado, os processos judiciais são modalidades reparatórias.

No caso *Velásquez Rodríguez versus Honduras* em 1988, a CorteIDH inaugurou seu sistema de casos contenciosos e considerou o Estado hondurenho responsável por um desaparecimento forçado⁵⁵, entendendo que houve violação da Convenção Americana de

⁵⁵ Segundo Tavares (2011, p. 294), trata-se do momento em que a CorteIDH reconheceu a natureza sistemática e repetida do desaparecimento forçado e que seu uso para fazer desaparecer indivíduos e para criar um estado geral de angústia e de medo se tratava de um fenômeno novo na América Latina, parte de uma estratégia governamental deliberada e sistemática. Posteriormente, a CorteIDH irá se pronunciar sobre desaparecimentos forçados outras vezes, como no caso *Godínez Cruz vs. Honduras*, *Fairén Garbí e Solís Corrales vs. Honduras*, e no caso *Gomes Lund vs. Brasil*. São características do desaparecimento forçado: a privação da liberdade, a intervenção direta ou aquiescência de agentes estatais, a negativa de reconhecer a detenção e revelar o destino ou o paradeiro da pessoa desaparecida. Segundo Martin-Chenut (2014, p. 192), o desaparecimento forçado seria um crime perfeito: sem vítima, sem corpo de delito, sem autor. A apreensão jurídica do fenômeno dos desaparecimentos forçados foi, em grande parte, fruto do SIDH. O desaparecimento forçado é definido pela Convenção Interamericana sobre o desaparecimento forçado de pessoas, assinada em 1994, como “a privação de liberdade de uma ou mais pessoas, seja de que forma for, praticada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com autorização, apoio ou consentimento do Estado, seguida de falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo, assim, o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes”.

Direitos Humanos e que há a obrigação estatal de respeitar os direitos à justiça e à verdade. O Estado hondurenho foi condenado por violação dos artigos 4º (direito à vida), 5º (direito à integridade pessoal e de não ser submetido à tortura ou tratamentos desumanos e degradantes) e 7º (direito à liberdade pessoal ou de não ser detido arbitrariamente) da CADH. A partir de então, surge a interpretação de que o Estado deve investigar, julgar e punir os responsáveis pelas graves violações de direitos humanos.

No caso *Castillo Páez versus Peru* em 1998, a CorteIDH foi chamada pela primeira vez a se pronunciar sobre uma lei de anistia. Naquele momento, considerou que as anistias obstaculizam a investigação e o acesso à justiça e impedem que os familiares das vítimas de desaparecimento forçado conheçam a verdade e sejam reparados (Osma, 2016, p. 41). Determinou que o Peru deve investigar, sancionar os responsáveis e adotar as disposições de direito interno necessárias (CorteIDH, 1998). Naquele momento, no entanto, não tratou da compatibilidade da lei de anistia com a Convenção Americana de Direitos Humanos.

No caso *Barrios Altos versus Peru* em 2001, a Corte estabeleceu pela primeira vez que “são inadmissíveis as disposições de anistia, de prescrição e o estabelecimento de excludentes de responsabilidade que pretendam impedir a investigação e sanção dos responsáveis por graves violações de direitos humanos” (Lima, 2012, p. 203). A Corte entendeu que se deve investigar, publicar resultados e responsabilizar, e que qualquer tipo de anistia é incompatível com os compromissos assumidos na Convenção Americana de Direitos Humanos. Neste julgamento histórico (Santos, 2010, p. 142), a CorteIDH condenou o Estado peruano pela violação dos artigos 1.1, 2, 8 e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos, mesmos artigos pelos quais o Brasil será condenado em 2010.

No caso *Almonacid Arellano versus Chile* julgado em 2006, a Corte Interamericana estabeleceu a invalidade do Decreto-Lei nº 2.191/1978 do regime Pinochet à luz das obrigações decorrentes da Convenção Americana de Direitos Humanos, porque nega justiça às vítimas e afronta os deveres do Estado de investigar, punir e reparar graves violações de direitos humanos que constituem crimes de lesa-humanidade⁵⁶ (Piovesan, 2010, p. 102), como foi a execução extrajudicial de Alfredo Almonacid Arellano em 1973. Como veremos, o caso terá um impacto na atuação dos Procuradores Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga no Brasil,

⁵⁶ Este é um caso-chave da CorteIDH. Aqui há uma determinação da Corte de que, ainda que o país não tenha assinado as Convenções Internacionais que estabelecem a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, como é o caso brasileiro, a imprescritibilidade surge como categoria de norma de direito internacional geral *jus cogens* que não nasce com a Convenção, mas que está reconhecida nela, de sorte que os países não podem deixar de cumprir esta norma imperativa (cf.. Mendonça, 2009, p. 163).

que passarão a utilizar a argumentação da CorteIDH nas primeiras representações criminais do Ministério Público Federal.

“a adoção e aplicação de leis que outorgam anistia por crimes de lesa humanidade impede o cumprimento das obrigações assinaladas. [...] Leis de anistia com as características descritas [crimes internacionais como o genocídio, os crimes de lesa humanidade ou as infrações graves do direito internacional humanitário] conduzem à indefesa das vítimas e à perpetuação da impunidade dos crimes de lesa humanidade, pelo qual são manifestamente incompatíveis com a letra e o espírito da Convenção Americana e indubitavelmente afetam direitos consagrados nela. Constitui *per se* uma violação da Convenção e gera responsabilidade” (CorteIDH apud Piovesan, 2010, p. 102)

Neste caso, portanto, a CorteIDH estabelece a obrigação de investigar e punir os crimes da ditadura chilena, que caracteriza como crimes contra a humanidade. Ademais, a CorteIDH fala pela primeira vez em controle de convencionalidade de normas internas como a lei de anistia chilena à luz da Convenção Americana de Direitos Humanos, afirmando que os tribunais domésticos devem deixar de aplicar normas que contrariem a CADH e a interpretação da CorteIDH⁵⁷. Além disso, esta decisão tem uma importância no que diz respeito à competência temporal de jurisdição da CorteIDH. O Chile assinou uma lei de anistia antes da ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos, mesma situação do Brasil. No entanto, a CorteIDH neste caso apontará que a continuada denegação de justiça às vítimas constitui violações específicas e independentes posteriores à ratificação da CADH, tratando-se de uma violação da CADH que permanece atual e adentra a jurisdição da CorteIDH. Ademais, há a obrigação prevista de adaptar a legislação interna à CADH, de forma que a manutenção da lei de anistia chilena após a ratificação da CADH se constitui em uma violação da convenção (cf. Tang, 2015, p. 272)⁵⁸.

Ao longo dos anos, a CorteIDH definiu um entendimento de que há uma obrigação de punir relacionada ao direito de proteção judicial e que a impunidade é ofensiva aos direitos humanos (Lima, 2012, p. 200). Foi firmada a jurisprudência de que “a responsabilidade criminal do indivíduo é uma obrigação estatal ligada à implementação doméstica da

⁵⁷ Torelly (2016, p. 560) ressalta que o controle de convencionalidade da CorteIDH tem recebido críticas, pois versões mais fortes desta doutrina poderiam indicar a construção de uma relação hierárquica de subordinação entre direito internacional e direito doméstico. Além de apontar a incompatibilidade de leis de anistia à luz da CADH, dizer que estas leis carecem de efeitos jurídicos é um desenvolvimento relevante para declarar a nulidade de disposições de leis domésticas. O Ministério Público Federal tem optado pela teoria do duplo controle, como veremos a seguir.

⁵⁸ Este raciocínio sobre a competência temporal da CorteIDH não será expressamente repetido na sentença do caso brasileiro de 2010, mas autores como Tang (2015) utilizarão este raciocínio para defender que o STF invalide completamente a Lei de Anistia brasileira, mesmo para crimes não permanentes, por incompatibilidade com a Convenção Americana de Direitos Humanos, ainda que o Brasil só tenha ratificado a CADH em 1992.

Convenção Americana de Direitos Humanos” e que, sua ausência fundamenta a responsabilidade internacional do Estado.

O Brasil ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos em 1992 e aceitou a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1998. Este ato marca o comprometimento internacional do Estado brasileiro ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

No entanto, cabe mencionar que, durante o período da ditadura militar, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos já havia recebido dezenas de petições contra o Brasil, em casos de tortura, prisão arbitrária, ameaça de morte, desaparecimento forçado e assassinato cometidos por agentes do Estado brasileiro. De acordo com Santos (2010, p. 134), foram 77 petições entre 1969 e 1973. Naquele momento, no entanto, a CIDH ignorava a maioria das denúncias apresentadas contra o Brasil, concluía que a maior parte dos casos era inadmissível ou que deveriam ser arquivados.

Somente sobre o caso do líder sindical Olavo Hansen, assassinado em maio de 1970 no DOPS em São Paulo, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos decidiu que o Estado brasileiro era responsável por violações aos direitos humanos. Segundo Santos (2010, p. 135), os relatórios da CIDH indicam que ao longo de 1970 diversas comunicações e denúncias sobre o assassinato de Olavo Hansen foram encaminhadas por pessoas e entidades, o que se caracteriza como uma mobilização jurídica transnacional de direitos humanos. O Estado brasileiro sustentou uma versão oficial de suicídio, negou visitas *in loco* e o acesso a informações. Em maio de 1972, então, a CIDH solicitou ao governo brasileiro “que se imponham aos que forem julgados culpados desta morte as sanções previstas por lei para tal caso e se ofereça aos parentes de Olavo Hansen a reparação que por direito lhes corresponda” (Santos, 2010, p. 136), decisão que foi mantida em abril de 1973.

Vinte e dois anos depois, em 1995, foi peticionado o caso sobre a Guerrilha do Araguaia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Encaminhado à Corte Interamericana em 2009, o caso *Gomes Lund et al. vs Brasil* foi julgado em novembro de 2010. A demanda do caso diz respeito à responsabilidade do Estado brasileiro pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas como resultado de operações do Exército para erradicar a Guerrilha do Araguaia⁵⁹. Em razão da Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979), o Estado não realizou investigação penal para julgar e punir os responsáveis.

⁵⁹ A guerrilha do Araguaia foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil. De acordo com Campos Filho (2003), a missão na região do Araguaia se iniciou a partir de 1966, quando os militantes do PCdoB começaram a

Cecília Santos (2010, p. 138) analisa a luta por justiça iniciada pelos familiares dos guerrilheiros a partir do fim da década de 1970. O processo legal na justiça interna foi iniciado em 1982, com uma “ação ordinária para prestação de fato”, a Ação nº 82.00.24682-5 impetrada contra a União Federal na Justiça Federal no Distrito Federal por membros das famílias de 22 pessoas desaparecidas. No processo, os familiares requisitavam a localização dos corpos e seu traslado, que se esclarecessem as circunstâncias das mortes e que se garantisse o acesso às informações em poder das Forças Armadas. A União apresentou contestação.

Em março de 1989, a Justiça Federal extinguiu o processo por se tratar um pedido jurídica e materialmente impossível. O TRF1 deu provimento à apelação dos familiares para que se julgasse o mérito da demanda. Embora a União tenha recorrido e tentado protelar o julgamento do mérito, a decisão favorável de mérito veio somente em 2003.

No entanto, após treze anos sem a Justiça Brasileira ter proferido uma decisão de mérito sobre o caso, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e a Human Rights Watch/Americas (HRW)⁶⁰ apresentaram uma petição contra o Estado Brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 1995 (Santos, 2007, p. 41), em razão da falta de providências do Estado e da morosidade do Judiciário. Trata-se de um caso de ativismo jurídico transnacional relacionado às estratégias de ONGs engajadas em disputas nos temas de direitos humanos. “Ao invocar os sistemas internacionais de direitos humanos para influenciarem a arena jurídica e política nacional, as ONGs de direitos humanos possuem o potencial de (re)politizar o direito e (re)legalizar a política.” (Santos, 2007).

Desta forma, ocorreu o que Keck e Sikkink (1998) chamam de efeito bumerangue.

se instalar. Eles se dividiram em três destacamentos e uma Comissão Militar e se inseriram no dia-a-dia dos moradores locais. Havia pelo menos 90 guerrilheiros na região em 1972, quando foram cercados pelas Forças Armadas na Primeira Campanha do Exército para derrotar a guerrilha. Os militantes foram para a mata adentro quando o Exército começou a chegar e os combates se iniciaram. Nas duas primeiras campanhas das Forças Armadas até outubro de 1972, houve confronto com os guerrilheiros e perdas de ambos os lados. A partir do fim de 1972, liderado pela figura do Major Curió, o Exército inicia uma operação de inteligência em que passa a infiltrar tropas regulares na população, abrindo caminho para a Terceira Campanha em outubro de 1973, quando as Forças Armadas mobilizam a maior quantidade de tropas desde a Segunda Guerra Mundial, conseguindo cercar a guerrilha, eliminar suas lideranças e executar todos os guerrilheiros restantes até o fim de 1974 (Nossa, 2012). Informa Teles (2005, p. 198) que na guerrilha morreram 59 militantes e pelo menos 17 moradores da região em quase três anos de conflitos.

⁶⁰ Posteriormente se somaram como copeticionários o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP). Santos (2010, p. 128) destaca o papel de mobilização e denúncia das ONGs, dos ex-presos políticos e dos grupos de familiares de mortos e desaparecidos políticos para o andamento deste processo e de outros no contexto da justiça de transição no Brasil. Para a autora, trata-se de uma importante estratégia de mobilização transnacional do direito. Como veremos no próximo capítulo, a mobilização dos familiares também foi necessária para que o Ministério Público Federal se aproximasse do tema.

“(1) canais entre grupos domésticos e seus governos são bloqueados ou quando são inefetivos para resolver um conflito, ativando um padrão bumerangue de influência característico dessas redes; (2) ativistas ou ‘political entrepreneurs’ acreditam que a formação da rede vai aprofundar suas missões e campanhas, e ativamente as promovem; e (3) conferências e outras formas de contato internacional criam arenas para formar e fortalecer estas redes” (Keck; Sikkink, 1998, p. 12)

O efeito bumerangue refere-se ao fato de que os Estados são os garantidores primários dos direitos, mas também seus violadores primários. Quando não há recurso nas arenas políticas e judiciais domésticas, grupos domésticos e indivíduos podem buscar conexões internacionais para expressar suas preocupações e proteger suas vidas. Assim, ONGs domésticas ultrapassam o estado e buscam aliados internacionais para tentar trazer pressão de fora nos Estados. “Contatos internacionais podem amplificar as demandas dos grupos domésticos, abrir espaço para novas demandas e então ecoar de volta estas demandas para a arena doméstica” (Keck; Sikkink, 1998, p. 13).

O Estado brasileiro passou a alegar na segunda metade dos anos 1990 que a Lei nº 9.140 reconheceu a responsabilidade civil e administrativa dos agentes do Estado pelos fatos denunciados e deu provimento às indenizações. O caso petitionado em 1995 foi admitido em março de 2001 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o que gerou efeitos na Justiça Federal interna.

A juíza federal Solange Salgado condenou o Estado brasileiro em junho de 2003 a tomar as medidas necessárias para encontrar os corpos dos familiares dos petionários, de forma a proporcionar um enterro digno, assim como a apresentar aos petionários as informações sobre as circunstâncias da morte e do desaparecimento das vítimas. O Estado brasileiro não cumpriu a sentença judicial de 2003. Na verdade, recorreu da decisão proferida pela juíza e não desclassificou os documentos relativos à guerrilha. Após novos recursos da União, o caso foi transitado em julgado em meados de 2007. (Santos, 2010, p. 139).

No Sistema Interamericano de Direitos Humanos também houve certa demora no andamento do caso. Após o relatório de admissibilidade pela CIDH em 2001, levou oito anos até que a CIDH encaminhasse o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos em março de 2009.

“A demanda se refere à alegada “responsabilidade [do Estado] pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, entre membros do Partido Comunista do Brasil [...] e camponeses da região, [...] resultado de operações do Exército brasileiro empreendidas entre 1972 e 1975 com o objetivo de erradicar a Guerrilha do Araguaia, no contexto da ditadura militar do Brasil (1964–1985)”. A Comissão também submeteu o caso à Corte porque, “em virtude da Lei

No. 6.683/79 [...], o Estado não realizou uma investigação penal com a finalidade de julgar e punir as pessoas responsáveis pelo desaparecimento forçado de 70 vítimas e a execução extrajudicial de Maria Lúcia Petit da Silva [...]; porque os recursos judiciais de natureza civil, com vistas a obter informações sobre os fatos, não foram efetivos para assegurar aos familiares dos desaparecidos e da pessoa executada o acesso à informação sobre a Guerrilha do Araguaia; porque as medidas legislativas e administrativas adotadas pelo Estado restringiram indevidamente o direito de acesso à informação pelos familiares; e porque o desaparecimento das vítimas, a execução de Maria Lúcia Petit da Silva, a impunidade dos responsáveis e a falta de acesso à justiça, à verdade e à informação afetaram negativamente a integridade pessoal dos familiares dos desaparecidos e da pessoa executada. A Comissão solicitou ao Tribunal que declare que o Estado é responsável pela violação dos direitos estabelecidos nos artigos 3 (direito ao reconhecimento da personalidade jurídica), 4 (direito à vida), 5 (direito à integridade pessoal), 7 (direito à liberdade pessoal), 8 (garantias judiciais), 13 (liberdade de pensamento e expressão) e 25 (proteção judicial), da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em conexão com as obrigações previstas nos artigos 1.1 (obrigação geral de respeito e garantia dos direitos humanos) e 2 (dever de adotar disposições de direito interno) da mesma Convenção. Finalmente, solicitou à Corte que ordene ao Estado a adoção de determinadas medidas de reparação. (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2010, p. 4)

A Corte Interamericana analisou o mérito das violações dos direitos para determinar uma série de reparações. Primeiramente, determinou a obrigação de investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis. Seguiu-se a determinação para que haja esforços para definir o paradeiro das vítimas, identificar os restos mortais e entregá-los às famílias, e para que se inclua a atenção médica e psicológica para reabilitação dos familiares.

Como medidas de satisfação, a Corte determinou a publicação da sentença em um meio de circulação nacional, um ato público de reconhecimento da responsabilidade internacional do Estado, a designação de um dia como o dia dos desaparecidos políticos no Brasil e a construção de um memorial para lembrança das vítimas; como medidas de não repetição, a implementação de programas de educação em direitos humanos nas Forças Armadas, a tipificação do delito de desaparecimento forçado para que possa haver julgamento e punição destes crimes, o acesso, a sistematização e a publicação de documentos em poder do Estado e a criação de uma Comissão da Verdade; por último, montantes de indenização pecuniária por dano material e de uma quantia por dano imaterial aos familiares das vítimas e indenização por restituição de custas e gastos estabelecidos, no prazo de um ano. (CorteIDH, 2010, pp. 93-113)

Entre estes pontos analisados, a Corte Interamericana examinou o “direito às garantias judiciais e à proteção judicial em relação às obrigações de respeitar e garantir os direitos e o dever de adotar disposições de direito interno”. Aqui, a Corte analisou se a Lei da Anistia de

1979 é ou não compatível com os direitos consagrados nos artigos 1.1, 2, 8.1 e 25⁶¹ da Convenção Americana. Após exame dos fatos, a Corte considerou que há uma obrigação de investigar e, se for o caso, julgar e punir graves violações de direitos humanos no Direito Internacional. Argumentou pela obrigação da garantia de assegurar o livre e pleno exercício dos direitos humanos, com base no artigo 1.1 da Convenção Americana.

Assim, defendeu a incompatibilidade das anistias relativas a graves violações de direitos humanos com o Direito Internacional. Neste momento, retomou sua jurisprudência anterior contrária às leis de anistia do Peru e do Chile, posições similares de órgãos universais das Nações Unidas, do Tribunal Penal Internacional e de órgãos regionais de proteção dos direitos humanos na África e na Europa. Também mostrou resultados na justiça interna de países como Peru, Uruguai, Argentina, Colômbia e Chile, em que foi levada em conta pelos governos a obrigação internacional destes Estados (CorteIDH, 2010, pp. 55-63).

“A Corte Interamericana considera que a forma na qual foi interpretada e aplicada a Lei de Anistia aprovada pelo Brasil (*supra* pars. 87, 135 e 136) afetou o dever internacional do Estado de investigar e punir as graves violações de direitos humanos, ao impedir que os familiares das vítimas no presente caso fossem ouvidos por um juiz, conforme estabelece o artigo 8.1 da Convenção Americana, e violou o direito à proteção judicial consagrado no artigo 25 do mesmo instrumento, precisamente pela falta de investigação, persecução, captura, julgamento e punição dos responsáveis pelos fatos, descumprindo também o artigo 1.1 da Convenção. Adicionalmente, ao aplicar a Lei de Anistia impedindo a investigação dos fatos e a identificação, julgamento e eventual sanção dos possíveis responsáveis por violações continuadas e permanentes, como os desaparecimentos forçados, o Estado descumpriu sua obrigação de adequar seu direito interno, consagrada no artigo 2 da Convenção Americana. (...) Dada sua manifesta incompatibilidade com a Convenção Americana, as disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos carecem de efeitos jurídicos. Em consequência, não podem continuar a representar um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, nem podem ter igual ou similar impacto sobre outros casos de graves

⁶¹ Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Artigo 1º - Obrigação de respeitar os direitos. 1. Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita a sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

Artigo 2º - Dever de adotar disposições de direito interno. Se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1º ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados Partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades.

Artigo 8º - Garantias judiciais. 1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

Artigo 25º - Proteção judicial. 1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais.

violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil.” (CorteIDH, 2010, pp. 64-65)

Assim, a Corte Interamericana determina que não possa haver obstáculos como a Lei da Anistia para investigação, processamento e punição dos responsáveis⁶². Independentemente da origem, natureza, processo de adoção ou caracterização, qualquer anistia que resulte na impunidade das graves violações de direitos humanos implica o desrespeito às obrigações da Convenção Americana de Direitos Humanos e, assim, carece de efeitos jurídicos. Entretanto, não se refere somente ao caso Guerrilha do Araguaia, mas também aos outros casos similares de violações de direitos humanos ocorridos no regime militar.

Uma crítica recorrente dos procuradores do Ministério Público Federal à decisão da CorteIDH diz respeito ao fato de que, na sentença *Gomes Lund*, a CorteIDH abandonou a figura dos crimes contra a humanidade, que havia usado no caso *Almonacid-Arellano* e que também se aplicaria perfeitamente ao caso brasileiro, e utilizou o conceito de graves violações de direitos humanos⁶³. Para Suiama (2014b, p. 375), o termo é “plurívoco e reconhecidamente pouco operativo para a definição dos deveres positivos dos Estados em matéria penal”, trazendo ainda insegurança jurídica.

Em entrevista a Bernardi (2015), Ivan Marx e Sergio Suiama apontam que não há uma densidade normativa para o conceito de graves violações de direitos humanos que determine de qual tipo penal se está falando nem para que se possa aplicar a eles a imprescritibilidade no Brasil. De qualquer forma, como os crimes dos agentes do Estado no Brasil se enquadram perfeitamente na categoria de crimes contra a humanidade, a opção do Ministério Público Federal tem sido de utilizar a categoria crimes contra a humanidade, como veremos em todas as representações criminais e denúncias oferecidas, e inclusive no Parecer do PGR na ADPF nº 320.

⁶² Suiama analisa: “Na perspectiva da dogmática penal, o fato de as decisões citadas voltarem-se contra as causas de extinção da punibilidade dos agentes (anistia e prescrição), e não contra o conteúdo do ilícito propriamente dito pode ser explicado (...) diferentemente do que ocorre nos tribunais penais internacionais, os litígios perante os organismos de DH dos sistemas regionais têm os Estados como parte requeridas, e não os supostos autores da violação. Assim, o conteúdo do provimento jurisdicional emanado da CorteIDH somente poderia estar voltado à esfera de atuação do Estado-Parte competente para a persecução doméstica do fato, pois o processo desenvolvido perante os organismos do sistema não tem natureza criminal” (Suiama, 2014a, p. 324).

⁶³ Na verdade, Marx (2014c) e Suiama (2014a) apontam como em diversas situações a CorteIDH já defendeu a imprescritibilidade para graves violações aos direitos humanos que não se enquadrariam como crimes contra a humanidade, por conta do direito das vítimas à efetiva proteção dos direitos reconhecidos na Convenção Americana de Direitos Humanos.

A CorteIDH, no caso *Gomes Lund*, ainda afasta sua competência temporal para decidir sobre a execução extrajudicial de Maria Lúcia Petit da Silva, e se pronuncia somente sobre os casos de desaparecimento forçado, na contramão do que julgou no caso chileno. Como se sabe, a interpretação dos delitos de homicídio e execução extrajudicial como crimes contra a humanidade possui consequências jurídicas como a declaração de sua imprescritibilidade, conforme o direito internacional geral.

A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o caso Araguaia mostra que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos tem dado contribuições importantes para a busca pela justiça e reparação em relação às violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar. Entre estas contribuições, verifica-se a jurisprudência consolidada do SIDH sobre a incompatibilidade de anistias e de outros impedimentos jurídicos à persecução penal e ao estabelecimento da verdade sobre estas violações (cf. Krsticevic; Affonso, 2011, p. 381). Par Engstrom (2011, p. 138) também argumenta que “os grupos de vítimas e as suas redes de apoio legal têm desempenhado um papel importante ao basear-se nas oportunidades proporcionadas pelo SIDH para forçar uma agenda específica de justiça de transição que desafia anistias em vários países da região”.

Lucia Bastos também aponta que as sentenças da CorteIDH

“até o momento têm contribuído para um progressivo desenvolvimento do direito internacional dos direitos humanos. De acordo com a sua ampla jurisdição para ordenar o Estado a tomar medidas provisionais, assim como providenciar compensações financeiras e reparações simbólicas às vítimas de violações de direitos humanos, a Corte tem declarado que o Estado deve investigar os abusos cometidos e, se possível, punir os perpetradores” (Bastos, 2016, p. 365).

Raquel Lima afirmava, ainda em 2012, que “tendo sido o Brasil o único país da América Latina que não adotou nenhum dos principais mecanismos de justiça de transição – comissões de verdade ou julgamentos criminais -, a sentença da Corte foi a primeira grande vitória dos movimentos de direitos humanos depois de 20 anos” (Lima, 2012, p. 207). Bruno Bernardi (2015, p. 550), no entanto, aponta que o tema da justiça de transição sempre foi muito isolado no Brasil, não sendo encampado por atores políticos relevantes, o que compromete o impacto da sentença da CorteIDH no país. Ou seja, há um bloqueio ao avanço da agenda de justiça de transição, visto que com a ausência dos fatores domésticos pró-

cumprimento da sentença da CorteIDH, como ONGs ou juízes favoráveis, reduzem-se as condições locais para influência do SIDH⁶⁴.

Como vimos, a decisão do STF no Brasil foi um impedimento ao avanço da luta pela responsabilização criminal individual. No entanto, Bernardi (2015, p. 551) aponta que a mobilização dos recursos jurídico-legais da sentença da CorteIDH e sua utilização se transformaram em ponto focal em torno do qual familiares, CEJIL e o Ministério Público Federal continuam a pressionar o Estado⁶⁵, de forma que a sentença da CorteIDH fomentou novos campos de batalha diante do Poder Judiciário e inaugurou um *boom* de judicialização nos últimos anos (cf. Meyer, 2016a, p. 125). Esta leitura feita por uma corte no seio da jurisdição constitucional destaca os problemas de uma decisão judicial e força o Judiciário a se reinventar, criando novas condições que empurram movimentos sociais⁶⁶ contra as instituições, obrigando-as a guiar seu direcionamento em prol de interpretações mais democráticas (cf. Meyer, 2016a, p. 128).

Criam-se, assim, espaço e recursos para que atores e grupos domésticos litiguem contra o seu próprio Estado no plano local tendo por fundamento os direitos reconhecidos nos tratados (cf. Simmons, 2009), que se transformam em obrigações legais executáveis no plano interno a partir das quais demandas de atores sociais e decisões judiciais se baseiam, criando novas ferramentas de litígio para indivíduos e grupos nos tribunais locais⁶⁷. Sem esta sentença

⁶⁴ Para o autor, a postura assumida pelos atores judiciais domésticos é central para determinar o impacto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o cumprimento de suas sentenças, já que o impacto do sistema interamericano depende da judicialização de casos concretos e das estratégias, escolhas e decisões jurídico-legais de juízes e promotores durante a tramitação dos processos. De acordo com os dados de Huneeus (2011), os tribunais domésticos são responsáveis por descumprir as sentenças da CorteIDH, tendo em vista que juízes e promotores são mais relutantes em cumprir do que outros atores estatais. O Judiciário doméstico é um ator central para viabilizar os julgamentos e implementar os mecanismos de justiça de transição, pois é no sistema de justiça que se decide pela manutenção ou não de lei de anistias, prescrição e outras barreiras processuais que impediriam a realização de julgamentos ou a aplicação de normas internacionais. Assim, é preciso observar estes elementos de contexto, as estruturas de oportunidades políticas domésticas (cf. Bernardi, 2015, p. 28), para entender o impacto da sentença da CorteIDH.

⁶⁵ “Em contextos marcados historicamente por impunidade, injustiça e abusos, o sistema interamericano e a CorteIDH converteram-se em um dos poucos caminhos abertos para que inúmeras vítimas das atrocidades dos crimes de lesa-humanidade pudessem confrontar seus Estados e lutar em favor de verdade, justiça, reparações e medidas de não-repetição. Desse modo, tais grupos têm instrumentalizado a normatividade do regime regional de direitos humanos para se empoderar e fortalecer suas reivindicações de direitos diante de contextos nacionais cujas barreiras legais e políticas impediriam qualquer forma de avanço das suas demandas” (Bernardi, 2016, p. 438).

⁶⁶ Neste sentido, cabe apontar a mobilização popular que surgiu após a sentença da CorteIDH, pela punição dos agentes da ditadura. Trata-se dos escrachos realizados pelo Levante Popular da Juventude pela punição dos torturadores em 2012, no contexto de instalação da Comissão Nacional da Verdade, e que objetivavam agitar a pauta da memória, verdade e justiça na sociedade (cf. Levante Popular da Juventude, 2015, p. 495).

⁶⁷ Emilio Meyer (2016a, p. 114) reflete como a judicialização da política tem impactado a luta política contra os legados autoritários na América Latina, em um movimento no qual as cortes têm assumido um papel protagonista de defensor dos direitos e árbitro dos conflitos sociais e políticos e uma série de atores sociais têm

da CorteIDH, o caminho do direito à justiça estaria ainda mais bloqueado, como veremos nos capítulos a seguir.

A condenação do Brasil pela CorteIDH trouxe ainda uma nova questão jurídica para este debate, conforme aponta Yi Shin Tang (2015, p. 265). Trata-se da questão sobre a obrigação internacional de cumprimento da sentença da CorteIDH e sobre qual *status* as obrigações internacionais do Estado brasileiro em matéria de direitos humanos possuem no ordenamento constitucional interno. Para Tang, como vimos anteriormente, a Convenção Americana de Direitos Humanos possui *status* constitucional e o STF possui a obrigação de cumprir as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos e reconhecer sua jurisdição.

Percebe-se que a sentença da CorteIDH no caso brasileiro tratou somente dos crimes permanentes de desaparecimento forçado. O autor aponta, no entanto, que o STF deve observar o julgamento do caso *Almonacid-Arellano vs. Chile* de 2006 para derrubar por inteiro toda a Lei de Anistia brasileira. Ou seja, mesmo que a ratificação da CADH tenha ocorrido somente na década de 1990, é possível defender a incompatibilidade da Lei de Anistia frente à CADH para os crimes não permanentes, em razão da violação dos direitos das vítimas que permanece até hoje, bem como pela necessidade de o Estado brasileiro ter adaptado sua legislação interna à CADH desde o momento de sua ratificação. A ausência de investigação e persecução penal das condutas após 1998, bem como a aplicação da Lei de Anistia após essa data seriam, assim, violações dos compromissos internacionais do Brasil (cf. Weichert, 2009, p. 160).

Por outro lado, conforme apontam Krsticevic e Affonso (2011, p. 273), o Sistema Interamericano de Direitos Humanos não impõe modelos rígidos para o cumprimento das sentenças, sendo diferentes as soluções nacionais tomadas de boa fé para cumprir as decisões da CorteIDH, dialogando com a normativa, jurisprudência e doutrina nacionais. Neste sentido, o Procurador Sérgio Suiama analisa que:

“a tendência a um maior detalhamento das condutas puníveis, tanto pelo interesse em patrocinar um tratamento penal uniforme a ilícitos transnacionais como pela tentativa de comprometer os membros da comunidade internacional com a repressão a crimes internacionais possuem um resultado positivo, na medida em que a especificação do conteúdo dos mandados de criminalização e das condutas que deverão ser consideradas antijurídicas fornece *standards* mais seguros aos sistemas domésticos de justiça, tanto para a formulação adequada dos tipos penais, em termos

da proibição da insuficiência e do excesso, quanto para sua aplicação a casos concretos” (Suiama, 2014a).

No terceiro capítulo, veremos como os procuradores que tentam realizar a persecução penal enfrentaram a questão da aplicação da sentença da CorteIDH no direito interno, apresentando soluções que permitem cumprir a sentença sem ferir o direito interno para processar e sancionar os crimes dos agentes do Estado, como a teoria da dupla subsunção dos fatos⁶⁸.

Sobre as garantias individuais dos acusados, Martin-Chenut (2014, p. 214) reflete que a evolução do direito internacional faz com que os Estados revisitem certos princípios tradicionais do direito penal no intuito de conciliá-los com as normas internacionais, mas os Estados também têm a obrigação de julgar os autores de graves violações de direitos humanos respeitando os direitos e liberdades previstas pela Convenção Americana de Direitos Humanos.

Sobre o conflito no direito interno com a decisão do STF na ADPF nº 153, como aponta André de Carvalho Ramos (2011, p. 176), o reconhecimento da jurisdição de tantos órgãos internacionais deve ser acompanhado pela interpretação internacional desses textos, ou ainda assim se estará a violar os direitos protegidos⁶⁹. Assim, o autor defende que seja necessário compatibilizar a jurisprudência do STF com a posição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e enfatiza a necessidade do cumprimento pelo Brasil da integralidade dos comandos da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O autor ressalta os comandos constitucionais que tratam de tratados de direitos humanos, como os parágrafos 2º e 3º do artigo 5º da Constituição de 1988, já citados na seção anterior, e o artigo 7º do ADCT, que expressamente dispõe sobre a formação de um tribunal internacional de direitos humanos.

A teoria do duplo controle é proposta pelo autor, então, para solucionar o que ele chama de aparente conflito entre a sentença da CorteIDH e a decisão do ADPF na ADPF nº 153.

“Reconhece a atuação em separado do controle de constitucionalidade (STF e juízos nacionais) e do controle de convencionalidade (CorteIDH e outros órgãos de direitos

⁶⁸ Aplicação das tipificações e sanções vigentes ao tempo em que cometidos os crimes, preservando o princípio da legalidade, com as consequências especiais próprias dos crimes contra a humanidade, como imprescritibilidade e impossibilidade de anistia.

⁶⁹ “Não atenderia aos comandos dos próprios tratados ignorar a posição dominante dos órgãos encarregados justamente da interpretação de seus dispositivos. O controle internacional de convencionalidade existe justamente para que se evite uma interpretação equivocada, que possa levar à violação dos direitos protegidos. (Ramos, 2011, p. 179)”

humanos do plano internacional). Os direitos humanos, então, no Brasil possuem uma dupla garantia: o controle de constitucionalidade nacional e o controle de convencionalidade internacional. Qualquer ato ou norma deve ser aprovado pelos dois controles, para que sejam respeitados os direitos no Brasil. Esse duplo controle parte da constatação de uma verdadeira separação de atuações, na qual inexistiria conflito real entre as decisões porque cada Tribunal age em esferas distintas e com fundamentos diversos” (Ramos, 2011, p. 217).

Assim, Ramos elaborou uma teoria que será utilizada pelo Ministério Público Federal em sua argumentação para fazer cumprir a sentença da CorteIDH. Segundo a teoria do duplo controle, a lei de anistia deveria ter passado pelo controle de constitucionalidade e pelo controle de convencionalidade para ter validade, o que não ocorreu. Para Rothenburg (2013, p. 684), “não se tolera que um ato subsista à avaliação de sua incompatibilidade com as normas internacionais (convencionalidade). Entretanto, também não se abdica da necessidade de conformidade do ato com a Constituição, no âmbito mais específico de cada Estado”.

Para Torelly (2016, p. 549), a condenação do Brasil pela CorteIDH teve uma série de impactos, como na visibilidade da causa e na mobilização social em um país no qual o tema da justiça de transição nunca esteve em pauta, na mudança de postura do Ministério Público Federal, na alavancagem da política pública de reparação e saúde mental para vítimas da ditadura, na nova Lei de Acesso à Informação, na Comissão Nacional da Verdade e na propositura da ADPF nº 320⁷⁰.

No que diz respeito ao Ministério Público Federal e interessa a esta pesquisa, Torelly (2016, p. 549) observa que durante as duas primeiras décadas de democracia após o final da ditadura, o Ministério Público Federal, “detentor da prerrogativa para o processamento penal dos crimes praticados pela repressão, funcionou garantindo a manutenção da impunidade”, tanto por não iniciar investigações como por apoiar a interpretação da Lei de Anistia. As exceções, como veremos no próximo capítulo, foram parte de iniciativas individuais de procuradores que se valeram de suas prerrogativas para iniciar investigações.

Esta sentença da CorteIDH, no entanto, modifica a postura do MPF, sendo um divisor de águas que fortaleceu e empoderou um grupo dentro da instituição, como veremos no terceiro capítulo. Foi instituído um grupo de trabalho e abertas centenas de investigações sob os argumentos da necessidade de dar cumprimento à decisão internacional, do fato de os delitos se tratarem de crimes contra a humanidade e, nas situações de sequestro e ocultação de cadáver, serem crimes permanentes.

⁷⁰ O PSOL ingressou com uma nova ADPF, a ADPF nº 320, para levar à apreciação do STF a possibilidade de responsabilização criminal dos agentes da ditadura envolvidos em crimes contra a humanidade, observando a sentença da CorteIDH e a fiscalização feita à luz da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Ocorreu, portanto, uma desobstrução da pauta nas instituições domésticas pela via do litígio internacional, em um processo conhecido por efeito bumerangue (cf. Keck; Sikkink, 1998). A demanda doméstica de responsabilização dos crimes da ditadura foi remetida ao plano internacional e, depois, retornou para o processamento doméstico com um novo *status*. Assim, neste caso, o litígio das vítimas junto à CorteIDH teve um efeito amplo na luta por justiça, destravando a atuação institucional do MPF para um amplo conjunto de casos relacionados ao legado da ditadura (cf. Torelly, 2016, p. 551). O desafio segue sendo a cooperação do Judiciário e os obstáculos legais impostos.

Em relatório de supervisão de cumprimento de sentença em 2014⁷¹, a CorteIDH observa as dificuldades encontradas no Judiciário sobre as tentativas de persecução penal do Ministério Público Federal. A Corte Interamericana “insiste na obrigação dos juízes e tribunais internos de realizarem um controle de convencionalidade, especialmente quando existe coisa julgada internacional” para fazer prevalecer a decisão da Corte Interamericana sobre a interpretação da Convenção Americana, que tem caráter de coisa julgada internacional e é vinculante em sua totalidade, “independentemente das interpretações que se realizem no âmbito interno”.

A CorteIDH considera, então, que a obrigação de investigar os fatos se encontra pendente de cumprimento, por conta dos óbices colocados pelas autoridades judiciais, que desconhecem o alcance da decisão da CorteIDH e não exercem o controle de convencionalidade. Cabe destacar, no entanto, o reconhecimento da CorteIDH ao trabalho realizado pelo Ministério Público Federal.

“A Corte reconhece e avalia positivamente os esforços do Ministério Público Federal para avançar no cumprimento da obrigação de investigar outras graves violações ocorridas durante a ditadura militar. Contudo, estes esforços são infrutíferos em razão da posição de determinadas autoridades judiciais com respeito à interpretação da Lei de Anistia, a prescrição e a falta de tipificação do delito de desaparecimento forçado” (CorteIDH, 2014, p. 12).

Como veremos mais pra frente, recentemente novos casos da ditadura brasileira foram encaminhados para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O Caso Vladimir Herzog foi peticionado em 2009, admitido pela CIDH em 2012 e encaminhado em abril de 2016 para a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Outros dois casos da ditadura, os casos de Eduardo Collen Leite e de Luiz José da Cunha, estão sendo analisados pela Comissão

⁷¹ Relatório disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/gomes_17_10_14_por.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

Interamericana de Direitos Humanos. No próximo período, portanto, deve haver novas manifestações do sistema regional de proteção aos direitos humanos sobre as medidas de justiça de transição adotadas pelo Brasil.

1.4. O Ministério Público Federal depois da Constituição de 1988

Ao observar o relatório de supervisão do cumprimento de sentença que a Corte Interamericana de Direitos Humanos publicou em outubro de 2014, fica evidente o papel importante que o Ministério Público Federal tem desempenhado para investigação e determinação das correspondentes responsabilidades penais sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar no Brasil. No entanto, antes de examinar mais a fundo a atuação do Ministério Público Federal no cumprimento da sentença da Corte Interamericana, é preciso entender que ator institucional é esse, quais suas atribuições dentro do sistema de justiça no Brasil e qual sua autonomia frente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Pesquisa do Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense que ouviu 5063 pessoas em 126 municípios do país em 2013⁷² mostrou que 77% das pessoas entrevistadas não souberam responder em que áreas o MPF atua; 16,7% não conhecem nada do MPF; e outros 76,9% só conhecem “de ouvir falar”. Entretanto, 67% dos entrevistados disseram aprovar a atuação do MPF; 70,7% responderam que sua atuação deve ser ampliada no sentido do combate à corrupção; e para 80,4% dos entrevistados, o MPF tem legitimidade para atuar na área criminal. A pesquisa mostra que, apesar de se desconhecer o funcionamento do Ministério Público Federal, a instituição possui certa credibilidade junto à população.

O Ministério Público integra o sistema de justiça do Brasil. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 127, determina que a instituição é “permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis⁷³”. Para cumprir estas atribuições, o Ministério Público atua perante todos os órgãos do Poder Judiciário, em todas as instâncias.

⁷² “77% dos brasileiros desconhecem a atuação do Ministério Público Federal”. <<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2013/08/08/77-dos-brasileiros-desconhecem-atuacao-do-ministerio-publico-federal/>> Acessado em 11/07/2016.

⁷³ Para Maria Célia Néri de Oliveira (2010, pp. 7-8), estas incumbências do Ministério Público determinadas no artigo 127 da Constituição Federal de 1988 dizem respeito à fiscalização do “efetivo cumprimento de todas as leis editadas no País, bem como aquelas decorrentes de tratados e acordos internacionais de que o Brasil seja

O artigo 129 da Constituição Federal determina suas funções institucionais:

“I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior; VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.” (Brasil. Constituição Federal, 1988)

O Ministério Público é dividido em dois ramos: o Ministério Público da União, mantido pela União e ramificado em Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; e o ramo do Ministério Público dos estados.

Como demonstraremos nas seções mais adiante, é atribuição do Ministério Público Federal atuar nos casos das graves violações de direitos humanos ocorridas no regime militar no Brasil. Isto ocorre porque o Ministério Público Federal atua nas causas de competência da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Federais, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, sempre que estiverem em discussão bens, serviços ou interesses da União, de suas entidades autárquicas e empresas públicas federais (Oliveira, 2010, p. 14). Como a repressão à dissidência política foi realizada por aparatos policiais e das Forças Armadas em trabalho coordenado pela União, constituindo a natureza de atos de servidores públicos federais, é competência da Justiça Federal processá-los e julgá-los (Weichert, 2009).

O Ministério Público Federal está organizado em unidades administrativas: as Procuradorias da República, sediadas nas capitais dos estados e nos municípios onde houver Vara Federal, são o local de lotação dos procuradores da República, que oficiam perante os

signatário”, ao zelo “pelo Estado de Direito e pela real observância dos princípios e normas que garantem a participação popular na condução dos destinos do país”, e à promoção de “todas as medidas e ações necessárias para a efetivação de direitos em que esteja presente o interesse geral, da coletividade, visando à melhoria das condições de vida em sociedade”. Goulart (2013, p. 109) entende que no novo pacto social brasileiro, a sociedade conferiu ao Ministério Público estas incumbências e compromissos-deveres para dar concretude ao objetivo estratégico da República, tratando-se de missão histórica de largo e profundo alcance, implicando intervenção transformadora da realidade.

juízes das Varas da Justiça Federal de primeira instância; as Procuradorias Regionais da República estão localizadas onde têm sede os Tribunais Regionais Federais, lotando os procuradores regionais da República; a Procuradoria Geral da República, sediada em Brasília, é o local de lotação do procurador-geral da República e dos subprocuradores-gerais da República, que atuam nos processos em tramitação no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal (Oliveira, 2010, pp. 19-20). O chefe do Ministério Público da União, que vem a ser também o chefe do Ministério Público Federal, é o Procurador-Geral da República, conforme o artigo 128, parágrafo 1º da Constituição Federal de 1988.

Para os fins desta pesquisa, é preciso ainda entender o que são as Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, tendo em vista o papel que a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, de atribuição criminal, exerce nas tentativas de persecução penal dos crimes da ditadura militar no Brasil. Nas palavras de Goulart,

“as Câmaras de Coordenação e Revisão são órgãos setoriais de coordenação, integração e revisão do exercício funcional, compostas por três membros do Ministério Público Federal, um deles indicado pelo Procurador-Geral da República e os demais pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, competindo-lhes: promover a integração e a coordenação dos órgãos institucionais; manter intercâmbio com órgãos ou entidades que atuem em áreas afins; encaminhar informações técnico-jurídicas aos órgãos institucionais; manifestar sobre arquivamento de inquérito policial, inquérito parlamentar ou peças de informação, exceto nos casos de competência originária do Procurador-Geral; resolver sobre a distribuição especial de feitos que, por sua contínua reiteração, devam receber tratamento uniforme; resolver sobre a distribuição especial de inquéritos, feitos ou procedimentos, quando a matéria, por sua natureza ou relevância, assim o exigir; decidir sobre conflitos de atribuições” (Goulart, 2013, pp. 146-147)

Assim, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão (2CCR) do Ministério Público Federal é a instância responsável por fixar diretrizes e coordenar o trabalho criminal do MPF. A partir do terceiro capítulo, estudaremos a atuação coordenada pela 2CCR para a persecução penal dos crimes da ditadura e discutiremos melhor as matérias prioritárias para a 2CCR.

“A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal é órgão colegiado setorial de coordenação, integração e revisão do exercício funcional no Ministério Público Federal no que concerne à matéria criminal. No desempenho de suas funções institucionais, a 2ª Câmara tem por propósito concorrer para a preservação da ordem social, da justiça e da dignidade da pessoa humana, notadamente pela adequada promoção e condução da ação penal pública no âmbito da Justiça Federal” (Brasil, Ministério Público Federal, 2015a).

O Ministério Público Federal, entre as instituições que compõem o sistema de justiça no Brasil, sempre teve duas funções principais, de acordo com Rogério Arantes (1999, p. 84): a de fiscal da lei (*custos legis*), função pela qual deve acompanhar como órgão interveniente a

aplicação da lei pelo juiz em casos concretos envolvendo direitos individuais indisponíveis, apresentando pareceres; e a função de titular da ação penal pública.

“Como titular da ação penal pública, o MP está encarregado de acionar o Poder Judiciário em nome do Estado com vistas à aplicação da pena nos crimes codificados pela legislação. O direito de punir é exclusividade do Estado e o MP é o órgão estatal que detém a responsabilidade exclusiva de desenvolver a acusação no processo criminal. Apenas de modo subsidiário a vítima ou seu representante podem atuar neste tipo de processo judicial.” (Arantes, 1999, p. 84)

Ela Wiecko Volkmer de Castilho e Maria Tereza Sadek (2010) destacam ainda que, como a Constituição de 1988 ampliou significativamente a tipificação dos direitos constituintes da cidadania, incorporando os direitos sociais, o Ministério Público passou a agir em novas áreas, tendo sua possibilidade de atuação alargada para o papel de defesa da sociedade. Dentre as novas atribuições, se destaca a de promover a ação civil pública. Por este instrumento, o Ministério Público pode acionar o Poder Judiciário para promover a defesa de direitos difusos e coletivos, que foram instituídos por lei nas últimas décadas.

Goulart (2013, p. 81) aponta que o Ministério Público tornou-se um articulador das políticas públicas concretizadoras de direitos fundamentais. Além de intervir nos processos em que haja interesse público relevante, adiciona-se na atuação cível a tutela de interesses transindividuais e dos direitos fundamentais da cidadania, utilizando os procedimentos administrativos e os inquéritos civis, bem como o ajuizamento da ação civil pública. O autor observa que,

“com o avanço da cidadania e o aprofundamento da democracia, [o Ministério Público] perde, pouco a pouco, as atribuições de representação da Administração, ganha autonomia, para assumir, finalmente, a defesa dos interesses da sociedade, sob a égide dos valores e princípios democráticos” (Goulart, 2013, p. 82).

Arantes (1999) também observa como a Constituição de 1988 deslocou o Ministério Público da tarefa de defender o Estado para a condição de fiscal e guardião dos direitos da sociedade, incorporando um amplo leque de atribuições na área cível e uma completa independência institucional em relação aos demais poderes do Estado. Assim também entende Garcia (2008):

“A Constituição de 1988 diluiu por completo os vínculos outrora existentes com o Executivo, a começar pela vedação expressa de representá-lo e de exercer atividade de consultoria. À instituição foi outorgada, de forma expressa, autonomia funcional e administrativa e, de forma implícita, autonomia financeira (art. 127). A autonomia funcional (...) indica que a instituição está imune a qualquer influência externa no exercício de sua atividade finalística. Assim, poderá adotar as medidas contempladas

no ordenamento jurídico, em face de quaisquer agentes, órgãos ou instituições, de caráter público ou privado, sempre que tal se fizer necessário” (Garcia, 2008, pp. 16-17).

Sendo assim, a Constituição de 1988, ao projetar um Estado social dirigido à promoção do bem comum, reconheceu no Ministério Público um dos canais de que a sociedade poderia dispor para a consecução do objetivo estratégico de construção de uma democracia econômica e social (Goulart, 2013, p. 78), e consolidou o novo perfil político-institucional do Ministério Público, que decorre da independência de que goza e do rol de atribuições que possui, incumbindo-lhe, além das tarefas comuns às instituições congêneres (persecução criminal e tutela de interesses indisponíveis), a defesa do regime democrático e a ampla tutela dos interesses coletivos e difusos (Goulart, 2013, p. 200).

“Cabe ao Ministério Público Federal ‘a representação funcional dos interesses estratégicos da sociedade brasileira’ e, para isso, é dotado de legitimidade constitucional e de instrumental político-jurídico que o capacitam à defesa do projeto de Estado e de sociedade definido no Pacto de 1988. Nesse sentido, figura como instituição fiadora e garantidora da democracia” (Werneck Vianna; Burgos; Ayres Britto apud Goulart, 2013, p. 108).

Sadek (2009) explica que o amplo leque de competências da instituição é acompanhado de garantias de autonomia administrativa, funcional⁷⁴ e financeira, não se vinculando a nenhum dos poderes do Estado. Isto porque a instituição tem o direito de apresentar proposta orçamentária, de propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos, além de que seus integrantes não respondem a outros poderes ou instituições e gozam das mesmas prerrogativas dos membros do Poder Judiciário. Apesar disso, a autora aponta limitações para a capacidade efetiva de cumprir suas atribuições:

“Por outro lado, a capacidade efetiva de cumprir suas atribuições é limitada por fatores como a dependência em relação a outras instituições, particularmente o Judiciário e a Polícia, uma vez que estas organizações podem tanto facilitar como dificultar ou mesmo impedir o andamento de uma investigação ou de uma ação; além, é claro, da vulnerabilidade a pressões advindas das forças políticas.” (Sadek, 2009, p. 7)

Fábio Kerche (2007) argumenta que a Constituição de 1988 conferiu mais autonomia ao Ministério Público, retirando-o de sua ligação direta com o Poder Executivo sem subordiná-lo ao Poder Legislativo ou ao Judiciário, e criou mecanismos que o protegem das injunções político-partidárias, o que é pouco comum aos órgãos estatais. Para o autor, o

⁷⁴ A autonomia funcional implica em total liberdade de atuação, não se admitindo ingerências de outros poderes (cf. Oliveira, 2010, p. 25).

Ministério Público pós-Constituição de 1988 combina elementos de autonomia, instrumentos de ação, discricionariedade e amplo leque de atribuições com poucos mecanismos de *accountability*.

“O Ministério Público, enquanto instituição autônoma e independente, não integra o Legislativo, o Executivo ou o Judiciário. Esse é o traço marcante que distingue o Ministério Público brasileiro, colocando-o como o mais avançado do mundo à luz do direito comparado. (Goulart, 2013, p. 80)”

Embora a indicação do chefe do Ministério Público da União pudesse ser um indicativo de influência dos políticos sobre a instituição, Fábio Kerche aponta que há uma proteção contra exoneração pouco desfrutada por chefes de outros órgãos estatais, pois o Procurador-Geral da República só é passível de demissão por iniciativa do presidente da República, com aprovação de maioria absoluta no Senado. São avanços o fato de que só podem ser indicados para Procurador-Geral da República integrantes da carreira do Ministério Público e o mandato de dois anos para o exercício do cargo, que garante a independência daquele que está investido no cargo (Goulart, 2013, p. 80).

Analisa que a independência interna, entretanto, reduz sensivelmente o impacto destas indicações. Isto ocorre porque a organização não é tradicionalmente hierárquica e seu chefe tem poderes internos bastante limitados (cf. Kerche, 2007, p. 268). Castilho e Sadek (2010, p. 3) apontam que, por se tratar de uma instituição do tipo monocrática, cada um de seus integrantes tem liberdade de agir como se fosse a própria instituição, não havendo, a rigor, uma hierarquia baseada em estritos princípios de mando e obediência.

Ou seja, internamente os membros individuais da instituição gozam de garantias constitucionais como a vitaliciedade⁷⁵, a inamovibilidade⁷⁶ e a irredutibilidade de vencimentos⁷⁷, o que lhes confere alto grau de independência funcional e controle completo sobre as ações que conduzem (Arantes, 1999).

Como decorrência das cláusulas da independência funcional e da inamovibilidade, existe o princípio do promotor natural reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (cf.

⁷⁵ Após o estágio probatório, eles adquirem vitaliciedade e só poderão ser demitidos por decisão judicial transitada em julgado (cf. Oliveira, 2010, p. 25)

⁷⁶ Não podem ser transferidos, sem o seu expresso consentimento, para lugar diverso do que atuam, salvo por motivo de interesse público (cf. Oliveira, 2010, p. 25)

⁷⁷ O objetivo desse princípio é proteger a Instituição de represálias de governos ou parlamentares que, incomodados com a atuação do Ministério Público, possam propor a diminuição do subsídio de seus membros (cf. Goulart, 2013, p. 141).

Oliveira, 2010, p. 26). Assim, são seguidas as normas internas de distribuição de processos nas Procuradorias da República.

“Significa que somente o promotor natural é que deve atuar no processo, o que impede a chefia da instituição de efetuar designações casuísticas, afastando um procurador e designando outro para atuar naquela causa. (...) Eles serão os promotores naturais daqueles processos, dos quais somente se afastam quando se declaram impedidos por algum dos motivos previstos na lei ou quando mudam de área ou cidade” (Oliveira, 2010, p. 26).

É importante observar que, quando os primeiros Procuradores iniciaram as ações para tentar responsabilizar os agentes da ditadura, não havia a concordância da cúpula do Ministério Público Federal com a tese da responsabilização, mas não houve veto, tentativa de impedir, nem qualquer tipo de sanção a eles, devido ao princípio de autonomia e independência funcional reservado aos procuradores. Da mesma forma, os procuradores naturais com atribuição criminal que receberam as primeiras representações criminais sobre os casos da ditadura requereram arquivamento dos procedimentos, por não acolherem as teses, como analisaremos em capítulo posterior desta pesquisa.

Por fim, cabe apontar os princípios da unidade e da indivisibilidade da instituição. Conforme aponta Goulart, o princípio da unidade conforma a estrutura administrativa do Ministério Público como órgão único, integrado por promotores de justiça sob a direção de um só chefe. O autor defende, ainda, no entanto, que se entenda este princípio como uma orientação da atuação político-institucional do Ministério Público como voltado ao objetivo estratégico de promoção do projeto de democracia participativa, econômica e social delineado na Constituição de 1988 (Goulart, 2013, pp. 131-132). O princípio da indivisibilidade, por sua vez, decorre do fato de que “por integrar uma instituição uma, os membros do Ministério Público podem ser substituídos, um pelo outro, no mesmo procedimento ou processo, sem prejuízo para o exercício das funções institucionais” (Goulart, 2013, p. 134), visto que quem figura nos procedimentos e processos é a instituição e não o agente institucional. Nos processos que analisaremos, portanto, embora assinados pelo Procurador responsável, é a instituição Ministério Público Federal quem está oferecendo a denúncia ou interpondo recursos.

Uma questão sobre a atuação criminal deve ser mencionada: trata-se da possibilidade do exercício de função de investigação criminal pelo Ministério Público. Uma polêmica na opinião pública em 2013 colocou em evidência uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC nº 37, que retirava os poderes de investigação do Ministério Público. O debate viria por

conta do artigo 144, parágrafo 1º, inciso IV da Constituição Federal, que prevê a cláusula de exclusividade do exercício das funções de polícia judiciária da União à Polícia Federal. Goulart (2013, pp. 182-184), no entanto, demonstra como esta divisão de atribuições não se confunde com a suposta previsão de monopólio da competência investigatória criminal.

Parecer de Luís Roberto Barroso⁷⁸ ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em 2004 e posicionamento da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal fazem entender que o poder investigatório do Ministério Público tem caráter subsidiário, mas que a instauração de procedimentos investigatórios criminais compõe o complexo de funções institucionais do Ministério Público previstas no artigo 129 da Constituição, em hipóteses específicas como “situação de lesão ao patrimônio público, abusos cometidos por agentes e órgãos policiais, omissão da polícia na apuração de determinados delitos, intenção da polícia de frustrar a apuração de fatos criminosos” (Goulart, 2013, p. 185). Esta discussão é relevante, como veremos, porque a Polícia Federal nunca ajudou nas investigações sobre os crimes da ditadura, que foram todas conduzidas pelo Ministério Público Federal.

Como observaremos as ações penais ajuizadas sobre os crimes da ditadura, é de nosso interesse entender como é feita uma investigação criminal no Ministério Público Federal. Nas palavras de Maria Célia Néri de Oliveira,

“Na área penal, a atuação dos procuradores se inicia com a chegada à Procuradoria de representações noticiando a ocorrência de crimes. (...) Serão autuadas como peças de informação. Se o procurador a quem for distribuído o feito entender que é o caso de arquivamento, porque não há elementos que justifiquem a apuração, ele deverá comunicar essa decisão à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, que é o órgão institucional de atuação dos procuradores na área criminal. (...) Mas caso o procurador entenda que os fatos noticiados são consistentes e merecem apuração, ele editará portaria para determinar a instauração de um Procedimento Investigatório Criminal-PIC, determinando em seguida as diligências necessárias. (...) Quando for necessário investigação pela Polícia Federal, o MPF solicitará abertura de inquérito policial. O MPF só denuncia alguém por um crime quando considera que a investigação conseguiu colher informações e dados que apontam para a materialidade e autoria. O juiz, ao receber a denúncia, dá início à ação penal. Se ele rejeitá-la, o procurador poderá recorrer ao Tribunal Regional Federal.” (Oliveira, 2010, pp. 35-37)

Em todos os atos que realizam, os procuradores da República podem agir de duas maneiras: de ofício, quando resolve instaurar procedimento investigatório por iniciativa

⁷⁸ O parecer de Luís Roberto Barroso aponta que “deverão ser considerados como situações excepcionais, legitimadoras da atuação do Ministério Público, dentre outras, as que envolvam casos: de grave violação dos direitos humanos; pendentes de apreciação junto às instâncias internacionais de proteção dos direitos humanos; nos quais haja falta de iniciativa de investigação policial ou falha na sua condução; ocorridos em localidades nas quais não haja órgão policial estabelecido” (Barroso apud Goulart, 2013).

própria, a partir do conhecimento que tiver de alguma irregularidade, ou mediante provocação de terceiros interessados, quando é chamado a apurar ou a opinar sobre alguma situação pelos cidadãos ou pelos órgãos públicos em ações judiciais, inquéritos policiais e representações de órgãos públicos (Oliveira, 2010, pp. 32-33).

O Ministério Público atua em todo o arco da persecução penal, portanto, como titular exclusivo da ação penal pública, cabendo-lhe dar início ao processo e exercer, “na plenitude, todos os poderes, faculdades e ônus inerentes à condição de parte autora” (Goulart, 2013, p. 81). No Brasil, os promotores não possuem discricionariedade para decidir se uma ação deve ou não ser levada ao Judiciário, pois são obrigados pelo princípio da legalidade a levar todos os casos ao Poder Judiciário, independentemente da gravidade dos mesmos (Kerche, 2007, p. 272).

O promotor de Justiça de São Paulo Hugo Mazzilli, ao analisar o ofício do Ministério Público, entende que a instituição tem, na esfera criminal, “o dever de promover em juízo a apuração dos delitos e a responsabilização dos seus autores” (Mazzilli, 1989, p. 7) e que a titularidade da ação penal pública em suas mãos constitui uma importante garantia para a defesa, pois o réu tem o direito de ser acusado por um órgão independente do Estado.

Em entrevista concedida em junho de 2016 para esta pesquisa, o Procurador Regional da República Marlon Weichert também ressalta as características do Ministério Público Federal brasileiro:

“O Ministério Público brasileiro é diferente de qualquer Ministério Público no mundo, porque nós somos ao mesmo tempo, especialmente no modelo da América Latina, o chamado Ministério Público fiscal, ou seja, o acusador criminal, e o defensor do povo, que é a tutela coletiva de interesses da sociedade no campo cível. E mais, com atribuição judicial. Não existe no mundo outro Ministério Público com atribuição semelhante ao brasileiro, é um caso *sui generis*. É uma experiência que atrai muita atenção internacional, porque ela é tida como bem sucedida” (Weichert, entrevista pessoal).

Para entender a atuação do Ministério Público Federal na área cível no que diz respeito aos crimes da ditadura, é preciso entender este papel de defensor do povo a que o Procurador fez menção sobre o modelo da América Latina. As Defensorías del Pueblo nos países da América Latina são entidades criadas pelo Estado e por ele financiadas com o desafio de serem autônomas e atuarem frente à Administração Pública na representação dos direitos dos cidadãos, reforçando o sistema nacional de proteção dos direitos humanos e o diálogo como o sistema internacional de proteção dos direitos humanos (Rios; Silva, 2016, pp. 258-259). No Brasil, estas funções foram atribuídas ao Ministério Público brasileiro e são exercidas pela

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)⁷⁹. Conforme Rios e Silva (2016), a PFDC tem atuação extrajudicial, persuadindo os poderes públicos para a proteção e defesa dos direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos, sendo-lhe vedada a atuação em juízo e litígios em casos individuais.

“Uma das principais atribuições da PFDC é a de estabelecer alianças estratégicas entre os sistemas nacional, regional e internacional de proteção aos direitos humanos, bem como para facilitar a interação e a comunicação interna entre os órgãos dos poderes executivo, judiciário e legislativo com a sociedade civil” (Rios; Silva, 2016, p. 265).

Para finalizar, duas observações. Na literatura estrangeira, Matthew Taylor é citado por Michael McCann (2010, p. 192) para demonstrar que a Constituição de 1988 no Brasil delegou ao Judiciário e ao Ministério Público o dever de proteger os direitos dos indivíduos bem como os direitos sociais e coletivos.

“Na esteira da reforma constitucional, os tribunais tiveram seus papéis ampliados. Juízes e membros do Ministério Público vêm desempenhando papéis-chave no cumprimento dos princípios da Constituição de 1988, ao julgar as relações entre os ramos do governo, ao construir e implementar políticas públicas essenciais e ao atuar para o regime democrático como um todo”. (Taylor apud McCann, 2010, p. 193)

Por último, é preciso apontar, entretanto, uma questão. Arantes analisa que há um componente ideológico que acompanhou as transformações institucionais do Ministério Público nas últimas décadas. O autor argumenta que há fortes traços de voluntarismo político na instituição, ou seja, uma ideologia dos membros da instituição de que a sociedade civil não é capaz de se defender autonomamente, de que os poderes político-representativos estão corrompidos ou são incapazes de cumprir suas funções e de que o MP tem um papel político a cumprir para representar a sociedade e fazer frente ao sistema político corrompido. Arantes (2007) destaca a atuação de integrantes do Ministério Público e de setores dentro da instituição que têm se dedicado enfaticamente à sua transformação em instrumento de luta pela construção da cidadania, e identifica este processo como um fenômeno de ativismo judicial e de judicialização dos conflitos políticos no nosso país. Sadek (2009, p. 6) também chama atenção para o espaço considerável que há para a vontade política, o que ela chama de

⁷⁹ Tais funções são as previstas no artigo 129, II da Constituição Federal de 1988, como visto mais acima. A Lei Complementar nº 75/1993 criou e estabeleceu as atribuições da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, estabelecendo mandato fixo, exclusividade e vedação de seu titular a qualquer atuação judicial. Existem os Procuradores Regionais de Defesa dos Cidadãos nos estados, os Núcleos de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e os Grupos de Trabalho temáticos.

uma atuação dos procuradores e das procuradoras que explore as virtualidades contidas na legislação.

Em artigo na Revista Carta Capital em agosto de 2015, o cientista político Leonardo Avritzer questiona a forma como o Ministério Público tem atuado no combate à corrupção, avaliando que se abre a possibilidade da passagem da autonomia concedida pelo estado de direito para o pretorianismo jurídico, quando as instituições param de funcionar e pessoas no seu interior passam a assumir papéis que politizam e partidarizam aquelas instituições (Avritzer, 2015). Para Avritzer,

“há uma nova geração de procuradores e juízes assentados nos níveis superiores do sistema de justiça que estão dispostos a ignorar certos fatos e valorizar outros (...) o controle exagerado pela Procuradoria da República e pelos juízes gera a seletividade e a partidarização dos processos judiciais, profundamente danosa para a democracia.” (Avritzer, 2015).

Esta discussão não é, no entanto, objeto desta pesquisa, cabendo-lhe ser desenvolvida em outros trabalhos que versem sobre a atuação mais geral do Ministério Público ou sobre a atuação mais específica no combate à corrupção nos últimos anos.

Pretendemos nesta pesquisa verificar a atuação do Ministério Público Federal para a garantia do direito à justiça referente às graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil durante o regime militar. O Ministério Público Federal, através da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, é ator fundamental nos últimos anos no ajuizamento de ações penais contra os agentes do Estado daquele período. Ao longo dos próximos capítulos poderemos discutir como o Ministério Público Federal, como ator judicial interno, é um ator político fundamental das relações internacionais.

Capítulo 2. Histórico das tentativas de responsabilização dos agentes da ditadura

“As famílias guardam e resguardam a memória dos seus, sonham de maneira apaixonada com os caminhos de um mundo melhor, mais justo, livre da impunidade e menos submetido à humilhação das propostas que orbitam em torno da utilidade das razões de Estado. Razões que sempre alegam a estabilidade institucional, invocada a cada crise supostamente gerada pelas denúncias dos crimes cometidos durante a ditadura ou diante das ameaças de retorno da violência militar do passado.” (Teles, Janaína, 2010, p. 298)

A ideia central desta pesquisa é de que a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund* impactou o trabalho do Ministério Público Federal de responsabilização criminal dos agentes da ditadura, influenciando estratégias e argumentos dos procuradores. Para conseguir verificar as mudanças e as diferenças, é necessário, portanto, observar a atuação do Ministério Público Federal antes de o Brasil ser condenado pela CorteIDH. É o que faremos neste capítulo.

2.1. Tentativas de responsabilização desde os anos 1970

Antes de construir o histórico de aproximação do Ministério Público Federal com a justiça de transição, precisamos observar as tentativas anteriores de responsabilização desde os anos 1970, tanto na área cível como na área penal, nas quais o MPF não teve iniciativa direta. Considerando que somente no final dos anos 1990 o Ministério Público Federal se aproximou do tema, pela esfera cível, é necessário registrar que houve diversas outras tentativas anteriores de responsabilização. O próprio relatório publicado em 2014 pelo Grupo de Trabalho Justiça de Transição da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal aponta a existência de iniciativas isoladas anteriores de persecução penal em justiças estaduais e na Justiça Militar, que resultaram em arquivamentos fundamentados na Lei da Anistia.

No Brasil, Cecília MacDowell dos Santos (2015, p. 351) aponta que, desde a década de 1970, grupos de familiares de mortos e desaparecidos políticos têm mobilizado os tribunais nas suas lutas pelos direitos à memória, verdade e justiça. Segundo a autora, a mobilização dos tribunais pelos familiares com o apoio jurídico dos advogados e das ONGs tem um significado político de luta pelos próprios direitos. Como algumas ações judiciais permanecem em tramitação por mais de 20 anos, trata-se de uma permanente mobilização

judicial, social e política por parte desses grupos. Dentro desse grupo, a mobilização do caso Guerrilha do Araguaia, como vimos no capítulo anterior, teve caráter transnacional, acionando o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Este é o caso paradigmático de pedido judicial de esclarecimento dos fatos (cf. Osmo, 2016, p. 77). A ação foi ingressada em 1982 junto à Justiça Federal do Distrito Federal por Júlia Gomes Lund e outros 21 familiares de mortos e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia contra a União Federal. Este processo foi encaminhado ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos em 1995, levando à condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2010, ou seja, 28 anos depois de os familiares entrarem com a ação junto à JF-DF.

No que diz respeito às ações por indenização, em 1969 houve a primeira ação deste tipo de que se tem registro, movida pelo médico gaúcho Walter Alberto Pecoits contra o Estado do Paraná. Detido e agredido pela polícia em agosto de 1964, o médico perdeu a visão do olho esquerdo, o que reduziu sua capacidade de trabalho. A Justiça de Primeiro Grau julgou procedente a ação de indenização em 1969, decisão confirmada pelo Tribunal de Justiça do Paraná e ratificada pelo STF em 1971. Como lembram Kishi e Bastos (2014, p. 554), a Lei de Anistia não anistiou responsabilidades de natureza civil por atos ilícitos praticados durante a ditadura. Assim, não existe nenhum impedimento no ordenamento jurídico brasileiro quanto à pretensão de indenização no âmbito civil para os mortos e desaparecidos vítimas do regime.

Posteriormente, em 1973, a viúva de Manoel Raimundo Soares, Elizabeth Chalupp Soares, ingressou com ação requerendo reparação por danos materiais e morais em razão do assassinato de seu esposo pela repressão estatal. Trata-se do famoso “Caso das Mãos Amarradas”. Apenas em 2000 houve uma sentença de procedência parcial condenando ao pagamento de pensão, indenização por danos morais e ressarcimento por despesas funerárias. A decisão condenatória não foi integralmente cumprida até o fim de 2014 (cf. Osmo, 2016, p. 80)⁸⁰ pela União e, com o decorrer do tempo, a viúva veio a falecer em 2009 (cf. Brasil, Comissão Nacional da Verdade, 2014).

⁸⁰ A denúncia demandava reparação por danos morais e materiais e originalmente acusava, além do Estado, seus agentes como réus, mas a viúva desistiu da denúncia contra os agentes no curso do processo. O assassinato de Manoel Raymundo Soares foi investigado por CPI da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (cf. Teles, Janaína, 2010) e teve repercussão na imprensa. Um inquérito policial militar sobre o caso foi arquivado à época sem que se indiciasse ninguém. Mesmo assim, o promotor denunciou três policiais, mas em 1975 o juiz de primeiro grau negou o pedido de pronúncia dos acusados, e assim prevaleceu a impunidade.

Os familiares de Manoel Fiel Filho⁸¹, de Fernando Augusto da Fonseca, de Flávio Carvalho Molina, de Rubens Paiva⁸², de Hélio da Silva e de João Alberto Einecke também obtiveram sentenças judiciais provendo as reparações requeridas. Osmo (2016, p. 81) aponta que a jurisprudência predominante no Judiciário se firmou vindo a prover as ações indenizatórias, reconhecendo a imprescritibilidade da pretensão reparatoria por violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura. Segundo Paulo Abrão, em entrevista para Carla Osmo (2016), as ações de indenização pecuniária são as de melhor acolhimento pelo Judiciário brasileiro, que reconhece, assim, a responsabilidade estatal no que diz respeito à reparação, mas se opõe à responsabilização individual dos autores dos crimes em matéria penal⁸³.

No que diz respeito às ações declaratórias da responsabilidade da União por crimes da ditadura, registra-se que as ações apresentadas pelos familiares de Vladimir Herzog⁸⁴, de Mario Alves de Souza Vieira⁸⁵, de Raul Amaro Nin Ferreira⁸⁶, de Ruy Frazão Soares⁸⁷, e uma ação de Inês Etienne Romeu⁸⁸ foram todas julgadas procedentes. Nestes casos, as ações declaratórias possuem o objetivo de produzir certeza jurídica e de restaurar a verdade, uma pretensão dos autores referente, portanto, ao direito à verdade. Cabe apontar, novamente, que o Judiciário foi mais refratário à possibilidade de reconhecer, além da responsabilidade institucional do Estado, a responsabilidade pessoal de autores de graves violações de direitos

⁸¹ Os familiares acionaram o Judiciário em 1979, e em 1980 a Justiça Federal reconheceu a responsabilidade da União e condenou o Estado a pagar a indenização. Após recurso, em 1987, a decisão foi confirmada pelo Tribunal Federal de Recursos. Em agosto de 1995, a Procuradoria-Geral da República recorreu da decisão. Em setembro de 1997, a União concedeu indenização em observância à Lei dos Desaparecidos Políticos (cf. Mezarobba, 2007, p. 182).

⁸² Os familiares iniciaram ação em 1991, julgada procedente em junho de 1998 pela Justiça Federal do Rio de Janeiro (cf. Mezarobba, 2007, p. 184).

⁸³ Mezarobba (2007, p. 362) já aponta esta contradição entre a condenação do Estado nas ações indenizatórias e a absolvição de seus agentes no julgamento dos policiais. “Toda vez que houve interesse de seus familiares ou das próprias vítimas, a resposta do Judiciário na esfera criminal tem sido completamente distinta da postura adotada na área cível”.

⁸⁴ Os familiares iniciaram ação civil de cunho declaratório para reconhecimento da responsabilidade da União pela tortura e morte de Herzog após Inquérito Policial Militar em 1976 ter confirmado a versão oficial de suicídio e a Procuradoria do Estado ter aceitado esta conclusão (cf. Mezarobba, 2007, p. 180). A sentença foi proferida em 1978, responsabilizando e condenando a União à indenização por danos materiais e morais.

⁸⁵ Decisão favorável à família veio em 1981. Recurso julgado em 1987 reconheceu a responsabilidade civil da União pela prisão, morte e danos morais.

⁸⁶ Torturado e morto em 1979 no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Sentença judicial de 1994 responsabilizou o Estado brasileiro (cf. Mezarobba, 2007, p. 182).

⁸⁷ Ação iniciada em 1983. Em 1991, a Justiça Federal de Pernambuco responsabilizou a União por prisão, morte e ocultação de cadáver.

⁸⁸ Ação civil declaratória contra a União ingressada em 1999 foi julgada procedente em 2003. No entanto, registre-se que, em 1981, a autora, única sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis, havia iniciado outra ação civil declaratória contra o proprietário do imóvel onde funcionou o centro de tortura. Esta ação teve decisão judicial contrária à autora, não reconhecendo a responsabilidade do réu por considerar que o mesmo desconhecia o que se passava na Casa da Morte (cf. Santos, 2010, p. 354).

humanos. Neste sentido, foi pioneira a decisão judicial de 2008 que julgou procedente a ação civil declaratória ajuizada pela família Teles em face de Carlos Alberto Brilhante Ustra. A ação requeria que se declarasse que Ustra agiu com dolo, cometeu ato ilícito de tortura e causou danos aos autores. O Tribunal de Justiça de São Paulo em 2012 e o Superior Tribunal de Justiça em 2014 mantiveram a decisão, negando recursos de Ustra. Anteriormente, no entanto, o TJ-SP havia julgado improcedente ação similar dos familiares de Luiz Eduardo Merlino também contra Ustra. No agravo de instrumento proposto pelo réu, o TJ-SP em 2008 considerou que a família deveria entrar com ação indenizatória por danos morais. A família Merlino entrou com tal ação, julgada procedente em 2012 em primeira instância. Hoje, aguarda julgamento de recurso pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Sobre os pedidos de retificação de certidão de óbito (cf. Osmo, 2016, p. 88), houve três certidões de óbito retificadas em São Paulo por decisão judicial, uma delas com posicionamento contrário do Ministério Público de São Paulo, e duas certidões de óbito em Recife. Além disso, foi feito acordo entre a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e a Defensoria Pública do estado para retificação de 150 certidões de óbito, que tiveram ações ajuizadas a partir de 2014⁸⁹.

Osmo (2016) registra ainda que houve ações questionando judicialmente a competência da Comissão Nacional da Verdade para convocar pessoas a prestar depoimentos, para impedir o acesso a informações, para questionar a legitimidade dos membros e dos trabalhos desenvolvidos e, depois da divulgação do relatório final, para requerer a exclusão do relatório de referências aos nomes de autores de graves violações de direitos humanos, bem como da Federação de Oficiais das Polícias Militares questionando a recomendação de desmilitarização das polícias militares estaduais. As atividades da Comissão de Anistia também sofreram e sofrem larga judicialização (cf. Osmo, 2016, p. 99), sobre demora nos processos, para anular decisão administrativa denegatória ou majorar o valor da indenização concedida, ou ainda por oponentes da política de reparação por disputa política⁹⁰.

⁸⁹ Cabe registrar ainda que, segundo o relatório da Rede Latinoamericana de Justiça de Transição de 2016, em 8 de setembro de 2015 ocorreu o primeiro caso de retificação de uma certidão de óbito de vítima da ditadura com base no relatório da Comissão Nacional da Verdade. O Poder Judiciário do Maranhão autorizou alterar a causa de morte declarada no atestado de óbito de Epaminondas Gomes de Oliveira. Na versão oficial, o líder camponês teria morrido de anemia; com a retificação, passou a constar como causa da morte “tortura por espancamento e choques elétricos” (Carvalho, Guimarães, Guerra, 2016, p. 41).

⁹⁰ Relatório de 2016 da Rede Latinoamericana de Justiça de Transição cita um caso emblemático de judicialização do direito à reparação, em ação movida por clubes militares na qual a Justiça Federal em 2015 cancelou as portarias de 2007 do Ministério da Justiça que concediam indenização à família de Carlos Lamarca, líder de oposição à ditadura. A família apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Carvalho, Guimarães, Guerra, 2016, p. 47).

Por fim, ainda na área cível, cabe destacar que a Subprocuradora-Geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, em entrevista realizada para esta pesquisa em junho de 2016, chamou a atenção para ações do Conselho Regional de Medicina de São Paulo que chegaram ao Superior Tribunal de Justiça, referentes à cassação de alguns médicos legistas que emitiram falsos atestados de óbito. Esses processos não estavam sendo identificados como processos da justiça de transição pelo Grupo de Trabalho Justiça de Transição do Ministério Público Federal. O Conselho Regional de Medicina quis aplicar as punições administrativas, então os médicos acionaram a justiça e conseguiram mandados de segurança atestando a prescrição do processo disciplinar. Recentemente, três recursos especiais nessa matéria chegaram ao Superior Tribunal de Justiça, sem que houvesse participação do Ministério Público Federal (cf. Frischeisen, entrevista pessoal).

Santos aponta ainda para o fato de que, nos anos 1970 e 1980, embora as ações judiciais não tivessem como objeto a responsabilização penal do Estado ou de seus agentes, alguns grupos de familiares já formulavam um discurso político em torno desse direito (Santos, 2015, p. 355). Denúncias foram encaminhadas por esses familiares a órgãos internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, no Brasil, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (cf. Teles, Janaína, 2010, p. 262). No entanto, somente a denúncia de Olavo Hansen teve continuidade na CIDH, como visto, e no CDDPH o governo militar obstaculizou a apuração de denúncias sobre os casos de Rubens Paiva, Stuart Edgard Angel Jones, Odijas Carvalho de Souza, Celso Gilberto de Oliveira. Os familiares ainda fracassaram na tentativa de instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados para apurar as violações de direitos humanos. Como vimos, o isolamento político dos familiares no processo de redemocratização sepultou a agenda de responsabilização criminal individual.

Bernardi (2015, p. 412) recorda também que as tentativas dos familiares de ingressar com ações judiciais contra os agentes da repressão fracassaram e que houve falta de interesse, respaldo e suporte jurídico de advogados em explorar rotas judiciais contestatórias à lei de anistia⁹¹; bem como, por parte das famílias, falta de informações, condição financeira precária e o temor de denunciar o desaparecimento de militantes que ainda poderiam estar vivos (cf.

⁹¹ Conforme entrevista de Suzana Lisboa: “Os advogados nos diziam que os crimes estavam prescritos (...) receberam procuração dos familiares para entrar com processos (...) e não fizeram nada. Não sei porque isso ocorreu, mas o fato é que não houve prosseguimento das ações. Nossa luta sempre foi pela busca da verdade e da justiça. Lembro de manifestações que diziam que os torturadores não estavam anistiados pela lei, mas o que se dizia é que não adiantava fazer nada, porque os crimes estavam prescritos e que nenhum juiz daria andamento a qualquer ação e, assim, os advogados não iniciavam nenhum processo” (Lisboa apud Teles, 2005, p. 166)

Bernardi, 2015, p. 415). Em entrevista para Bernardi, o advogado Belisário dos Santos Junior complementa que faltavam elementos de prova e inexistiam foros de imparcialidade no sistema judicial, de forma que se tentou questionar a responsabilidade civil do estado, como nos casos citados, mas não se cogitava a responsabilidade individual. Assim, se explica a escassez de ações judiciais e a quase inexistência de processos penais encaminhados ao Judiciário.

No entanto, houve alguns procedimentos penais. O primeiro é o pedido de punição aos três torturadores que cegaram Milton Coelho de Carvalho em 1976, que foi julgado improcedente em 1980 pelo juiz auditor da VI Circunscrição Militar e posteriormente pelo Superior Tribunal Militar, na primeira vez que a Lei de Anistia foi invocada para garantir a impunidade dos agentes do Estado. O segundo diz respeito ao caso do atentado ao Riocentro em 1981, cujo inquérito militar instaurado nos anos 1980 não responsabilizou os militares envolvidos. Em 1988, o Superior Tribunal Militar declarou extinta a punibilidade em razão da anistia, embora o atentado tenha ocorrido dois anos depois da promulgação da lei de 1979. O terceiro é o caso Herzog: em 1992 o Tribunal de Justiça de São Paulo arquivou inquérito policial instaurado para apurar o homicídio de Vladimir Herzog⁹² com base na Lei de Anistia, em decisão que foi mantida pelo Superior Tribunal de Justiça em 1993. Em 1999, o caso foi reaberto, mas naquele momento a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal declinou de atribuição para a Procuradoria-Geral da Justiça Militar, que arquivou as investigações (cf. Marx, 2014c, p. 198).

Bernardi (2015, p. 416) aponta ainda um processo criminal contra os culpados da morte de Manoel Fiel Filho. Este inquérito foi arquivado em primeira instância na justiça militar por falta de provas e os advogados dos familiares não conseguiram reabrir no Superior Tribunal Militar. Outros dois casos são mencionados por Janaína Teles (2010, p. 276). Em 1979, a esposa de Luiz Eurico Tejera Lisbôa, militante da ALN morto em 1972, tentou reabrir o inquérito policial de investigação do caso e instaurar uma ação penal contra os responsáveis pelo seu assassinato. O Inquérito Policial Militar de 1972 tinha concluído pelo suicídio, versão confirmada no laudo necroscópico. O promotor do caso elogiou o trabalho policial e

⁹² Segundo Ramos (2011, p. 181), o Ministério Público de São Paulo requisitou a abertura de inquérito policial à Polícia Civil paulista motivado por novos elementos de prova surgidos a partir de declarações prestadas à Revista Istoé em 1992 por um investigador de polícia civil que atuou no DOI-CODI. No Parecer ao STJ, a então Subprocuradora-Geral da República Rilda Saraiva afirmou: “Não cabe aqui discutir a conveniência ou a correção da cogitada Lei de Anistia, menos ainda sua justeza. É a Lei e está em vigor. À época de sua promulgação, foi aclamada como coroamento de uma luta em que muitos se empenharam para devolver ao Brasil a paz e tranquilidade e permitir a volta de seus filhos exilados e perseguidos ao solo pátrio” (Saraiva apud Mezarobba, 2007, p. 346).

ratificou a versão do suicídio. As circunstâncias da morte de Luiz Eurico não foram elucidadas e as investigações não avançaram (cf. Teles, Janaína, 2010, p. 277)⁹³.

Ainda deve ser registrado o caso do operário Santo Dias da Silva, assassinado pela PM paulista em 1979 quando comandava um piquete de greve em uma fábrica no bairro de Santo Amaro em São Paulo. O soldado foi processado, condenado e preso em uma ação penal na Justiça Militar. No entanto, um recurso ao Superior Tribunal Militar anulou a sentença. Apesar de recurso da Procuradoria Geral do Estado, o STF arquivou o processo em setembro de 1984, prevalecendo novamente a impunidade (cf. Teles, Janaína, 2010, p. 277).

Por fim, registramos dois casos citados por Ivan Marx (2014c, p. 199) no âmbito da Operação Condor⁹⁴. O primeiro trata-se do sequestro em Porto Alegre, em novembro de 1978, de Universindo Rodríguez Díaz e Lilian Celiberti, além de seus filhos Camilo e Francesco, cometido por um comando do exército uruguaio com apoio de autoridades brasileiras. Quatro funcionários públicos brasileiros foram processados, mas ao final somente um, Orandir Portassi Lucas, resultou condenado. O segundo caso é o sequestro em Uruguaiana, em novembro de 1979, de Cristina Gloria Fiori de Vino, com a participação de um policial argentino e de dois policiais civis brasileiros. Os policiais civis brasileiros foram processados e condenados em primeira instância pelo crime de abuso de autoridade. Em segunda instância, a pena resultou abrandada.

É preciso registrar que a postura e a natureza do Ministério Público àquela época são um componente central para explicar a ausência de punição (cf. Mezarobba, 2007; Bernardi, 2015). No Brasil, é o Ministério Público quem tem que ir a juízo na persecução penal, de forma que só excepcionalmente a vítima ou os familiares poderiam ingressar com uma ação desse tipo na justiça. Antes da promulgação da Constituição de 1988, o Ministério Público não tinha autonomia e era submetido ao Ministério da Justiça. Assim, não havia condições políticas de fazer denúncias, e o Ministério Público não iniciou nenhuma investigação sobre os crimes da ditadura militar.

As ações, portanto, se resumiram aos casos já apontados de responsabilização no âmbito cível, sendo que ainda assim foi preciso enfrentar barreiras processuais como o prazo prescricional de cinco anos para que se buscasse a responsabilização da União ou a

⁹³ Janaína Teles (2010) aponta que se tentou ainda a reconstituição da identidade e retificação do registro de óbito.

⁹⁴ O autor afirma que as informações foram obtidas junto a Jair Krischke, do “Movimento de Justiça e Direitos Humanos”.

responsabilização administrativa de profissionais liberais como médicos legistas que falsificavam laudos necroscópicos⁹⁵.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade também resume as tentativas de levar crimes a julgamento e aponta que a Justiça Militar se consolidou como a principal instância punitiva política da ditadura, com suas atribuições ampliadas para processar e julgar civis incursos em crimes contra a segurança nacional. Ademais, o Judiciário aplicou a Lei de Anistia aos militares e “perpetrou uma omissão e legitimação sistemática em relação às graves violações de direitos humanos denunciadas por presos políticos, seus familiares e advogados” (Brasil, Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 957).

“Em conjunto, as decisões do Poder Judiciário, quando do período ditatorial, refletem, muitas vezes, seu tempo e seus senhores; são expressões da ditadura e de seu contexto de repressão e violência. Os magistrados que ali estiveram – ou melhor, que ali permaneceram – frequentemente eram parte dessa conjuntura, inclusive porque, por meio da ditadura militar, foi-lhes garantido um assento naqueles tribunais. (...) Nesse contexto, conclui-se que a omissão e a legitimação institucionais do Poder Judiciário em relação às graves violações de direitos humanos, então denunciadas, faziam parte de um sistema hermético mais amplo, cautelosamente urdido para criar obstáculos a toda e qualquer resistência ao regime ditatorial, que tinha como ponto de partida a burocracia autoritária do Poder Executivo, passava por um Legislativo leniente e findava em um Judiciário majoritariamente comprometido em interpretar e aplicar o ordenamento em inequívoca consonância com os ditames da ditadura. (Brasil, Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 957).

José Carlos Moreira da Silva Filho (2015, p. 239) aplica o conceito de legalidade autoritária de Anthony Pereira: o reconhecimento de que o Poder Judiciário brasileiro, em geral, foi importante aliado das Forças Armadas durante o regime ditatorial e a transição. Assim, nos anos 1980 e 1990 foram inviáveis quaisquer ações que contestassem a abrangência da Lei de Anistia aos agentes do Estado.

2.2. A aproximação do Ministério Público Federal com o tema da justiça de transição e a atuação na esfera cível até a atualidade

A atuação na esfera penal para responsabilização criminal das graves violações de direitos humanos é o objeto desta pesquisa. No Brasil, compete privativamente ao Ministério

⁹⁵ Luiza Frischeisen, em entrevista para esta pesquisa, aponta que “embora o STJ tenha firmado uma jurisprudência de que nas ações de responsabilidade contra o ente público não existe prescrição, na responsabilização individual haveria prescrição”.

Público Federal promover a Ação Penal Pública, mas a autonomia e a independência desta instituição só foram alcançadas com a Constituição Federal de 1988. Assim, tendo em vista que durante o regime militar o Ministério Público era um órgão integrante do Ministério da Justiça, desempenhando ainda a função de defesa da União, era inútil para os familiares “contar com a boa vontade dos promotores e esperar que a instituição fizesse a sua parte nos procedimentos” (cf. Santos, Brega Filho, 2009, p. 169), pois o Ministério Público e seus procuradores agiam em nome do governo.

Se é fácil compreender a atuação do Ministério Público Federal durante o regime militar, mais difícil é entender por que o Ministério Público Federal demorou tantos anos depois de aprovada a Constituição de 1988 para fazer uso de suas novas atribuições institucionais nas tentativas de responsabilização dos agentes da ditadura, já que a primeira representação criminal foi apresentada somente em 2008. De acordo com a literatura, uma explicação possível é o fato de que boa parte dos seus quadros e de sua cúpula havia sido socializada no período precedente, tinha vínculos com o regime anterior ou temia as implicações políticas desse tipo de atuação (cf. Bernardi, 2015, p. 467). Ou seja, não houve depuração institucional e os membros do MPF calculavam que não seria possível nem legítimo atuar na questão da justiça de transição, o que fez a instituição manter o silêncio nos primeiros anos de regime democrático, preservando a impunidade⁹⁶. Ademais, é preciso considerar os reflexos da existência de uma cultura jurídica autoritária (cf. Silva Filho, 2015), e o fato de que não havia espaço político na sociedade para essa discussão nos anos após o encerramento do regime militar, de modo que a agenda nacional se viu concentrada em outras questões⁹⁷ (cf. Zilli, 2014b, p. 347).

Nesta pesquisa, entrevistamos quatro procuradores que discutiram esta questão. O Procurador Marlon Weichert, em entrevista realizada em junho de 2016, avalia alguns motivos pelos quais o Ministério Público Federal demorou a agir na pauta da justiça de transição.

⁹⁶ Em entrevista para Bruno Bernardi, o então Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Aurélio Rios descreve: “Durante muito tempo não havia clima político dentro da Casa para se trabalhar (...), até porque uma parte significativa da cúpula tinha uma relação, se não direta, indireta, com o regime militar, já que grande parte deles foram ainda selecionados nessa época. (...) Mesmo de depois de 88 (...) faz-se a transição (...) o que acontece é uma guinada imensa nessa história. Mas uma coisa era muito forte na época. Ninguém mexia com a anistia. Ninguém podia mexer na anistia (...) as pessoas tinham medo de que pudesse haver retaliação, de que isso seria visto como revanchismo, de que o Ministério Público estaria entrando numa seara muito delicada (...) Esse receio de provocar uma crise institucional (Aurélio Rios apud Bernardi, 2015, p. 468)”

⁹⁷ Nestes casos, em uma análise sobre as possibilidades de o Poder Judiciário e a sociedade sustentarem as demandas de persecução penal. Assim, em uma observação mais ampla, para além do MPF.

“Primeiro porque a transição no Brasil foi muito eficiente em criar o dogma do esquecimento e da impunidade. Isso foi vendido para a sociedade, foi propagado. Eu mesmo, quando comecei a trabalhar com o tema, dizia “não há perspectiva de perseguição criminal, porque há a anistia e há a prescrição”. Então, o tema nem estava em voga no Brasil, nunca foi ventilado. Eu digo que a primeira grande vitória que nós tivemos em 2008 foi tirar o tema do armário, ou seja, fazer com que venha à praça pública para ser discutido. Isso foi uma enorme vitória, porque havia um decreto informal de silêncio e de esquecimento. O que eu percebi, e eu estou no Ministério Público desde 1995, então este tema não estava e nunca esteve na pauta. Mas não só do Ministério Público, mas da sociedade brasileira, tirando em pequenos ambientes dos familiares, com boa parte dos familiares também entendendo que não havia possibilidade de perseguição criminal. Era uma minoria, talvez, que defendesse isso. Foi aí que impulsionou e se começou, então acho que o Ministério Público reproduzia a sociedade brasileira e o modelo de transição que nós tivemos, que é uma transição controlada, longa, pactuada e construída sobre esses dois elementos: impunidade e silêncio. (Weichert, entrevista pessoal)”

Em entrevista realizada para esta pesquisa em junho de 2016, a Procuradora Eugênia Gonzaga também discutiu esta situação.

“Então, eu acho que é um fenômeno geral do Brasil. A ditadura foi muito vitoriosa nesse ponto de, primeiro, não ter a opinião pública toda ciente daquilo que aconteceu. (...) Os juristas não são diferentes, são parte dessa mesma população que não tinha exata noção do ocorrido. (...) Quando eu estudei direito penal nos anos 1988, 1989, 1990, ninguém fazia um debate crítico sobre a aplicação ou não da Lei da Anistia. Quando a gente estudava anistia, era dado como exemplo de anistia a Lei da Anistia. Então, a gente já fazia a faculdade pensando que aquilo já estava posto e terminado, que não tinha um posicionamento diferente daquilo. Então, quando eu entrei como procuradora e tudo, eu realmente achei que tudo aquilo que poderia ter sido feito, já tinha sido feito. Quando eu comecei a atuar no tema e vi que não tinha nada e que nunca teve... (...) Foi uma anistia sem processos. Foi uma anistia em que, na verdade, esses torturadores sequer admitem que cometem esses crimes. Até hoje, nas ações que a gente tem em juízo do [Carlos Alberto] Brilhante Ustra, ele nega. O Vladimir Herzog até hoje, na versão deles, se suicidou. (Gonzaga, entrevista pessoal)”

O Procurador Andrey Borges de Mendonça, em entrevista realizada para esta pesquisa, aponta que, quando entrou na carreira do Ministério Público Federal em 2004, não se falava da possibilidade de perseguição penal.

“De certa forma por conta da nossa transição, né, que foi uma transição lenta (...), mas me parece que ainda temos muita coisa do passado na nossa realidade, são vários fatores e enclaves autoritários que bloqueiam a investigação. Foi uma transição lenta, uma distensão aos poucos, também evitou. Parece que ninguém se deu conta de que tinha que investigar esses fatos. Me parece que não tem um fator só que possa ser o decisivo. A única parte que foi pra frente é a parte indenizatória, o resto me parece que foi muito frágil. (Mendonça, entrevista pessoal)”

Em entrevista concedida para Carla Osmo (2016, p. 44), o Procurador da República Ivan Cláudio Marx afirmou que hoje a maioria dos procuradores recém-admitidos é favorável à punição, e que para isso contribui a própria seleção, que exige conhecimentos em direito

internacional penal e humanitário. Esta situação também foi apontada pelo Procurador da República Andrey Borges de Mendonça.

“Um dos fatores é que os colegas mais novos eram mais sensíveis ao tema, até pelo fato de estarem mais próximos do direito internacional, serem colegas que tiveram uma formação um pouco mais voltada ao direito internacional, estes novos colegas são colegas que têm uma formação que aceita mais naturalmente isso. Então, infelizmente até por esta questão de formação, quanto mais idade o colega tem, em geral, os mais velhos têm uma resistência maior do que os mais novos. (Mendonça, entrevista pessoal)”

Da mesma forma, em entrevista realizada para esta pesquisa em agosto de 2016, a Subprocuradora-Geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, chama a atenção para esta questão etária. Ou seja, levou certo tempo para que uma nova geração de procuradores mais jovens entrasse e pudesse se dedicar à questão da justiça de transição⁹⁸.

“O interessante é que as pessoas que promovem essas ações penais são colegas mais jovens. (...) São colegas de 35 a 40 anos, alguns talvez tenham menos de 35, mas eles são colegas formados já depois da Constituição de 1988, nascidos na década de 1980 e eles são da linha aqui teve crime e aqui vai ser investigado, não quero saber de anistia. E é uma questão de pacto geracional, eles não se sentem participantes de forma alguma desse pacto geracional. (...) Mas isso não tinha, porque não tinha chegado. Quando isso começou no Ministério Público, acho que teve uma adesão. Foi uma coisa de onda. Essa discussão começou nos anos 2000. E claro que só podia começar depois da redemocratização, quando começa a se falar disso. (...) Tem as pessoas da minha geração, eu, Marlon Weichert, Eugênia Gonzaga. E depois os colegas da área criminal que receberam e tocaram, já muito influenciados pelo direito internacional. Isso é muito importante, pelo que aconteceu na América Latina. Viram as Comissões da Verdade, as punições ocorrendo no Chile, na Argentina, no Peru, até na Guatemala. As diversas comissões, quando se fala de Justiça de Transição, também da África do Sul, Bósnia e África do Sul. A geração que entra no Ministério Público Federal nos anos 2000, em 2002, 2003, é muito influenciada por isso, já vem com uma lógica mais da importância da Corte Interamericana [de Direitos Humanos]. Antes não dava pra falar, porque a gente aderiu à Convenção [Interamericana de Direitos Humanos] em 1992 e aderiu à jurisdição [da CorteIDH] em 1998, então também tem isso. A partir dos anos 2000, vem essa onda (Frischeisen, entrevista pessoal).”

Assim, verifica-se que uma confluência de fatores explica a demora do Ministério Público Federal em trabalhar com o tema da persecução penal dos crimes da ditadura. Nos primeiros anos de redemocratização, não havia condições políticas na instituição para isso, pois a cúpula do MPF tinha sido selecionada durante a ditadura militar e havia um receio por parte dos procuradores de se provocar uma crise institucional. Ademais, havia um obstáculo

⁹⁸ Bernardi (2015, p. 469) compila relatos de familiares de que na primeira metade dos anos 1990 tentou-se aproximação com o então Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Álvaro Augusto Ribeiro Costa (1991-1996) que, no entanto, rechaçava abordar os crimes da ditadura e não tinha a visão de que poderia haver investigações por conta da Lei de Anistia.

político externo à instituição, mas que reflete dentro, relacionado à forma como ocorreu a redemocratização no Brasil, com controle do regime sobre a transição e isolamento da pauta frente a outras questões na agenda nacional. Com a adesão do Brasil ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos nos anos 1990 e a entrada de uma nova geração de procuradores sensíveis ao direito internacional dos direitos humanos, torna-se possível trabalhar com o tema anos mais tarde.

É impossível entender o envolvimento do MPF sem analisar a ação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Ainda no final dos anos 1990, estes grupos procuraram aliados no Ministério Público Federal no Rio de Janeiro e em São Paulo, como recorda Cecília Santos (2015, p. 357).

“Foi graças às provocações do Grupo Tortura Nunca Mais – RJ e da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos que alguns procuradores começaram a conhecer as lutas sociais pelo acesso aos arquivos, as buscas dos restos mortais dos desaparecidos na região da Guerrilha do Araguaia, a busca e a identificação das ossadas descobertas na vala clandestina no Cemitério de Perus em São Paulo. A partir de 1999, esses representantes do MPF começaram a atuar em defesa dos direitos à verdade, à memória e à justiça, passaram a estudar a matéria em profundidade e promoveram importantes inquéritos civis públicos (Santos, 2015, p. 357).”

Em 1999, militantes do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro fizeram um dossiê sobre três casos emblemáticos do período autoritário com a finalidade de instar o MPF a agir (cf. Bernardi, 2015, p. 469) e enviaram ao então Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Rio de Janeiro, Daniel Sarmiento, para que ele encaminhasse o tema e se posicionasse sobre os casos da Guerrilha do Araguaia, da Vala de Perus e do cemitério Ricardo Albuquerque (cf. Bernardi, 2015).

O Procurador Daniel Sarmiento enviou um ofício para o então Procurador Regional dos Direitos do Cidadão de São Paulo, Marlon Weichert, a respeito do atraso injustificado na identificação dos restos mortais do militante Flávio Molina, encontrados na Vala de Perus. Assim, Weichert se envolveu com o trabalho realizado em torno do cemitério Dom Bosco, abrindo o primeiro procedimento em 1999⁹⁹, e entrou em contato com os familiares da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo, que passaram a

⁹⁹ Eugênia Augusta Gonzaga (2012, p. 106) recorda que o Inquérito Civil Público nº 06/99 foi instaurado na Procuradoria da República em setembro de 1999 a partir da representação do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, em razão da demora nas providências de identificação de ossadas de militantes políticos exumadas de algumas sepulturas e da vala clandestina do Cemitério de Perus. Separadas para análise 1049 ossadas em 04 de setembro de 1990, somente cinco haviam sido identificadas até aquele momento por médicos da Unicamp, mas os trabalhos haviam sido interrompidos e as ossadas permaneceram em péssimo estado de armazenamento no aguardo de providências por anos.

acompanhar as providências tomadas e lhe expuseram a situação do caso da guerrilha do Araguaia. Frente a essa demanda adicional dos familiares, organizou-se uma força tarefa de trabalho composta por Marlon Weichert e três outros procuradores, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes. O grupo realizou diversas diligências e investigações¹⁰⁰ na região da guerrilha no ano 2000, em um viés de trabalho ainda apenas humanitário, voltado ao direito à verdade e à recuperação e entrega dos restos mortais dos desaparecidos políticos aos seus familiares. Assim, em 2001 foi iniciada investigação que denunciava as práticas de fustigação das Forças Armadas contra a população da região do Araguaia e exigia a entrega de documentos.

Em entrevista concedida para esta pesquisa em 15 de junho de 2016, Marlon Weichert recordou este histórico.

“Em 1999, nós recebemos uma representação que veio do Rio de Janeiro, dos familiares da família de Flávio de Carvalho Molina reclamando que os trabalhos de identificação dos restos mortais da Vala de Perus, onde provavelmente ele se encontraria, tinham sido abandonados pela Unicamp. Foi aí que nós começamos a trabalhar com o tema. Nos aproximamos, primeiro nesse enfoque de busca e identificação de restos mortais, depois nos envolvemos com a Guerrilha do Araguaia também no mesmo enfoque, mas aí já ampliando pro tema do direito à verdade, porque havia uma negativa do Estado brasileiro, sobretudo das Forças Armadas, de reconhecer a existência da guerrilha em todas as suas dimensões. (Weichert, entrevista pessoal)”

Após a identificação dos restos mortais do militante Flávio Molina em 2005 e de Luiz José da Cunha em 2006¹⁰¹, se colocou pela primeira vez para estes procuradores a possibilidade da responsabilização penal. A Procuradora Eugênia Gonzaga¹⁰² havia assumido os trabalhos da Vala de Perus e se deu conta de que, para além das questões cíveis, havia consequências criminais devido à existência do crime de ocultação de cadáver, de caráter

¹⁰⁰ Em entrevista realizada para esta pesquisa em agosto de 2016, Luiza Cristina Fonseca Frischeisen ressaltava que os procuradores abriram um inquérito relativo à Guerrilha do Araguaia nesta época e o assunto entrou na pauta da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que se envolveu nas discussões iniciais sobre a validade da lei de anistia dentro do Ministério Público Federal.

¹⁰¹ Gonzaga (2012, p. 107) aponta que estas ossadas só foram identificadas após contratação de laboratório particular pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de solicitação do MPF. A partir de julho de 2004, sem uma equipe responsável pelos trabalhos, sem um envolvimento maior por parte dos poderes constituídos, o Ministério Público Federal em São Paulo passou a dizer o que precisava ser feito para se prosseguir nas tentativas de identificação. Em 2008 foram identificadas ainda as ossadas de Miguel Sabat Nuet (cf. Gonzaga, 2009, p. 226).

¹⁰² A Procuradora Eugênia Gonzaga segue até hoje no processo de identificação das ossadas da Vala de Perus, em um trabalho difícil em que as instituições responsáveis se sucederam por anos (Unicamp, IML-SP, USP, UFMG) e não conseguiram dar nenhum tipo de resposta, o que inclusive levou à propositura de uma Ação Civil Pública pelo MPF em 2009. Um novo laboratório, agora em parceria com a Unifesp, para o trabalho de identificação das ossadas ficou pronto em junho de 2016.

permanente¹⁰³. Nessa mesma época, em setembro de 2006, a Corte Interamericana condenou o Chile no caso *Almonacid Arellano*, como vimos no primeiro capítulo. Eugênia e Marlon encontraram na sentença da CorteIDH argumentos jurídicos que poderiam embasar suas pretensões de responsabilização criminal. Na decisão a Corte afirmava a existência de crimes contra a humanidade no Chile e, portanto, não se aplicava nem a prescrição penal nem a lei de anistia chilena, e mais ainda, que era mandatória a investigação para estes crimes¹⁰⁴.

Então, os procuradores organizaram em São Paulo, entre 24 e 25 de maio de 2007, o “Debate Sul-Americano Sobre Verdade e Responsabilidade em Crimes Contra os Direitos Humanos”, em parceria com o *International Center for Transitional Justice* (ICTJ), o CEJIL, a Associação Nacional dos Procuradores da República, a Fundação Pedro Jorge de Melo e Silva, e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (cf. Bernardi, 2015, p. 474). Após este debate, foi publicada a Carta de São Paulo, que trouxe conclusões no sentido de que se deveria atuar para provocar o sistema de justiça brasileiro para reverter o quadro de impunidade e esquecimento, “uma vez que a efetiva transição para a democracia republicana somente estará concluída quando houver a promoção da verdade e a responsabilização dos autores dos graves crimes cometidos durante a ditadura militar”.

Este debate realizado em 2007, bem como o contato com a sentença da CorteIDH no caso *Almonacid Arellano*, foram necessários para o convencimento dos procuradores e apropriação sobre um conjunto de elementos de justiça de transição e de direito internacional dos direitos humanos. Os procuradores solicitaram, por exemplo, parecer técnico para o ICTJ. Este Parecer, no qual o ICTJ discorre sobre a imprescritibilidade dos crimes contra a

¹⁰³ Em entrevista para Bernardi (2015, p. 471), a Procuradora aponta: “Foi identificado o cadáver, os restos mortais do Flávio Molina, em 2005. Eu então estava à frente desse procedimento. Eu poderia ter arquivado. Porque, conforme disse, foi um trabalho iniciado com foco no Flávio Molina. Mas eu não sei, alguma coisa ali... eu nem era lá uma grande conhecedora de normas internacionais, né. Tinha o conhecimento básico de direitos humanos e de direito criminal. Eu falei, não, eu acho que aqui nós temos um cadáver que foi identificado. E eu acho que aqui você tem consequências cíveis, não é, de ter aqui um atestado de óbito, uma certidão, fazer um enterro digno desses restos mortais, mas você também tem consequências criminais. Porque, afinal de contas, por que ele foi identificado só hoje? Porque até então ele estava oculto. O caso do Flávio Molina é aquele padrão em que eles enterram com nome falso, sem comunicação com os familiares. E eles sabiam o nome verdadeiro, eles sabiam o endereço dos familiares. Se eles quisessem, poderiam ter notificado os familiares. E então, na minha visão assim, muito simples da questão, eu falei, olha, no mínimo aqui cabe um processo crime por ocultação de cadáver”.

¹⁰⁴ Além disso, em entrevista realizada em junho de 2016, Marlon Weichert recorda que logo antes, a discussão na Argentina estava em “pleno vapor”, com a decisão em que a Suprema Corte argentina reconheceu a inconstitucionalidade da Lei do Ponto Final e da Lei da Obediência Devida, e abriu novamente o espaço para a persecução penal por lá. Percebe-se que essas decisões da CorteIDH e da Suprema Corte argentina influenciaram o trabalho dos Procuradores. Em entrevista realizada também em junho de 2016, Eugênia Gonzaga lembra que, àquela época, o caso chileno se adaptava perfeitamente à situação do Brasil. Com este caso, a CorteIDH ofereceu instrumentos e recursos para os procuradores, que ainda estavam se familiarizando com o direito internacional dos direitos humanos.

humanidade e a proibição de autoanistias, foi apresentado em setembro de 2008¹⁰⁵ e baseia muitas das argumentações subsequentes dos procuradores.

A Procuradoria da República em São Paulo e a Procuradoria Regional da República na 3ª Região, assim, entraram com ações civis públicas¹⁰⁶ e representações para a área criminal visando à responsabilização criminal dos perpetradores de crimes contra os direitos humanos praticados durante a ditadura militar (Santos; Brega Filho, 2009, p. 168).

O procurador Marlon Weichert encaminhou, também, ao então Procurador-Geral da República Antonio Fernando de Souza um parecer propondo dar início ao trabalho de responsabilização criminal dentro do Ministério Público Federal, mas, diferentemente do que ocorreria após a condenação do Brasil no caso *Gomes Lund*, a postura da cúpula do MPF ainda era contrária a apoiar institucionalmente essa iniciativa (cf. Bernardi, 2015, p. 475). Mesmo assim, o trabalho pôde, porém, ser desenvolvido¹⁰⁷ em razão do princípio de autonomia e independência funcional garantido aos procuradores, conforme tratado no primeiro capítulo desta pesquisa.

Os procuradores atuantes na área criminal que receberam as representações criminais, no entanto, não concordaram com as teses de Marlon e Eugênia, resistiram a aceitar a possibilidade de ajuizamento de ações penais e decidiram arquivar os pedidos de instauração de investigação criminal, por conta da prescrição. A exceção foi o Procurador da República Ivan Marx, que iniciou investigação sobre um crime da Operação Condor em Uruguiana. Eram, portanto, poucos procuradores que partilhavam do entendimento de que os crimes deveriam ser punidos¹⁰⁸.

“A repercussão foi muito ruim no âmbito judicial e até mesmo no âmbito interno. Foi pouco acolhida, a tese era muito nova da aplicação do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional penal para defender a inaplicabilidade de normas do direito interno. E a doutrina brasileira é muito positivista, ainda é muito

¹⁰⁵ Parecer técnico sobre a natureza dos crimes de lesa-humanidade, a imprescritibilidade de alguns delitos e a proibição de anistias. Setembro de 2008. Publicado na Revista Anistia Política e Justiça de Transição nº 1, de 2009 (Méndez; Covelli, 2009).

¹⁰⁶ Em entrevista realizada em junho de 2016, Eugênia Gonzaga recorda: “Como nem eu nem o Marlon [Weichert] tínhamos atribuição criminal, nós sempre fomos procuradores da área cível, nós então representamos para os procuradores da área criminal e nós entramos com as ações na área cível que a gente achou que deveria entrar (Gonzaga, entrevista pessoal)”. Começam a se mover ações cíveis, não mais de indenização contra a União somente, mas de responsabilização de indivíduos, tomando o precedente do Tribunal de Justiça de São Paulo na ação da Família Teles (cf. Frischeisen, entrevista pessoal).

¹⁰⁷ Nas palavras de Marlon Weichert em entrevista realizada em junho de 2016, “nós fizemos estudos e escrevemos um parecer aplicado ao caso de Vladimir Herzog, que foi o primeiro caso que nós estudamos. Levamos para o Procurador-Geral da época, que não sufragou, mas me deixou a vontade para seguir adiante, e foi com base nele que fizemos as primeiras ações civis e também as representações criminais”.

¹⁰⁸ Os procuradores Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga relatam que houve reação interna na instituição e que eles estavam bastante isolados nessa época, sem apoios dentro do MPF.

apegada ao tema da soberania, há uma incompreensão do papel do direito internacional, então a reação foi muito difícil” (Weichert, entrevista pessoal).

Cabe reforçar que, naquele momento, os procuradores já analisavam as decisões da CorteIDH sobre os outros casos de graves violações de direitos humanos nos países da América Latina e utilizavam no debate interno. Ou seja, mesmo antes da sentença que condena o Brasil em 2010, já havia um impacto da jurisprudência da CorteIDH no trabalho destes procuradores. Segundo Bernardi (2015, p. 473), o caso chileno “se transformou em um ponto focal que organizava e sistematizava os principais pontos argumentativos necessários para impulsionar a cascata de justiça”. Da mesma forma, Rios e Silva (2016, p. 268) afirmam como a sentença da CorteIDH no caso chileno de 2006 foi fundamental para acelerar as buscas pelos restos mortais da Guerrilha do Araguaia, em um momento no qual o MPF acompanhava o andamento do Grupo de Trabalho Tocantins no âmbito do Ministério da Defesa.

“Da jurisprudência da Corte, a gente anunciava que o caso brasileiro estava na Comissão [Interamericana de Direitos Humanos] e avisamos internamente que esse caso vai chegar e o Brasil vai ser condenado. Porque tudo indicava, é uma jurisprudência que vinha desde *Barrios Altos*, na verdade desde *Velásquez Rodríguez*. O primeiro caso da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que é o caso *Velásquez Rodríguez*, é um caso de desaparecimento forçado, onde a Corte já fixou a ideia de imprescritibilidade e obrigatoriedade... De crime permanente. Depois com o caso *Barrios Altos* do Peru isso se reafirma, a questão da invalidade de uma lei de anistia, ou de auto-anistia, que era o caso da lei do Fujimori. Então, a gente anunciava e dizia internamente que essa condenação tem 99% de chance de acontecer, então pouco antes a gente já começou a conseguir um pouco mais de adesão de outros procuradores. Desde o início eu e a Dra. Eugênia Gonzaga fomos os precursores desta tese e fomos conseguindo aliados. (Weichert, entrevista pessoal)”

Frente aos arquivamentos promovidos e à falta de acolhida do *jus cogens* na área criminal, Eugênia Gonzaga e Marlon Weichert participaram, ainda em 2008, de um debate no âmbito da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão (2CCR) após os arquivamentos das representações dos casos de Vladimir Herzog e de Luiz José da Cunha. A 2CCR é o órgão colegiado setorial de integração e monitoramento do exercício profissional no MPF em matéria criminal, mas naquele momento a posição favorável à responsabilização foi minoritária e foi vencida.

Mesmo assim, ainda em 2008 os Procuradores propuseram, já com o apoio de quatro outros procuradores, uma ação civil pública. Esta primeira Ação Civil Pública foi a de nº 2008.61.00.0011414-5, em face da União Federal, de Carlos Alberto Brilhante Ustra e de Audir Santos Maciel, requerendo a “declaração da omissão da União em promover ações

regressivas por conta das indenizações pagas a anistiados políticos (...), a condenação (...) [de Ustra e Maciel] a repararem os valores pagos pelo Tesouro Nacional a título das mesmas indenizações e a perda da função pública e a impossibilidade de serem investidos em novas funções” (Meyer, 2012, p. 250). O pedido da ação de regresso foi julgado improcedente por prescrição da pretensão de regresso. A Procuradoria da República em São Paulo ajuizou outras cinco ações civis públicas depois desta, totalizando seis iniciativas¹⁰⁹.

Na Ação Civil Pública nº 2009.61.00.005503-0, ajuizada em face de Tamotu Nakao e outros, o MPF pediu a declaração de responsabilidade de sete servidores públicos estaduais pela prisão ilegal, tortura e morte de Manoel Fiel Filho, condenando-os regressivamente pela indenização paga aos familiares da vítima, à perda de função e cargos públicos, benefícios de aposentadoria e a desconstituição de vínculos com o Estado de São Paulo, bem como a condenação da União Federal e do Estado de São Paulo a divulgarem os fatos relativos à morte da vítima. O TRF3 considerou a ação admissível em 2009, mas não houve ainda decisão de mérito (cf. Osmo, 2016, p. 94).

Devido às dificuldades encontradas na identificação das ossadas da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco em Perus dezenove anos depois de iniciados os trabalhos, o Ministério Público Federal em São Paulo ajuizou a Ação Civil Pública nº 2009.61.00.025169-4, em que pede a responsabilização da União Federal, da Unicamp, da UFMG e da USP pela omissão na identificação das ossadas de Perus e que se crie condições adequadas ao seguimento dos trabalhos, inclusive dotando a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos de recursos e estrutura adequada para coordenar a busca de restos mortais das vítimas da repressão (cf. Gonzaga, 2012, p. 107). A ação segue em curso, após suspensão pelo TRF3 diante de pedido da União. Por sua vez, na Ação Civil Pública nº 2009.61.00.025168-2, o MPF objetivou a condenação de réus por participação na ocultação de cadáveres nos cemitérios de Perus e Vila Formosa, seguida do pagamento de indenizações, da perda da função pública e da cassação da aposentadoria das pessoas físicas (Meyer, 2012, p. 252).

¹⁰⁹ Em entrevista realizada em junho de 2016, Eugênia Gonzaga aponta: “Então entramos com as primeiras ações de indenização, de declaração, de pedir o direito de regresso em relação àquilo que o Estado já tinha gastado indenizando as vítimas deles. Então são réus nestas ações o Harry Shibata, o Paulo Maluf, o Romeu Tuma, o [Carlos Alberto] Brilhante Ustra. Essas pessoas que já morreram, hoje em dia é a família que vai ter que assumir esse ônus, porque é uma ação indenizatória, não é uma ação penal. Se fosse uma ação penal, ela seria extinta. (Gonzaga, entrevista pessoal)”. Cabe ainda mencionar (cf. Osmo, 2016), a iniciativa do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro de ajuizar em 2014 a Ação Civil Pública nº 0002039-10.2014.4.02.5101 para alteração do nome da Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio Niterói). A ação foi extinta pela 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro, pois o juiz entendeu que cabia ao Legislativo a decisão.

Em duas Ações Cíveis Públicas sobre o funcionamento do DOI-CODI (Ação Civil Pública nº 0018372-59.2010.4.03.6100) e da Operação Bandeirante (OBAN) (Ação Civil Pública nº 0021967-66.2010.4.03.6100), o Ministério Público Federal em São Paulo requereu uma série de medidas¹¹⁰. A primeira ação foi extinta sem julgamento de mérito em primeira instância. O juiz decidiu por ilegitimidade ativa do Ministério Público para atuar em favor dos interesses individuais dos familiares; a segunda foi extinta pelo TRF3 com julgamento de mérito que alegou prescrição da pretensão de regresso em relação aos danos suportados pelo Estado no pagamento de indenizações.

Neste período, o MPF em SP solicitou ainda à Procuradoria Geral Militar que instaurasse procedimento para a cassação de aposentadoria de militares envolvidos com os crimes da ditadura (cf. Gonzaga, 2009, p. 231). No entanto, tampouco obtiveram resultado favorável na Justiça Militar.

Ainda antes da condenação do Brasil pela Corte IDH, em setembro de 2010 foi criado o Grupo de Trabalho Direito à Memória e à Verdade, dentro da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para atuação coordenada para “promover o debate e criar metas de atuação coordenada dos membros do MPF, no que se refere à importância da apuração da verdade na justiça de transição, na redescoberta do passado e na adoção de mecanismos capazes de ouvir as vítimas” (cf. Torelly, 2010, p. 266). Assim, o GTDMV atua no “direito à verdade, inclusive localização dos restos mortais de desaparecidos e acesso a informações mantidas sob sigilo, responsabilização civil de perpetradores, reparação coletiva e imaterial de danos e reforma dos aparatos de segurança”¹¹¹ (Osório, 2016, p. 73-74).

A atuação do Ministério Público Federal na área cível continua, além de iniciativas de outra natureza. Para a procuradora Inês Soares (2014, p. 567), por exemplo, “enquanto não for possível responsabilizar criminalmente os perpetradores no âmbito local, deve-se utilizar os mecanismos jurídicos de tutela coletiva para proteção da memória e da verdade” com vistas a

¹¹⁰ “A declaração do dever da União e do Estado de São Paulo de fornecer informações sobre o aparelho repressivo e sobre atos de violências praticados; a declaração da responsabilidade dos agentes de Estado incluídos no polo passivo pelo funcionamento desse aparelho repressivo; a declaração da existência de relação jurídica entre esses últimos, a sociedade brasileira e as vítimas das violações de direitos humanos perpetradas, bem como a sua condenação a reparar os danos morais coletivos, mediante pagamento de indenização a ser revertida ao Fundo dos Direitos Difusos, e à perda das funções públicas que estejam eventualmente exercendo. Em uma das ações se pleiteou ainda que fosse feito um pedido formal de desculpas à população brasileira. (cf. Osório, 2016, p. 91)”

¹¹¹ Rios e Silva (2016, p. 172) ressaltam a importância do trabalho do GTDMV na realização de investigações, com produção ou preservação das provas necessárias também à persecução penal. A matéria criminal, como veremos no próximo capítulo, ficou sob a incumbência do Grupo de Trabalho Justiça de Transição, criado em 2011 após a condenação do Brasil pela Corte IDH.

outras formas de responsabilização, de valorização da memória ou de revelação e conhecimento da verdade. No entanto, Soares reflete que ainda são tímidas estas iniciativas.

“Nesse sentido, o Ministério Público, importante ator na propositura de ações judiciais e para uso de mecanismos extrajudiciais, abraçou com certo atraso esse tema de revisitação do passado de violência da ditadura e também de busca de responsabilização dos algozes. (...) Ao não se utilizar dos instrumentos de tutela coletiva para a responsabilização civil dos agressores e do Estado brasileiro, não foi oferecido, à sociedade, um espaço judicial para responsabilização pública dos perpetradores, para o processamento e revelação dos atos mais violentos e, também, para a reflexão sobre a injustiça da impunidade dos agentes que cometeram crimes de homicídio, torturas, estupros, desaparecimentos forçados, dentre outros. Assim, não bastasse a interpretação da lei de anistia tendente à impunidade, pela ausência de uma avalanche de ações de responsabilização civil contra os algozes, não há uma farta e consolidada jurisprudência no sentido de responsabilização civil dos autores dos crimes mais nefastos. Embora a jurisprudência do STJ seja no sentido de que a responsabilização civil pelos atos de tortura da ditadura é cabível, válida e não prescreve (Soares, 2014, p. 581)”.

Seguem em curso as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Perus, que analisa as ossadas exumadas da vala clandestina do cemitério de Dom Bosco, no bairro de Perus em São Paulo. Pela experiência no tema, quando promovida à Procuradora Regional da República, Eugênia Gonzaga foi indicada para presidir a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em entrevista realizada em junho de 2016, Gonzaga avalia que hoje, tocando os Grupos de Trabalho para busca e identificação dos corpos através da Comissão oficial criada por lei pra isso, há melhores condições de trabalhar pelo tema¹¹² e seu trabalho é mais efetivo do que quando se entrava com as ações judiciais, porque no judiciário se tem muito pouco resultado. “Nessas frentes de trabalho, você está atuando, abrindo as caixas, limpando os ossos, fazendo os exames de DNA, coisa que a gente não conseguiu por sentença judicial (Gonzaga, entrevista pessoal)”.

No que diz respeito à participação de atores civis nos crimes contra a humanidade, cabe registrar ainda a ocorrência de negociações iniciadas em 2015 entre o Ministério Público Federal e o grupo Volkswagen para “oferecimento de reparação pela participação dessa empresa na repressão à oposição política e ao movimento operário no Brasil” (Osório, 2016, p. 63). Assim, busca-se apurar a responsabilidade da empresa nas violações e a colaboração com

¹¹² A procuradora, no entanto, chama a atenção para as dificuldades no trabalho que vieram com o novo governo que tomou posse em maio deste ano. “O Ministério da Justiça baixou uma portaria suspendendo todas as contratações, todas as passagens, todas as diárias. (...) Nós temos contratações pendentes de laboratórios de DNA, de técnicos em genética e está tudo parado com essa troca de governo. (...) desde o início de junho a gente não consegue nem rodízio de peritos” (Gonzaga, entrevista pessoal).

os órgãos de segurança, bem como os benefícios obtidos em decorrência da cumplicidade com o regime.

A SPGR Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, em entrevista realizada em agosto de 2016, aponta ainda um trabalho feito pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais em uma ação relacionada às comunidades indígenas. Trata-se de uma iniciativa na área cível em conjunto com o Grupo de Trabalho Violação aos Direitos dos Povos Indígenas do MPF, que foi impulsionada após o relatório da Comissão Nacional da Verdade, para elucidar crimes ocorridos, buscar desaparecidos políticos, instaurar inquéritos civis públicos para ajuizar ações de regresso, cassação de aposentadorias e perda de patentes e condecoração de agentes (cf. Osmo, 2016, p. 107).

Como vimos, a dimensão da justiça de transição foi abraçada inicialmente, portanto, por dois procuradores do Ministério Público Federal, que iniciaram o debate interno na instituição. Veremos como o tema da responsabilização ganhará maior adesão internamente na instituição nos anos seguintes. O processo prévio de contato dos procuradores Marlon Weichert e da Eugênia Gonzaga com os familiares das vítimas foi fundamental para sensibilizá-los para os temas de justiça de transição.

2.3. As primeiras representações criminais do MPF

Entre 2008 e 2009, portanto antes da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condena o Brasil no Caso *Gomes Lund*, os procuradores Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga fizeram oito representações à área criminal do MPF, requerendo a instauração de Procedimentos Investigatórios Criminais (PICs) em casos contra dez indivíduos. Trata-se das primeiras iniciativas do MPF para tentativa de responsabilização penal de agentes estatais responsáveis por graves violações de direitos humanos durante o regime militar no Brasil.

Às representações criminais apresentadas por Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga foi anexado um texto-base de fundamentação comum, expondo as argumentações dos Procuradores naquele momento. Nestas representações, os Procuradores defenderam ser inaplicável a anistia aos autores de graves violações de direitos humanos, que seriam ainda imprescritíveis (cf. Weichert, 2014a, p. 569).

“Crimes cometidos no Brasil durante o regime militar por agentes públicos contra a população civil. Dever estatal de apurar e responsabilizar.

1. Competência da Justiça Federal. A Justiça Militar é incompetente para julgar crimes dolosos contra a vida cometidos contra civil e não goza de imparcialidade e independência para processar crimes contra a humanidade praticados por militares ou civis sob ordens militares.

2. Crimes contra a humanidade. Conceito vigente desde o Estatuto do Tribunal de Nuremberg, 1945, ratificado pela Assembleia Geral da ONU em 1946 (Resolução nº 95) e confirmado por tribunais internacionais.

3. Tipificação. Observância da legalidade estrita, conforme a lei em vigor à época do fato.

4. Os crimes contra a humanidade são imprescritíveis. Princípio de direito confirmado pelo costume internacional e por diversas Resoluções da Assembleia Geral da ONU.

5. A Convenção de ONU de 1968 sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade formalizou o costume internacional. Documento vinculante aos Estados que não o ratificaram.

6. O costume internacional, que trata de crimes contra a humanidade, integra o direito brasileiro. O Supremo Tribunal Federal reconhece o costume internacional como fonte de direito perante a jurisdição nacional.

7. Direito anterior ao fato. A norma da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade antecede a ditadura militar no Brasil.

8. Irrelevância da discussão sobre a teoria aplicável à incorporação de tratados. Normas oriundas do costume internacional dispensam incorporação formal.

9. Obrigação internacional. A recusa em observar a disciplina dos crimes contra a humanidade é inadimplemento de deveres do Estado brasileiro perante a comunidade internacional. Impossibilidade de adoção de posturas ambíguas entre o direito internacional e o direito interno.

10. Lei nº 6683/79 – inaplicabilidade aos agentes estatais. Seus crimes não são políticos, eleitorais ou tampouco conexos aos crimes políticos. Impossibilidade de auto-anistia. (Brasil, Ministério Público Federal, 2008e, grifos do autor).”

Os procuradores defendem a competência da Justiça Federal para estes casos. Para isso, argumentam que “os atos praticados por agentes das Forças Armadas (...) no âmbito das atividades e funções do DOI-CODI ou de outros órgãos militares revestem a natureza de atos de servidores públicos federais” (Brasil, Ministério Público Federal, 2008e, pp. 7-8). Isto porque o comando geral da repressão era da União, em um processo coordenado no qual a ação dos órgãos estaduais também assumia “contornos de exercício de função federal”. Assim, a competência para processá-los e julgá-los é da Justiça Federal¹¹³. A este entendimento, soma-se a defesa de que a Justiça Militar não tem competência para o julgamento das graves violações de direitos humanos, porque os crimes dolosos contra a vida praticados contra civil devem ser julgados pelo Tribunal do Júri, porque os demais crimes não

¹¹³ Baseiam-se para isto nas seguintes normativas e precedentes: artigo 109, inciso IV, da Constituição – “aos juízes federais, compete processar e julgar: IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral”, jurisprudência do Tribunal Federal de Recursos na Súmula 254 e do Superior Tribunal de Justiça no CC 1.679/RJ e RHC 2.201/DF.

encontram previsão no Código Penal Militar e porque a Justiça Militar não goza de autonomia, imparcialidade e independência.

Na sequência, apontam que os crimes praticados por agentes da repressão no Brasil no período de 1964 a 1985 se caracterizam como crimes contra a humanidade, ocorridos dentro de um padrão sistemático e generalizado de perseguição e de ataques contra parcela da população civil brasileira (Brasil, Ministério Público Federal, 2008e, pp. 3-4). O conceito de crime contra a humanidade é apresentando como sendo um senso comum desde a Primeira Guerra Mundial, apesar de ter sido consolidado e aplicado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, quando foi formalizado no artigo 6.c do Estatuto do Tribunal de Nuremberg.

“c. CRIMES CONTRA A HUMANIDADE: A saber, o homicídio, o extermínio, a escravidão, a deportação e outros atos desumanos cometidos contra a população civil antes da guerra ou durante a mesma, a perseguição por motivos políticos, raciais ou religiosos na execução daqueles crimes que sejam competência do Tribunal ou relacionados aos mesmos, constituam ou não uma violação da legislação interna do país onde foram perpetrados” (Estatuto do Tribunal de Nuremberg, 1946)

Esta definição foi ratificada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 1946 pela Resolução nº 95. Em 1950, a Comissão de Direito Internacional da ONU aprovou um documento que consolida estes princípios, afirmando que deverá ser aplicado o direito internacional para garantir a responsabilização pessoal do perpetrador da violação, mesmo que não haja previsão no direito interno dos países.

No texto do Estatuto do Tribunal de Nuremberg, está explicitada a necessidade de vínculo entre estes crimes e uma guerra. No entanto, as Resoluções nº 2.184 e nº 2.202 da Assembleia Geral da ONU em 1966 atualizaram o conceito e deixaram fora de dúvidas a não exigência do vínculo com uma guerra para caracterizar o crime contra a humanidade. Este entendimento foi confirmado posteriormente pelo Tribunal *ad hoc* para crimes cometidos na ex-Iugoslávia, que esclarece que o conceito se tornou autônomo e completamente separado dos crimes de guerra, podendo os crimes contra a humanidade ser cometidos em tempo de guerra ou de paz. Os procuradores afirmam que esta interpretação, de que inexistente requisito de vínculo dos crimes contra a humanidade com os crimes de guerra ou contra a paz desde 1945, realizada pelo Tribunal *ad hoc* é vinculante à comunidade internacional e ao Brasil. Os autores citam ainda jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos em decisão de 2001 contra a Alemanha, da Corte Interamericana de Direitos Humanos em decisão de 2006 no caso *Almonacid Arellano* contra o Chile, além do Estatuto do Tribunal Penal para Ruanda de 1994 e do Estatuto de Roma de 1998, que vão mesma direção.

Ademais, apontam que “a antijuridicidade da conduta de matar e torturar em larga escala” estava prevista ainda na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de abril de 1948¹¹⁴ e na Declaração Universal dos Direitos Humanos de dezembro de 1948¹¹⁵. Isto reforça a argumentação dos autores de que

“quando membros das Forças Armadas e da polícia no Brasil praticavam, nos anos sessenta e setenta, o sequestro, a tortura, o homicídio e a ocultação de cadáveres, dentro de um padrão de perseguição a qualquer suspeita de dissidência política, essas condutas já eram reputadas pelo direito como crimes contra a humanidade, independentemente do contexto de uma guerra” (Brasil, Ministério Público Federal, 2008e, p. 19)

Os procuradores citam autores como Lucia Bastos (2007) e Kathryn Sikkink e Carrie Booth Walling (2007) para discutir as medidas de justiça transicional e reafirmar a necessidade de responsabilização penal e individual dos crimes contra a humanidade, que implica a adoção de um regime jurídico imune a manobras de impunidade.

“A perseguição penal deve ser realizada por todos os meios legais disponíveis e deve ser orientada a determinar a verdade real e a permitir o processamento, a prisão, o julgamento e a condenação de todos os responsáveis intelectuais e materiais dos fatos, especialmente quando estejam ou possam estar envolvidos agentes estatais, sem prejuízo – por óbvio – das garantias processuais dos investigados ou acusados” (Brasil, Ministério Público Federal, 2008e, p. 25).

A argumentação prossegue para caracterizar o crime contra a humanidade como imprescritível, desde a Resolução nº 2.338 da Assembleia Geral da ONU, em 1967, assim como foi reafirmado em cinco outras Resoluções daquele órgão até 1973. Apontam como há um princípio geral de direito internacional que fixa a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade e dos crimes de guerra desde esta resolução da Assembleia Geral da ONU de meados dos anos 1960. Ou seja, quando os delitos foram praticados já vigorava no direito internacional esta norma consuetudinária imperativa (*jus cogens*), mesmo que o Brasil não tivesse ratificado a Convenção sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e de Lesa-humanidade de 1968. Isto porque a obrigação internacional *erga omnes* impõe aos Estados o

¹¹⁴ Declaração Americana de 1948. “Artigo I. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa”; “Artigo XXV. (...) Todo indivíduo, que tenha sido privado da sua liberdade, tem o direito de que o juiz verifique sem demora a legalidade da medida, e de que o julgue sem protelação injustificada, ou, no caso contrário, de ser posto em liberdade. Tem também direito a um tratamento humano durante o tempo em que o privarem da sua liberdade.” e “Artigo XXVI. (...) Toda pessoa acusada de um delito tem direito de ser ouvida em uma forma imparcial e pública, de ser julgada por tribunais já estabelecidos de acordo com leis preexistentes, e de que se lhe não inflijam penas cruéis, infamantes ou inusitadas.”

¹¹⁵ Declaração Universal de 1948. “Artigo III. Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”; “Artigo V. Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

dever de cumprir as normas imperativas de direito internacional, sendo as normas de direitos humanos reconhecidas como integrantes do *jus cogens* e de observância obrigatória por todos os Estados, conforme estabelecem a Corte Internacional de Justiça em 1951 e a Assembleia Geral da ONU em resolução de 1973.

Além disso, os procuradores citam decisões do Supremo Tribunal Federal baseadas em normas de costume internacional para argumentar que o direito interno positivo brasileiro reconhece a existência dos princípios gerais do direito internacional¹¹⁶. Portanto, ao constatar-se a existência de um princípio, de um costume e de uma obrigação *erga omnes* internacional relativas ao crime contra a humanidade, afirmam que estas normas fazem parte do direito brasileiro e devem interagir com as normas de direito penal internas.

“Essa regra [não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal] será totalmente observada na eventual ação penal, pois tanto o crime que se pretende seja punido, como a pena que se espera seja aplicada, estavam previstos no direito interno positivo muito antes da ocorrência do ato. (...) por força do *jus cogens* do direito internacional, (...) já vigorava no direito brasileiro a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade” (Brasil, Ministério Público Federal, 2008e, p. 45)

Outra discussão travada por Weichert e Gonzaga é a de que a prescrição não é uma garantia constitucional. Citam decisão do Supremo Tribunal Federal que interpreta o art. 5º, XLII e XLIV¹¹⁷, da Constituição de forma a entender que a exclusão de alguns crimes da incidência das regras de prescrição não proíbe que o direito ordinário estabeleça a amplitude e defina outros crimes para os quais não se aplicam os prazos prescricionais. Assim seria o caso dos crimes contra a humanidade, por conta dos princípios gerais de direito internacional incorporados ao direito interno.

Nestas representações anteriores à decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 153, os procuradores defendem uma interpretação da Lei de Anistia segundo a qual o texto da lei não teria alcançado os crimes praticados por agentes do Estado na repressão aos dissidentes políticos. Argumentam que os crimes dos agentes do Estado não eram crimes políticos puros, pois não visavam atingir o Estado, que a lei não anistiou todos os crimes praticados com motivação política e que, ainda que tais crimes fossem anistiados, os crimes

¹¹⁶ Weichert e Gonzaga citam a ACO 298-DF, a RE-56.466/DF, a AC 9.696/SP, a ADI 3.741, o HC 81.158-2, o HC 82.424-RS, a RE 86.297 e a ADI 3.510 como momentos em que o STF considerou categorias normativas internacionais de direitos humanos que não são tratados.

¹¹⁷ “XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” e “XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”

dos agentes estatais não possuem motivação política. Assim, não haveria previsão jurídica que permitisse considerar os crimes praticados pelos agentes estatais na repressão aos dissidentes políticos como anistiados.

Por outro lado, pela jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e pelos preceitos do *jus cogens* de direito internacional, as auto-anistias são proibidas em razão da obrigação internacional de investigar, responsabilizar e punir as graves violações de direitos humanos, como são os crimes contra a humanidade. Por fim, lembram que o Brasil ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos e reconheceu a jurisdição obrigatória da CorteIDH, de forma que a situação de impunidade causa violação dos artigos 1.1, 2, 8 e 25.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos¹¹⁸.

Após analisar todos estes aspectos, os Procuradores afirmam que os fatos criminosos ainda reclamam persecução penal, por todos estes motivos, quais sejam: enquadram-se na figura de crimes contra a humanidade, que não são passíveis de anistia nem de prescrição, conforme compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil.

Em artigo de 2009, Eugênia Gonzaga sintetiza a argumentação do Ministério Público Federal naquele momento, entendendo que não se podia permanecer omissos e que havia embasamento jurídico suficiente para a punição dos crimes da ditadura.

“A disciplina dos crimes contra a humanidade vem sendo considerada como parte do direito consuetudinário internacional e está entre os princípios fundamentais de direitos humanos de obrigatoriedade *erga omnes*; tal costume vigia nas décadas de 60 e 70 e o Brasil, como subscritor de diversos tratados, cartas e convenções de direitos humanos da comunidade internacional, já estava sujeito a ele à época; o tratamento constitucional relativo à incorporação de tratados internacionais não se aplica ao direito costumeiro, pois ele não admite incorporação formal. Do contrário, deixaria de ser uma norma consuetudinária; a adoção da disciplina dos crimes contra a humanidade respeita os princípios da legalidade estrita e da anterioridade vigentes no direito penal brasileiro já que não se trata da utilização de nenhum tipo penal e de nenhuma pena que não estivesse descrita no Código Penal brasileiro à época dos fatos; trata-se tão somente de se considerar que institutos como o da prescrição e da anistia não se aplicam a este tipo de crime; a prescrição não é uma garantia constitucional para o criminoso e é matéria afeta à legislação infraconstitucional; o direito consuetudinário internacional é uma das fontes do direito e já foi utilizado em outras oportunidades pelo Supremo Tribunal Federal (Gonzaga, 2009, pp. 217-218)”.

¹¹⁸ No julgamento do caso *Gomes Lund* dois anos depois, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condena o Brasil por violação destes exatos artigos. A jurisprudência da CorteIDH era, já naquele ano, de que a repressão política no Cone Sul incorreu em crimes contra a humanidade e que nenhum Estado poderia deixar de investigá-los e responsabilizar seus autores. Os procuradores mostram precedentes em julgamentos contra Chile, Peru e Colômbia.

Veremos agora como se desenvolveram estas primeiras representações criminais apresentadas pelo MPF entre 2008 e 2009. Aqui, como também nas ações penais a serem analisadas no quarto capítulo, é preciso registrar que as informações sobre os andamentos dos processos, nos casos em que não estejam colocadas as citações das sentenças, das denúncias, dos pareceres ou dos recursos, foram obtidas por meio de consulta processual nos sites das varas federais, dos tribunais regionais federais ou dos tribunais superiores a partir do número dos autos, que segue registrado nas notas de rodapé para todos os casos.

1ª representação do MPF. Luiz José da Cunha¹¹⁹

Em 11 de junho de 2008, os procuradores Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga entraram com representação para investigação e persecução penal em face dos responsáveis pelos crimes de homicídio, lesão corporal e sequestro cometidos contra Luiz José da Cunha, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) morto em julho de 1973 no DOI-CODI de São Paulo. Enterrado como indigente no Cemitério no bairro de Perus em São Paulo e exumado em 1991, seus restos mortais foram identificados por exame de DNA somente em setembro de 2006.

Como desenvolvido no texto anexado que analisamos anteriormente, os procuradores argumentam que o homicídio e as torturas ocorreram em São Paulo e resultam de condutas de agentes do DOI-CODI do II Exército, sendo a competência para a persecução penal da Justiça Federal de São Paulo. Defendem ainda que, como os delitos aconteceram no âmbito de um amplo e sistemático ataque à parcela da população civil por agentes do Estado brasileiro, devem ser considerados crimes contra a humanidade, não sujeitos à prescrição penal e ao benefício de anistia, e que há uma obrigação de investigar e processar estes crimes. Os Procuradores ainda discutem a invalidade jurídica da Lei de Anistia brasileira, incompatível com os princípios constitucionais brasileiros e com o direito internacional.

Em 4 de setembro de 2008, o procurador natural do procedimento, Procurador Sílvio Luís Martins de Oliveira (Brasil, Ministério Público Federal, 2008b), requereu ao juízo da 1ª Vara Criminal Federal de São Paulo o arquivamento dos autos. Na fundamentação, o Procurador aponta que não havia no ordenamento jurídico nacional em 1973, quando do crime de homicídio da vítima, a definição de crime contra a humanidade, afirmando que o estatuto do Tribunal de Nuremberg e a Comissão de Direito Internacional da ONU nunca

¹¹⁹ Autos nº 2008.61.81.012372-1, a partir do Procedimento Investigatório Criminal nº 1.34.001.003312/2008-97

expandiram o conceito de crimes contra a humanidade para os tempos de paz. Como não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, a única possibilidade de tipificação penal da conduta seria a de homicídio qualificado (art. 121, parágrafo 2º do Código Penal), que estaria prescrito (art. 107, inciso IV e 109, inciso I do Código Penal).

Em 16 de setembro de 2008, os procuradores Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga apresentaram ao juízo da 1ª Vara Criminal Federal de São Paulo uma manifestação de complementação do teor do texto original da representação e apresentaram outros enfoques sobre os fundamentos utilizados pelo Procurador Sílvio Oliveira em sua promoção de arquivamento. Apontam que a Assembleia Geral da ONU em 1966 deixou extrema de dúvidas a inexigibilidade do vínculo com uma guerra para caracterizar o crime de lesa-humanidade. Citando jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Almonacid-Arellano*, defendem que independentemente do contexto de uma guerra, as condutas referidas já eram reputadas pelo direito como crimes contra a humanidade, imprescritíveis no direito internacional. Defendem ainda que as normas do direito internacional costumeiro relativas ao crime contra a humanidade e sua imprescritibilidade fazem parte do direito brasileiro e interagem com as normas de direito penal postas pelo legislador doméstico. Requerem, portanto, que o juízo da 1ª Vara Criminal Federal de São Paulo não homologue o pedido de arquivamento e submeta a questão à análise da Procuradoria-Geral da República.

Em 9 de janeiro de 2009, a Juíza Federal Substituta Paula Mantovani Avelino (Brasil, Justiça Federal, 2009a) determinou o arquivamento dos autos, homologando a promoção de arquivamento do Procurador Natural Sílvio Oliveira. A Juíza deixou de analisar a petição de Weichert e Gonzaga, por entender que houve ofensa destes Procuradores ao princípio do promotor natural e à sua independência funcional. Além disso, seguiu entendimento do Procurador Natural de que o delito contra a humanidade não possui tipificação válida no ordenamento jurídico em vigor no território pátrio, e que o delito de homicídio qualificado está prescrito pelo art. 109, I, do Código Penal.

Os autos do procedimento encontram-se, portanto, arquivados. Como não há outros meios na justiça interna de realizar processo criminal, o caso foi encaminhado pelos

familiares da vítima ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos¹²⁰ e encontra-se sob análise da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

2ª representação do MPF. Vladimir Herzog¹²¹

Também em 2008, os procuradores Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga entraram com representação para início de persecução penal com relação ao delito de homicídio praticado contra Vladimir Herzog, jornalista morto em outubro de 1975 no DOI-CODI em São Paulo. Na representação, os Procuradores apontam que o inquérito policial militar anterior para apurar o caso foi arquivado pela Justiça Militar, acolhendo-se a versão oficial de que o jornalista teria se suicidado. Recordam, no entanto, que a ação civil de reparação de danos proposta pelos familiares contra a União foi julgada procedente, responsabilizando a União pela morte não natural de Herzog. Em 1992, o Ministério Público do Estado de São Paulo requisitou inquérito policial para apuração, mas este foi trancado por *habeas corpus* concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com base na Lei da Anistia. O trancamento foi mantido pelo Superior Tribunal de Justiça, como vimos anteriormente.

Weichert e Gonzaga argumentam que é nula a decisão do TJ-SP, pois a Justiça Federal é quem tem competência para processar e julgar o delito, por ter sido praticado por agentes no exercício de função pública federal. Ademais, argumentam que o delito praticado contra Herzog se deu num contexto de ataque generalizado e sistemático contra as pessoas que se opunham ao regime, se caracterizando no direito internacional público como crime contra a humanidade; que o Brasil tem a obrigação internacional de investigar e punir estes crimes, independente de regras relativas à prescrição e anistia, em razão da existência de uma norma consuetudinária internacional, bem como da jurisprudência da CorteIDH, que estabelece a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade¹²². Por fim, discutem que o crime contra Herzog não teve motivação política, nem atingiu bem jurídico de natureza política. Assim, não teria sido atingido pela anistia concedida pelo artigo 1º da Lei de Anistia e, ainda que não

¹²⁰ “O Estado brasileiro é novamente denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos”. Disponível em: < http://anistiapolitica.org.br/abap/index.php?option=com_content&view=article&id=3222:o-estado-brasileiro-e-novamente-denunciado-na-comissao-interamericana-de-direitos-humanos>. Acesso em: 15 mai. 2016

¹²¹ Autos nº 2008.61.81.013434-2. Procedimento Investigatório Criminal nº 1.34.001.001574/2008-17

¹²² A não ratificação pelo Brasil da Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, de 1968, seria irrelevante devido à existência dessa norma consuetudinária internacional prévia ao delito.

fosse adotado este entendimento, o direito internacional público não admite a figura da auto-anistia.

Em 12 de setembro de 2008, o procurador natural Fábio Elizeu Gaspar apresentou ao Juízo da 1ª Vara Criminal Federal uma manifestação requerendo arquivamento das peças informativas (Brasil, Ministério Público Federal, 2008c), pela ocorrência de coisa julgada material ou, ainda que não adotado esse entendimento, pela consumação da prescrição da pretensão punitiva. Na fundamentação, o Procurador Fábio Gaspar analisa se tratar de crime de homicídio doloso, com competência da Justiça Federal para exame do caso. Entretanto, analisa que a decisão do TJ-SP que reconheceu a anistia em relação ao delito praticado contra Vladimir Herzog transitou em julgado e não mais pode ser modificada, o que justificaria o pedido de arquivamento das peças informativas. Apesar disso, analisa que o crime não teve sua punibilidade extinta pela Lei de Anistia, pois “o bem jurídico atingido foi a vida do jornalista”, que nenhuma natureza política possui, sendo que a Lei de Anistia concedeu anistia aos crimes políticos e aos conexos. No entanto, o Procurador argumenta que não existia previsão de imprescritibilidade criminal no direito brasileiro na data do delito e que o crime prescreveu. Sustenta, por fim, a impossibilidade de utilização de norma consuetudinária no âmbito interno como forma de puni-los.

Em 24 de setembro de 2008, os Procuradores Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga apresentaram ao Juízo da 1ª Vara Criminal Federal de São Paulo requerimento para complementar o teor do texto original da representação e para apresentar novos enfoques sobre os fundamentos utilizados por Fabio Gaspar em sua promoção. Pedem que o Juízo não homologue o arquivamento e que remeta os autos para a Procuradoria-Geral da República analisar. Os Procuradores argumentam que a nulidade do ato decisório da Justiça estadual impede que se reconheça a existência de coisa julgada material e que é possível realizar persecução penal na esfera da competência federal, sustentando a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade.

“Portanto, podemos constatar que: (a) a prescrição não é uma garantia constitucional; (b) compete ao direito ordinário estabelecer efetivamente a sua amplitude, nada obstando que defina outros crimes – além daqueles apontados na Constituição – em face dos quais não se aplicam os prazos prescricionais; e (c) os crimes graves contra os direitos humanos (...) são necessariamente imprescritíveis, por força da própria Constituição e dos princípios gerais de direito internacional consolidados através do costume”. (Brasil, Ministério Público Federal, 2008d, p. 43)

A Juíza Federal Substituta Paula Mantovani Avelino decidiu em 9 de janeiro de 2009 (Brasil, Justiça Federal, 2009b), mesmo dia em que julgou o caso de Luiz José da Cunha, pelo

arquivamento dos autos, julgando incabível o prosseguimento da persecução criminal. A Juíza reconheceu a competência da Justiça Federal e da 1ª Vara Criminal da Subseção da Capital para apreciar os fatos. Como no caso anterior, a Juíza entendeu que, com o acréscimo da petição que manifesta posicionamento contrário ao do procurador natural, houve ofensa ao princípio do promotor natural e à sua independência funcional, e deixou de analisar a petição. A Juíza decidiu que há coisa julgada material e, assim, está extinta a punibilidade do delito, o que impediria a instauração de novo procedimento para investigação dos mesmos fatos. Julgou que “não é possível subsumir a conduta narrada nas peças de informação ao chamado delito contra a humanidade, por não possuir aquela tipificação válida no ordenamento jurídico em vigor no território pátrio”. Analisou que os fatos se amoldam à figura do crime de homicídio qualificado, que está prescrito por terem se passado mais de trinta e três anos dos fatos, e que a infração não é imprescritível diante da Constituição e das demais normas do ordenamento em vigor.

Os autos do procedimento encontram-se, portanto, arquivados. O caso foi encaminhado pelos familiares da vítima ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos¹²³. Em 22 de abril de 2016, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos enviou o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em e-mail enviado em 10 de agosto de 2016, o Procurador da República Ivan Marx nos informou que havia solicitado em maio de 2016 à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF o desarquivamento do caso Herzog, mas o pedido ainda não havia sido apreciado.

3ª representação do MPF. Flávio Carvalho Molina¹²⁴

Em 25 de setembro de 2008, Eugênia Augusta Gonzaga e Marlon Alberto Weichert apresentaram representação à divisão criminal da Procuradoria da República em São Paulo/SP (Brasil, Ministério Público Federal, 2008f) para a instauração de persecução penal em face dos responsáveis pelos crimes de sequestro, homicídio com meio cruel (tortura) e falsidade ideológica cometidos contra Flávio Carvalho Molina, militante do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) morto no DOI-CODI de São Paulo em novembro de 1971.

¹²³ “Caso Vladimir Herzog vs. Brasil é enviado para a Corte Interamericana de Direitos Humanos”. Disponível em: <<http://vladimirherzog.org/caso-vladimir-herzog-vs-brasil-e-enviado-para-corte-interamericana-de-direitos-humanos/>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

¹²⁴ Autos nº 2009.61.81.013046-8. Inquérito Policial nº 0181/2009-3, instaurado a partir de requisição expedida no Processo Investigatório Criminal nº 1.34.001.005988/2008-15.

Na representação, os procuradores destacam que houve o crime de sequestro, com privação de liberdade de novembro de 1971 a setembro de 2005, quando os restos mortais de Flávio Molina foram identificados. Argumentam que Molina foi vítima de um “desaparecimento forçado” e que, apesar de inexistir este tipo penal no Código Penal brasileiro, a conduta observada se amolda à figura do sequestro qualificado (art. 148, parágrafo 2º do Código Penal), em concurso com outros delitos praticados para garantir a falta de informação sobre a privação da liberdade ou o paradeiro da pessoa. Os procuradores lembram, inclusive, que o então Procurador-Geral da República teve o mesmo entendimento em parecer na Extradução nº 974.

Diante da identificação dos restos mortais em setembro de 2005, atestam que Flávio Molina não é mais um desaparecido, e que houve consumação de homicídio qualificado (art. 121, parágrafo 2º, III do Código Penal). A vítima foi sequestrada, assassinada e seu cadáver permaneceu desaparecido. Ademais, o laudo necroscópico e a certidão de óbito lavrados em 1971 foram documentos falsos produzidos com a introdução de nome falso da vítima com o fim de prejudicar o direito e alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, elementos do crime de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal). Sepultado com nome falso, dificultou-se a localização do cadáver de Molina, que sofreu ainda inumação na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco no bairro de Perus, caracterizando crime de ocultação de cadáver (art. 211 do Código Penal).

No que se refere à autoria dos crimes apontados, Weichert e Gonzaga apontam como responsáveis dos crimes de sequestro e homicídio Carlos Alberto Brilhante Ustra e Miguel Fernandes Zaninello, integrantes do DOI-CODI de São Paulo à época dos fatos. Eles poderiam fornecer os nomes de demais membros da operação que resultou na privação de liberdade e morte da vítima. Os procuradores apontam como responsáveis pelo crime de falsidade ideológica, além de Ustra e Zaninello, os médicos Arnaldo Siqueira, Renato Capellano e José Henrique da Fonseca, que foram os legistas responsáveis pelo laudo necroscópico.

Os procuradores argumentam que estes crimes praticados pelos agentes públicos amoldam-se ao conceito de crimes contra a humanidade, imprescritíveis e insuscetíveis de anistia, pois foram cometidos em contexto de perseguição generalizada a determinado segmento da população civil. Assim, na representação encaminhada ao Coordenador da Divisão de Procedimentos Extrajudiciais Criminais da Procuradoria da República em São Paulo, tendo em vista a competência da Justiça Federal em São Paulo, requerem a distribuição

a um dos Procuradores da República com atuação criminal “para que adote as providências que entender cabíveis à persecução penal dos responsáveis pelos crimes ora apontados”.

A procuradora natural do procedimento, Cristiane Bacha Canzian Casagrande, Procuradora da República em São Paulo, requereu em 11 de maio de 2010 (Brasil, Ministério Público Federal, 2010b) ao juízo da 7ª Vara Criminal Federal de São Paulo o arquivamento da investigação instaurada. A procuradora concordou com a competência da Justiça Federal para apuração dos fatos narrados, mas afirmou a ocorrência de prescrição dos crimes de homicídio qualificado e de falsidade ideológica, visto que o art. 109 do Código Penal estabelece como prazo prescricional máximo o prazo de vinte anos. A Procuradora ainda afirmou que “os autos não reúnem elementos que evidenciem possível conduta dolosa por parte das pessoas responsáveis pela elaboração do exame de corpo de delito e da certidão de óbito”, visto que Flávio Molina utilizava identidade falsa¹²⁵.

A Procuradora Casagrande ainda argumentou que o crime de sequestro encontra-se prescrito, uma vez que, com a morte ocorrida em novembro de 1971, decorreu período superior a 38 anos da data da cessação da conduta criminosa de privação da liberdade. Argumentou ainda que, em 1981, quando a família da vítima pôde obter a certidão de óbito com o verdadeiro nome da vítima através de ação judicial, já se possuía conhecimento do local onde o corpo da vítima foi enterrado, o que faz prescrever o delito de ocultação de cadáver. Casagrande afirmou, por fim, que a prescrição não pode ser suspensa em razão da demora na identificação dos restos mortais. Assim, requereu o arquivamento dos autos.

O Juiz Federal Ali Mazloun da 7ª Vara Criminal Federal de São Paulo (Brasil, Justiça Federal, 2009d) homologou o arquivamento com relação aos crimes de sequestro, homicídio e falsidade ideológica, amparado na constitucionalidade da Lei de Anistia, como decidido pelo STF na ADPF nº 153, julgada em abril de 2010. Entretanto, não homologou o arquivamento com relação ao crime de ocultação de cadáver, por entender sua natureza permanente e pela imprescritibilidade prevista no art. 5º, inciso XLIV da Constituição de 1988¹²⁶, promulgada ainda quando não havia cessado a permanência do crime. O Juiz refutou ainda a argumentação da Procuradora Casagrande, apontou que as autoridades conheciam a identidade do morto e que a consumação do crime de ocultação de cadáver cessou com a efetiva identificação da vítima e seu sepultamento em lugar definitivo, em setembro de 2005.

¹²⁵ A Procuradora ignorou que na representação está apontado que os legistas responsáveis escreveram à mão informalmente o nome Flávio Molina na certidão de óbito, demonstrando saberem de quem se tratava.

¹²⁶ “Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”.

Nos autos constava informação de que, em 1978, o então delegado Romeu Tuma, chefe do DOPS em São Paulo, havia manifestado efetivo conhecimento sobre a morte de Flávio Molina. Assim, Romeu Tuma, então Senador da República pelo estado de São Paulo em 2010, deveria figurar como investigado pelo crime de ocultação de cadáver. O juiz Mazloum, por entender a imprescritibilidade do delito de ocultação de cadáver, decidiu encaminhar os autos para o Supremo Tribunal Federal, por ser o tribunal com competência originária para julgar Romeu Tuma em razão do foro privilegiado.

O Inquérito nº 2.989 foi instaurado no Supremo Tribunal Federal em 2010, mas poucos meses depois o Senador Romeu Tuma veio a falecer, em 26 de outubro de 2010. Assim, a ministra relatora do caso no STF Cármen Lúcia declarou a extinção de punibilidade em razão do óbito do investigado e determinou a devolução dos autos para o juízo competente da 7ª Vara Federal Criminal de São Paulo. Em janeiro de 2015, o Juízo remeteu os autos do processo para a Procuradoria-Geral da República, indeferindo o pedido de arquivamento formulado pelo Ministério Público Federal para o crime de ocultação de cadáver. Não foi possível obter mais informações.

4ª representação do MPF. Manoel Fiel Filho¹²⁷

Instaurada em 2008 a partir de notícia-crime de Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga, a representação criminal foi distribuída primeiramente para a Procuradora Anamara Osório e, em 2011, para o Procurador da República Andrey Borges.

O Procurador Andrey Borges apresentou denúncia em junho de 2015 para o Juízo da 1ª Vara Criminal Federal em São Paulo. Em razão da data, analisaremos este caso no quarto capítulo, momento das iniciativas de persecução penal do Ministério Público Federal após a divulgação da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condena o Brasil no caso *Gomes Lund*.

5ª representação do MPF. Aluizio Palhano Pedreira Ferreira¹²⁸

Instaurada em 2009 a partir de notícia-crime de Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga, consta em relatório de 2011 que a representação criminal foi “distribuída inicialmente ao Dr.

¹²⁷ Procedimento Investigatório Criminal 1.34.001.006086/2008-04

¹²⁸ Procedimento Investigatório Criminal 1.34.001.001785/2009-3

Kleber Uemura. Redistribuída para o MPM. Arquivada no MPM. Declinação de atribuição não homologada pela 2CCR. Redistribuída para o Ofício de Crimes contra os Direitos Humanos – PR/SP”. Ou seja, após o procurador natural do caso remeter os autos para o Ministério Público Militar, que determinou arquivamento, os membros da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal não homologaram este arquivamento¹²⁹ e remeteram os autos à Procuradoria da República em São Paulo para o prosseguimento das investigações.

Em abril de 2012, os Procuradores Eugênia Gonzaga, Sérgio Suiama, Andrey Borges, Ivan Cláudio Marx, Tiago Modesto Rabelo e Inês Virgínia Prado Soares apresentaram denúncia ao Juízo da 10ª Vara Criminal Federal de São Paulo. Em razão da data, analisaremos este caso no estudo do segundo momento das iniciativas de persecução penal do Ministério Público Federal, após a divulgação da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condena o Brasil no caso *Gomes Lund*.

6ª representação do MPF. Luiz Almeida Araújo¹³⁰

Em 6 de abril de 2009, os Procuradores Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga encaminharam representação à divisão criminal da Procuradoria da República (Brasil, Ministério Público Federal, 2009a) para a instauração de medidas de investigação e persecução penal em face dos responsáveis por crime de sequestro qualificado, tendo como vítima Luiz Almeida Araújo. Os procuradores noticiaram que há eventual autoria ou participação de Carlos Alberto Brilhante Ustra, José Anselmo dos Santos e Carlos Alberto Augusto. Militante da ALN, Luiz Almeida Araújo foi visto pela última vez em 24 de junho de 1971 na Rua Angélica em São Paulo, quando seu sequestro teve início. Como não houve confirmação do óbito, seja mediante a localização de restos mortais, seja mediante a apresentação de documentos que comprovem e esclareçam as circunstâncias, a representação requer instauração de investigação para o crime de sequestro, iniciado a partir de 24 de junho de 1971.

¹²⁹ A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal teve a oportunidade de analisar o pedido de arquivamento desta representação criminal e da representação criminal do caso de Luiz Almeida Araújo em fevereiro 2011. A decisão, em que a Procuradora Regional da República Monica Nicida Garcia e a Subprocuradora-Geral da República Raquel Dodge apresentam votos acolhendo a argumentação de Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga, é um divisor de águas na posição do MPF no momento de debates sobre as possibilidades de persecução penal em 2011.

¹³⁰ Procedimento Investigatório Criminal 1.34.001.002034/2009-31

Os Procuradores argumentam que Luiz Almeida Araújo foi vítima de um desaparecimento forçado perante as normas internacionais, citando a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas de 1994, e que não há de se falar em prescrição, pois o crime de sequestro é permanente, citando inclusive jurisprudência do STF, que acolheu a tese do crime permanente no julgamento da Extradução nº 974. Os procuradores afastaram também a possibilidade de anistia, pois a conduta não cessou antes da promulgação da Lei de Anistia. Acrescentaram, por fim, que o crime amolda-se ao conceito de crime contra a humanidade, e que há competência da Justiça Federal para julgar o caso.

Assim como no caso de Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, a representação criminal foi “distribuída inicialmente ao Dr. Kleber Uemura. Redistribuída para o MPM. Arquivada no MPM. Declinação de atribuição não homologada pela 2ª CCR. Redistribuída para o Ofício de Crimes contra os Direitos Humanos – PR/SP”.

Em decisão de fevereiro de 2011, de forma unânime, os membros da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal não homologaram os arquivamentos promovidos nos autos dos procedimentos referentes aos crimes federais contra Aluízio Palhano Pedreira Ferreira e Luiz Almeida Araújo, entendendo haver atribuição para persecução penal por parte do Ministério Público Federal. A 2CCR remeteu os autos à Procuradoria da República em São Paulo para que se prosseguissem as apurações, independentemente do arquivamento dos processos pelo Ministério Público Militar.

Em 23 de setembro de 2011, a Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo Anamara Osório Silva designou o Procurador da República em São Paulo Sérgio Gardenghi Suiama para atuar em conjunto com a Procuradora da República em São Paulo Thaméa Danelon de Melo nos autos do Procedimento Investigatório Criminal referente ao caso de Luiz Almeida de Araújo. A investigação segue em andamento, conforme relatório de 2014.

7ª representação do MPF. Horácio Domingo Campiglia e Mônica Susana Pinus de Binstock¹³¹

O sétimo caso, após seis notícias-crime originalmente apresentadas na Procuradoria da República em São Paulo, se refere a uma representação para a Procuradoria da República no Rio de Janeiro. Nesta representação, os Procuradores Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga

¹³¹ Autos nº 2009.51.01.0809410-8.

requerem apuração da responsabilidade criminal pelo sequestro dos estrangeiros Horacio Domingo Campiglia e Monica Susana Pinus de Binstock, no âmbito da Operação Condor.

Campiglia e Binstock foram sequestrados por autoridades públicas federais no Aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro em 13 de março de 1980, estando desaparecidos desde então. A representação elencou a conduta criminosa como um crime contra a humanidade pelo direito internacional, insuscetível de prescrição por força de norma consuetudinária internacional. Ademais, como o crime contra Campiglia e Binstock não teve motivação política, nem atingiu bem jurídico de natureza política, não poderia ser atingido pela anistia concedida pelo artigo 1º da Lei de Anistia. Por fim, a representação recorda o direito internacional não admite auto-anistias.

O procurador natural Carlos Alberto Gomes de Aguiar apresentou, em 6 de agosto de 2009, promoção de arquivamento (Brasil, Ministério Público Federal, 2009b) dos autos ao Juízo da 7ª Vara Criminal Federal do Rio de Janeiro. Na fundamentação, o Procurador Carlos Aguiar afirma que o Direito Positivo brasileiro não adotava a imprescritibilidade criminal em 1980. Como o Brasil não aderiu à Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade de 1968, a regra não teria sido internalizada. O Procurador afirma ainda que os instrumentos de direito internacional público que não se submetem a processos de internalização, como é o caso de resolução da Assembleia Geral da ONU, não se aplicam no ordenamento pátrio. Argumenta que o costume internacional não poderia ser aplicado por incompatibilidade com as garantias fundamentais do indivíduo, conforme cláusula pétrea da Constituição de 1988, e que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Para Aguiar, crimes e penas necessariamente devem ser criados por lei, e lei em sentido formal, ou haveria violação do princípio constitucional da legalidade penal. Considerou ainda que decorreram 30 anos dos fatos noticiados, que não contribuem para a identificação segura dos autores do crime. Requereu, portanto, o arquivamento.

Em 10 de setembro de 2009, o Juiz Federal Marcello Ferreira de Souza Granado assistiu razão ao procurador natural e arquivou o procedimento investigatório.

8ª representação do MPF. Lorenzo Ismael Viñas e Jorge Oscar Adur¹³²

¹³² Autos nº 2008.71.03.001525-2.

A oitava notícia-crime protocolada por Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga diz respeito ao caso de Lorenzo Viñas, em investigação na qual foi incluído posteriormente o caso de Jorge Adur. O Procedimento foi remetido à Procuradoria da República no Município de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Trata-se de mais um fato relacionado à Operação Condor. Em 26 de julho de 1980, Lorenzo Viñas, militante da organização Movimento Peronista Montonero, e Jorge Adur, sacerdote argentino, foram sequestrados e nunca mais vistos após atravessarem a fronteira entre Argentina e Brasil e entrarem na cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul.

A investigação foi requisitada pelo Procurador da República Ivan Marx em 19 de junho de 2008 à Polícia Federal (IPL nº 116/2008), mas o Procurador requereu arquivamento em 21 de fevereiro de 2013, após diligências feitas em solo argentino, por falta de provas de que o sequestro tenha ocorrido em território brasileiro ou com a participação de agentes brasileiros. A Justiça Federal deferiu o arquivamento do inquérito. Trata-se da primeira investigação e do primeiro inquérito policial por crimes da ditadura no Brasil a partir de trabalho do Ministério Público Federal.

A representação da família de João Goulart¹³³

Uma investigação criminal relativa à morte do ex-presidente João Goulart, por sua vez, foi instaurada a partir de representação de sua família. Morto em 6 de dezembro de 1976 na estância de sua propriedade em Corrientes, de acordo com relatório do Grupo de Trabalho Justiça de Transição (Brasil, Ministério Público Federal, 2014a) surgiram suspeitas de que sua morte poderia ser resultado de um homicídio arquitetado no âmbito da Operação Condor.

O processo foi desenvolvido pela 2ª Vara Criminal Federal de Porto Alegre. Em 5 de junho de 2009, a procuradora natural do procedimento Cláudia Vizcaychipi Paim requereu arquivamento da investigação, fundamentado na prescrição. Em 28 de agosto de 2009, o juiz federal da 2ª Vara Criminal Federal de Porto Alegre, Ricardo Humberto Silva Borne, homologou o pedido de arquivamento sob o argumento de aplicação da prescrição. Os autos encontram-se, portanto, arquivados.

A representação da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no caso de David Capistrano da Costa e José Roman¹³⁴

¹³³ Autos nº 2009.71.00.013804-2

Na relação de representações criminais observadas em 2008 e 2009 pelo Grupo de Trabalho Justiça de Transição do MPF, consta também um Procedimento Investigatório Criminal para investigar o sequestro de David Capistrano da Costa e José Roman, dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) sequestrados em março de 1974 em Uruguaiana/RS, de acordo com a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Há relatos de que foram vistos nas dependências do DOI-CODI em São Paulo e na Casa da Morte de Petrópolis/RJ.

O Procedimento Investigatório Criminal foi instaurado a partir de representação da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e redistribuído para a Procuradoria da República no Município de Petrópolis/RJ. Em relatório do início de 2014, constava que a investigação seguia em andamento. Não foi possível obter mais informações.

A representação do Sindicato dos Químicos de São Paulo no caso de Virgílio Gomes da Silva¹³⁵

A partir de representação do Sindicato dos Químicos de São Paulo, foi instaurada em 2009 a representação criminal para investigar os crimes de homicídio e ocultação de cadáver cometidos contra Virgílio Gomes da Silva. A investigação deu origem ao Inquérito Policial (IPL) nº 0031/2011-3, e o andamento do inquérito culminou na denúncia apresentada pelos Procuradores da República em São Paulo Andrey Borges de Mendonça e Ana Leticia Absy, em novembro de 2015.

Por se tratar de denúncia recente, após a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso *Gomes Lund*, será analisada no quarto capítulo.

Outros casos

Foi instaurado, no ano de 2009, um Procedimento Investigatório Criminal na Procuradoria da República em Marabá/PA¹³⁶ para investigar crimes de homicídio e sequestro cometidos no âmbito do extermínio da Guerrilha do Araguaia. Destas investigações,

¹³⁴ Procedimento Investigatório Criminal 1.34.001.003576/2009-21

¹³⁵ Representação Criminal nº 1.34.001.007487/2009-54

¹³⁶ Procedimento Investigatório Criminal nº 1.23.001.000180/2009-14

desdobraram três denúncias oferecidas pelo MPF a partir de 2012 contra Sebastião Curió Rodrigues de Moura e Lício Maciel, que analisaremos no quarto capítulo.

No ano de 2010, após o julgamento da ADPF nº 153 pelo STF, o Procurador da República em Pernambuco Leandro Bastos Nunes requereu o arquivamento do inquérito policial (IPL) nº 467, instaurado na Procuradoria da República em Pernambuco com o escopo de apurar 22 casos de execuções e desaparecimentos do período do regime militar no estado. O arquivamento foi deferido pela Justiça Federal em 5 de agosto de 2010. Conforme Ofício nº 1238/2015 – GAB/ICM/PRDF, em 2014 o colegiado da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

“determinou a remessa dos autos à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, para que o procurador natural procedesse à análise das teses expostas, quanto à possibilidade de instauração de procedimento investigatório para apuração dos crimes mencionados no expediente. (...) No mês de novembro de 2014, de posse da decisão da 2ª Câmara de Revisão, o Procurador da República Luciano Rolim da PR/PE solicitou judicialmente o desarquivamento dos autos, não existindo ainda manifestação da justiça” (Brasil, Ministério Público Federal, 2015c).

Dos procedimentos anteriores à sentença do caso *Gomes Lund*, cabe apontar ainda que o Procedimento Investigatório Criminal nº 1.24.000.000128/2009-22, instaurado em 2009 na Procuradoria da República na Paraíba, foi arquivado em agosto de 2012 pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. A representação criminal para investigação do homicídio de Maria Dias Virgino foi arquivada em razão de o único possível autor do homicídio encontrar-se falecido. Não foi possível obter mais informações.

O caso de Eduardo Collen Leite¹³⁷

Em 2011, a partir de notícia-crime de Denise Peres Crispim, familiar da vítima, foram instauradas peças informativas para investigação do crime de homicídio qualificado cometido contra Eduardo Collen Leite, militante da ALN preso em 21 de agosto de 1970 no Rio de Janeiro e levado para o DOPS em São Paulo. Leite foi morto em dezembro de 1970 por agentes do DOPS no Guarujá.

Em 3 de fevereiro de 2012, a procuradora natural do caso, Carolina Lourenção Brighenti, requereu o arquivamento das peças de informação. O arquivamento foi homologado pelo judiciário em 22 de fevereiro de 2012. Na Promoção de Arquivamento, a

¹³⁷ Autos nº 1.00.000.008947/2011-74

fundamentação é de que o crime prescreveu. A Procuradora reconhece a conduta como um crime contra a humanidade, mas afirma que,

“para o início de persecução penal, não é possível tratar o delito apenas como crime contra a humanidade, sem considerar tipificação penal de direito interno. Ao contrário, o que pleiteia a denunciante é a responsabilização penal pelo crime de homicídio, até porque o crime contra a humanidade é uma conceituação de caráter geral e não possui indicação de pena específica. Assim, o que se nota, com clareza, é que a ideia de crime contra a humanidade seria utilizada, apenas, para, com base em norma consuetudinária internacional, estabelecer a imprescritibilidade para tal tipo de delito” (Brasil, Ministério Público Federal, 2012a, p. 4)

Aponta, então, que o direito positivo brasileiro não adotava a imprescritibilidade criminal em 1970, não estando prevista no Código Penal nem na Constituição da época. Afirma que o Brasil não havia internalizado nenhum instrumento normativo que estabelecesse à época a imprescritibilidade e que a Constituição de 1988 exige não apenas a norma jurídica, mas a lei em sentido formal, trazendo como garantia fundamental do indivíduo em cláusula pétrea que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”.

Interessante notar que, embora temporalmente a notícia-crime da familiar e a promoção de arquivamento das peças ocorram no início de 2012, após tanto a decisão do STF na ADPF nº 153, como a decisão da CorteIDH, a Procuradora Natural do caso não discute nenhuma destas decisões, ignorando-as e trazendo, assim, somente a argumentação da prescrição para requerer o arquivamento do caso.

Em razão deste arquivamento, os familiares se mobilizaram e o caso foi posteriormente submetido à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Encontra-se, atualmente, em análise pela CIDH.

2.3.1. Síntese das primeiras representações criminais

Como visto, em três casos os procuradores naturais pediram arquivamento das investigações instauradas com fundamento na prescrição, intangibilidade da coisa julgada formal (caso Vladimir Herzog) e anterioridade e taxatividade da lei penal no que se refere à definição de crimes contra a humanidade (caso Luiz José da Cunha). No caso Flávio de Carvalho Molina, o juiz federal da 7ª Vara Criminal Federal de SP homologou o arquivamento com relação aos crimes de sequestro, homicídio e falsidade ideológica,

amparado pela Lei de Anistia, mas fez prosseguir a investigação pelo crime de ocultação de cadáver em razão de sua natureza permanente, o que afastaria a aplicação da anistia e da prescrição.

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen aponta, em entrevista para esta pesquisa, que na maior parte dos arquivamentos, os colegas criminais não o fizeram pela questão da anistia, até porque naquele momento a ADPF nº 153 ainda não estava julgada. A questão mais forte era a questão da prescrição, sobre a qual se passou muito tempo discutindo, até porque o Brasil não é signatário da Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade de 1968. De acordo com Frischeisen, esta discussão somente será superada e haverá uma virada quando vem a decisão do caso *Gomes Lund* na CorteIDH.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo também registrou a resistência que foi manifestada neste período dentro do Ministério Público Federal à investigação e à propositura de ações contra os autores de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar. Em seu relatório final, verifica resistência interna, por exemplo, no deferimento do pedido de arquivamento dos casos de Horacio Domingo Campiglia e Mônica Susana Pinus de Binstock, e de João Goulart, ainda em 2009 (cf. São Paulo, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2015b, p. 43).

Em 2008 e 2009, portanto, havia um grau de isolamento enorme dos Procuradores Eugênia Gonzaga e Marlon Weichert dentro do Ministério Público Federal. Os procuradores naturais que receberam as representações solicitaram arquivamento dos casos, excetuando o Procurador Ivan Marx, que instaurou inquérito policial em Uruguaiana.

2.4. A posição da Procuradoria-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal nas Extradicações nº 974, nº 1.150 e na ADPF nº 153

É necessário lembrar ainda que, em 2010, no Parecer dado na ADPF nº 153 perante o STF, o então Procurador-Geral da República Roberto Gurgel defendeu a validade da Lei de Anistia aos agentes da ditadura. Antes disso, no entanto, a Procuradoria-Geral da República havia se manifestado favorável à tese dos crimes permanentes no julgamento de duas Extradicações na nossa corte suprema.

O caso da Extradicação nº 974 se trata de pedido do Governo da Argentina de extradição do nacional uruguaio Manoel Cordeiro Piacentini, pelos crimes de associação criminosa e desaparecimento forçado cometidos em território argentino durante a ditadura naquele país.

Em 26 de maio de 2008, o então Procurador-Geral da República Antonio Fernando de Souza apresentou manifestação favorável ao deferimento parcial do pedido de Extradição, pela subsistência da segunda conduta até hoje, um crime permanente, e pela análise da dupla tipicidade com base no delito de sequestro.

“De acordo com as informações prestadas pelo Estado requerente, o extraditando participou do sequestro de diversas pessoas, principalmente em 1976, as quais não foram libertadas até os dias de hoje. A despeito do tempo decorrido, não se pode afirmar que estejam mortas porque seus corpos jamais foram encontrados, de modo que ainda subsiste a ação perpetrada pelo extraditando. (Brasil, Ministério Público Federal, 2008a, p. 40)”

A tese foi acolhida pelo STF, que deferiu o pedido de Extradição parcialmente em 2009. Na fundamentação, a maioria dos ministros entendeu que o crime subsiste e, assim, não ocorre anistia. Ademais, o delito de desaparecimento forçado encontra correspondência no ordenamento jurídico pátrio no crime de sequestro e ocultação de cadáver.

O caso da Extradição nº 1.150, por sua vez, se trata de pedido do Governo da Argentina de extradição de Norberto Raul Tozzo, pela participação no “Massacre de Margarita Belén” em 13 de dezembro de 1976, que culminou em doze homicídios duplamente qualificados e quatro desaparecimentos forçados de pessoas. Em 9 de dezembro de 2009, a Subprocuradora-Geral da República Cláudia Sampaio Marques apresentou Parecer, aprovado pelo PGR Roberto Gurgel, no qual se manifesta pelo deferimento parcial do pedido de extradição instrutória somente em relação ao delito de sequestro qualificado¹³⁸. A SPGR Cláudia Marques argumenta que,

“Segundo o entendimento adotado pelo Ministério Público Federal na Extradição nº 974, a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas ainda não foi ratificada pelo Estado brasileiro, significa dizer, suas normas ainda não foram incorporadas ao ordenamento interno e, em consequência, não foi criado o tipo penal correspondente ao desaparecimento forçado de pessoas. Considerou-se, entretanto, a possibilidade de análise da dupla tipicidade com base no delito de sequestro” (Brasil, Ministério Público Federal, 2009c, p. 5)

A Subprocuradora-Geral da República defende que está prescrita a pretensão punitiva em relação aos crimes de homicídio qualificado, embora afirme que, para o direito argentino, o crime possui natureza de delito de lesa-humanidade, tendo caráter imprescritível. Para o

¹³⁸ Em ambas as Extradições foi colocada a ressalva de que o Estado argentino deveria comutar a eventual pena de prisão perpétua em pena privativa de liberdade com o prazo máximo de 30 anos, conforme pena máxima no direito penal brasileiro.

crime de sequestro qualificado, entretanto, não haveria que se falar em prescrição, pois “o resultado delituoso se protraí no tempo enquanto a vítima estiver privada de sua liberdade e o prazo prescricional só terá início após a interrupção da ação do agente” (Brasil, Ministério Público Federal, 2009c, p. 5). Como as quatro pessoas não foram encontradas até o dia de hoje, não se poderia afirmar, a despeito do tempo decorrido, que estejam mortos, visto que seus corpos jamais foram encontrados.

Cláudia Sampaio Marques recordou, por fim, a decisão similar do STF na Extradicação nº 974, em que a Corte acolheu esta argumentação e deferiu parcialmente o pedido de Extradicação. Na Extradicação nº 1.150, o STF novamente deferiu parcialmente o pedido. Segue abaixo trechos do acórdão, relatado pelo Ministro Gilmar Mendes:

“4. Requisito da dupla tipicidade, previsto no art. 77, inc. II, da Lei n. 6.815/1980 satisfeito: fato delituoso imputado ao Extraditando correspondente, no Brasil, ao crime de sequestro qualificado, previsto no art. 148, § 1º, inc. III, do Código Penal. 5. Art. 77, inc. VI, da Lei n. 6.815/80: ocorrência de prescrição da pena referente aos crimes de homicídio qualificado, sob a análise da legislação brasileira. 6. Crime de seqüestro qualificado: de natureza permanente, prazo prescricional começa a fluir a partir da cessação da permanência e não da data do início do seqüestro. Precedentes. 7. Extraditando processado por fatos que não constituem crimes políticos e militares, mas comuns.” (Brasil, Supremo Tribunal Federal, 2012)

Como visto na análise dos autos dos processos, esta jurisprudência foi utilizada pelos procuradores do Grupo de Trabalho Justiça de Transição do MPF na instauração das investigações em 2008 e 2009. Veremos que a jurisprudência também será utilizada nas ações penais ajuizadas em 2012 e 2013 a respeito dos crimes permanentes.

Nestas duas Extradicações em 2008 e 2009, portanto, o STF acolheu a tese de que o desaparecimento forçado tem equivalência ao delito de sequestro no direito interno brasileiro, e que se trata de um crime permanente, em execução até hoje. Assim, ainda não teria se iniciado a contagem de prazo prescricional.

Segundo Marlon Weichert, em entrevista realizada em junho de 2016, os Procuradores que viriam a compor o Grupo de Trabalho Justiça de Transição contribuíram com a Procuradoria Geral da República na fundamentação destes dois pedidos de Extradicação.

“Em 2007 era o Dr. Antonio Fernando o Procurador-Geral, foi com quem debatemos o tema. Ele foi mais aberto que o Dr. Gurgel. Ele falou: ‘Eu não estou convencido. Quando o tema chegar ao STF, eu darei minha opinião. Enquanto o tema não chegar ao STF, vocês são promotores e os procuradores naturais podem fazer o que quiserem’. E de um modo muito honesto, ele falou assim: ‘se algum jornalista vier me perguntar, eu vou dizer que não tenho opinião’. (...) nas duas primeiras extradicações [Extradicação nº 974 e Extradicação nº 1.150] que trataram sobre o tema, a gente ajudou, ele interagiu conosco. No “Manoel Cordeiro”, por exemplo, ele não

deu um parecer sobre a imprescritibilidade de tudo, que já foi o primeiro sinal, mas pelo menos no desaparecimento forçado, ele aceitou a imprescritibilidade. Foi um parecer que a gente ajudou a construir. (Weichert, entrevista pessoal)”

Posteriormente, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 no STF, o então Procurador-Geral da República Roberto Gurgel Santos apresentou Parecer em 29 de janeiro de 2010. No Parecer, Roberto Gurgel opina pelo conhecimento da arguição, rejeitando cinco preliminares, e no mérito, opina pela improcedência do pedido. Discutimos a decisão do STF no primeiro capítulo, mas vamos observar melhor a posição do então Procurador-Geral da República naquele momento.

Primeiramente, ao analisar os aspectos de admissibilidade, o PGR defende a relevância constitucional da matéria, e que está satisfatoriamente demonstrada “a existência de polêmica sobre a validade constitucional de uma interpretação que reconheça a anistia aos agentes públicos que perpetraram crimes na repressão à dissidência política durante a ditadura militar” (Brasil, Ministério Público Federal, 2010a, p. 11), seja pelo fato de se tratar de interpretação equivocada do texto legal, ou de interpretação correta, mas incompatível com a Constituição, pois haveria lesão a preceitos fundamentais, causada por atos omissivos do Poder Público motivados por norma federal anterior à Constituição. O PGR aponta que a incerteza quanto à aplicação da anistia é confirmada por dissidência no seio do Poder Executivo e na Suprema Corte, ao recordar a divergência no julgamento da Extradicação nº 974. Afirma, assim, que “há efetivamente interpretações antagônicas ao preceito legal, com reflexos profundos no exercício da persecução penal em todas as suas fases (da investigação policial ao pronunciamento judicial)”, o que caracteriza o cabimento da ADPF.

Em uma segunda questão dos aspectos formais, o PGR discorda da argumentação da AGU e do Senado Federal de que a Emenda Constitucional nº 26/1985 teria impugnado todo o complexo normativo relacionado ao tema, ao tratar de anistia.

A terceira questão preliminar é a de que a ADPF seria incabível por estar voltada contra lei cujos efeitos se esgotaram na data da sua edição. Quanto a isso, o PGR afasta esta alegação, pois a Lei de Anistia não é temporária e, ainda que fosse, leis temporárias podem ser objeto de ADPF. Para o PGR, “a lei ainda está em vigor, apta a incidir e, assim, passível de interpretação conforme a Constituição atual” (Brasil, Ministério Público Federal, 2010a, p. 15).

A quarta preliminar é a de falta de indicação das autoridades responsáveis pelos atos concretos de descumprimento de preceitos fundamentais. O PGR afirma que é a validade constitucional de normas o que se discute, e a fixação de interpretação atingirá todos os

agentes públicos relacionados com a persecução penal: juízes, tribunais, membros do Ministério Público e agentes da Polícia Judiciária.

Por fim, Roberto Gurgel afasta a última questão preliminar apresentada pelo Ministério da Defesa, de que não haveria utilidade em eventual decisão de procedência da ADPF, pois os crimes, ainda que não anistiados, estariam prescritos. O PGR afirma que “a matéria da prescrição não prejudica a apreciação do mérito da ADPF. Ao contrário, apenas se ultrapassada a controvérsia sobre a previsão abstrata da anistia é que se abrirá a oportunidade para a verificação da prescrição” (Brasil, Ministério Público Federal, 2010a, p. 19).

Assim, o Procurador-Geral da República passa a observar e concordar com a análise apresentada pela Advocacia-Geral da União no caso. Afirma que a lei objetivou “conferir amplitude e afastar dúvidas quanto à abrangência da anistia então concedida”, e que a anistia é um ato abstrato e impessoal que se dirige ao crime, eliminando o caráter delituoso e extinguindo a punibilidade daqueles que o cometeram. Salienta que a “interpretação conferida à Lei questionada pautou-se pelo princípio de reconciliação e pacificação nacional, correspondente aos anseios da sociedade brasileira e reconhecido expressamente pelo Poder Público no art. 2º da Lei nº 9140¹³⁹” (Brasil, Ministério Público Federal, 2010a, p. 21). Refuta o argumento da OAB sobre a interpretação de crimes conexos, afirmando que há uma tentativa de impor limitações que não se encontram no texto da Lei de Anistia, que define como conexos aos crimes políticos os crimes de qualquer natureza, relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política, uma definição ampla. Refuta também o argumento da OAB de violação da isonomia em matéria de segurança, afirmando que “a interpretação ampliativa orientou-se pelo princípio de reconciliação e pacificação nacional, de modo a incluir as diversas espécies de crimes praticados por motivação política” (Brasil, Ministério Público Federal, 2010a, p. 22).

Roberto Gurgel afirma que a anistia se relaciona a fatos e tem nítido caráter objetivo e impessoal, afastando o argumento da OAB de que a Lei nº 6.683/79 teria contribuído para que não fosse revelada a verdade acerca dos crimes. Ainda afasta as argumentações da OAB de desrespeito aos princípios democrático e republicano, e de violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, “uma vez que não cabe confundir a defesa da legitimidade do instituto da anistia com a defesa de atos como a tortura” (Brasil, Ministério Público Federal, 2010a, p.

¹³⁹ Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995: “Art. 2º A aplicação das disposições desta Lei e todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 - Lei de Anistia”.

24). O PGR aponta que a ADPF deve ser examinada no contexto histórico em que veio à luz a Lei de Anistia.

“A anistia, no Brasil, todos sabemos, resultou de um longo debate nacional, com a participação de diversos setores da sociedade civil, a fim de viabilizar a transição entre o regime autoritário militar e o regime democrático atual. A sociedade civil brasileira, para além de uma singela participação neste processo, articulou-se e marcou na história do país uma luta pela democracia e pela transição pacífica e harmônica, capaz de evitar maiores conflitos” (Brasil, Ministério Público Federal, 2010a, p. 25).

Gurgel discute que a iniciativa legislativa do Poder Executivo sobre a anistia, que inicialmente discriminava categorias de pessoas beneficiárias e não beneficiárias da anistia, foi seguida por manifestações de diversos segmentos sociais, como artistas, o Movimento Feminino pela Anistia, o Instituto dos Advogados Brasileiros e o próprio Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Citando trechos de manifestos destes movimentos, o PGR aponta que defendiam uma anistia ampla, geral e irrestrita e se associaram na “construção de uma transição capaz de concretizar os anseios nacionais de paz e superação das dificuldades políticas” (Brasil, Ministério Público Federal, 2010a, p. 29).

“(...) a Ordem, que, trinta anos depois, veicula entendimento oposto, teve intensa e decisiva participação no processo de construção da anistia ampla, geral e irrestrita no Brasil. (...) Com perfeita consciência do contexto histórico e de suas implicações, com espírito conciliatório e agindo em defesa aberta da anistia ampla, geral e irrestrita, é que a Ordem saiu às ruas, mobilizou forças políticas e sociais e pressionou o Congresso Nacional a aprovar a lei da anistia. Seu papel foi tão relevante que culminou, durante o processo legislativo, na adaptação do projeto de lei às sugestões que apresentou (...) A linha mestra do parecer [enviado ao Senado Federal] é justamente a defesa de uma anistia ampla, geral e irrestrita, incompatível com as discriminações contidas no projeto originário do governo militar. não parece aceitável, com as vênias devidas, fazer uma leitura atemporal do ato impugnado e, de forma pontual, atacar o mesmo contexto que possibilitou e conferiu legitimidade à convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Acatar a tese da arguente para desconstruir a anistia como concebida no final da década de 70 seria romper com o compromisso feito naquele contexto histórico. (...) o chamado poder constituinte originário, especialmente o formal, é limitado. Possui amarras, muitas vezes jurídicas e, na maioria dos casos, políticas. Consistem essas limitações políticas de acertos e compromissos que são firmados no curso dos fatos para abreviar ou prevenir conflitos. Compromissos entre os governantes do Estado caduco e os líderes do movimento de transição ou entre estes últimos próprios (...) Se o próprio processo constituinte, no desenvolvimento de seus atos, cria as barreiras de conformação jurídica do novo Estado, por meio da Constituição, é de se supor que as cláusulas de compromisso, firmadas nesse processo, sejam respeitadas sob a nova ordem constitucional, sob a pena de negar-se ao direito a força que possui de integração social e de estabilizador das expectativas gerais de comportamento. (Brasil, Ministério Público Federal, 2010a, pp. 29-35)”

Roberto Gurgel finaliza o Parecer afirmando que reconhecer a Lei da Anistia não significa apagar o passado, e que se deve afirmar e concretizar o direito fundamental à

verdade histórica, desembaraçando os mecanismos existentes que ainda dificultam o conhecimento do ocorrido naquelas décadas¹⁴⁰.

“romper com a boa-fé dos atores sociais e os anseios das diversas classes e instituições políticas do final dos anos 70, que em conjunto pugnaram por uma Lei de Anistia ampla, geral e irrestrita, significaria também prejudicar o acesso à verdade histórica” (Brasil, Ministério Público Federal, 2010a, p. 39)

Discutimos o contexto de aprovação da Lei de Anistia e suas interpretações no primeiro capítulo. Como vimos, o STF decidiu, no mérito, pela improcedência do pedido da ADPF, por sete votos a dois. A OAB opôs embargos de declaração à decisão do STF, que ainda estão pendentes de julgamento. Nos embargos de declaração, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil alega que o acórdão teria sido omissos ao não apreciar o real caráter bilateral da anistia concedida, não enfrentando a questão de que os agentes do regime que cometeram violações a direitos humanos não deveriam ser anistiados, inclusive pela orientação jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos na matéria, e pela decisão do caso *Gomes Lund*, em que a Corte afirma que as disposições da Lei da Anistia são incompatíveis com a Convenção Americana de Direitos Humanos, carecendo de efeitos jurídicos. Além disso, como o Congresso Nacional estava submetido politicamente ao poder militar quando foi aprovada a Lei da Anistia, não seria possível conceber a anistia bilateral como um movimento de reconciliação e pacificação nacional. Por fim, o acórdão teria sido omissos ainda sobre a não ocorrência de prescrição em relação aos crimes de desaparecimento forçado e sequestro, cometidos pelos agentes do regime (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2011e).

O PGR Roberto Monteiro Gurgel Santos apresentou novo Parecer sobre os embargos de declaração, em 19 de dezembro de 2011. Antes deste Parecer, a AGU, os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados já haviam apresentado posição pela rejeição dos embargos. Cabe apontar que, nesta data, já havia posição institucional da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a favor da tese da imprescritibilidade e da necessidade de cumprimento da sentença da CorteIDH que condenou o Brasil. No entanto, a posição ainda não tinha sido acolhida pelo Procurador-Geral da República. No Parecer da PGR, Roberto Gurgel aponta que:

¹⁴⁰ O PGR cita a ADI nº 4077, que questionou a constitucionalidade das Leis nº 8.159/91 e nº 11.111/05 sobre o acesso a documentos do regime anterior. A ADI estava pendente de julgamento naquele momento. No ano seguinte, no entanto, foi promulgada a Lei de Acesso à Informação, em conjunto com a lei que cria a Comissão Nacional da Verdade.

“os pontos suscitados nos embargos de declaração não correspondem a omissões do acórdão impugnado, mas a posições adotadas pela Suprema Corte com as quais o embargante não se conforma ou a questões sobre as quais não houve manifestação porque estranhas ao âmbito da arguição de descumprimento de preceito fundamental” (Brasil, Ministério Público Federal, 2011e, p. 4).

Assim, para o PGR os embargos teriam caráter modificativo sem que tenha ficado demonstrada a existência da alegada omissão no acórdão embargado que, “embora contrariamente ao entendimento do embargante, devida e fundamentadamente analisou as questões indispensáveis ao deslinde da controvérsia” (Brasil, Ministério Público Federal, 2011e, p. 5). Roberto Gurgel argumenta que, no acórdão, não houve omissão sobre o caráter bilateral da anistia, nem sobre a anistia aos agentes do regime. Argumenta ainda que não houve omissão sobre os princípios fundamentais de direito internacional e sobre a incompatibilidade com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, pois como a anistia brasileira teve caráter bilateral, o ato normativo não poderia ser considerado uma lei de auto-anistia¹⁴¹ e não fere o entendimento firmado pelo Tribunal Internacional. O PGR entende, ainda, que não existe omissão sobre a ocorrência ou não de prescrição, pois, ainda que não tenha sido objeto do pedido, o tema foi tratado em votos de três ministros. Por fim, o PGR aponta que não se pode incluir fato novo, como fez a OAB ao incluir nos autos a sentença da CorteIDH, em qualquer das hipóteses de admissibilidade dos embargos de declaração.

Marlon Weichert, em entrevista realizada para esta pesquisa em junho de 2016, relembra como foi o debate interno com o então PGR Roberto Gurgel naquela época.

“Já com o Dr. Gurgel, foi um pouco mais difícil. Quando ele assume, a ADPF está na mesa dele. Porque a ADPF chegou na mesa do Dr. Antonio Fernando no final do mandato. Ele não deu parecer e terminou o mandato. O Dr. Gurgel assume com o processo na mesa e uma pressão da OAB muito grande para que fosse dado o Parecer. A OAB tinha pedido uma busca e apreensão do processo. O Supremo não deferiu, mas isso exerceu uma pressão muito grande. Então, o Gurgel oferece um Parecer, claro que nós tentamos de todos os modos internamente oferecer subsídios para que ele desse um Parecer diferenciado, mas ele acabou na linha que você conhece. (Weichert, entrevista pessoal)”

Para o então PGR Roberto Gurgel, portanto, a Lei de Anistia está em vigor, apta a incidir, foi resultado de um longo debate nacional a fim de viabilizar a transição e, desta forma, não se poderia romper o compromisso feito naquele contexto histórico e esquecer o sentido jurídico, político e simbólico da anistia. Trata-se, portanto, de um momento de grande

¹⁴¹ Esta foi a argumentação do Ministro Celso de Mello no julgamento do STF.

isolamento das teses de responsabilização criminal no interior do Ministério Público Federal. No próximo capítulo, veremos como foi possível que a tese favorável à responsabilização se institucionalizasse e ganhasse mais adeptos internamente.

Capítulo 3. A atuação do Ministério Público Federal depois da condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund*

“a verdadeira justiça de transição só se realiza quando traz justiça para as vítimas. O cerne do conceito de justiça de transição (...) incluiu (...) acesso das vítimas à verdade, à justiça penal e à reparação, daí derivando o conjunto de medidas que (...) propiciam a conciliação, a paz, a democracia e o Estado de direito. (...) A anistia é frequentemente invocada como elemento de conciliação, mas é muitas vezes apontada como elemento inibidor do acesso à verdade, à justiça penal e à reparação. No Brasil, recente atuação do Ministério Público Federal abriu uma nova vertente na concretização da justiça de transição, com o ajuizamento de ações penais por crimes da ditadura e com a abertura de muitas investigações para fins penais.” (Dodge apud Ministério Público Federal, 2013a, p. 10)

Somente como resultado direto da condenação do Brasil no caso da guerrilha do Araguaia, houve uma mudança da posição institucional do Ministério Público Federal, acompanhada da instauração de um grupo de trabalho de justiça de transição com uma clara diretriz nacional de persecução penal. A sentença da CorteIDH empoderou mais certos grupos do MPF frente a outros e se tornou a principal ferramenta a reabrir a discussão, desta vez com muito mais força, alterando a correlação de forças a ponto de sensibilizar a cúpula da instituição, mudar o equilíbrio de poder interno e dar um novo recurso jurídico-legal para os procuradores atuantes no tema que, como vimos nas representações de 2008 e 2009, não possuíam competência para atuar nos casos em âmbito penal, além de enfrentarem resistências internas (cf. Bernardi, 2015, p. 537).

Nas palavras de Marlon Weichert, em entrevista realizada em junho de 2016,

“Não há dúvidas de que a decisão da Corte coloca em um outro patamar, porque aí já não é mais discutir o mérito. Agora era dizer que precisamos cumprir uma decisão da Corte Interamericana, então não precisávamos ficar mais justificando a tese da imprescritibilidade e da inviabilidade da anistia. Agora o que a gente vai dizer e continua dizendo ao Judiciário, que permanece refratário a esse entendimento, é que é uma decisão da Corte Interamericana e que deve ser cumprida, porque é um compromisso internacional do Brasil, não político, mas jurídico, porque tá na Convenção Americana de Direitos Humanos. (Weichert, entrevista pessoal)”

Eugênia Gonzaga, em entrevista realizada em junho de 2016, também aponta a importância da decisão da CorteIDH para o debate interno dentro do Ministério Público Federal.

“Em um primeiro momento, os outros colegas do Ministério Público Federal nessa fase de 2007, 2008 e 2009, eles não concordavam muito com a gente. Eles entendiam que estava prescrito, que essa legislação penal internacional não se

aplicava ao caso brasileiro e que no máximo seriam cabíveis as ações cíveis, mas não as ações criminais. Só em 2010, quando sai a decisão da Corte Interamericana dizendo que a Lei da Anistia não é aplicável ao Brasil, é que então o Ministério Público Federal toma uma decisão institucional de se constituir grupo de trabalho para atuar no tema. Foi a partir daí que houve essas várias denúncias que já foram propostas. (...) O Ministério Público Federal só em 2010 se abriu à persecução penal, e o Judiciário até então tem sido bem difícil. (...) a Corte [Interamericana de Direitos Humanos] determina que sejam investigados e sejam processados os casos. O Ministério Público Federal não pode hoje escolher se entra ou não com as ações. (Gonzaga, entrevista pessoal)”

Andrey Borges de Mendonça, no entanto, aponta que o trabalho de organização dos colegas em torno do tema ocorreu ainda antes da condenação do Brasil pela CorteIDH. Em 2010, a Subprocuradora-Geral da República Raquel Dodge assumiu a chefia da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e iniciou o processo no âmbito da 2CCR. Para ele, portanto, já havia um processo de discussão em amadurecimento, mas a decisão da CorteIDH foi importante e essencial para legitimar e moldar a decisão final institucional, tendo em vista que veio logo depois da decisão do STF na ADPF nº 153. Sem a decisão da CorteIDH meses depois da decisão do STF, o contexto de persecução penal no Brasil seria muito pior.

“Em conjunto com o [Procurador] Ivan Marx, começamos a nos reunir e conversar para criar um grupo na 2ª Câmara. Na época a cúpula do MPF era completamente contrária. O Gurgel deu um Parecer contra na ADPF [nº 153], a 2ª Câmara da época não tinha nenhum interesse e o tema nunca vingou na carreira. Então, a Dra. Raquel Dodge, que é uma Subprocuradora lá de Brasília que é muito engajada com essa ideia de direito penal para os direitos humanos, ela começou a reunir os colegas, a estudar o tema e resolveu aceitar. Ela passou a ser a coordenadora da 2ª Câmara [em junho de 2010], que na época era a única câmara que tinha atribuição criminal e decidia todos os aspectos criminais. Naquela época, ela reuniu os colegas para discutir, trouxe pessoas de fora, os argentinos, o pessoal de Harvard, se aproximou do CEJIL, das organizações, das famílias para começar a levantar argumentos e se organizar. Foi o primeiro momento que o Ministério Público se organizou para enfrentar o tema e ela tem um trabalho muito eficiente no sentido de organizar os colegas. Foram feitos alguns documentos [em 2011, como veremos a seguir], o Documento 1 e o Documento 2, que enfrentam estes temas, se havia necessidade e possibilidade de apurar, e as conclusões foram de que o Brasil tem instrumentos normativos para isso. Não era a falta de instrumentos que levava à falta de persecução. Era muito mais uma falta de vontade do Ministério Público e do Judiciário de persecução penal desses delitos. Havia uma normativa suficiente. O André de Carvalho Ramos, Procurador-Regional da República, que tem atuação na área de direitos humanos e é profundo conhecedor, colaborou. E até pela nossa postura de submissão à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que tem uma jurisprudência bastante tranquila neste sentido. (Mendonça, entrevista pessoal)”

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, em entrevista realizada para esta pesquisa, recorda que havia todo um movimento espalhado dentro do Ministério Público Federal, até que a Subprocuradora-Geral Raquel Dodge assumiu a coordenação da 2ª Câmara de Coordenação e

Revisão do Ministério Público Federal, entre junho de 2010 e junho de 2014, e montou o Grupo de Trabalho Justiça de Transição.

“A decisão do *Gomes Lund* é o ponto de viragem, porque aí não tem discussão. Porque o Ministério Público Federal admite a jurisdição da Corte, isso é interessante. Para o Ministério Público Federal, nós que não somos o Poder Judiciário, nós não temos problema nenhum com a jurisdição da Corte. Isso sempre ligado aos compromissos internacionais, por ser o Ministério Público o agente das investigações e da propositura das ações. A maior parte das ações penais, se não todas, são posteriores ao caso *Gomes Lund*. Antes foram arquivadas as representações criminais da Eugênia e do Marlon (Frischeisen, entrevista pessoal).”

3.1. A criação do Grupo de Trabalho de Justiça de Transição na 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e o desenvolvimento dos trabalhos

Após a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos em dezembro de 2010, verifica-se que logo o Ministério Público Federal se converteu no único ator do sistema de justiça brasileiro de fato interessado em dar cumprimento à obrigação de investigar, processar e punir os agentes da ditadura. Já no início de 2011, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal realizou reuniões de trabalho e um workshop para analisar a condenação do Brasil.

É fundamental compreender como foi possível alcançar este nível de definições internamente dentro do Ministério Público Federal. O Procurador Marlon Weichert, em entrevista que nos foi concedida em 15 de junho de 2016, reforça a abrangência do debate que ocorria internamente no Ministério Público Federal naquele momento, sobre como a Câmara Criminal entendia a proteção dos direitos humanos.

“Acho que o direito penal só faz sentido como garantia de proteção dos direitos fundamentais e dos direitos humanos. Agora, isso já é outra revolução a ser feita na academia, porque em geral os membros do Ministério Público não vêm com essa visão, não compreendem. Temos algumas pessoas que compreendem isso. Na gestão da Dra. Raquel Dodge, que era a coordenadora da 2ª Câmara é que se introduziu esse preceito e ela trabalhou muito. A justiça de transição se desenvolve justamente com ela. Depois houve outro coordenador e agora [junho de 2016] está começando outro mandato, da Dra. Luiza Cristina [Fonseca Frischeisen], que também vai ter esse compromisso, é uma pessoa muito próxima da ideia de direitos humanos. (Weichert, entrevista pessoal)”

No debate sobre as tensões entre o direito penal e o direito internacional dos direitos humanos, Weichert ressalta como o Ministério Público Federal não é um ator monolítico e tem várias disputas internas dentro da instituição, com visões conflitantes. A visão contrária,

no entanto, não é facilmente aferível em posicionamentos públicos sobre os crimes da ditadura.

“Há um conflito interno, mas há também uma permeabilidade, até porque hoje eu tô aqui [na área cível], amanhã eu posso estar na área criminal, e eu vou levando esses valores, essa cultura e esses choques vão criando adaptações. A gente tenta muito fazer com que todo o ideário dos direitos humanos penetre na área criminal, mas é claro que nós também na área de direitos humanos temos a visão de que o direito penal é importante para os direitos humanos e para punir as graves violações de direitos humanos. Na linha do que a Corte [Interamericana de Direitos Humanos] fala, o direito penal pode ser uma ferramenta de proteção dos direitos humanos. Dentro das áreas tem disputas, mas essa é a maior. Nunca é um movimento retilíneo, é um movimento de altos e baixos, mas aos poucos eu acho que a visão de direito penal dentro da casa vai melhorando. (Weichert, entrevista pessoal)”

Trata-se, portanto, de um processo iniciado em junho de 2010 quando a Subprocuradora-geral da República Raquel Dodge assume a coordenação da 2CCR. Dodge é uma procuradora que enxerga que o direito penal deveria ser empregado como um instrumento de garantia dos direitos humanos, e conseguiu apontar essa diretriz para os trabalhos da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão através de encontros regionais e temáticos e de uma atuação institucional coordenada (cf. Bernardi, 2015, p. 538). Neste momento, o trabalho no tema de justiça de transição foi impulsionado e se realizou uma reunião interna de trabalho sobre este tema já em fevereiro de 2011¹⁴².

Neste mês, em 7 de fevereiro de 2011, logo após a publicação da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a 2CCR examinou recurso contra o arquivamento indireto promovido pelo primeiro procurador natural das investigações dos casos de Aluizio Palhano Pedreira Ferreira e Luiz Almeida Araújo¹⁴³. Tanto a relatora PRR Mônica Nicida Garcia quanto a SPGR Raquel Dodge votaram pela não homologação do arquivamento das apurações, tendo como fundamento a sentença da Corte Interamericana e afirmando a competência do MPF e da Justiça Federal para promover a persecução penal dos responsáveis pelas graves violações a direitos humanos cometidas durante o regime militar (Ministério Público Federal, 2014a, p. 20).

¹⁴² Cabe registrar que, à época, o Procurador-Geral da República ainda era Roberto Gurgel, defensor perante o STF da tese de que a Lei de Anistia havia sido um grande pacto político nacional. No entanto, o PGR não criou obstáculos ao debate, nem impediu estes esforços para persecução penal no interior do MPF, respeitando o princípio de independência funcional (cf. Raquel Dodge, em entrevista para Bruno Bernardi, 2015)

¹⁴³ Voto nos Procedimentos 1.34.001.001785/2009-3 e 1.34.001.002034/2009-31 sob revisão pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. “Quando o caso é arquivado, ele vai pra 2ª Câmara para homologar, porque às vezes não tem mais testemunhas. Pode ir a juízo, mas hoje em dia a gente faz esse arquivamento dentro do MPF, porque esses procedimentos, eles não são em regra feitos com inquérito policial, eles são instruídos pelo Ministério Público Federal, as oitivas. (Frischeisen, entrevista pessoal)”

Como vimos no capítulo anterior, o Procurador da República Kleber Uemura havia declinado de atribuição e remetido para o Ministério Público Militar em 12 de agosto de 2009 as peças de informação do sequestro e desaparecimento de Aluizio Palhano Pedreira Ferreira e de Luiz Almeida Araújo, para evitar provável configuração de *bis in idem*, em razão de investigação já instaurada no Ministério Público Militar. O MPM apensou as notícias-crimes a um processo administrativo para fins de declaração de indignidade para o oficialato dos militares Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir dos Santos Maciel e as arquivou. As representações haviam sido encaminhadas pelos Procuradores Eugênia Augusta Gonzaga e Marlon Alberto Weichert à Procuradoria da República em São Paulo, e os dois pediram à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal que fizesse a revisão, de ofício, da decisão de arquivamento do Ministério Público Federal.

A Subprocuradora-Geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen destaca a importância desta análise naquele momento, quando ela era suplente da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.

“A colega Mônica Nicida deu um voto na 2ª Câmara de que é imprescritível e que precisávamos fazer as ações penais. Com esse voto da Câmara, o Ministério Público Federal incorporou que essa questão da prescrição está superada, porque nós aceitamos a jurisdição da Corte [Interamericana de Direitos Humanos]. Se nós aceitamos a jurisdição da Corte, então a Corte está dizendo que tem que responsabilizar e nós vamos investigar, promover as ações que tiverem que ser propostas e serão arquivadas aquelas que não tiverem provas. E foi isso que aconteceu. (Frischeisen, entrevista pessoal)”

O voto da relatora, Procuradora Regional da República Mônica Nicida Garcia, foi acompanhado pelo voto da Subprocuradora-Geral da República Raquel Elias Ferreira Dodge, coordenadora da 2CCR naquele momento. A SPGR cita decisão do Conselho Nacional do Ministério Público para afirmar que:

“toda decisão de declínio de atribuições para outro Ministério Público caracteriza encerramento do exercício de atribuição constitucional de titular exclusivo da ação penal pública que lhe incumbe exercer. O declínio de atribuições caracteriza arquivamento da notícia de crime federal e, por isso, está sujeito à revisão da 2ª Câmara de Coordenação, que deve se manifestar” (Brasil, Ministério Público Federal, 2011d, p. 5).

Assim, a SPGR reconheceu a representação de Weichert e Gonzaga, e deu provimento para proceder à revisão de ofício dos atos de declínio de atribuição. Raquel Dodge rebateu argumentação do Procurador Kleber Uemura de que já haveria investigação no MPM e aponta que não há informação sobre procedimento de investigação criminal do sequestro e

desaparecimento destas duas pessoas no MPM, mas um processo administrativo distinto, e recordou que um mesmo fato pode gerar responsabilidade administrativa e criminal, sem que isto implique em unificação de investigações (Brasil, Ministério Público Federal, 2011d, p. 10). A SPGR votou, portanto, pela improcedência do declínio de atribuições.

Na fundamentação, Raquel Dodge aponta que o crime é permanente e ainda está em curso, o que afasta a incidência da Lei da Anistia. Defende, ainda, a competência da justiça federal, e não da justiça militar, para investigar os casos, pois se tratam de violações de direitos humanos pelo Estado que devem ser julgadas por civis, conforme jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Para Raquel Dodge, “é da jurisdição federal civil a persecução penal de todos os servidores públicos que agem em nome do Estado para cometer graves violações de direitos humanos” (Brasil, Ministério Público Federal, 2011d, p. 12).

A Subprocuradora-Geral da República retoma ainda a decisão do STF na Extradicação nº 974 e da CorteIDH no caso *Gomes Lund* para fundamentar que o desaparecimento forçado configura crime de sequestro e é um crime permanente até que se revele o paradeiro da pessoa sequestrada. A SPGR afirma que o Estado deve prosseguir com as investigações para cumprir a Convenção Americana de Direitos Humanos e afasta a prescrição por se tratar de crime permanente. Assim sendo, vota pela atribuição do Ministério Público Federal para promover a persecução penal dos casos. A revisão do declínio de competência foi a decisão da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão em fevereiro de 2011.

Como veremos, as investigações do caso de Aluizio Palhano Pedreira Ferreira resultaram na segunda ação penal promovida pelo Ministério Público Federal em 2012. As investigações do caso de Luiz Almeida Araújo estão em andamento, pela última notícia disponível em relatório de 2014 do Ministério Público Federal¹⁴⁴. Esta decisão da 2CCR mostra o fortalecimento do entendimento de que é preciso prosseguir com as investigações criminais nos casos de violações de direitos humanos no regime militar no âmbito do Ministério Público Federal.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, como visto, é o órgão responsável pela matéria criminal no âmbito da Procuradoria-Geral da República. Naquele momento, o Procurador-Geral da República Roberto Gurgel era contrário à persecução penal, como defendeu no Parecer apresentado em dezembro de 2011 nos embargos de declaração da ADPF

¹⁴⁴ Não foi possível encontrar informações mais recentes.

nº 153, mas a 2CCR avançava nos debates que levariam à estruturação de um Grupo de Trabalho de Justiça de Transição.

O Documento nº 1/2011 da 2CCR (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2011a), publicado em 21 de março de 2011, relata reunião realizada em 28 de fevereiro daquele ano sobre os efeitos domésticos da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund e outros vs. Brasil* e as atribuições do MPF. No documento, o MPF aponta que a sentença da CorteIDH é fato novo em relação ao julgamento do STF na ADPF nº 153 e que ela estabelece obrigações de fazer para os três poderes, e para o MPF no que tange às atribuições criminais para conduzir a investigação penal, definir as responsabilidades penais e impor as sanções penais cabíveis nos crimes de desaparecimento forçado e execução extrajudicial, sem poder se eximir do dever constitucional de cumprimento da obrigação determinada pela CorteIDH.

Assim, neste primeiro documento, já há uma deliberação sobre o tema e uma intenção de garantir o pleno acesso dos familiares às etapas de investigação na jurisdição ordinária, bem como de encontrar uma solução conciliatória entre a decisão do STF na ADPF nº 153 e a decisão da CorteIDH no caso *Gomes Lund*¹⁴⁵. Em entrevista para Bernardi (2015, p. 539), Raquel Dodge destacou o peso da condenação do Brasil pela CorteIDH e a tese que surgiu sobre o controle de convencionalidade, criando pontes de diálogo e consenso no interior do MPF sobre as possibilidades de ajuizamento das ações em cumprimento à sentença internacional da CorteIDH.

O debate continuou e, na sequência, o I Workshop Internacional sobre Justiça de Transição, realizado em Brasília nos dias 12 e 13 de setembro de 2011, foi uma iniciativa da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, do *International Center for Transitional Justice* (ICTJ), da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e da 2ª

¹⁴⁵ O Documento nº 1 elenca uma série de conclusões a que a reunião de fevereiro de 2011 chegou: 1) Pelo Art. 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, “o Brasil propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos”, há fundamento constitucional no reconhecimento da jurisdição de tribunal internacional de direitos humanos; 2) Como a jurisdição da CorteIDH foi aceita em 1998, somente ao declarar inconstitucional este reconhecimento o Brasil poderia não cumprir as sentenças da CorteIDH. Isto, no entanto, violaria a proibição constitucional de retrocesso em matéria de direitos humanos; 3) ademais, os artigos 4º-II (Art. 4º: A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios - II - prevalência dos direitos humanos) e 5º - parágrafos 2º e 3º (§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte; § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais) da Constituição acolhem os tratados internacionais de direitos humanos como fonte de direito interno; 4) a solução conciliatória implica em entender a autoridade do STF como guardião da Constituição e a autoridade da CorteIDH como guardião da Convenção Americana de Direitos Humanos, realizando dois controles que a anistia deveria ter superado para ser considerado válida.

Câmara de Coordenação e Revisão (2CCR) do Ministério Público Federal. Neste Workshop, a discussão amadureceu, discutindo as experiências dos outros países, o escopo da atuação do MPF, os argumentos de prescrição, anistia, as exigências da jurisdição penal e as estratégias (cf. Bernardi, 2015, pp. 541-542).

Os argumentos e as diretrizes ali consolidados estão registrados no Documento nº 2/2011, publicado em 3 de outubro de 2011 pela 2CCR. Este documento firma o entendimento da 2CCR sobre a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso *Gomes Lund versus Brasil* e visa a orientar a atuação do Ministério Público no cumprimento da decisão da Corte IDH, afirmando que a sentença “estabeleceu obrigações para o Brasil que estão relacionadas com as atribuições constitucionais do Ministério Público Federal em matéria criminal” (Ministério Público Federal, 2011b, p. 1).

“(...) a Corte determinou ao Brasil que conduza eficazmente a investigação penal para esclarecer os fatos, para definir as correspondentes responsabilidades penais e para impor efetivamente as sanções penais cabíveis. Esta obrigação criminal deve ser cumprida pelo Brasil em um prazo razoável, e as autoridades brasileiras devem adotar os seguintes critérios:

- a) Levar em conta o padrão de violações de direitos humanos existente na época, a complexidade dos fatos apurados e o contexto em que os fatos ocorreram;
- b) Evitar omissões no recolhimento da prova e seguir todas as linhas lógicas de investigação;
- c) Identificar os agentes materiais e intelectuais do desaparecimento forçado e da execução extrajudicial de pessoas.
- d) Não aplicar a Lei de Anistia aos agentes de crimes;
- e) Não aplicar prescrição, irretroatividade da lei penal, coisa julgada, *ne bis in idem* ou qualquer excludente similar de responsabilidade criminal para eximir-se do cumprimento da obrigação determinada pela Corte;
- f) Garantir que as autoridades competentes realizem, ex officio, as investigações criminais correspondentes à obrigação determinada pela Corte e responsabilizem os agentes culpados. Para este efeito, devem ter a seu alcance e utilizar todos os recursos logísticos e científicos necessários para recolher e processar as provas; devem ter acesso garantido à documentação e informação necessárias para elucidar os fatos e concluir, com presteza, as investigações e ações criminais que esclareçam o que ocorreu à pessoa morta e às vítimas de desaparecimento forçado;
- g) Garantir a segurança das pessoas que participem da investigação, tais como os familiares das vítimas, as testemunhas e os operadores da justiça;
- h) Assegurar a não realização de atos que impliquem obstrução ao andamento do processo investigativo. (Ministério Público Federal, 2011b, pp. 4-5)

A 2CCR conclui que o Brasil deverá dar cumprimento à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos e que o MPF deve promover atos e diligências para este fim, pois tem o dever constitucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, segundo o artigo 127 da Constituição (Ministério Público Federal, 2011b, p. 6).

“Para tanto, deverá dar início à investigação criminal para responsabilizar os agentes das condutas violadoras de direitos humanos em episódios abrangidos pela decisão da Corte, e para identificar as vítimas. Em síntese, o Ministério Público Federal, no exercício de sua atribuição constitucional de promover a persecução penal e de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos humanos assegurados na Constituição, inclusive os que constam da Convenção Americana de Direitos Humanos e que decorram de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, está vinculado ao cumprimento da decisão da Corte, enquanto permanecer válido e não for declarado inconstitucional o reconhecimento da jurisdição da Corte.” (Ministério Público Federal, 2011b, p. 6)

O documento destaca que a parte que cabe ao Ministério Público Federal cumprir diz respeito notadamente aos pontos resolutivos 3 e 9 da sentença¹⁴⁶, que tratam da obrigatoriedade da persecução penal de graves violações de direitos humanos, a fim de elucidá-las e determinar as correspondentes responsabilidades criminais. A 2CCR registra que a Corte declarou expressamente no ponto resolutivo 3 da sentença que as normas da Lei de Anistia brasileira não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos relacionados ao crime permanente de desaparecimento forçado nos episódios da Guerrilha do Araguaia, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil. A 2CCR destaca que se deve buscar uma solução conciliatória¹⁴⁷ entre as decisões do STF na ADPF nº 153 e da Corte Interamericana no caso *Gomes Lund*, mas não há margem para o descumprimento da decisão da Corte (Ministério Público Federal, 2011b, p. 8).

É fundamental compreender o entendimento da 2CCR de que a decisão da Corte Interamericana decorre de uma visão de direito penal como instrumento essencial para a proteção de direitos humanos fundamentais, individual ou coletivamente considerados, e que a persecução penal, como definido na Constituição, é da incumbência do Ministério Público Federal, não apenas por ser o titular exclusivo da ação penal pública, mas em razão de sua

¹⁴⁶ “3. As disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil.” e “9. O Estado deve conduzir eficazmente, perante a jurisdição ordinária, a investigação penal dos fatos do presente caso a fim de esclarecê-los, determinar as correspondentes responsabilidades penais e aplicar efetivamente as sanções e consequências que a lei preveja, em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 256 e 257 da presente Sentença.”

¹⁴⁷ Esta solução conciliatória, como vimos, passa pela teoria do duplo controle de constitucionalidade e convencionalidade. O STF teria feito um controle de constitucionalidade da Lei de Anistia à luz da Constituição de 1988. No entanto, para ser válida, a Lei de Anistia deveria ter passado também pelo controle de convencionalidade realizado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos à luz da Convenção Americana de Direitos Humanos, o que não ocorreu.

conformação constitucional, que lhe impõe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e, também, dos direitos fundamentais.

Para a 2CCR, a Corte Interamericana afirmou a importância do MPF e seu papel fundamental no cumprimento da decisão, visto que o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, obrigou-se a cumpri-la e submeteu-se voluntariamente à jurisdição da CorteIDH. Assim, há importância jurídica, social e política no cumprimento da sentença da Corte Interamericana pelo Brasil, e juízes e tribunais devem ser demandados a decidir sobre a matéria referida na sentença da CorteIDH, que estabelece obrigações específicas para o Brasil em relação ao período de legados autoritários (Ministério Público Federal, 2011b, p. 8-9).

Entendendo que é necessário estabelecer um plano de atuação criminal que coordene a atuação do Ministério Público na persecução penal em prol das vítimas e de seus familiares, bem como em favor do resgate da verdade e da responsabilização dos autores das graves violações aos direitos humanos, assegurado o pleno acesso dos familiares e das vítimas a todas as etapas da investigação e do julgamento e facultada a participação direta no acompanhamento do processo penal, deliberou-se pela criação de um Grupo de Trabalho no interior do MPF.

O Grupo de Trabalho Justiça de Transição (GTJT) foi constituído em novembro de 2011 pela 2CCR para examinar os aspectos criminais da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund vs. Brasil* e fornecer apoio jurídico e operacional aos Procuradores da República para investigar e processar os casos de graves violações a direitos humanos ocorridos durante o regime militar (Ministério Público Federal, 2014a, p. 11). Trata-se de um grupo de trabalho que auxilia e subsidia o Procurador natural sempre que ele o quiser.

De acordo com a Portaria nº 21/2011 da 2CCR, que institui o GTJT em 25 de novembro de 2011, cabe ao Grupo de Trabalho “fomentar ambiente propício para a reflexão sobre o tema e para a tomada de posições institucionais – e não isoladas – sobre a questão”. A Portaria atribui ao grupo as funções de:

- a) Definir um plano inicial para a persecução penal;
- b) Identificar os casos abrangidos pela sentença aptos à incidência da lei penal;
- c) Definir o juízo federal perante o qual serão propostas as ações penais, de acordo com as disposições internacionais e os dispositivos constitucionais e legais;
- d) Examinar a investigação de crimes de quadrilha, nos casos em que os vínculos estabelecidos ainda durante a ditadura militar permaneceram íntegros até o momento recente. (Brasil, Ministério Público Federal, 2011c)

Determinou-se ainda que a atuação do GTJT não deve se restringir à Guerrilha do Araguaia, pois a sentença da Corte Interamericana fala também sobre outros casos de violação a direitos humanos, e que a composição do Grupo de Trabalho será de Procuradores especialistas neste tema e dos que possuem experiência criminal prática, notadamente na elaboração de denúncias. Ademais, foi preciso definir prioridades.

O GTJT definiu a seguinte atuação prioritária: (a) crimes permanentes de sequestro e ocultação de cadáver de dissidentes políticos, cometidos entre 1964 e 1975; (b) crimes de homicídio cometidos no âmbito da repressão à Guerrilha do Araguaia; (c) crimes de homicídio cometidos nos centros de repressão política no Rio de Janeiro e em São Paulo; (d) crimes de homicídio cometidos em outras localidades; (e) crimes de lesão corporal gravíssima cometidos por agentes da repressão política (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2015d).

Estas questões são importantes para entender como se desenvolverão os atos de persecução penal apresentados pelo Ministério Público Federal a partir de então. Primeiramente, foram ofertadas denúncias sobre os crimes permanentes, teoricamente não abarcados pelos argumentos de prescrição e anistia, por sua permanência até hoje, esperando que se aumentassem as chances de decisões favoráveis no Judiciário. Em entrevista para Bernardi (2015, p. 543), Raquel Dodge apresenta esta estratégia, baseada ainda em um modelo de litigância de apresentar ações em diferentes jurisdições.

“Esse projeto, ele vai estar delineado em etapas. É a etapa do possível. E nós não prometemos resultado, nós prometemos abertura de atuação, que é o que a Constituição nos dá como titular da ação penal. Na primeira etapa desse projeto nós só estamos incluindo os crimes permanentes, porque acreditamos que para abrir essa jurisdição nós temos uma vantagem. Se iniciarmos o projeto com o escopo limitado, no qual nós vamos nos especializar juridicamente, e também definimos uma estratégia, que é uma estratégia de formar jurisprudência diversificando os âmbitos de atuação jurisdicional do Judiciário. (...) Segundo, vamos ajuizar pelo menos uma ação penal em cada uma dessas jurisdições. Por quê? Porque esses juízes estão sujeitos a tribunais regionais federais diferentes, que é quem faz o controle da decisão de primeira instância. (...) Isso pode me dar alguma vantagem, porque a minha grande desvantagem hoje está na jurisprudência. (...) E qual é a minha estratégia? É o que eles chamam nos Estados Unidos de repetir a ação. Você ajuíza muitas, porque ajuizando muitas, você produz uma jurisprudência mais diversificada, porque são cabeças diferentes pensando. (Dodge apud Bernardi, 2015, p. 543)”

Na literatura, discute-se que o litígio estratégico se caracteriza por esta mobilização direcionada ao judiciário, tendo como premissa a capacidade de se transformar a realidade social, de modo que os casos são ferramentas para transformação da jurisprudência dos tribunais e formação de precedentes. Neste caso, há uma estratégia de mobilização do direito considerando que “ao mesmo tempo em que as instituições e normas tendem a manter o *status*

quo, também fornecem oportunidades limitadas para desafios e transformações na ordem” (McCann, 2006). No entanto, o Judiciário brasileiro tem sido relutante em se engajar na cultura jurídica de direitos humanos.

Iniciou-se, assim, a primeira etapa dos trabalhos, apresentando a partir de 2012 sete denúncias relacionadas a crimes permanentes e iniciando uma série de procedimentos investigatórios criminais. O MPF irá apontar nas ações penais ajuizadas que os sequestros cometidos nas denúncias apresentadas já eram qualificados como crimes contra a humanidade por normas cogentes do direito costumeiro internacional¹⁴⁸ no momento de início de sua execução, por terem sido cometidos no contexto de um ataque sistemático e generalizado a uma população civil. Dois anos depois, foi iniciada a segunda etapa de atuação do trabalho do MPF com os casos Riocentro e Rubens Paiva, deixando de tratar somente de casos de desaparecimentos forçados.

Sobre estratégias de priorização ou seleção dos casos, portanto, o Grupo de Trabalho Justiça de Transição escolheu primeiro apresentar as ações por sequestro, pois poderiam ter maior possibilidade de encontrar amparo em um Judiciário com pouca sensibilidade ao direito internacional (Osório, 2016, p. 72). O sequestro é um crime permanente, que não pode ser alcançado pela Lei de Anistia, e o início da contagem prescricional só pode ocorrer a partir do momento em que cessa esta conduta.

É preciso ainda entender como este trabalho se desenvolveu e conseguiu envolver mais procuradores dentro do Ministério Público Federal. Andrey Borges de Mendonça, em entrevista realizada para esta pesquisa, observa que, após a decisão institucional de que aqueles crimes deveriam ser perseguidos, foi preciso fazer um trabalho de convencimento interno.

“Esse trabalho de convencimento se deu com reuniões, trazendo pessoas externas. Mas a 2ª Câmara tem uma atuação de certa forma limitada, porque ela não pode impor a um procurador que tenha que atuar dessa forma. Não pode dar uma orientação forçando. (...) [O] grupo de trabalho justiça de transição (...) não é um

¹⁴⁸ Estas normas são: Carta do Tribunal Militar Internacional de 1945; Lei do Conselho de Controle nº 10 de 1945; Princípios de Direito Internacional reconhecidos na Carta do Tribunal de Nuremberg, nos julgamentos do Tribunal e firmados por Relatório da Comissão de Direito Internacional da ONU de 1950; Relatório da Comissão de Direito Internacional da ONU de 1954; Resolução 2184 da Assembleia Geral da ONU de 1966; Resolução 2202 da Assembleia Geral da ONU de 1966; Resolução 2338 da Assembleia Geral da ONU de 1967; Resolução 2583 da Assembleia Geral da ONU de 1969; Resolução 2712 da Assembleia Geral da ONU de 1970; Resolução 2840 da Assembleia Geral da ONU de 1971; Princípios de Cooperação Internacional na identificação, prisão, extradição e punição de pessoas condenadas por crimes de guerra e crimes contra a humanidade (Resolução 3074 da Assembleia Geral da ONU de 1973); Convenção das Nações Unidas sobre a Não- Aplicabilidade da Prescrição a Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade de 1968; Resoluções 3 e 95 da Assembleia Geral da ONU de 1946.

órgão de execução, é mais um grupo de apoio institucional. Ele não investiga. Nos locais, foram se criando grupos de execução. Aqui em São Paulo se criou um grupo de três colegas, que receberam todo o acervo dos outros colegas para investigar estes casos. Eram colegas que entendiam que aquilo deveria ser investigado. Foi mais uma organização, porque aqueles colegas que não queriam atuar, o caso foi redistribuído para os colegas que passaram a fazer parte destes grupos. (Mendonça, entrevista pessoal)”

Assim, mesmo sem conseguir alcançar uma concordância majoritária dentro da carreira, foi possível diminuir os arquivamentos dos casos e convencer alguns colegas em determinados locais, que passaram a investigar.

São Paulo, Rio de Janeiro e Marabá são responsáveis por 80% dos casos, em razão de os dois primeiros serem os dois grandes centros que tinham a maior resistência à ditadura e terem tido os DOI-CODIs mais violentos, além de que Marabá é a jurisdição onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia. O tema foi apropriado pela Procuradoria e estes são os grupos de execução que mais trabalham e já se apropriaram das teses (cf. Frischeisen, entrevista pessoal). Além deles, em entrevista realizada para esta pesquisa em agosto de 2016, a Subprocuradora-Geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen destaca a existência de uma força-tarefa internacional junto com colegas da Argentina para investigação de casos referentes à Operação Condor. A SPGR lembra ainda de um caso em Francisco Beltrão/PR e outro caso em Rio Verde/GO de pessoas desaparecidas.

Também é necessário entender como ocorre o início dos procedimentos investigatórios. Sobre isso, o Procurador Andrey Borges de Mendonça aponta que:

“A maior parte, no começo, os colegas que iniciaram com base no livro de mortos e desaparecidos [publicação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos de 2007], que foi a primeira publicação oficial que reconhece, né. Os procuradores foram no livro e com base naquela informação instauraram um ofício e reuniram os elementos. (...) Nessa época, começa a levantar os dados que tinha em relação a cada um nos diversos livros e começa a compilar e investigar. Se busca, geralmente no Arquivo Nacional informação. É uma garimpagem mesmo. Aí teve algumas oitivas que foram interessantes (...) Em alguns casos foram familiares que apresentaram. Se organizaram e mandaram para a 2ª Câmara alguns casos. Eu acho que no começo era mais de ofício, mas depois eles viram esse caminho e passaram a representar bastante. Então hoje deve haver um equilíbrio do que é iniciativa de ofício e o que é representação de familiares (Mendonça, entrevista pessoal).”

Segundo Schallenmüller (2015, p. 154), ocorreu um grande empreendimento investigativo para a realização das denúncias, que envolveu um esforço de sistematização das informações e documentos que órgãos do governo e familiares haviam acumulado, realização

de novas entrevistas e busca de novos documentos junto a órgãos da Administração Pública em razão da legislação mais permissiva com a Lei nº 12.527¹⁴⁹.

Depois do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, o Grupo de Trabalho do MPF identificou todos os casos de vítimas que a CNV apontou e que o MPF ainda não investigava, pouco mais de 100, e fez representações às Procuradorias competentes para a instauração de investigações. Assim, o MPF está realizando investigações relativas a um número de vítimas maior que o contemplado no relatório da CNV (Brasil, Ministério Público Federal, 2016d). O Procurador Ivan Marx aponta que a documentação da CNV trouxe informações relevantes para diversos casos. Além disso, o MPF tem feito uso das pesquisas desenvolvidas pelas comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais.

Ainda em 2013, Rodrigo Janot assume a Procuradoria-Geral da República e sinaliza mudança de posicionamento da instituição em relação a seu antecessor, que havia se manifestado a favor da Lei de Anistia no julgamento da ADPF nº 153. No Parecer na Prisão Preventiva para Extradicação nº 696 em 2013, Janot afirmou que “na persecução de crimes contra a humanidade, em especial no contexto da passagem de um regime autoritário para a democracia constitucional, carece de sentido invocar o fundamento jurídico geral da prescrição” (Brasil, Ministério Público Federal, 2013b). Em 2014, o PGR apresenta Parecer na ADPF nº 320 em que incorpora toda a argumentação do Grupo de Trabalho Justiça de Transição do Ministério Público Federal, encampando a tese dos crimes contra a humanidade.

Em relatório do fim de 2014, o Grupo de Trabalho Justiça de Transição afirma:

“Os procuradores integrantes do GTJT têm convicção da importância histórica e jurídica da tentativa de se esclarecer as mortes sob tortura, execuções sumárias e desaparecimentos de mais de três centenas de brasileiros, cometidos muitas vezes com a conivência dos órgãos judiciais, até para que tais fatos não mais continuem a se repetir. Tal tarefa integra, sem nenhuma dúvida, a agenda presente e futura do MPF, como instituição comprometida com a afirmação dos DH. (Ministério Público Federal, 2014a, pp. 246-247)

Na abertura do ano do Judiciário em 2015, o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros incluiu, em seu breve discurso, a pauta dos crimes da ditadura como um dos temas que merecem real atenção dos Poderes constituídos, o que reafirma o

¹⁴⁹ Para Marlon Weichert: “O procedimento aqui pode ter início de várias formas. Nos casos da ditadura, no início vários foram a partir de iniciativa minha e da Dra. Eugênia, alguns, e depois da decisão da Corte Interamericana no Caso Araguaia mais alguns, e depois do relatório da Comissão Nacional da Verdade foi feito um levantamento de todos os casos que a Comissão mencionou de mortos e desaparecidos e que não tinham procedimento. Então se abriu procedimento para todos eles. Para todos os casos relacionados no relatório da Comissão Nacional da Verdade, há um procedimento. E alguns já arquivados” (Weichert, entrevista pessoal).

compromisso do MPF com a pauta: “revisitar o tema da Lei da Anistia, em razão do julgamento do Estado Brasileiro pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos” (Brasil, Supremo Tribunal Federal, 2015).

Por fim, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo em agosto de 2016¹⁵⁰, após assumir a coordenação da 2CCR, a Subprocuradora-Geral da República Luiza Frischeisen elenca como prioritário para a 2CCR o combate a crimes pelos quais o Brasil é cobrado nas cortes internacionais, como são os casos da justiça de transição, além dos crimes gerais que são alvo da 2CCR: fraudes previdenciárias, crimes cibernéticos e lavagem de dinheiro.

“São crimes [por] que o Brasil é cobrado nas Cortes Internacionais, especialmente na Corte Interamericana de Direitos Humanos: os crimes da Justiça de Transição, a concepção penal dos crimes cometidos na Ditadura Militar, crimes de trabalho escravo, crimes em detrimento das comunidades indígenas e o crime de tráfico de pessoas. (...) A gente tem esse trabalho que o tema é Justiça de Transição, Direito à Memória e à Verdade. Tem uma parte cível não só de indenização por parte da União. E outra uma criminal. Desde que a Corte Interamericana, no caso *Gomes Lund* (morto na Guerrilha do Araguaia, em 1973) disse que os crimes eram imprescritíveis, o Ministério Público Federal tem promovido ações quando existem as provas. Em alguns casos, já se passaram muitos anos e, embora tenham sido investigados, não há testemunhas. Embora sejam reconhecidos pela Comissão Nacional da Verdade, de mortos e desaparecidos. Tem a questão da Operação Condor (nome dado à aliança entre as ditaduras instaladas nos países do Cone Sul na década de 1970 — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai). Existe uma força-tarefa entre que Brasil e Argentina que está dentro desse guarda-chuva, mas é um pouco diferente. O Ministério Público tem proposto as ações. Essas ações, quando elas são recebidas em 1º Grau, elas acabam sendo trancadas em *habeas corpus* nos tribunais ou rejeitadas pelos juízes, que acabam dizendo que houve a prescrição ou aplicam a anistia. Este é um tema que chegou ao Superior Tribunal de Justiça sob a égide da prescrição. O Sistema de Justiça vai ter de se deparar com isso. Vale a decisão desse caso *Gomes Lund*, da Corte Interamericana, que diz que os crimes sobre os Direitos Humanos são imprescritíveis ou não vale?” (Frischeisen, 2016)

3.2. As teses adotadas pelos procuradores

Seguindo os debates internos da 2CCR, o Ministério Público Federal denunciou em 2012 Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o Major Curió, pelo “sequestro qualificado pela imposição de grave sofrimento físico ou mental das vítimas Maria Célia Corrêa, Hélio Luiz Navarro de Magalhães, Daniel Ribeiro Callado, Antonio de Pádua e Telma Regina Corrêa”. Esta foi a primeira ação penal ofertada e diz respeito a fatos ocorridos na repressão à

¹⁵⁰ “Vivemos um momento de muita intolerância com a opinião do outro” – Entrevista O Estado de São Paulo – 14/08/2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/vivemos-um-momento-de-muita-intolerancia-com-a-opiniao-do-outro/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

Guerrilha do Araguaia. Até o fim de 2013, as ações ajuizadas pelo Ministério Público Federal no âmbito da justiça de transição “diziam respeito a casos que poderiam se encaixar na tese do sequestro e que, portanto, na concepção da instituição, não seriam abrangidos pela Lei de Anistia” (cf. Schallenmüller, 2015).

Em resumo, o Grupo de Trabalho Justiça de Transição do MPF trabalha com o entendimento de que há deveres estatais relacionados à criminalização de condutas que atentem contra os direitos humanos e à persecução penal criminal efetiva de seus autores, lembrando os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e os deveres ressaltados por organismos internacionais de direitos humanos como a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No que diz respeito à CorteIDH, o GTJT aponta que o primeiro precedente na matéria foi estabelecido em 1988 em julgamento de caso de desaparecimento forçado em Honduras¹⁵¹, seguido de julgamentos que consolidam a jurisprudência, especialmente em casos de desaparecimentos forçados e execuções sumárias cometidos por agentes estatais na Guatemala¹⁵², no Peru¹⁵³, no Paraguai¹⁵⁴ e no Chile¹⁵⁵. Trata-se de uma jurisprudência que

“fundamenta deveres estatais de proteção penal tanto na obrigação geral de prevenir e reprimir a ocorrência de graves violações a direitos humanos, como na obrigação de proporcionar às vítimas um recurso efetivo contra atos que violem seus direitos fundamentais” (Brasil, Ministério Público Federal, 2014a, p. 52).

O raciocínio do MPF é de que o desenvolvimento do direito internacional dos direitos humanos no pós-guerra levou a obrigações internacionais inderrogáveis de natureza cogente. Ao mesmo tempo em que é possível identificar obrigações dos Estados em matéria de proteção a direitos humanos através do sistema penal, há deveres relacionados às vítimas que também devem ser garantidos por meio dos sistemas nacionais de justiça criminal. É neste contexto que a 2CCR compreende a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund*. Conforme aponta Suiama (2014b, p. 403), o Estado brasileiro está comprometido com as posições adotadas pelo direito internacional dos direitos humanos por causa dos artigos 4º e 5º, parágrafos 3º e 4º, da Constituição e artigo 7º do ADCT, mas também porque vem progressivamente obrigando-se a isso perante a sociedade das nações.

¹⁵¹ Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras. Sentença de julho de 1988.

¹⁵² Caso Blake vs. Guatemala. Sentença de janeiro de 1998. E caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala.

¹⁵³ Caso Durand y Ugarte vs. Peru. Sentença de agosto de 2000. E caso La Cantuta vs. Peru. Sentença de novembro de 2006.

¹⁵⁴ Caso Goiburú e outros vs. Paraguai. Sentença de setembro de 2006.

¹⁵⁵ Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile. Sentença de setembro de 2006.

Nos Documentos nº 1 e nº 2 de 2011, a 2CCR adotou a posição de que o MPF tem o dever de cumprir os deveres impostos ao Estado brasileiro relacionados à persecução penal das graves violações a direitos humanos ocorridas no âmbito da repressão política a dissidentes do regime militar, conforme vimos. Ou seja, a 2CCR afirmou a aplicabilidade do julgado para os casos investigados pelo MPF e entendeu que há o dever cogente do Estado brasileiro de promover a investigação e a responsabilização criminal dos autores das violações de direitos inderrogáveis reconhecidos pelo direito internacional dos direitos humanos.

Tendo em vista o julgamento da ADPF nº 153 pelo STF também em 2010, é preciso apontar que o GTJT adotou a posição de que a sentença da CorteIDH não é incompatível com a decisão do Supremo que declarou a constitucionalidade da Lei de Anistia. Para justificar a inexistência de conflito, os procuradores recuperam a teoria do duplo controle de André de Carvalho Ramos, segundo a qual os direitos humanos possuem uma dupla garantia no nosso sistema jurídico: o controle de constitucionalidade nacional, que foi realizado pelo STF, e o controle de convencionalidade internacional. O STF, no entanto, não se posicionou sobre a “compatibilidade da causa de exclusão da punibilidade com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro”. Assim, sendo, segundo a tese de André de Carvalho Ramos (2011), o STF não realizou o controle de convencionalidade. Este foi exercido pela CorteIDH e, pelo controle de convencionalidade, a Lei de Anistia brasileira e as teses de prescrição e legalidade penal estrita não passaram, motivo pelo qual não poderiam ser aplicadas internamente. Para Ramos e para a 2CCR, ainda que o Brasil denunciasse o ato que reconhece a jurisdição da Corte, teria a obrigação internacional de cumprir esta sentença.

A primeira tese sobre os crimes da ditadura diz respeito aos crimes permanentes, como o desaparecimento forçado. Segundo a jurisprudência internacional, estes crimes somente cessam no momento em que forem localizadas as pessoas desaparecidas ou esclarecidas suas mortes. Da mesma forma, o Código Penal brasileiro já aponta que a prescrição somente começaria a correr, para os crimes permanentes, no dia em que cessar a permanência (art. 111, inc. III do Código Penal). É preciso apontar que o MPF reconhece que a legislação penal brasileira não possui a tipificação da conduta definida internacionalmente como desaparecimento forçado de pessoas, que há projetos em andamento no Congresso Nacional ainda não aprovados, e que o processo de ratificação das Convenções Interamericana e Internacional sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas ainda não foi concluído. Na sentença da CorteIDH, no entanto, o Brasil é instado a dar prosseguimento a estas medidas legislativas e a julgar os fatos internacionalmente caracterizados como desaparecimento forçado por meio dos mecanismos existentes no direito interno.

Para dar andamento à persecução penal destes fatos, a 2CCR vai se utilizar do julgamento no STF das Extradicações nº 974, nº 1.150 e nº 1.278. Nestes julgamentos, condutas similares foram caracterizadas como crime de sequestro permanente e não exaurido para justificar a Extradicação de agentes estatais de repressão de outros países, conforme sustentado em Parecer do Procurador-Geral da República, pelo Ministro Relator Ricardo Lewandowski e pelo Ministro Cezar Peluso na Extradicação nº 974¹⁵⁶, pela Ministra Relatora Cármen Lúcia na Extradicação nº 1.150¹⁵⁷ e, já em 2013, em Parecer do Procurador-Geral da República no Pedido de Prisão Preventiva para fins de extradicação nº 696¹⁵⁸.

Partindo deste entendimento, a 2CCR defenderá a tese de que a conduta de desaparecimento forçado se amolda à figura do crime de sequestro não exaurido e que, por sua natureza permanente e atual, deve ser afastada a incidência de prescrição penal, assim como a extinção da punibilidade concedida pela Lei de Anistia (Brasil, Ministério Público Federal, 2014a, p. 66). Esta tese será utilizada nas ações penais ajuizadas pelo MPF por crime de sequestro e ocultação de cadáver. Como verificaremos no próximo capítulo, aplica-se às sete primeiras denúncias apresentadas pelo Ministério Público Federal, nos anos de 2012 e 2013, todas sobre os crimes de sequestro e ocultação de cadáver.

O Procurador da República em São Paulo Andrey Borges de Mendonça, em entrevista realizada em junho de 2016, avalia que esta decisão de apresentar primeiramente as denúncias sobre os crimes permanentes foi uma decisão estratégica da 2CCR, porque foi mais palatável para o Judiciário ir aceitando que, por se tratarem de crimes permanentes, estariam temporalmente descobertos da Lei de Anistia e não teria começado a contar o prazo prescricional. Como veremos no próximo capítulo, houve algumas decisões judiciais de recebimento das denúncias, acolhendo esta tese.

No entanto, diversos juízes irão criticar a aplicação da tese do crime permanente, alegando que violaria o princípio da “realidade”, pois as pessoas “claramente” já teriam morrido e que os acusados não teriam mais nenhum domínio de fato sobre a ocultação do crime. Os procuradores apontam que a posse de documentos sigilosos e a ameaça a possíveis

¹⁵⁶ Em seu voto, o Ministro afirma “a impossibilidade de se considerar, ao menos em juízo cognitivo não exauriente, a cessão da permanência de sequestro em consequência da morte presumida da vítima”. Assim, somente uma sentença que fixe a data provável de óbito seria apta para fazer cessar a permanência do crime. Ou seja, está trabalhando com a ideia de que sem exame necroscópico direto ou indireto que identifique a causa da morte e a data provável do falecimento, não é possível afirmar que houve crime de homicídio.

¹⁵⁷ Em seu voto, a Ministra afirma que a natureza permanente e atual do delito de sequestro afasta a regra de prescrição.

¹⁵⁸ Neste Parecer, o PGR Rodrigo Janot adota a tese da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade cometidos pela ditadura argentina, em um caso de sequestro cometido por um oficial inspetor da Polícia Federal.

testemunhas permanecem até os dias de hoje, e que para processamento por homicídio, seria necessário o corpo de delito, não bastando presunção de óbito. Ademais, o reconhecimento de morte pela Lei nº 9.140 na esfera cível para beneficiar os familiares das vítimas não pode ser utilizado, como foi algumas vezes pelo Judiciário, para impedir o direito à justiça, até porque uma pessoa não pode morrer em razão de uma lei (cf. Marx, 2014b, p. 123).

A partir de 2014, as denúncias deixam de abranger somente os crimes permanentes não exauridos de sequestro e ocultação de cadáver, o que fez parte de uma decisão da 2CCR de se passar para as investigações dos crimes de homicídio e demais crimes. Assim, a argumentação fica mais complexa, pois estes delitos estariam temporalmente cobertos pela Lei de Anistia e pelo prazo prescricional, conforme a interpretação hegemônica. Veremos como o Ministério Público Federal irá responder a estas questões. Como discutimos no primeiro capítulo, há os obstáculos da prescrição, da anistia, do princípio da legalidade, da irretroatividade da lei penal, da coisa julgada.

Primeiramente, sobre a anistia. O Procurador Marlon Weichert (2014a, p. 574) defenderá que o parâmetro sobre a validade da Lei de Anistia deve ser a ordem constitucional de um Estado democrático de direito, observando a Constituição de 1946 ou a Constituição de 1988. Assim, sustenta que o Estado brasileiro não poderia editar em 1979 uma lei que garantisse a impunidade aos autores de crimes contra a humanidade, por observância ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao princípio republicano e do Estado de Direito, que repousa sobre a responsabilidade dos administradores públicos pelos seus atos e pelo dever de impessoalidade. Para o procurador, uma autoanistia aos crimes contra a humanidade se trata da instituição de um direito extremamente injusto¹⁵⁹, em face “da pauta axiológica constitucional e internacional de direitos humanos”.

Ademais, à luz do direito internacional dos direitos humanos, ao qual o Brasil está vinculado constitucionalmente pelos artigos 4º, II, e artigo 5º, parágrafos 2º a 4º da Constituição, a promoção da persecução penal para os crimes contra a humanidade é um imperativo inafastável desde o Tribunal de Nuremberg (cf. Weichert, 2014a, p. 583) para o direito costumeiro internacional. Estas normas devem, assim, interagir com as normas domésticas de direito penal no que diz respeito à proibição de anistiar os agentes públicos e também de afastar a contagem do prazo prescricional para estes crimes.

¹⁵⁹ O procurador aplica a Fórmula de Radbruch, jurista alemão que refletiu sobre o extremo grau de injustiça de normas do nazismo, especialmente para os parâmetros de proteção dos direitos humanos consagrados pela humanidade (cf. Weichert, 2014a, p. 590).

“Quando membros das Forças Armadas e da polícia no Brasil praticavam, nos anos sessenta e setenta, o sequestro, a tortura, o homicídio e a ocultação de cadáveres, dentro de um padrão de perseguição a qualquer suspeita de dissidência política, cometiam delitos reputados – já então – como crimes contra a humanidade, independentemente do contexto de uma guerra. (..) O Brasil, por força de seus compromissos internacionais e da admissão constitucional da prevalência dos direitos humanos, não pode anistiar seus agentes públicos que perpetraram crimes de lesa humanidade (Weichert, 2014a, pp. 584-586)”

Os Procuradores apontam ainda a vedação à proteção insuficiente, uma discussão que fizemos no primeiro capítulo, para afirmar que a anistia aos crimes contra a humanidade não resiste ao crivo do estabelecimento de punições justas e proporcionais aos autores de delitos. Assim, a norma penal anistiante “acarreta uma desproteção de direitos fundamentais, os quais estavam, anteriormente, protegidos” (Weichert, 2014a, p. 597). Trata-se de uma visão de que o direito penal deve estar a serviço da sociedade e da proteção dos direitos humanos e que a linguagem da impunidade estimula a perpetração desses atos, motivo pelo qual há uma obrigação de punir os autores de crimes contra a humanidade. Como a lei de anistia causa um retrocesso na proteção dos direitos fundamentais das vítimas e da sociedade, encontra barreira neste princípio da vedação à proteção insuficiente.

Ainda que se consiga discutir a invalidade da Lei de Anistia frente às obrigações internacionais, na perspectiva do direito penal doméstico emergem questões como o direito à legalidade e a irretroatividade da lei penal, que são frequentemente invocados pelos penalistas, bem como a prescrição de vinte anos prevista pelo Código Penal para os crimes cobertos pela Lei de Anistia. Estes mecanismos de direito penal que protegem os indivíduos contra as arbitrariedades do sistema processual do estado são as últimas causas que impedem a punição dos crimes da ditadura (cf. Tang, 2015; Roht-Arriaza, 2011). Ou seja, há questões a serem tratadas sobre como aplicar a sentença da CorteIDH internamente.

Tang (2015, p. 274) aponta que, ao considerar a Convenção Americana de Direitos Humanos e a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos na ordem constitucional, é preciso ajustar a interpretação de direito criminal quando se trata de graves violações de direitos humanos. A interpretação da Convenção Americana de Direitos Humanos afasta as provisões de anistia, as regras de não retroatividade e outras medidas que são consideradas inadmissíveis quando impedem a investigação e a punição daqueles

responsáveis por crimes contra a humanidade. Estas questões não foram tratadas pelo STF no controle de constitucionalidade da Lei de Anistia¹⁶⁰.

“Os objetivos do princípio da legalidade e das limitações legais não estão sendo realizados sob a própria estrutura legal doméstica. Quando estas regras não estão sendo invocadas para proteger indivíduos contra uma ameaça acreditável e arbitrária do estado, mas exclusivamente para impedir punições para crimes contra a humanidade, há pouca dúvida de que elas são meramente ferramentas para exploração judicial e devem ser desconsideradas em procedimentos domésticos (Tang, 2015, p. 275)”.

Os Procuradores do MPF com atribuição criminal tiveram que se debruçar sobre estas questões para poderem realizar as investigações e ofertar as denúncias. Embora haja autores que defendem a possibilidade de aplicação retroativa de tipos penais internacionais de acordo com o direito internacional costumeiro, a opção registrada por Ivan Marx (2014b, p. 100) foi a de considerar que a aplicação retroativa de novas figuras penais ao tipificar crimes internacionais violaria o princípio constitucional de que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”, bem como “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”.

Assim, no tocante à operacionalização da sentença em termos de abertura de processos judiciais contra os acusados, o MPF adotou o procedimento de dupla subsunção dos fatos, que tem guiado os trabalhos dos procuradores. Assim, aplicam-se os tipos penais e sanções previstos na legislação da ditadura militar, aos quais se agregam a qualificação de crime contra a humanidade a fim de superar os óbices da anistia, prescrição e eventuais argumentos de coisa julgada (cf. Bernardi, 2015, p. 541). Assim, busca-se preservar as garantias dos acusados, sem retroagir tipo penal.

Ou seja, os crimes são sancionados de acordo com os tipos penais existentes na lei interna no momento em que cometidos, aplicando-lhes consequências especiais provenientes das leis internacionais, como a imprescritibilidade e a não anistiabilidade previstas no direito consuetudinário internacional para os crimes contra a humanidade (cf. Marx, 2014b, p. 103). Como há respeito a princípios em vigor desde os anos 1940, não se trata de irretroatividade, bem como não se trata de ferir o princípio da legalidade, pois se usa a tipificação legal específica dos crimes pelo Código Penal da época.

¹⁶⁰ Entretanto, como o Supremo Tribunal Federal decidiu que a Lei nº 6.683 se constitucionalizou, é necessário considerar a existência de um conflito entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito constitucional.

“Princípio da legalidade e da tipicidade eu até concordo. Não consigo denunciar ninguém por desaparecimento forçado, nem por tortura. Não há nenhuma denúncia nossa que aplique retroativamente tipos penais. A gente respeita isso, embora haja, até na jurisdição internacional, alguns doutrinadores que defendam isso. Nós, não. Essa barreira eu não consegui superar. O que acontece é um reconhecimento de que nunca foi válida a lei de anistia. Originalmente a lei de anistia não era apta a produzir esse efeito e nunca prescreveu. Não há uma aplicação retroativa. Nunca prescreveu, porque esses dois valores, impossibilidade lei de anistia e de prescrição, são normas internacionais que a gente chama de *jus cogens* desde Nuremberg. Como esses crimes foram praticados nos anos 1960, eles já foram, quando foram praticados esses crimes, eles já eram naquela data imprescritíveis e impassíveis de anistia. Toda lei e qualquer tentativa anterior de aplicar esses institutos não tem validade, é por isso que não há retroatividade. (Weichert, entrevista pessoal, entrevista pessoal)”

Ainda no debate sobre retroatividade penal, Torelly (2010, p. 308) aponta que esta não ocorre em nenhuma medida, mas sim a devida aplicação de um direito sonogado no passado por razões de força, e não de justiça. Assim, haveria uma aplicação da tese da dimensão restitutiva do Estado de Direito, que gera efeitos em retrospectiva e não em retroação. Trata-se de uma interpretação de que houve uma descontinuidade ampla entre o regime de exceção e o Estado de Direito, na contramão do que o STF julgou na ADPF nº 153. O autor aponta que, caso se queira validar a auto-anistia aos que violaram direitos humanos de forma massiva em nome do Estado, é preciso primeiro identificar os delitos dos agentes de estado, abrir inquéritos apuratórios de responsabilidade, processar os acusados, atribuir-lhes pena, para apenas então, caso incluídos naquilo que a lei de anistia dispõe, anistiá-los. Do contrário, o que se tem é a impunidade.

A prescrição é outro grande óbice para a promoção da justiça, pois, de acordo com a legislação penal brasileira, o prazo mais amplo de prescrição é de vinte anos da data de consumação do crime. Assim, desde meados dos anos 1990 a persecução penal já não seria mais possível para a maioria dos delitos mencionados (cf. Weichert, 2014a, p. 572). Neste sentido, os procuradores chamam a atenção para a imprescritibilidade no direito costumeiro dada aos crimes contra a humanidade. A utilização da expressão graves violações de direitos humanos pela CorteIDH quando da condenação do Estado brasileiro não garante o efeito de imprescritibilidade para as condutas praticadas pelos agentes do Estado. Para Gonzaga (2009, p. 218),

“A adoção da disciplina dos crimes contra a humanidade respeita os princípios da legalidade estrita e da anterioridade vigentes no direito penal brasileiro já que não se trata da utilização de nenhum tipo penal e de nenhuma pena que não estivesse descrita no Código Penal brasileiro à época dos fatos. Trata-se tão somente de se considerar que institutos como o da prescrição e da anistia não se aplicam a este crime” (Gonzaga, 2009, p. 218).

Os procuradores defendem ainda, como vimos nas primeiras representações criminais, que a prescrição não é garantia constitucional, pois a Constituição não proíbe que a legislação ordinária crie outras hipóteses de imprescritibilidade para além da “ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático” (art. 5º, inc. XLIV da CF88).

A questão da imprescritibilidade será ainda invocada sob outra tese, que os procuradores passaram a utilizar em 2014 na ação ajuizada no caso de Luiz Eduardo Merlino. Pela nova tese, deve-se desconsiderar o instituto da prescrição pelo tempo em que as investigações restaram impossibilitadas (cf. Marx, 2014b, p. 124). Como o prazo prescricional corre em razão da falta de atuação estatal frente a um fato punível, nos casos em que o próprio Estado, responsável pela persecução penal, não persegue os crimes nem permite sua persecução, como é o caso brasileiro, resulta plausível (cf. Mãnlich apud Marx, 2014b, p. 126) aceitar-se a inaplicabilidade da prescrição em razão de que nunca houve a necessária “contingência da punição a possibilitar o início do prazo prescricional”. Para esta tese, a lei de anistia suprimiu institucionalmente a contingência da punição aos crimes dos agentes do Estado e, ainda antes dela, “a autoproteção concedida pelo Estado aos agentes que em seu nome cometiam crimes claramente configura uma situação em que a possibilidade de punição se encontrava bloqueada” (Marx, 2014b, p. 126).

Segundo este raciocínio, o início do curso da prescrição deveria ocorrer a partir do momento em que os obstáculos à investigação fossem excluídos. No caso brasileiro, após o julgamento do caso Guerrilha do Araguaia pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Rocha (2014, p. 292) concorda com esta tese:

“Durante o regime de exceção, não havia condições materiais que permitissem a satisfação da pretensão punitiva estatal em face dos criminosos que se encontravam amparados pelo próprio regime. Em outras palavras: o regime que instituiu a criminalidade estatal também criou as condições concretas que asseguraram a irresponsabilidade para os crimes perpetrados por seus agentes. Por isso, não se pode iniciar a contagem do prazo prescricional em desfavor da pretensão punitiva. (...) O regime militar instituiu o estado de exceção e, amparado nele, impediu que os crimes praticados fossem apurados. O entendimento de que o prazo prescricional iniciou-se em momento em que o Poder Público não tinha condições materiais de satisfazer a pretensão punitiva não pode ser aceito, porque viola o princípio da racionalidade do direito (...)“Ao mesmo tempo em que a decisão da Corte determina que o Brasil supere os obstáculos opostos à sua redemocratização, também contribui de maneira efetiva para que tal superação ocorra. Em outras palavras: a condenação do Brasil determina um novo contexto fático no qual estão presentes as condições materiais necessárias para que o avanço pretendido se realize. (...) A decisão condenatória proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em desfavor do Brasil, no caso Gomez Lund, permite o início da contagem do prazo de prescrição da pretensão punitiva. Se o Brasil agora pode superar os obstáculos invalidamente opostos ao avanço de seu processo de redemocratização, também

deve ter início o prazo prescricional que estabelece limites à satisfação de suas pretensões”. (Rocha, 2014, pp. 291-293).

De acordo, portanto, com as teses da dupla subsunção dos fatos, baseada na aplicação da imprescritibilidade com base no direito costumeiro internacional ou da adoção da prescrição somente depois de cessadas as causas que impossibilitaram as investigações, seria possível processar os crimes contra a humanidade cometidos pelos agentes do Estado. Ademais, os crimes como sequestro e ocultação de cadáver também podem ser processados por seu caráter permanente e atual, como já apontado.

Outra questão a ser enfrentada é a da coisa julgada em matéria penal, reforçada pelo princípio da proibição de duplo julgamento pelo mesmo fato (*ne bis in idem*), baseado na segurança jurídica e que é uma garantia constitucional no Brasil. Para os casos dos crimes contra a humanidade, no entanto, os procuradores apontarão que o princípio do acesso à justiça será violado nos casos em que os processos são instaurados inicialmente e depois arquivados sem um verdadeiro juízo de mérito. Ademais, uma decisão de juízo absolutamente incompetente, como uma decisão da Justiça Militar ou de Judiciário estadual, comprovaria pelo contexto uma falta de intenção do judiciário em prestar justiça ao caso e invalidaria a sentença proferida¹⁶¹.

Sobre os casos brasileiros que serão tratados nesta pesquisa, considerando que se tratam de casos arquivados sem juízos de mérito sobre crimes contra a humanidade, Marx (2014c, p. 311) aponta que cabe excluir a coisa julgada, além do fato de diversos terem ocorrido em justiças incompetentes, e ainda sobre crimes permanentes como o de sequestro e ocultação de cadáver.

Cabe apontar ainda o efeito da condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Para os procuradores, a adesão do Brasil à Convenção Americana de Direitos Humanos e à jurisdição da CorteIDH foram atos soberanos e voluntários, que concretizam preceitos constitucionais como o artigo 7º do ADCT. Não cumprir a decisão caracterizaria um retrocesso vedado pela cláusula de vedação de retrocesso da Constituição. Ademais, utilizam a teoria do duplo controle.

O Ministério Público Federal argumenta, portanto, que a utilização da categoria de crimes contra a humanidade não fere o princípio da legalidade nem o princípio da irretroatividade da lei penal, visto que os tipos penais e as sanções correspondentes são

¹⁶¹ Por fim, cabe apontar que Ivan Marx argumenta que os julgamentos sobre crimes permanentes também possibilitariam desconsiderar a coisa julgada, pois a permanência do crime após o primeiro julgamento permitiria que se fossem julgados atos posteriores à data da sentença absolutória.

aqueles existentes à época dos fatos. Assim, não se trata de fazer retroagir crimes e penas posteriores não abrangidos no código penal do período. O respeito ao núcleo duro das garantias individuais dos réus oriundo do Direito Penal está assegurado, pois o que está em discussão é apenas a punibilidade ou não dos delitos. Os procuradores pedem a aplicação de normas de prescrição oriundas de tratados internacionais, a imprescritibilidade, o que não é proibido pela Constituição (cf. Bernardi, 2015, pp. 476-477). Crime contra a humanidade não seria um tipo penal, mas uma categoria que traz consequências no campo da possibilidade do Estado manejar normas de extinção da punibilidade.

É relevante perceber, por fim, que, a partir do Recurso em Sentido Estrito ao TRF3 no caso de Luiz Eduardo Merlino, o Ministério Público Federal também vai prequestionar a violação, pela Justiça Federal de Primeiro Grau, de dispositivos da Convenção Americana de Direitos Humanos, da Constituição de 1988 e do ADCT nas decisões judiciais de arquivamento por anistia e prescrição. Ademais, os procuradores irão requerer que se cumpra a decisão do tribunal competente, que é a CorteIDH, até que o STF volte a se posicionar sobre o tema na ADPF nº 320. Veremos este debate nas ações penais ajuizadas.

3.3. A posição da Procuradoria-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal na Extradicação nº 1.278, na Prisão Preventiva para Extradicação nº 696 e na ADPF nº 320

No próximo capítulo, estudaremos as ações penais ajuizadas. Entretanto, além dos autos das ações penais, é fundamental observar a alteração da posição institucional da Procuradoria-Geral da República ao longo dos últimos anos. Para isto, analisaremos a posição da PGR na ADPF nº 320, na Extradicação nº 1.278 e no Pedido de Prisão Preventiva para Extradicação nº 696.

Em 29 de agosto de 2012, o Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida apresentou manifestação pelo deferimento do pedido de Extradicação de nº 1278. Trata-se de pedido do Governo da Argentina de extradicação instrutória de Claudio Vallejos, acusado da prática de crimes de tortura, homicídio, sequestro qualificado e desaparecimento forçado de pessoas durante a ditadura militar na Argentina. Na sustentação do governo da Argentina, a prática sistemática dos desaparecimentos forçados consiste em crimes contra a humanidade, razão pela qual são imprescritíveis. O SPGR sustentou que há correspondência

no direito penal brasileiro e que as condutas atribuídas ao extraditando não se tratam de crime político.

“Embora o Brasil não tenha ratificado as convenções que tratam da imprescritibilidade dos crimes dessa espécie, é importante destacar que o crime de sequestro tem natureza permanente e, portanto, prazo de prescrição somente começa a fluir a partir da cessação da permanência. Donde a não ocorrência da prescrição, conforme precedentes específicos na Extradução 974/Argentina e na Extradução 1.150/Argentina.” (Brasil, Ministério Público Federal, 2012g, p. 3)

Naquele momento, no entanto, o Subprocurador-Geral da República entendeu que os crimes de tortura e de homicídio estavam prescritos, o que não era óbice ao pedido de Extradução. A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal acolheu a argumentação do MPF e deferiu o pedido de Extradução em julgamento de 18 de setembro de 2012, parcialmente para os crimes de sequestro. Trata-se, portanto, de caso similar ao das Extraduções nº 974 e nº 1.150, no qual a PGR e o STF acolheram a tese dos crimes permanentes para extraditar cidadãos para a Argentina pelo crime de sequestro. No entanto, ainda não havia acolhimento das teses de imprescritibilidade e impassibilidade de anistia para os crimes contra a humanidade como homicídio e demais crimes instantâneos.

Esta situação se altera na Procuradoria-Geral da República quando assume o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros. O atual PGR Rodrigo Janot Monteiro de Barros tomou posse em 17 de setembro de 2013 no cargo máximo do Ministério Público Federal. Na semana seguinte, em 24 de setembro de 2013, ele teve a oportunidade de apresentar manifestação no Pedido de Prisão Preventiva para Extradução nº 696, do nacional argentino Manuel Alfredo Montenegro, requisitado pela República Argentina. O cidadão foi acusado da prática dos crimes de privação ilegal de liberdade e tortura de três vítimas entre janeiro de 1972 e janeiro de 1977, durante a ditadura argentina. O juízo processante argentino qualificou tais condutas como crimes contra a humanidade, razão pelas quais são imprescritíveis.

Em manifestação com bastante espaço para fundamentação, o Procurador-Geral da República afirma que o pedido atende aos requisitos formais, aos requisitos de gravidade mínima e de correspondência das condutas no ordenamento jurídico brasileiro. O PGR afirma a invalidade de anistia para o fato em questão, por decisão da Suprema Corte daquele país em 2005, e porque a Lei de Anistia brasileira se refere somente a fatos ocorridos no Brasil.

No que diz respeito à prescrição, para o PGR uma questão jurídica distinta e independente do entendimento da recepção da Lei da Anistia pela Constituição, a Suprema

Corte argentina afirmou a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade praticados sob o regime autoritário. Janot entende que a imprescritibilidade também se aplica ao Brasil, pois “constitui uma norma imperativa de direito internacional, tanto de natureza principiológica quanto consuetudinária” (Brasil, Ministério Público Federal, 2013b, p. 11), do direito internacional dos direitos humanos. O PGR cita doutrina de M. Cherif Bassiouni e julgado da corte superior francesa, além da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Suprema Corte argentina, sobre o tema. Afirma:

“23. Na persecução de crimes contra a humanidade, em especial no contexto da passagem de um regime autoritário para a democracia constitucional, carece de sentido invocar o fundamento jurídico geral da prescrição, traduzido no brocardo *dormientibus non succurrit jus* e no postulado da preservação da segurança jurídica. Nos regimes autoritários, os que querem o socorro do direito contra os crimes praticados pelos agentes respectivos não deixam de obtê-lo porque estão dormindo, e sim porque estão de olhos fechados, muitas vezes vendados; não deixam de obtê-lo porque estão em repouso, e sim porque estão paralisados, muitas vezes manietados. Falar em sanção contra a inércia quando não é possível sair dela constitui, no mínimo, grave contrassenso e, no limite, hipocrisia hermenêutica. Não há segurança jurídica a preservar quando a iniciativa se volta contra o que constituiu pilar de sustentação justamente de um dos aspectos autoritários de regime que, para se instaurar, pôs por terra, antes de tudo, a mesma segurança jurídica. (Brasil, Ministério Público Federal, 2013b, p. 14)”

Percebe-se que, neste caso, o Procurador-Geral da República fez uma interpretação extensiva em relação às três Extradicações anteriores. Perante o STF, nas Extradicações anteriores, a Procuradoria-Geral da República defendia o caráter permanente do crime de sequestro qualificado, motivo pelo qual deveria ser afastada a extinção de punibilidade por prescrição. Neste momento, o PGR Rodrigo Janot está concordando com a qualificação das condutas praticadas sob o regime autoritário como crimes contra a humanidade. Estes seriam, por isso, imprescritíveis.

Até o fim de 2013, conforme se observa nas ações penais ajuizadas, a estratégia dos Procuradores brasileiros tinha sido de apresentar denúncias sobre os crimes de sequestro qualificado e ocultação de cadáver, crimes permanentes. A partir de 2014, no entanto, as ações penais ajuizadas pelo Ministério Público Federal também irão se estender para crimes instantâneos como os de homicídio, recorrendo à imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade.

Não foi possível obter notícias sobre o julgamento desta Prisão Preventiva no STF, embora notícia do Estadão de outubro de 2013¹⁶² indicasse que provavelmente o tribunal iria manter o entendimento que teve no julgamento da ADPF nº 153.

Sobre este julgamento, nas discussões sobre a constitucionalidade da Lei de Anistia, foram apresentados embargos de declaração na ADPF nº 153, ainda não julgados pelo STF, e também uma nova ADPF. Em 2014, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) apresentou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 320, com o escopo de obter tutela jurisdicional relativa a certos efeitos da Lei da Anistia em face do julgamento da CorteIDH no caso *Gomes Lund*.

Na ADPF, requer que o STF declare que a Lei da Anistia não se aplica aos crimes de graves violações de direitos humanos cometidos por agentes públicos na repressão política, e especialmente que não se aplica aos autores de crimes continuados ou permanentes. Além disso, postula que o tribunal determine a todos os órgãos do Estado brasileiro que façam cumprir os doze pontos decisórios da sentença da CorteIDH no caso *Gomes Lund*.

Sobre esta ADPF, a Presidência da República, o Congresso Nacional e a Advocacia-Geral da União já tinham se manifestado pelo não cabimento da ADPF quando os autos chegaram à Procuradoria-Geral da República para manifestação. A PGR apresentou Parecer em 28 de agosto de 2014, assinado pelo Procurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros. O Parecer opina pelo conhecimento parcial da arguição e pela procedência parcial do pedido.

Sobre o pedido principal relacionado à incidência da Lei de Anistia, o PGR recupera os pontos resolutivos da sentença da CorteIDH e sua interpretação de graves violações aos direitos humanos para recordar que foi fixada pela corte de direitos humanos a obrigação de promover a responsabilização penal das graves violações de direitos humanos cometidas por agentes do regime ditatorial dentro de quadro normativo que afasta a anistia e a prescrição, além de considerar que casos de desaparecimento forçado se tratam de crime permanente.

Rodrigo Janot recorda que, apesar do esforço do Ministério Público Federal, que naquele momento havia ajuizado 9 ações penais e tinha 187 investigações em andamento, diversas decisões de órgãos judiciais contrárias à sentença da CorteIDH impedem a persecução penal sob invocação de anistia e prescrição e ignoram a natureza de crime permanente do desaparecimento forçado, conforme aponta o PSOL na propositura da ADPF.

¹⁶² “Supremo deve manter anistia para torturadores”. O Estado de São Paulo, 18 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,supremo-deve-manter-anistia-para-torturadores,1087314>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

Para Janot, o Poder Judiciário tem desrespeitado a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, agredindo preceitos fundamentais constitucionais e as obrigações internacionais assumidas pelo Estado, como o efeito vinculante da sentença do caso *Gomes Lund* (Brasil, Ministério Público Federal, 2014b, p. 22).

Assim, o PGR discute a admissibilidade da ADPF, apontando como quatro sentenças de ações penais ajuizadas que obstaculizam a persecução penal são interpretações judiciais incompatíveis com preceitos fundamentais. Janot cita outras seis decisões de recebimento das denúncias para afirmar como há uma controvérsia constitucional que é elemento suficiente para garantir a admissibilidade da ADPF. Afirma que há violação dos preceitos dos artigos 1º, inciso I e II, 4º, inciso II, 5º, parágrafo 2º da Constituição e ao artigo 7º do ADCT¹⁶³.

Em seguida, Rodrigo Janot discute a inexistência de *bis in idem* em face da ADPF nº 153, pois o objeto das duas ADPFs é distinto. Na ADPF nº 153, declarou-se a constitucionalidade da Lei da Anistia; na ADPF nº 320, o objeto é o controle dos efeitos da Lei da Anistia em decorrência da decisão judicial vinculante da CorteIDH, com o objetivo de estabelecer os marcos do diálogo entre a jurisdição da CorteIDH e a jurisdição do Poder Judiciário Brasileiro. O PGR cita a teoria do duplo controle de André de Carvalho Ramos¹⁶⁴ para apontar que não existe conflito entre a decisão do STF na ADPF nº 153 e a da CorteIDH no caso *Gomes Lund*, visto que a finalidade essencial de ambos os tribunais é a proteção dos direitos humanos.

Na ADPF nº 153, o STF não se pronunciou sobre a compatibilidade da anistia com os tratados internacionais de direitos humanos. A decisão da CorteIDH é posterior e constitui ato jurídico novo ainda não apreciado pelo STF.

¹⁶³ Constituição da República de 1988: “Art. 1o. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; [...]. Art. 4o. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] II – prevalência dos direitos humanos; [...]. Art. 5o. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] § 2o. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. [...]”

¹⁶⁴ O STF realizou o controle de constitucionalidade nacional, enquanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos realizou controle de convencionalidade internacional. A norma precisa passar pelos dois controles para que sejam respeitados os direitos no Brasil, o que não ocorreu com a Lei da Anistia, que não passou pelo controle de convencionalidade. Segundo André de Carvalho Ramos, “a Constituição brasileira atual, ao estabelecer um Estado Democrático de Direito e o apego à primazia dos direitos fundamentais da pessoa humana, não pode ser vista como obstáculo a uma maior proteção da pessoa humana, obtida em dispositivos internacionais” (Ramos, 2011, p. 216).

“para garantir proteção judicial de vítimas de graves violações a direitos humanos, são inaplicáveis determinadas normas internas, entre elas preceitos de anistia, prescrição e coisa julgada. Nos demais casos, permanece de aplicação exclusiva o acórdão prolatado na ADPF nº 153 e demais óbices normativos existentes à responsabilização criminal” (Brasil, Ministério Público Federal, 2014b, p. 56).

Na análise do mérito da ADPF, o Procurador-Geral da República discute os seguintes pontos: preceitos fundamentais descumpridos; efeito vinculante da sentença da CorteIDH no Caso *Gomes Lund*; os crimes de graves violações de direitos humanos; o caráter de lesa-humanidade de crimes cometidos por agentes da ditadura brasileira de 1964; a eficácia temporal da Lei da Anistia e sua não incidência sobre crimes permanentes ainda não exauridos. É importante registrar cada uma das fundamentações, pois são as teses defendidas pelo Ministério Público Federal na persecução penal das graves violações de direitos humanos ocorridas no regime militar brasileiro, o objeto desta pesquisa, que atingiram o grau máximo de institucionalização. Primeiramente, o PGR argumenta:

“A inércia dos Poderes do Estado brasileiro e as interpretações e aplicações que eles têm extraído e implementado acerca da vinculatividade e do conteúdo da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso GOMES LUND VS. BRASIL deixam ao desamparo milhares de vítimas diretas e indiretas de atos ilícitos praticados por agentes do Estado brasileiro e seus colaboradores na época da ditadura militar de 1964-1985. Consoante salientam amplamente doutrina e jurisprudência, o déficit de proteção estatal às vítimas de crimes e graves violações de direitos humanos caracteriza omissão não permitida, vedada no Estado de direito pela proibição de proteção insuficiente” (Brasil, Ministério Público Federal, 2014b, p. 38).

Estariam violados os preceitos fundamentais contidos nos artigos 1º, III, 4º, I, e 5º, parágrafos 2º e 3º, da Constituição da República de 1988. O PGR argumenta que o princípio da dignidade humana é o fundamento de todos os direitos humanos e concentra o núcleo do sistema de direitos fundamentais e o centro da proteção dos indivíduos, consagrado no sistema internacional de direitos humanos. Por outro lado, ignorar a jurisdição da Corte Interamericana é negar a vigência dos dispositivos constitucionais que determinam a prevalência dos tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil.

O PGR passa, então, a discutir o efeito vinculante da sentença no caso *Gomes Lund* e argumenta que, desde o ato de reconhecimento da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2002, as decisões proferidas pela Corte têm força vinculante e cumprimento mandatório, de acordo com o artigo 68.1 da Convenção Americana de Direitos

Humanos¹⁶⁵ e com o artigo 7º do ADCT¹⁶⁶. Assim, o PGR afirma que são atos que se inserem no contexto do dever constitucional de proteção aos direitos humanos e de integração ao sistema internacional de jurisdição.

“houve decisão constitucional originária de inserir o Brasil na jurisdição de uma – ou mais – cortes internacionais de direitos humanos, o que constitui vetor interpretativo de conciliação do Direito e da jurisdição internos com o panorama normativo internacional a que o país se submeta” (Brasil, Ministério Público Federal, 2014b, p. 40).

Janot aponta que a CorteIDH, nos limites da sua competência, realizou o controle de convencionalidade e considerou a Lei da Anistia inválida e ineficaz. Afirma que, para que qualquer órgão judicial recuse o cumprimento da Convenção Americana de Direitos Humanos e da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, “haveria de existir vício constitucional formal ou material nos atos praticados pelas autoridades brasileiras que ratificaram a Convenção e reconheceram a jurisdição da Corte”. Ambos os atos, no entanto, foram aprovados de forma regular, seguindo o procedimento constitucional, pelo Congresso Nacional e ratificados por decretos presidenciais¹⁶⁷.

O PGR cita André de Carvalho Ramos para afirmar que “a Constituição brasileira atual, ao estabelecer um Estado Democrático de Direito e o apego à primazia dos direitos fundamentais da pessoa humana, não pode ser vista como obstáculo a uma maior proteção da pessoa humana, obtida em dispositivos internacionais” (Ramos, 2011, apud Brasil, Ministério Público Federal, 2014b, p. 45) e recorda de decisão da Suprema Corte argentina¹⁶⁸ que utiliza a mesma argumentação.

Assim, o PGR argumenta que a CorteIDH não substitui os tribunais internos, tampouco opera como tribunal de recursos ou de cassação dos tribunais internos, mas possui uma missão distinta de zelar pela observância das obrigações assumidas na Convenção Americana de Direitos Humanos.

¹⁶⁵ Convenção Americana de Direitos Humanos. Artigo 68.1: “Os Estados-partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes”.

¹⁶⁶ Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Artigo 7º: “O Brasil propugnar pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos”. Janot aponta, à luz deste artigo, que haveria inconstitucionalidade, na verdade, se o Brasil se omitisse em ingressar e participar do sistema interamericano de direitos humanos.

¹⁶⁷ Decretos Legislativos 27, de 26 de maio de 1992, e 89, de 3 de dezembro de 1998; e Decretos Presidenciais 678, de 6 de novembro de 1992, e 4.463, de 8 de novembro de 2002.

¹⁶⁸ Decisão da causa nº 259, de 24/08/2004, no julgamento das Leis “Ponto Final” e “Obediência Devida”: “de nada serviría la referencia a los tratados hecha por la Constitución si su aplicación se viera frustrada o modificada por interpretaciones basadas en uno u otro derecho nacional”.

É a partir deste quadro que Janot situa a ADPF e aponta o não cumprimento do decidido pela CorteIDH pelos diversos órgãos estatais, que recusam efeito vinculante à sentença internacional e impedem o prosseguimento da persecução penal por fundamentos de anistia, prescrição e coisa julgada, desrespeitando a obrigação internacional do Estado nos artigos 68.1 da CADH, artigo 7º do ADCT e artigos 5º, parágrafos 1º e 2º, e artigo 4º, inciso II da Constituição de 1988.

O PGR afirma que, se o STF admitir a permanência da incompatibilidade entre a Lei da Anistia e a sentença da Corte IDH, impor-se-ia a necessidade de denúncia integral da Convenção Americana de Direitos Humanos, tendo em vista que não se pode declarar inconstitucionalidade somente do artigo da jurisdição obrigatória da CorteIDH.

Sobre a discussão de que a CorteIDH carece de jurisdição sobre fatos anteriores a dezembro de 1998, quando o Brasil reconheceu a jurisdição obrigatória da Corte, o PGR apresenta a argumentação utilizada pela CorteIDH no caso *Almonacid Arellano*.

“as violações de direitos fundamentais objeto da sentença do caso GOMES LUND não dizem diretamente respeito a atos atentatórios à vida, à integridade física e à liberdade dos mortos e desaparecidos políticos, perpetrados nas décadas de 1970 e 1980, mas à omissão estatal em buscar o paradeiro dos desaparecidos e em investigar e promover a responsabilização penal dos agentes estatais envolvidos em graves violações a direitos humanos cometidas durante a ditadura militar. Essa omissão possui caráter permanente e prolonga-se até a presente data, motivo pelo qual a Corte IDH possui plena competência para decidir a respeito dos efeitos presentes da Lei 6.683/1979 e da omissão estatal em promover a persecução penal dos crimes cometidos no período, inclusive os de caráter instantâneo, quando imprescritíveis. (Brasil, Ministério Público Federal, 2014b, p. 58)”

Na sequência, o PGR discutirá o que são os crimes de graves violações a direitos humanos, categoria que não existe no sistema jurídico brasileiro, e o caráter de lesa-humanidade dos crimes cometidos por agentes da ditadura brasileira de 1964. O PGR aponta que o Ministério Público Federal em todas as denúncias ajuizadas fez correspondência entre os conceitos de graves violações de direitos humanos e os crimes de lesa-humanidade para fins de definição do objeto da persecução penal. Assim, em todas as ações penais ajuizadas houve referência ao contexto de ataque generalizado e sistemático contra a população civil em que os crimes foram praticados, classificando-os como delitos de lesa-humanidade na perspectiva do Direito Internacional, costumeiro ou convencional. Estes delitos, como tratado, são insuscetíveis de anistia e imprescritíveis.

É preciso, portanto, comprovar o contexto de ataque generalizado e sistemático contra a população civil. Para Rodrigo Janot, “foram as ações à margem da lei dos agentes estatais

que resultaram no cometimento de crimes de lesa-humanidade, de graves violações a direitos humanos, objeto da sentença da CorteIDH, objeto deste processo” (Brasil, Ministério Público Federal, 2014b, pp. 64-65).

“As atividades de persecução penal desenvolvidas pelo Ministério Público Federal (...) confirmam o que há muito constitui fato notório no que se refere à história do período: os métodos empregados na repressão aos opositores do regime militar exorbitaram a própria legalidade autoritária instaurada pelo golpe de 1964. Isso ocorreu, entre outros motivos, porque o objetivo primário do sistema não era a produção de provas válidas para serem usadas em processos judiciais, como seria de esperar, mas o desmantelamento, a qualquer custo, independentemente das regras jurídicas aplicáveis, das organizações de oposição, especialmente as envolvidas em ações de resistência armada. (...) Nesses termos, o respeito às garantias mais fundamentais das pessoas suspeitas ou presas era frequentemente letra morta para os agentes públicos envolvidos na repressão política. (...) importa enfatizar que torturas, mortes e desaparecimentos [forçados] não eram acontecimentos isolados no quadro de repressão política, mas a parte mais violenta e clandestina de um sistema organizado para suprimir a oposição ao regime, não raro mediante ações criminosas cometidas e acobertadas por agentes do Estado” (Brasil, Ministério Público Federal, 2014b, p. 64)

Rodrigo Janot recupera, então, as normas de direito costumeiro que qualificam desaparecimentos forçados, execuções sumárias, tortura e outros delitos cometidos em contexto de ataque sistemático ou generalizado à população civil como crimes de lesa-humanidade, citando ao menos onze normas aplicáveis¹⁶⁹. O PGR aponta que se avança para entendimento da não necessidade de se estar em guerra para caracterizar os crimes contra a humanidade, desde resoluções de Assembleia Geral da ONU de meados dos anos 1960 que passaram a dispensar o elemento contextual guerra. Além disso, aponta a Resolução 33/173 da Assembleia Geral da ONU, de 1978, que convoca os Estados a investigar e responsabilizar os crimes de desaparecimento forçado, toda a jurisprudência neste sentido da Corte Interamericana de Direitos Humanos¹⁷⁰ e precedentes das cortes supremas de Argentina,

¹⁶⁹ a) Carta do Tribunal Militar Internacional (1945); b) Lei do Conselho de Controle no 10 (1945); c) Princípios de Direito Internacional reconhecidos na Carta do Tribunal de Nuremberg e nos julgamentos do Tribunal, com comentários (International Law Commission, 1950); d) Relatório da Comissão de Direito Internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) (1954); e) Resolução 2184 (Assembleia Geral da ONU, 1966); f) Resolução 2202 (Assembleia Geral da ONU, 1966); g) Resolução 2338 (Assembleia Geral da ONU, 1967); h) Resolução 2583 (Assembleia Geral da ONU, 1969); i) Resolução 2712 (Assembleia Geral da ONU, 1970); j) Resolução 2840 (Assembleia Geral da ONU, 1971); k) Princípios de Cooperação Internacional na identificação, prisão, extradição e punição de pessoas condenadas por crimes de guerra e crimes contra a humanidade (Resolução 3074 da Assembleia Geral da ONU, 1973).

¹⁷⁰ Casos VELÁSQUEZ RODRÍGUEZ VS. HONDURAS, de 1989; BLAKE VS. GUATEMALA; BARRIOS ALTOS VS. PERU; BAMACA VELÁSQUEZ VS. GUATEMALA; TRUJILLO OROZA VS. BOLÍVIA; IRMÃS SERRANO CRUZ VS. EL SALVADOR; MASSACRE DE MAPIRIPÁN VS. COLÔMBIA; GOIBIRÚ

Chile, Uruguai, Peru e Colômbia que reconhecem o caráter de lesa-humanidade do desaparecimento forçado e a vedação de anistia e prescrição decorrentes (Brasil, Ministério Público Federal, 2014b, p. 80).

O PGR recupera, então, sua argumentação no Pedido de Prisão Preventiva para fins de extradição 696 e afirma que:

“É desnecessário dizer que, à parte iniciativas isoladas do próprio Ministério Público Federal na região de Marabá (PA) e malgrado as recomendações internacionais dirigidas ao Estado brasileiro desde meados da década de 1970, nenhuma investigação efetiva a respeito dos desaparecimentos forçados cometidos durante o regime de exceção fora feita até a sentença da Corte IDH no caso GOMES LUND (“GUERRILHA DO ARAGUAIA”) VS. BRASIL. (...) Dessa maneira, à luz da Constituição do Brasil, da reiterada jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da doutrina e da interpretação dada por diversas cortes constitucionais e organismos internacionais representativos, como a ONU, a atos semelhantes, e também por força dos compromissos internacionais do país e do ordenamento constitucional e infraconstitucional, os crimes envolvendo grave violação a direitos humanos perpetrados à margem da lei, da ética e da humanidade por agentes públicos brasileiros durante o regime autoritário de 1964-1985 devem ser objeto de adequada investigação e persecução criminal, sem que se lhe apliquem institutos como a anistia e a prescrição.” (Brasil, Ministério Público Federal, 2014b, pp. 74-84)

Por fim, o PGR discutirá a não incidência da Lei da Anistia sobre os crimes permanentes ainda não exauridos. Como o Brasil não concluiu o processo de ratificação das Convenções Internacional e Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas e ainda não aprovou os projetos em tramitação no Congresso Nacional para tipificação no direito interno, a forma que a 2CCR e a PGR utilizaram para investigar e denunciar estes casos, seguindo o disposto pela sentença da Corte IDH, foi adotar o entendimento do STF nas Extradicações nº 974, nº 1150 e nº 1278. Como discutido, as manifestações da PGR adotadas pelo STF nestes casos consideraram o desaparecimento forçado como sequestro qualificado, crime de natureza permanente e atual que afasta a regra de prescrição, assim como a extinção de punibilidade por anistia.

“Em sendo condutas que se protraem no tempo e por estarem a consumir-se enquanto a vítima não seja encontrada e enquanto não se puder aquilatar data provável de óbito, relativamente aos crimes permanentes de sequestro (desaparecimento forçado de pessoas), merece ser julgada procedente a ADPF para afastar qualquer interpretação que afirme estarem esses delitos atingidos pela Lei da

Anistia e que em razão dela reconheça extinção de sua punibilidade (Brasil, Ministério Público Federal, 2014b, pp. 92-93).

Assim, o PGR conclui o Parecer na ADPF nº 320 e opina:

“a) pelo não conhecimento do pedido cumulativo genérico veiculado na fl. 14 da petição inicial, consistente na determinação, pelo Supremo Tribunal Federal, de que “todos os órgãos do Estado brasileiro deem cumprimento integral” aos pontos decisórios da sentença do caso GOMES LUND;

b) pelo conhecimento parcial e pela procedência parcial da arguição de descumprimento de preceito fundamental, para que o Supremo Tribunal Federal dê ao art. 1º da Lei 6.683/1979 (Lei da Anistia), interpretação conforme a Constituição (art. 10, caput e § 3º, da Lei 9.882/1999), de maneira a excluir qualquer exegese que possa:

b.1) ensejar extinção de punibilidade de crimes de lesa-humanidade ou a eles conexos, cometidos por agentes públicos, civis ou militares, no exercício da função ou fora dela; e

b.2) acarretar a extensão dos efeitos da lei a crimes permanentes não exauridos até 28 de agosto de 1979 ou a qualquer crime cometido após essa data.

(...) Nos termos do art. 10 da Lei 9.882/1999, manifesta-se pela comunicação a todos os poderes de que a persecução penal de graves violações a direitos humanos deve observar os pontos resolutivos (...) da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos em face do Brasil no caso GOMES LUND, em razão de seus efeitos vinculantes para todos os órgãos administrativos, legislativos e judiciais do Estado brasileiro. (Brasil, Ministério Público Federal, 2014b, pp. 93-94)”

Este Parecer, perante o Supremo Tribunal Federal, do Procurador-Geral da República traduz a fundamentação mais avançada sobre a qual os Procuradores do Grupo de Trabalho Justiça de Transição conseguiram acumular pela persecução penal das graves violações de direitos humanos ocorridas no regime militar brasileiro. Em conjunto com a manifestação no Pedido de Prisão Preventiva para Extradicação nº 696, também assinada pelo PGR Rodrigo Janot, a fundamentação do GTJT atingiu o maior grau de institucionalização, sendo acolhida e defendida pelo Procurador-Geral da República perante o STF. Trata-se, assim, de alteração da posição que o Ministério Público Federal apresentou perante o STF na ADPF nº 153 em abril de 2010.

O Parecer de Janot, portanto, é fundamentado nas teses de direitos humanos, qualifica as graves violações de direitos humanos durante a ditadura como imprescritíveis e impassíveis de anistia por se tratarem de crimes contra a humanidade, e aponta a obrigação do Estado brasileiro de cumprir a decisão da CorteIDH, que realizou o controle de convencionalidade da Lei de Anistia. Assim, incorpora todas as teses do GTJT. Ou seja, este posicionamento favorável do PGR simboliza a mudança institucional e completa um movimento de anos de

um conjunto de procuradores favoráveis à persecução criminal dos agentes da ditadura, que foram fortalecidos desde 2010 com a sentença da CorteIDH.

Patrus (2015, p. 131) chama a atenção para o fato de que o PGR Rodrigo Janot utilizou como parâmetro a Constituição de 1988 para afirmar que descumprir a decisão da CorteIDH seria desrespeitar o direito constitucional, tendo em vista o *status* constitucional das normas de tratados internacionais de direitos humanos, assim como entendeu que a omissão estatal seria uma violação ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Como observaremos no próximo capítulo, os recursos nos casos de Rubens Paiva e de Edgar Aquino de Duarte chegaram à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Nestes dois casos, o PGR Rodrigo Janot também apresentou esta argumentação perante o Supremo Tribunal Federal.

Capítulo 4. As ações penais ajuizadas na Justiça Federal

A ideia central desta pesquisa é de que a condenação do Brasil em dezembro de 2010 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso *Gomes Lund* impactou diretamente o trabalho do Ministério Público Federal. Já vimos que, em 2011, houve a criação, no âmbito da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, do Grupo de Trabalho Justiça de Transição (GTJT) para trabalhar com os casos relativos às graves violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar.

No final do segundo capítulo, observamos que as primeiras representações criminais, propostas ainda antes da condenação pela Corte IDH entre os anos de 2008 e 2010, foram iniciativas feitas pelos Procuradores Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga. Naquele momento, as teses dos procuradores não foram aceitas por diversos procuradores naturais, que receberam aquelas representações e realizaram promoções de arquivamentos.

Vamos agora verificar como as denúncias ofertadas a partir de 2012 incorporam as argumentações, a decisão da Corte Interamericana e como são afetadas as iniciativas dos Procuradores, agora coordenados pelo Grupo de Trabalho Justiça de Transição. Neste momento, em razão da grande quantidade de procedimentos investigatórios criminais instaurados e em andamento, selecionaremos somente as denúncias ajuizadas na Justiça Federal pelo Ministério Público Federal a partir de 2012. Assim, buscaremos entender a argumentação dos procuradores e os desdobramentos nesta nova fase.

4.1. As sete ações penais de 2012 e 2013: a tese dos crimes permanentes

Em um primeiro momento, como discutimos, as denúncias oferecidas trataram somente dos crimes permanentes de sequestro e ocultação de cadáver. Veremos agora como estas denúncias se desenvolveram.

1º caso. Maria Célia Corrêa, Hélio Luiz Navarro de Magalhães, Daniel Ribeiro Callado, Antônio de Pádua e Telma Regina Cordeiro Corrêa¹⁷¹

¹⁷¹ Autos nº 0001162-79.2012.4.01.3901

Em 14 de março de 2012, a Procuradoria da República no Município de Marabá/PA protocolou uma denúncia¹⁷² na 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá. O caso diz respeito a fatos ocorridos no âmbito da Guerrilha do Araguaia e tem como denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura, um dos líderes do Exército Brasileiro na repressão à guerrilha entre 1970 e 1975. As vítimas são cinco militantes do PCdoB membros da guerrilha, capturados entre janeiro e setembro de 1974 e desaparecidos desde então. O crime imputado é o de sequestro qualificado por maus tratos (art. 148, *caput* e parágrafo 2º do Código Penal).

Os esforços iniciais desta ação penal ocorreram com a instauração do Procedimento Investigatório Criminal 1.23.001.000180/2009-14 em 2009 na PRM-Marabá, “a fim de se apurar o desaparecimento forçado e a execução sumária de pessoas no âmbito da repressão política à Guerrilha do Araguaia” (Brasil, Ministério Público Federal, 2014a, p. 97). Na investigação, foram colhidas informações que ajudassem na descoberta do paradeiro dos guerrilheiros e na aferição da responsabilidade dos militares, produzidos relatórios internos, resgatados relatórios e depoimentos de outros órgãos e instituições, compiladas matérias jornalísticas e obras bibliográficas, além de ouvidas 121 testemunhas, a maioria camponeses moradores da região e militares conscritos à época dos fatos (Brasil, Ministério Público Federal, 2014a, pp. 98-103). 28 destes foram arrolados como testemunhas na ação penal.

Os Procuradores relacionam a denúncia e o trâmite da ação penal com a obrigação estipulada pela CorteIDH no julgamento do Caso *Gomes Lund*, afirmando que o Estado brasileiro tem a responsabilidade internacional de cumprir a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, por ter ratificado e aprovado a Convenção Americana de Direitos Humanos e se submetido voluntariamente à jurisdição da CorteIDH.

Os Procuradores afastam óbice da denúncia com a decisão do STF na ADPF nº 153, por se tratarem os crimes da denúncia de sequestros, crimes permanentes não alcançados pela Lei de Anistia. O MPF chama atenção ao fato de que o STF, no julgamento das Extradicações nº 974 em 2009 e nº 1.150 em 2011, decidiu de forma similar sobre extradição de agentes argentinos envolvidos em episódios de sequestro e desaparecimento forçado de vítimas. O STF afirmou que a natureza permanente do delito afasta a regra de prescrição.

“por se tratar de violações graves de direitos humanos, e considerando, na espécie, a natureza dos fatos e o caráter continuado e especialmente permanente do desaparecimento forçado (sequestro), o Estado não poderá aplicar a Lei de Anistia em benefício dos autores, bem como nenhuma outra disposição análoga, prescrição,

¹⁷² A denúncia foi assinada pelos procuradores André Casagrande Raupp, Andrey Borges de Mendonça, Felício Pontes Jr., Ivan Cláudio Marx, Sergio Gardenghi Suiama, Tiago Modesto Rabelo e Ubiratan Cazetta.

irretroatividade da lei penal, coisa julgada, *ne bis in idem* ou qualquer excludente similar de responsabilidade para eximir-se dessa obrigação (...) Deste modo, enquanto não houver absoluta certeza da morte, mediante identificação de seus restos mortais ou por outro meio suficiente capaz de determinar as circunstâncias desses eventos (corpo de delito indireto), descabe presumir que as vítimas tenham sido mortas (executadas) ou falecido por causas naturais. Penalmente, há apenas a certeza da ocorrência dos sequestros qualificados, ainda em execução, pois que se trata de delito de caráter permanente. (Brasil, Ministério Público Federal, 2012b, pp. 2-7)”

Ainda assim, o MPF destaca que cabe à CorteIDH fazer o controle de convencionalidade da Lei de Anistia, de forma vinculante, pela teoria do duplo controle. Sendo assim, o julgamento do STF não esgota o controle da validade da Lei de Anistia para o MPF. Além disso, aponta que os delitos foram cometidos em contexto de ataque generalizado e sistemático contra uma população civil, em tempos de guerra ou de paz, o que caracteriza os fatos como crimes contra a humanidade pelas normas do direito internacional desde 1945. Estes crimes são imprescritíveis e impassíveis de anistia, e na denúncia o MPF recupera entendimento da Suprema Corte argentina e da CorteIDH que corroboram este raciocínio. Assim, inexistiria óbice ao andamento da ação penal.

O MPF utiliza a sentença da CorteIDH, julgamento do Tribunal Federal de Recursos e do Superior Tribunal de Justiça e decisão da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para afirmar a competência da Justiça Federal para julgar os crimes narrados. Na sequência, o MPF afirma que o denunciado ocupava posição de destaque, detinha amplo domínio dos fatos e exercia o comando dos agentes mobilizados para promover o sequestro e maus-tratos das vítimas, atos que não encontram autorização na legislação vigente. Assim, não se poderia afastar a culpabilidade do denunciado por suposta obediência à ordem de superior hierárquico. Por fim, os Procuradores pleiteiam Medida Cautelar para proibir que o denunciado ingresse no estado do Pará, pois sua presença na região prejudicaria a continuidade das investigações e comprometeria instrução processual.

Em 16 de março de 2012, o Juiz Federal João César Otoni de Matos, da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Marabá proferiu decisão em que rejeita a denúncia (Brasil, Justiça Federal, 2012a), entendendo que os fatos estariam abarcados no âmbito de incidência da Lei de Anistia. Além disso, argumenta que os fatos denunciados não se amoldam ao tipo de sequestro, mas sim ao de homicídio, restando abarcados tanto pela anistia, citando a decisão do STF na ADPF 153, quanto pela prescrição. O juiz argumenta que, ainda que se considerasse a aplicabilidade do crime de sequestro aos fatos, a permanência do sequestro teria cessado em 1995 com a edição da Lei Federal nº 9.140, que reconhece como mortos uma série de desaparecidos políticos. Ainda que se considerasse esta data como início da contagem

do prazo prescricional do crime de homicídio, os crimes já estariam prescritos para o magistrado.

Em 26 de março de 2012, o Ministério Público Federal recorreu da decisão por meio de um Recurso em Sentido Estrito – RESE ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em 29 de agosto de 2012, a Juíza Federal Nair Cristina Corado Pimenta de Castro, em juízo de retratação, reconsiderou a decisão de rejeição anterior da denúncia e recebeu a inicial acusação, determinando a citação do réu para apresentação da defesa preliminar. Na decisão (Brasil, Justiça Federal, 2012c), a magistrada indica estarem presentes as condições da ação e os pressupostos de admissibilidade do processo penal, afastando a alegação de impossibilidade jurídica do pedido e argumentando que a incidência de anistia e de reconhecimento oficial da morte das vítimas diz respeito ao mérito da causa, não à admissibilidade. Além disso, aponta que a conclusão de que as vítimas já estão todas mortas não passa de uma presunção desprovida de indícios.

Em 30 de outubro de 2012, a defesa do réu impetrou o *Habeas Corpus* nº 0068063-92.2012.4.01.0000 perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, objetivando o trancamento da Ação Penal. A defesa alega prescrição, pois já teriam se passado trinta anos do sequestro; que se trata de crime político, anistiado pela Lei de Anistia; que o STF reconheceu a validade da Lei de Anistia no julgamento da ADPF nº 153; que houve reconhecimento das mortes das pessoas pela Lei nº 9140/95. Em 19 de novembro de 2012, o Desembargador Olindo Menezes concedeu a liminar pleiteada e suspendeu o processo penal até o julgamento do mérito da impetração, argumentando que a decisão da Corte IDH não interfere no direito de punir do Estado, nem na decisão do STF sobre a matéria.

Os autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República da 1ª Região e distribuídos ao PRR Paulo Queiroz. Em parecer de 17 de dezembro de 2012, o Procurador opinou pelo prosseguimento da ação penal e pela denegação do *Habeas Corpus*. Paulo Queiroz argumentou que o crime imputado classifica-se como crime contra humanidade e que a natureza permanente e atual do crime de sequestro afasta a ocorrência da prescrição e da anistia. Segundo ele, a pretensão deduzida na denúncia é legítima e juridicamente plausível, e que há ausência de prova da morte das vítimas sequestradas. No parecer, o procurador enfatiza a exigência de que as violações a direitos humanos sejam penalmente sancionadas “para *accountability*, para acabar com a impunidade, para a reconstrução das relações entre o Estado e seus cidadãos e para a criação de instituições democráticas”. O PRR ainda afirma a natureza cogente do dever internacional de reprimir os crimes contra a humanidade desde a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e da Declaração Universal dos

Direitos Humanos, das quais o Brasil é signatário, além da das Resoluções editadas pela Assembleia Geral da ONU em 1967 e 1973, o que obriga o Estado brasileiro a apurar e punir estes crimes, sobretudo no caso dos autos, por força de decisão proferida pela CorteIDH relativa à Guerrilha do Araguaia. O procurador defende, portanto, que

“É justo, legal e necessário que a ação penal tenha regular prosseguimento, a fim de que, iniciada a instrução, o MP possa fazer prova dos fatos articulados na denúncia. Ademais, precipitar, como se pretende, um juízo de certeza quanto às mortes das pessoas ditas sequestradas, negando ao órgão da acusação a possibilidade mínima de provar suas alegações, constitui manifesta arbitrariedade, incompatível com os princípios que informam o devido processo constitucional e o contraditório, especialmente” (Brasil, Ministério Público Federal, 2012k).

Em 18 de novembro de 2013, a 4ª Turma do TRF1 concedeu a ordem de *habeas corpus* e trancou a Ação Penal, sob os argumentos de que os crimes estão prescritos e anistiados, e de que a decisão da CorteIDH não interfere no direito de punir do Estado, nem na eficácia da decisão do Supremo na ADPF 153. Houve voto divergente do Desembargador Ítalo Mendes.

Em 14 de janeiro de 2014, o Ministério Público Federal opôs embargos de declaração contra a decisão, assinados pela Procuradora Regional da República Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento. Em decisão de 15 de julho de 2014, a 4ª Turma do TRF1 por unanimidade rejeita os embargos de declaração. Como Curió conseguiu o trancamento do processo, notícia de janeiro de 2015 informa que o MPF tentava levar o caso ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal¹⁷³. Assim, Recursos Especial e Extraordinário foram interpostos pelo MPF.

2º caso. Aluízio Palhano Pedreira Ferreira¹⁷⁴

Trata-se de denúncia ajuizada¹⁷⁵ pelo Ministério Público Federal em 24 de abril de 2012 e distribuída à 10ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária de São Paulo. Os denunciados são Carlos Alberto Brilhante Ustra e Dirceu Gravina, aos quais foram imputados

¹⁷³ “MPF entra na Justiça contra dois militares por crimes no Araguaia”. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/01/mpf-entra-na-justica-contra-dois-militares-por-crimes-no-araguaia-6909.html>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

¹⁷⁴ Ação Penal nº 0004204.32.2012.403.6181

¹⁷⁵ A denúncia foi assinada pelos Procuradores Thamea Danelon Valiengo, Sergio Gardenghi Suiama, Andrey Borges de Mendonça, Ivan Cláudio Marx, Tiago Modesto Rabelo, André Casagrande Raupp, Eugênia Augusta Gonzaga e Inês Virgínia Prado Soares

os crimes dos artigos 148, *caput* e parágrafo 2º do Código Penal (sequestro qualificado) em razão do desaparecimento forçado de Aluízio Palhano Pedreira Ferreira.

A vítima, militante da VPR, foi sequestrada em 6 de maio de 1971. Na ação penal, o MPF acusa Carlos Ustra de ser o autor da privação ilegal da liberdade de Aluízio Palhano, mediante sequestro, em caráter permanente desde aquela data, inicialmente nas dependências do DOI-CODI do II Exército, o qual Ustra comandava à época dos fatos. A vítima sofreu maus tratos que lhe infligiram gravíssimo sofrimento físico e moral, pelo que consta nos autos, o que garante a circunstância qualificadora do delito de sequestro. Dirceu Gravina, o outro denunciado, integrava uma das equipes de interrogatórios do DOI-CODI do II Exército e era delegado de Polícia Civil do Estado de São Paulo quando a denúncia foi apresentada. É acusado de ser o coautor do sequestro da vítima e dos maus tratos. As acusações são amparadas no depoimento de testemunhas.

Na Denúncia (Brasil, Ministério Público Federal, 2012d), o MPF afirma a natureza permanente e atual do crime de sequestro da vítima¹⁷⁶, que remanesce, para fins penais, privado ilegalmente de sua liberdade, motivo pelo qual a contagem do prazo prescricional da pretensão punitiva estatal ainda não teria se iniciado. Além disso, os delitos não exauridos antes de 1979, como é o delito da denúncia, estão fora do âmbito normativo da Lei de Anistia. Os Procuradores afirmam que não se pode ignorar o efeito vinculante da sentença da CorteIDH no Caso *Gomes Lund* e que a Denúncia é ato processual voltado ao cumprimento parcial da obrigação imposta ao Estado brasileiro. Qualificam os fatos imputados como crimes contra a humanidade, imprescritíveis e impassíveis de anistia, e afirmam a competência da Justiça Federal para julgá-los.

Em 22 de maio de 2012, o juiz federal Márcio Rached Millani rejeita a denúncia, com fundamento na falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal (art. 395, II do Código de Processo Penal) e falta de justa causa para o exercício da ação penal (art. 395, III do CPP). O magistrado argumenta que o STF na decisão sobre a ADPF 153 anistiou os crimes praticados durante o período do regime militar e que os precedentes das Extradicações nº 974 e nº 1.150 citados pelo MPF apenas admitiram a subsistência, em tese, dos sequestros cometidos no país vizinho, o que seria diferente do juízo de admissibilidade da ação penal então apresentada. O magistrado afirma que a imputação não encontra amparo na realidade fática, pois é improvável que a vítima ainda esteja viva e mantida privada de sua

¹⁷⁶ Para isso, recupera argumentação do STF no julgamento das Extradicações nº 974 e nº 1.150, conforme tratado no caso anterior.

liberdade pelos denunciados. Segundo ele, a Lei Federal nº 9.140/95 teria encerrado a permanência do sequestro ao reconhecer a vítima como morta e, assim, o fato criminoso estaria prescrito. A decisão afirma não haver como negar a aplicação ao julgado do STF.

O MPF interpôs, então, um Recurso em Sentido Estrito contra a decisão, requerendo o recebimento da denúncia. No recurso, ressaltou que a Lei nº 9.140/95

“não poderia considerar a vítima como morta para fins de fazer cessar o crime contra ela praticado, em razão da ausência de provas ou laudo, ainda que indireto, que ateste as circunstâncias do falecimento. (...) Dadas as circunstâncias do desaparecimento da vítima, não se pode abortar a persecução penal lançando-se mão dessa odiosa presunção de morte” (Brasil, Ministério Público Federal, 2012e).

Os Procuradores argumentam que o Juízo, assim como os Ministros do STF, deveriam fazer análise de recebimento da denúncia, pois não se está julgando ainda o crime. Afirmam que os

“órgãos integrantes do sistema de Justiça brasileiro não podem recusar a sentença condenatória da CorteIDH sob a alegação de prevalência do direito constitucional interno, pois é este mesmo direito constitucional que vinculou o Estado à autoridade do tribunal internacional” (Brasil, Ministério Público Federal, 2012e)

Na argumentação dos Procuradores, não se trata de questão de soberania ou de conflito entre duas instâncias, pois houve filiação do Brasil à CorteIDH e sua decisão deve ser cumprida, sem que se alegue que o STF deve primeiramente reanalisar a questão. Os Procuradores, fazendo uso das normas de Direito Internacional Público, argumentam que uma declaração de inconstitucionalidade do Brasil deveria considerar a necessidade de denunciar integralmente a Convenção Americana de Direitos Humanos, conforme dispõe a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados.

Em juízo de retratação, o juiz federal Márcio Rached Millani mantém a decisão que rejeita a denúncia, fundamentando que “caberia ao MPF, uma vez que a Lei atestou que a vítima está morta, provar o contrário”. O juiz argumenta que “a ação penal não tem por objetivo realizar tais buscas e averiguações”, para as quais existe o inquérito. Para ele, a ação deveria ser proposta apenas quando ultrapassada essa fase, e não como meio para a colheita de provas que já deveriam ter sido produzidas.

“Ingenuidade seria acreditar ser a ação penal instrumento hábil para desvendar fatos ocorridos há mais de quarenta anos que, não obstante todos os esforços até hoje empreendidos, não foram esclarecidos” (Brasil, Justiça Federal, 2012b)

A decisão do juiz ainda reafirma a necessidade de respeitar a decisão do STF, e questiona a decisão da CorteIDH, tendo em vista que o Brasil teria se vinculado voluntariamente às decisões da CorteIDH somente para fatos ocorridos após 1998, o que não se aplica a este caso.

Em 24 de setembro de 2012, o RESE interposto pelo MPF foi distribuído à 2ª Turma do TRF da 3ª Região. Em 06 de outubro de 2012, o Procurador Regional da República Orlando Martello opinou pelo provimento do recurso (Brasil, Ministério Público Federal, 2012i). Argumenta que o caso em pauta não pode ser abrangido pela anistia por se tratar de crime permanente, não se devendo afastar o dever estatal de persecução penal visto que a ausência de prova de morte torna o desaparecido vivo para fins penais. O Procurador argumenta que, ainda que se entenda pela prevalência da abstrata presunção de morte da vítima dada em 1995, nesta data já vigorava a previsão de imprescritibilidade contida no artigo 5º, inciso XLIV, da Constituição de 1988¹⁷⁷. A esta previsão constitucional, soma-se o fato de que o sequestro em pauta qualifica-se como crime contra a humanidade, que é imprescritível. Sendo assim, o crime é considerado imprescritível pela Constituição e pelo Direito Internacional, e a denúncia deveria ser recebida. No recurso, o Procurador cita ainda o artigo 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 para alegar que o direito constitucional vinculou o Estado à autoridade do tribunal internacional.

Em 09 de abril de 2013, a 2ª Turma do TRF da 3ª Região negou provimento ao recurso do MPF e manteve a sentença de 1º grau, por maioria de 2 votos a 1. No acórdão, a fundamentação é de que a denúncia não pode ser recebida em razão da extinção de punibilidade pela prescrição e também a anistia. Para ser acolhida, a tese do MPF demandaria a situação de que a vítima ainda está privada de sua liberdade e que os recorridos detêm o poder de fazer cessar a conduta que lhes é imputada, o que seria inconcebível. O acórdão ainda rejeita que se ignore os prazos prescricionais previstos no Código Penal e afirma que a regra do artigo 5º, inciso XLIV da Constituição de 1988, que prevê hipótese de imprescritibilidade, não pode retroagir. Afirma que a decisão da ADPF nº 153 tem eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, atrelando os demais órgãos do Poder Público e cabendo ao STF eventual revisão, e afirma ainda que a promulgação do reconhecimento da competência obrigatória da CorteIDH ocorre para fatos posteriores a 1998. Instaurar ação penal seria

¹⁷⁷ Brasil, Constituição Federal, 1988. Artigo 5º, inciso XLIV. “Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”. O MPF cita argumentação do Juiz Federal da 7ª Vara Federal Criminal de São Paulo Ali Mazloum na decisão sobre o caso Flávio Carvalho Molina, que faz referência a esta norma constitucional para afirmar que, durante a consumação do crime permanente, surgiu nova norma que previu sua imprescritibilidade.

violação dos princípios da legalidade e da taxatividade. Assim o recurso foi desprovido, sendo vencido o Desembargador Cotrim Guimarães.

O MPF, por meio do Procurador Regional da República João Francisco Bezerra de Carvalho, opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados pela turma do TRF3 em 18 de julho de 2013. Notícia de 2013 aponta que o MPF tentava levar o caso ao STJ¹⁷⁸. O MPF ingressou com Recurso Especial em 25 de outubro de 2013.

3º caso. Divino Ferreira de Souza¹⁷⁹

Em 16 de julho de 2012, o Ministério Público Federal¹⁸⁰ apresentou nova denúncia à 2ª Vara Federal de Marabá no contexto da Guerrilha do Araguaia. Ao denunciado, Lício Augusto Maciel, foi imputado o crime de sequestro qualificado por maus tratos (art. 148, *caput* e parágrafo 2º do Código Penal).

A vítima, Divino Ferreira de Souza, era militante do PCdoB membro da guerrilha no Araguaia e foi sequestrado pelo grupo militar chefiado pelo denunciado, Lício Augusto Maciel, em 14 de outubro de 1973. Foi preso com vida, levado à base militar chamada Casa Azul e desde então não se teve mais notícias de seu paradeiro, conforme consta nos autos. Lício Augusto Maciel, um dos comandantes dos grupos de combate do Exército na região, era o comandante da tropa que promoveu a emboscada na qual Divino Ferreira de Souza foi sequestrado.

Na Denúncia, o MPF constrói argumentação similar aos dois casos anteriores, que também se referiam a crimes de sequestro. Relaciona a denúncia com a obrigação do Estado brasileiro de cumprimento da sentença da CorteIDH, afirma a não ocorrência de prescrição e a inaplicabilidade de anistia aos crimes em questão, permanentes e não exauridos até a data da denúncia, afirma que são crimes contra a humanidade, que é competência da Justiça Federal julgá-los e que não se pode falar em obediência hierárquica devida, pelos mesmos motivos apresentados na Denúncia contra Curió.

Em 29 de agosto de 2012, a juíza titular da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Marabá, Nair Cristina Corado Pimenta de Castro recebeu a denúncia e deu início à ação penal. A juíza

¹⁷⁸ “MPF vai recorrer ao STJ contra agentes da ditadura acusados de sequestro de sindicalista”. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/04/mpf-vai-recorrer-ao-stj-contr-agentes-da-ditadura-acusados-de-sequestro-de>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

¹⁷⁹ Ação Penal nº 0006232-77.2012.4.01.3901

¹⁸⁰ A denúncia foi assinada pelos procuradores André Casagrande Raupp, Andrey Borges de Mendonça, Felício Pontes Jr., Ivan Cláudio Marx, Luana Vargas Macedo, Marlon Alberto Weichert, Melina Alves Tostes, Sérgio Gardenghi Suiaama, Tiago Modesto Rabelo e Ubiratan Cazetta

reitera os argumentos que utiliza nos autos da ação penal anterior contra Sebastião Curió, e aponta que naquela fase processual não incidem as causas de extinção da punibilidade de anistia e prescrição, afirmando ainda que não há informação segura a respeito da morte de Divino Souza. O réu foi regularmente citado. Em novembro de 2013, a defesa entrou com *Habeas Corpus* no Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília, com pedido para que o processo fosse cancelado. O pedido foi aceito em outubro de 2014. O MPF recorreu ao TRF1 da decisão¹⁸¹.

4º caso. Edgar de Aquino Duarte¹⁸²

Em 17 de outubro de 2012, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia¹⁸³ contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, Alcides Singillo e Carlos Alberto Augusto pelo sequestro qualificado de Edgar de Aquino Duarte¹⁸⁴ (art. 148, *caput* e parágrafo 2º do Código Penal e art. 29 do CP).

Na denúncia (Brasil, Ministério Público Federal, 2012j), o Ministério Público Federal acusa o réu Carlos Alberto Brilhante Ustra de “ser o autor e possuir o domínio do fato penalmente típico na privação ilegal da liberdade da vítima Edgar de Aquino Duarte”, conforme registros da prisão da vítima no DOI-CODI quando Ustra era comandante do órgão e testemunhos. Alcides Singillo era delegado do DEOPS e as provas contidas nos autos comprovam sua participação no sequestro. O réu Carlos Alberto Augusto foi responsável pela captura e pela ocultação da vítima, conforme provas produzidas nos autos.

Como o caso se trata mais uma vez de crime de sequestro, o MPF apresenta a mesma argumentação dos três casos anteriores. Para esta denúncia, à defesa da natureza permanente do crime de sequestro, não exaurido, e de que não é possível reconhecer juridicamente a morte da vítima, soma-se entendimento idêntico do STF no julgamento da Extradicação nº

¹⁸¹ “MPF denuncia militares por homicídios durante a Guerrilha do Araguaia”. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/mpf-denuncia-militares-por-homicidios-durante-a-guerrilha-do-araguaia>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

¹⁸² Ação Penal nº 0011580-69.2012.4.03.6181

¹⁸³ A denúncia foi assinada pelos Procuradores Sergio Gardenghi Suiama, Thamea Danelon Valiengo, Ivan Cláudio Marx, Tiago Modesto Rabelo, Marlon Alberto Weichert, André Casagrande Raupp, Andrey Borges de Mendonça e Inês Virgínia Prado Soares.

¹⁸⁴ A vítima teve atuação na revolta dos marinheiros de 1964 contra o Golpe de Estado que depôs João Goulart. Retornou ao Brasil em 1968 e viveu clandestinamente em São Paulo, sem militância política, até ser preso pelo DEOPS em 3 de junho de 1971, conforme constam nos autos. Nos autos constam ficha individual do preso no DOI-CODI e no DEOPS, ofício entre os dois órgãos e diversos arquivos que registram que Edgar foi sequestrado e mantido encarcerado desde 13 de junho de 1971, primeiramente no DOI-CODI e depois no DEOPS em São Paulo. Além disso, há depoimentos de sete testemunhas sobre a prisão da vítima.

1.278, de setembro de 2012, além das Extradicações nº 974 e nº 1.150, que já eram citadas nas denúncias anteriores. Além disso, o MPF caracteriza o crime como crime contra a humanidade, insuscetível de anistia ou prescrição, por estar inserido em contexto de ataque generalizado e sistemático contra a população civil. Estes entendimentos fazem o MPF afastar a prescrição e a anistia da pretensão punitiva estatal. Além disso, os Procuradores lembrar a obrigação internacional do Estado brasileiro de cumprir a sentença da CorteIDH, vinculante a todos os Poderes. Por fim, o MPF afirma a competência da Justiça Federal para julgar o caso.

Distribuída à 9ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária de São Paulo, a denúncia foi integralmente recebida pelo juiz federal Hélio Egydio de Matos em 23 de outubro de 2012 (Brasil, Justiça Federal, 2012e). Na decisão, o juiz afirma que o crime de sequestro é permanente e sobre ele não incide início de prazo prescricional, cita entendimento do STF nas Extradicações nº 974 e nº 1.150 de que o desaparecimento forçado equipava-se ao crime de sequestro e que somente uma sentença na qual esteja fixada a data provável do óbito é apta a fazer cessar a permanência do crime de sequestro. Lembra que os crimes de homicídio e lesões corporais foram anistiados pela Lei de Anistia, mas que a natureza do delito de sequestro se protraí no tempo e se prolonga até hoje, não lhe cabendo anistia. Afirma que a Lei nº 9.140 reconhece a morte presumida de pessoas desaparecidas no âmbito civil, para facilitar o pagamento de indenizações, e não gera efeitos penais, não podendo ser utilizado “para exonerar o Estado de seu dever irrenunciável de assegurar proteção às vítimas”. Reforça que o Brasil reconhece a jurisdição obrigatória da CorteIDH. O juiz aponta que o sequestro da vítima está bem demonstrado nos autos, pela documentação relativa a Edgar e pela “farta prova testemunhal”, sem que haja notícia ou indício de que Edgar tenha sido efetivamente morto. Reconhece ainda que há indícios suficientes de autoria contra os acusados.

Após os réus apresentarem resposta à acusação, postulando absolvição sumária, a Justiça Federal de Primeiro Grau rejeitou todos os pontos da defesa dos acusados em setembro de 2013, ratificou o recebimento da denúncia e designou audiência para oitiva das testemunhas para dezembro de 2013. Em 2014, prosseguiram as audiências para a oitiva de testemunhas¹⁸⁵.

A defesa dos réus apresentou, então, a Reclamação Constitucional nº 19.760 ao Supremo Tribunal Federal. A Ministra Rosa Weber concedeu liminar para suspender a ação

¹⁸⁵ “Testemunhas em processo sobre crime na ditadura serão ouvidas em setembro”. Disponível em: <<http://www.jfsp.jus.br/20140403-audienciaditadura/>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

penal em 23 de abril de 2015, suspendendo audiências previstas para ouvir os réus naquele mês. A ministra Rosa Weber destacou que o mérito da Reclamação é objeto de dois processos pendentes de julgamento pelo Plenário do STF: os embargos de declaração na ADPF nº 153 e a ADPF nº 320¹⁸⁶. A ação penal foi, portanto, sobrestada.

Em 15 de junho de 2015, o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot apresentou Parecer ao STF (Brasil, Ministério Público Federal, 2015e) em que retoma a argumentação por ele defendida na ADPF nº 320, manifesta-se pela improcedência da Reclamação e pede urgência no julgamento, “especialmente diante do fato de que o sequestro ocorreu no ano de 1971 e que diversas testemunhas e, inclusive, os imputados se encontram com avançada idade”.

Posteriormente, diante da morte de Ustra no dia 15 de outubro de 2015, a Reclamação foi extinta e a Ação Penal voltou a tramitar. Em 02 de dezembro de 2015 foi proferida sentença de extinção da punibilidade de Ustra (Osório, 2016, p. 125).

5º caso. Hirohaki Torigoe¹⁸⁷

Em 29 de abril de 2013, o Ministério Público Federal apresentou denúncia¹⁸⁸ contra Carlos Alberto Brilhante Ustra e Alcides Singillo pelo crime de ocultação de cadáver (art. 211 do Código Penal) cometido contra Hirohaki Torigoe. Os réus são acusados de terem dolosamente deixado de realizar a comunicação, a correta identificação e localização do corpo à família da vítima, ao cemitério onde supostamente foi sepultado, e ao cartório de registro civil onde o óbito foi registrado, contribuindo para a ocultação dos restos mortais de Hirohaki Torigoe, até hoje não encontrados.

A vítima era militante do Molipo, e foi assassinada em 05 de janeiro de 1972, quando estava em poder do Estado. A investigação do MPF apura e registra nos autos que a vítima foi clandestinamente sepultada com nome falso, *modus operandi* empregado pelos agentes da repressão para a ocultação dos cadáveres das vítimas e eliminação dos vestígios dos crimes, visto que a identidade de Torigoe era ampla e previamente conhecida pelos órgãos da

¹⁸⁶ “Liminar suspende ação penal contra coronel Brilhante Ustra”. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=290297>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

¹⁸⁷ Ação Penal nº 0004823-25.2013.4.03.6181

¹⁸⁸ A denúncia foi assinada pelos procuradores Thamea Danelon Valiengo, Sergio Gardenghi Suiama, Andrey Borges de Mendonça, Ivan Cláudio Marx, André Casagrande Raupp, Tiago Modesto Rabelo, Marlon Alberto Weichert e Antonio do Passo Cabral.

repressão política. A família só teve notícia da morte da vítima duas semanas após o fato através da imprensa.

Na denúncia, o MPF registra que foi elaborada no DEOPS requisição de exame necroscópico ideologicamente falsa e o que registro de óbito indica sepultamento em local não indicado no Cemitério de Perus. Os laudos periciais e a certidão de óbito foram lavrados com base em dados falsos, embora o MPF apresente provas de que havia conhecimento da verdadeira identidade, o que “prova a conduta dolosa, comissiva por omissão, consistente na deliberada ausência de comunicação oficial (...) da identidade do cadáver periciado” (Brasil, Ministério Público Federal, 2013c). O MPF afirma que há provas suficientes nos autos de que autoridades do DEOPS concorreram para o resultado naturalístico consistente na ocultação do cadáver e deixaram de cumprir sua obrigação legal de promover a devida retificação dos dados falsos do falecido. A troca dolosa de nomes foi realizada com o intuito de dificultar a localização do paradeiro do morto, de acordo com o MPF. Apesar de Inquérito Civil Público instaurado pela Procuradora Eugenia Gonzaga com o objetivo de localização do paradeiro dos restos mortais da vítima, até hoje permanecem os restos mortais da vítima ocultos para todos os fins, inclusive penais, de acordo com o MPF.

Distribuída à 5ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária de São Paulo, a denúncia foi recebida em 3 de maio de 2013 pela juíza Adriana Freisleben de Zanetti. Em janeiro de 2014, no entanto, o juiz federal substituto Fernando Américo de Figueiredo Porto declarou extinta a punibilidade dos réus por prescrição, afirmando que a ocultação de cadáver é um crime instantâneo com efeitos permanentes, cuja “consumação se dá a partir do momento em que o cadáver está desaparecido” (Brasil, Justiça Federal, 2014a).

O Ministério Público Federal recorreu ao TRF3. Em decisão de 1º de dezembro de 2014, o TRF3 determinou que a denúncia fosse recebida e julgada, reformando a decisão da Justiça Federal de Primeiro Grau. O Parecer da PRR Rose Santa Rosa afirmava que o crime de ocultação de cadáver é crime permanente contra a humanidade, sendo imprescritível, e destacou ainda as obrigações internacionais do Estado brasileiro, argumentação acolhida pela maioria da 5ª Turma do TRF3¹⁸⁹. Os réus opuseram embargos infringentes, admitidos em 18 de fevereiro de 2015.

¹⁸⁹ “Coronel Ustra e delegado Singillo responderão por crime cometido na ditadura”. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/noticias-r3/coronel-ustra-e-delegado-singillo-responderao-na-justica-federal-em-sao-paulo-por-crime-cometido-na-ditadura>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

6º caso. Mário Alves de Souza Vieira¹⁹⁰

Em 14 de maio de 2013, o Ministério Público Federal apresentou denúncia¹⁹¹ contra Luiz Mário Valle Correia Lima, Roberto Augusto de Mattos Duque Estrada, Dulene Aleixo Garcez dos Reis e Valter da Costa Jacarandá pela prática do crime de sequestro qualificado (art. 148, *caput* e parágrafo 2º do Código Penal) cometido contra Mário Alves de Souza Vieira.

A vítima, militante do PCBR, foi presa e levada ao DOI-CODI do Rio de Janeiro, no quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército em 16 de janeiro de 1970, torturada durante toda a madrugada, segundo testemunhos contidos nos autos, e levada para local incerto pelos denunciados. Está desaparecida desde então. O MPF afirma que as provas testemunhais obtidas e os elementos de prova documental possibilitaram a identificação precisa dos sequestradores e torturadores da vítima. Os Procuradores realizam a tipificação penal dos fatos como crime de sequestro em razão da incerteza e impossibilidade de reconhecimento do óbito da vítima, e recuperam precedentes do STF no julgamento das três extradições mencionadas anteriormente, citando também as decisões da Justiça Federal em Marabá de receber as duas denúncias contra Sebastião Curió e Lício Maciel¹⁹² (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2013d).

Em 5 de junho de 2013, a denúncia foi rejeitada pelo juiz federal Alexandre Libonati de Abreu, da 2ª Vara Criminal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro. Na decisão, o magistrado argumenta que caberia ao MPF provar a permanência do crime imputado até aquela data. Para Abreu, a Lei nº 9.140/95 teria institucionalizado juridicamente a morte da vítima. Além disso, o juiz afirma que o crime de sequestro é subsidiário em relação a outros delitos, pois a narrativa da denúncia “conduz não à vontade deliberada dos denunciados privarem a liberdade de Mário Alves, mas ao cerceamento como meio de submetê-lo à tortura para obter informações em razão de sua atividade político-partidária”. O MPF teria feito uma inversão indevida quando atribui relevância ao sequestro em detrimento dos maus tratos, objetivando adequar a conduta a um crime de natureza permanente, de forma a evitar o fenômeno da prescrição e a eficácia da Lei de Anistia. Os maus tratos sofridos pela vítima não

¹⁹⁰ Ação Penal nº 0801434-65.2013.4.02.5101

¹⁹¹ A denúncia foi assinada pelos procuradores Antonio do Passo Cabral e Luiz Fernando Lessa.

¹⁹² Nesta denúncia, o Ministério Público Federal requer ainda a perda do cargo público dos denunciados, cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de reforma remunerada de que disponham, que sejam despidos de medalhas ou condecorações e a fixação de valor mínimo de dano cível equivalente ao que a União Federal indenizou a família da vítima com base na Lei nº 9.140/95.

seriam qualificadores do crime de sequestro, mas o verdadeiro mote de agir para a privação da liberdade. Entretanto, como não havia tipo penal próprio para a tortura, os fatos se enquadrariam no crime de homicídio ou de lesão corporal seguida de morte, ambos já anistiados e prescritos.

O magistrado rejeita o argumento de que o delito imputado constitui crime contra a humanidade e afirma que “tal incidência retroativa (...) estaria maculada pelo mesmo arbítrio característico do regime ditatorial combatido” (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2014a). Por fim, nega efeito vinculante à sentença da CorteIDH, afirmando que a Corte não decidiu acerca dos fatos tratados na denúncia, que o caráter das sentenças do tribunal internacional é meramente declaratório e que a decisão do caso *Gomes Lund* é de eficácia duvidosa, pois há um conflito de hierarquia e temporal, e que se seguida a orientação defendida pelo MPF haverá instabilidade jurídica.

Contra a decisão de 1º grau, o MPF apresentou um Recurso em Sentido Estrito ao TRF2. A Procuradora Regional da República Adriana de Farias Pereira manifestou-se favoravelmente ao recurso ministerial, afirmando que o juiz Abreu “fugiu à tarefa de analisar se há requisitos para dar início à ação penal, optando por uma decisão definitiva, com forte característica de sentença absolutória” (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2014a), que a decisão impediu a produção de provas e não respeitou o princípio do devido processo legal.

O TRF da 2ª Região negou o provimento do recurso e a Procuradoria Regional da República da 2ª Região interpôs novo recurso aos tribunais superiores. Em 27 de fevereiro de 2015, o Ministro Newton Trisotto do Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso em decisão monocrática. Os autos foram remetidos ao Supremo Tribunal Federal, onde ainda aguardam apreciação.

7º caso. Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado¹⁹³

Em 19 de dezembro de 2013, o Ministério Público Federal apresentou Denúncia¹⁹⁴ contra Epaminondas Pereira do Nascimento ao Juízo Federal da Vara Única da Subseção Judiciária de Rio Verde em Goiás. Ao denunciado é atribuída a ocultação dos cadáveres de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado, desde o dia 17 de maio de 1973. Militantes do Molipo, Thomaz e Machado foram metralhados por agentes da repressão na Fazenda Rio

¹⁹³ Processo nº 0003088-91.2013.4.01.3503

¹⁹⁴ Denúncia assinada pelo Procurador da República em Rio Verde/GO Wilson Rocha Assis.

Doce, no município de Rio Verde/GO, para onde tinham se mudado em maio de 1973. O então delegado de polícia do município Epaminondas Pereira do Nascimento determinou o enterro do corpo dos jovens.

O Procurador Wilson Rocha Assis aponta que foi instaurado Inquérito Civil nº 1.18.003.000011/2013-01 em fevereiro de 2013 para apurar as circunstâncias do assassinato dos dois militantes, com base nas informações contidas em publicações da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Entre maio e setembro de 2013, o procurador realizou oitiva de testemunhas que confirmam que Epaminondas Pereira do Nascimento, o denunciado, ordenou o sepultamento dos corpos das duas vítimas. Além disso, anexou aos autos documento do Serviço Nacional de Informações atestando a participação do denunciado na ocultação dos dois cadáveres.

As notícias de que as covas foram violadas e as ossadas foram levadas para local incerto e não sabido por supostos agentes policiais em julho de 1980 levaram à instauração de um Inquérito Policial de nº 754/80 naquele ano. Após investigações e oitivas de testemunhas, o Inquérito Policial foi remetido ao Ministério Público Federal em 1984, que requisitou novas diligências por parte da Polícia Federal. Relatório policial concluiu que a conduta de Epaminondas Nascimento estava acobertada pela Lei de Anistia e que não havia elementos da autoria do delito de nova ocultação de cadáveres em julho de 1980. Os autos foram remetidos novamente ao Ministério Público Federal e, em 1986, o PGR substituto determinou o arquivamento dos autos e a remessa para a Justiça Estadual, o que foi acolhido pela Justiça Federal. Em janeiro de 2003, a Justiça Estadual arquivou os autos deste inquérito.

O Procurador Wilson Rocha Assis denuncia Epaminondas Pereira do Nascimento, atestando que há indícios suficientes da autoria delitiva da ocultação de cadáveres através de três depoimentos colhidos nos autos do Inquérito Policial de 1980 e do Inquérito Civil de 2013. A ocultação de cadáveres possui natureza permanente e incorre nas penas previstas no artigo 211 do Código Penal. Por isso, requer a instauração da ação penal com o recebimento da denúncia (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2013e).

A denúncia foi recebida pelo Poder Judiciário em janeiro de 2014, mas o caso foi declinado à Justiça Estadual por decisão do Juiz Federal José Mauro Barbosa em 26 de agosto de 2014 (cf. Brasil, Justiça Federal, 2014d). Em setembro de 2015, o Juiz Eduardo Alvares de

Oliveira, da Justiça Estadual de Goiás, declinou competência e remeteu os autos de volta à Justiça Federal¹⁹⁵.

No Ofício nº 1238/2015 – GAB/ICM/PRDF, o Procurador Ivan Cláudio Marx informa que a 2CCR deferiu sugestão de que fossem também denunciados os anteriores crimes de homicídio praticados contra Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado (Brasil, Ministério Público Federal, 2015c). Não foi possível obter mais informações sobre o acolhimento pela PRM-Rio Verde.

4.2. As ações penais a partir de 2014: a ampliação da argumentação

Veremos a partir de agora as denúncias apresentadas pelo Ministério Público Federal a partir de 2014. Nelas, o MPF apresenta denúncias referentes a outros crimes que não somente sequestro e ocultação de cadáver, os crimes permanentes.

8º caso. Riocentro¹⁹⁶

Em 13 de fevereiro de 2014, o Ministério Público Federal apresentou Denúncia¹⁹⁷ em face de Wilson Luiz Chaves Machado, Claudio Antonio Guerra, Nilton de Albuquerque Cerqueira, Newton de Araújo de Oliveira e Cruz, Edson Sá Rocha e Divany Carvalho Barros. O caso diz respeito a fatos ocorridos em 30 de abril de 1981, quando duas bombas explodiram no Riocentro durante um show, uma dentro de um carro no estacionamento do local, ferindo o denunciado Wilson Luiz Chaves Machado e matando Guilherme Pereira do Rosário, e outra na subestação de eletricidade do Riocentro, sem causar vítimas.

Aos denunciados são imputados cinco crimes. Primeiramente, Wilson Luiz Chaves Machado, Claudio Antonio Guerra, Nilton de Albuquerque Cerqueira e Newton de Araújo de Oliveira e Cruz teriam incorrido duas vezes, uma para cada bomba detonada, no artigo 121, parágrafo 2º, I e III, c/c art. 12, II, e art. 25 do Código Penal por homicídio doloso tentado, duplamente qualificado pelo motivo torpe e por uso de explosivo. Este último teria incorrido

¹⁹⁵ Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/99995553/djgo-secao-iii-15-09-2015-pg-2517>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

¹⁹⁶ Autos nº 0005684-20.2014.4.02.000

¹⁹⁷ Denúncia assinada pelos Procuradores Antonio do Passo Cabral, Sergio Gardenghi Suiama, Ana Claudia de Sales Alencar, Tatiana Pollo Flores, Marlon Alberto Weichert e Andrey Borges de Mendonça.

ainda no art. 11 do Código Penal por ter se omitido de forma penalmente relevante no lançamento das bombas, sendo que por ser dirigente do SNI possuía o dever legal de agir para evitar o resultado e, porque, com seu comportamento anterior, criou o risco de produção do resultado. O segundo crime atribuído aos três primeiros denunciados é de incorrer no crime de transporte de explosivos, previsto no artigo 253 c/c artigo 25 do Código Penal, assim como Newton de Araújo de Oliveira e Cruz figurou como agente garantidor incorrendo também no artigo 11 do CP. O terceiro crime, imputado aos denunciados Wilson Luiz Chaves Machado, Claudio Antonio Guerra, Nilton de Albuquerque Cerqueira, Edson Sá Rocha e Newton Araújo de Olivera e Cruz no período entre o início de 1980 e junho de 1981 é o de associação criminosa armada, previsto no artigo 288 do Código Penal. O quarto crime imputado é o delito de favorecimento pessoal, artigo 348 do Código Penal, pois o denunciado Newton Araújo de Oliveira e Cruz teria identificado dois elementos que participaram do ataque à bomba, deixou de prendê-los, omitiu-se em comunicar, escondeu suas identidades e ocultou paradeiro. Finalmente, o quinto crime imputado pelo Ministério Público Federal é o de fraude processual, artigo 347 do Código Penal, contra Divany Carvalho Barros que, em conjunto com outro agente já falecido, retirou provas do local do crime.

Na Denúncia, o MPF discute a competência da Justiça Federal para processar e julgar, afirmando que a competência não pertence à Justiça Militar e citando a sentença da CorteIDH no caso *Gomes Lund* para defender o julgamento pela justiça comum. Lembra que o caso Riocentro teve duas investigações, em 1981 e em 1999, arquivadas pelo Superior Tribunal Militar. Os Procuradores apontam que, em 1999, a 2CCR do MPF tinha entendido ser de competência militar a apuração dos delitos, tendo declinado a atribuição para a justiça militar e remetido os autos nº 08100.007174/96-39 para a Procuradoria-Geral da Justiça Militar, por haver entendido se tratar de crime contra a segurança nacional. Além de discordar de tal interpretação, na nova Denúncia os Procuradores destacam que tal entendimento foi anulado pela própria 2CCR em 2014 por meio do Procedimento Administrativo nº 1.00.000.016562/2013-42. Para a reabertura das investigações, o MPF defende que foram obtidos novos documentos e encontradas novas testemunhas que não haviam deposto nos dois inquéritos anteriores, e que a decisão de desarquivamento cabe ao Ministério Público.

O MPF defende que inexistente coisa julgada neste caso, pois a decisão do STM em 1999 de arquivamento é inválida, visto que a 2CCR anulou o declínio de atribuição do MPF em 2014. Além disso, a decisão de arquivamento de inquérito não é decisão jurisdicional de mérito. Afirma que não pode ser aplicada a Lei de Anistia, pois o caso trata de crimes praticados em período posterior ao abrangido pela Lei. O MPF defende ainda a

imprescritibilidade dos delitos imputados, pois caracteriza todos eles como ocorridos dentro de um contexto de ataque sistemático de agentes do Estado contra a população e, sendo assim, caracterizados como crimes contra a humanidade no direito costumeiro internacional. Os Procuradores afirmam a decisão da Corte IDH no caso *Gomes Lund*, que a sentença tem força vinculante a todos os Poderes do Estado brasileiro. Além disso, apontam que a própria Constituição de 1988, no artigo 5º, XLIV traz regra de imprescritibilidade incidente sobre a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o regime democrático (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2014c).

Observa-se que esta denúncia diz respeito a fatos ocorridos em 1981, portanto depois da Lei de Anistia, e é a primeira denúncia em que o MPF imputa crimes que não sejam o de sequestro e o de ocultação de cadáver¹⁹⁸. A denúncia foi recebida em 13 de maio de 2014 pela Juíza Federal Ana Paula Vieira de Carvalho da 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. Na decisão, a Juíza afirma a competência da Justiça Federal para processar o caso e a inexistência de coisa julgada e afirma a imprescritibilidade dos delitos, por se caracterizarem como crimes contra a humanidade e, assim, imprescritíveis pelas normas de direito costumeiro internacional e pela decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Brasil, Justiça Federal, 2014b). A defesa impetrou *habeas corpus* para o trancamento da ação penal ao TRF2, ao qual a PRR2 elaborou parecer contrário.

Em 2 de julho de 2014, no entanto, a 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu a respeito do *Habeas Corpus* impetrado em favor dos denunciados. Por dois votos a um, ordenou o trancamento da ação penal proposta, considerando que os crimes, por não configurarem crimes contra a humanidade, estariam prescritos¹⁹⁹.

9º caso. Rubens Paiva²⁰⁰

¹⁹⁸ Na denúncia, o Ministério Público Federal requer ainda algumas medidas típicas de ações cíveis, como mencionado no capítulo anterior: que o Exército brasileiro encaminhe as folhas de alteração dos denunciados e das testemunhas, requer ainda, nos termos do art. 71, I c/c art. 68, I do Código Penal, a perda do cargo público dos denunciados, o cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de reforma remunerada, bem como que sejam despidos das medalhas e condecorações obtidas, e a fixação de um valor de dano cível a ser pago pelos denunciados, nos termos do art. 387, IV, do Código de Processo Penal.

¹⁹⁹ Neste aspecto, os desembargadores discutem que os crimes contra a humanidade exigem o vínculo das ações a uma política estatal oficial. Para o MPF, é o que ocorre neste caso, pois os agentes atuaram com aprovação e apoio das autoridades mais elevadas, as quais ordenaram a suspensão do policiamento ostensivo da PMERJ no dia do atentado, deixaram de impedir o crime tendo conhecimento prévio da ação, suprimiram provas do local e influenciaram o Inquérito Militar de 1981 para encobrir a verdade dos fatos.

²⁰⁰ Ação Penal nº 0023005-91.2014.4.02.510

Em 19 de maio de 2014, o Ministério Público Federal apresentou Denúncia²⁰¹ em face de José Antonio Nogueira Belham, Rubens Paim Sampaio, Raymundo Ronaldo Campos, Jurandyr Ochsendorf e Souza, e Jacy Ochsendorf e Souza pela prática de quatro condutas criminosas relacionadas ao caso de Rubens Paiva, ex-deputado sequestrado em 20 de janeiro de 1971 por agentes da repressão e levado às dependências do DOI-CODI.

A primeira imputação é de homicídio doloso qualificado (artigo 121, parágrafo 2º, I, III e IV do CP), cometido entre os dias 21 e 22 de janeiro de 1971 por José Antonio Nogueira Belham e Rubens Paim Sampaio, em concurso com outros quatro agentes já falecidos, contra a vítima Rubens Beyrodt Paiva nas dependências do DOI-CODI no Rio de Janeiro, por motivo torpe, com o emprego de tortura e mediante recurso que tornou impossível a defesa do ofendido. A segunda imputação, esta atribuída aos cinco acusados, é de ocultação do cadáver (artigo 211 do CP) da vítima, delito de natureza permanente cometido em concurso com outros seis agentes já falecidos. A terceira imputação, atribuída à Raymundo Ronaldo Campos, Jurandyr Ochsendorf e Souza, e Jacy Ochsendorf e Souza, em concurso com outro agente já falecido, é de fraude processual (artigo 347 do CP), pelo fato de os acusados terem inovado artificialmente o estado ao falsamente afirmarem que a vítima se evadira do DOI e ao realizarem combustão de veículo para induzir em erro o perito e o órgão jurisdicional competente para processar e julgar o crime de homicídio cometido. Por fim, a quarta imputação aos cinco acusados é de terem, em conjunto com outros nove agentes já falecidos, se associado, de maneira estável e permanente, em quadrilha armada (artigo 288 do CP) para cometer crimes como sequestros, homicídios e ocultações de cadáver. A Denúncia descreve todos os fatos penalmente relevantes para a ocorrência dos delitos e reúne provas documentais e depoimentos de testemunhas para sustentar as imputações²⁰².

Na Denúncia, o MPF defende a competência absoluta da Justiça Federal comum para o julgamento da causa, afirma a não incidência de anistia e prescrição como causas de extinção de punibilidade, por tratarem de condutas cometidas em contexto de ataque sistemático e generalizado contra a população civil, sendo assim caracterizadas como crimes contra a humanidade. Assim, por força da sentença da CorteIDH no caso *Gomes Lund* e nos

²⁰¹ Denúncia assinada pelos Procuradores Sergio Gardenghi Suíama, Antonio do Passo Cabral, Tatiana Pollo Flores, Ana Claudia de Sales Alencar, Andrey Borges de Mendonça e Marlon Weichert.

²⁰² Assim como na Denúncia do Caso Riocentro, neste caso o MPF também requer, nos termos do art. 71, I c/c art. 68, I do Código Penal, a perda do cargo público dos denunciados, o cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de reforma remunerada, bem como que sejam despidos das medalhas e condecorações obtidas, e a fixação de um valor de dano cível a ser pago pelos denunciados, nos termos do art. 387, IV, do Código de Processo Penal. Requer, ainda, que seja judicialmente requisitado ao Exército Brasileiro a íntegra das folhas de alterações dos denunciados, assim como dos militares já falecidos e das testemunhas.

termos do direito penal internacional costumeiro cogente, não protegidos das regras de anistia e prescrição. O MPF sustenta, portanto, os efeitos jurídicos da qualificação dos fatos como graves violações a direitos humanos e como delitos de lesa-humanidade e afirma o dever do Estado brasileiro de promover a investigação e a responsabilização criminal dos autores, bem como a força vinculante da sentença da CorteIDH a todos os Poderes do Estado brasileiro e a ausência de conflito com o julgamento do STF na ADPF nº 153, resgatando, para isso, a teoria do duplo controle (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2014d).

Em decisão de 26 de maio de 2014, o Juiz Federal da 4ª Vara Criminal Federal do Rio de Janeiro Caio Márcio Gutterres Taranto recebe a denúncia do MPF contra os cinco acusados. Na decisão, o Juiz reafirma a competência da Justiça Federal para o caso, afasta a possibilidade de incidência de anistia pela interpretação que faz de que a Lei nº 6.683, a Emenda Constitucional nº 26/1985 e o Artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) são inaplicáveis aos crimes cometidos por militares puníveis com base em lei ordinária, afirma a não extinção de punibilidade por se tratarem de crimes contra a humanidade acolhendo a argumentação do MPF e aponta ainda a força da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, promulgada em 1989, para não prescrição do crime de homicídio qualificado por tortura (cf. Brasil, Justiça Federal, 2014c).

A defesa dos acusados impetrou *Habeas Corpus* para trancamento da Ação Penal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Em 29 de agosto, o Desembargador Federal Relator Messod Azulay concedeu a liminar para suspender o curso da ação penal até o julgamento do mérito pela Turma.

Em 4 de setembro de 2014, a PRR Silvana Batini Cesar Góes apresentou Parecer pela revogação da liminar para que fosse autorizada a retomada da instrução criminal. No Parecer, a PRR argumenta que há um risco da perda da prova testemunhal, pelo fato de três testemunhas estarem em idade avançada e com doença grave, e que seria urgente a oitiva destas testemunhas para preservação da prova. Além disso, a PRR afirma que a ocultação de cadáver, em especial, é crime de caráter permanente e que, por isso, foge totalmente ao âmbito da ADPF nº 153 julgada pelo STF, que não discutiu o alcance da Lei de Anistia sobre os crimes permanentes. A ADPF nº 320 apresentada ao STF tem, entre seus objetivos, declarar que a Lei de Anistia não se aplica sobre tais crimes, e é tema, portanto, em aberto e a ser apreciado pelo STF.

“(...) está evidenciado que a invocação da ANISTIA como óbice ao prosseguimento da ação não pode prevalecer. Afinal, esta questão encontra-se em aberto no próprio

STF. A cautela recomenda, no mínimo, que se aguarde o julgamento da ADPF”. (Brasil, Ministério Público Federal, 2014e, p. 15)

A PRR resgata parecer ofertado pelo PGR Rodrigo Janot na ADPF nº 320 e retoma ainda a cota denuncial apresentada pela Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que sustenta a imprescritibilidade, pois os crimes imputados na denúncia configuram graves violações a direitos humanos e são crimes de lesa-humanidade. Lembra que esta argumentação foi acolhida pelo Juízo da 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. Afasta ainda a alegada incompetência da Justiça Federal para o caso e a pretensa impossibilidade de convocação de Júri Federal.

Em 10 de setembro de 2014, a 2ª Turma Especializada do TRF2 por unanimidade revogou a liminar, denegou o pedido de *habeas corpus* e determinou o prosseguimento da ação declarando “inocorrente a prescrição em relação aos delitos permanentes e aqueles que por sua forma e modo de execução configuram crimes de lesa-humanidade, evidenciando a inaplicabilidade da lei de anistia ao presente caso” (cf. Ivan Marx, 2014c). Essa decisão marca a primeira vitória da tese ministerial na segunda instância do judiciário e a primeira vez que um tribunal brasileiro reconheceu as violações de direitos humanos cometidas por agentes da repressão como crimes contra a humanidade (cf. Schallenmüller, 2015, p. 159).

A defesa apresentou a Reclamação nº 18.686 ao Supremo Tribunal Federal. Em 29 de setembro de 2014, o Ministro Teori Zavascki determinou a suspensão da ação penal²⁰³. O ministro argumentou que o recebimento da Denúncia é incompatível com a decisão do STF no julgamento da ADPF nº 153. O Ministério Público Federal requereu em setembro de 2015 a oitiva de testemunhas antes do julgamento do mérito da Reclamação, por conta da idade avançada e estado delicado de saúde, o que foi concedido por liminar do Ministro Teori Zavascki. Em 25 de novembro de 2015, o Ministro Teori Zavascki determinou que o Juízo de Primeiro Grau se abstenha de inquirir testemunhas para produção antecipada de provas para além das três especificadas na liminar de setembro de 2015²⁰⁴.

Em 1º de dezembro de 2014, o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros apresentou Parecer ao STF, em que defende a improcedência da Reclamação e pede urgência sobre o julgamento. O PGR utiliza a mesma argumentação discutida no Parecer da ADPF nº 320.

²⁰³ “Liminar suspende ação penal sobre desaparecimento de Rubens Paiva”. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=276263>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

²⁰⁴ “Juiz deve ouvir apenas testemunhas listadas pela PGR no caso Rubens Paiva”. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=304838>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

“10. É necessário urgente apreciação do caso, diante do fato relevante de pender produção de prova testemunhal de pessoas com idade muito avançada, o que pode ensejar perecimento de provas a serem angariadas para demonstrar as acusações constantes da denúncia” (Brasil, Ministério Público Federal, 2014h).

10º caso. Luiz Eduardo Merlino²⁰⁵

Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (2015a) aponta que os dados obtidos na audiência de testemunhas do processo movido na área cível pela família Merlino, bem como nas audiências das comissões da verdade, permitiram que os familiares representassem ao Ministério Público Federal em 9 de dezembro de 2011, com ampla documentação para instauração de investigação criminal. Três anos depois estas informações permitiram o oferecimento de denúncia.

Em 22 de setembro de 2014, o Ministério Público Federal apresentou Denúncia²⁰⁶ em desfavor de Carlos Alberto Brilhante Ustra, Dirceu Gravina, Aparecido Laertes Calandra e Abeylard de Queiroz Orsini. Aos quatro denunciados foram imputadas duas condutas criminosas cometidas contra Luiz Eduardo da Rocha Merlino²⁰⁷. A vítima, militante do Partido Operário Comunista, foi presa por militares cinco dias após retornar ao Brasil de um período na França. Foi levado ao DOI-CODI em São Paulo, de onde nunca mais voltou, no dia 15 de julho de 1971. A primeira imputação, atribuída aos três primeiros denunciados, é de homicídio doloso qualificado, por motivo torpe, com o emprego de tortura, mediante recurso que tornou impossível a defesa do ofendido. A segunda imputação, atribuída a Abeylard de Queiroz Orsini, médico legista, em concurso com outro médico já falecido, é de falsidade ideológica, pela omissão em documento público e declaração falsa e diversa no Laudo de Exame Necroscópico n. 30.487, referente ao assentamento do registro civil da vítima. A denúncia defende que as duas condutas imputadas foram cometidas no contexto de um ataque sistemático e generalizado à população civil²⁰⁸.

²⁰⁵ Autos nº 0012647-98.2014.4.03.6181

²⁰⁶ A denúncia foi assinada pelos Procuradores Andrey Borges de Mendonça, Anderson Vagner Gois dos Santos, Antonio do Passo Cabral, Ivan Cláudio Marx e Sergio Gardenghi Suiama.

²⁰⁷ Na Denúncia, o Ministério Público Federal requer ainda a perda do cargo público dos denunciados (art. 71, inciso I, c.c. art. 68, inciso I do CP), cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de reforma remunerada de que disponham, bem como que sejam despidos das medalhas e condecorações obtidas. Requer, ainda, o reconhecimento na dosagem da pena das circunstâncias agravantes.

²⁰⁸ O texto descreve os fatos referentes ao sequestro, à tortura e aos maus tratos que foram a causa da morte da vítima nas dependências do DOI-CODI e à falsidade da versão criada de fuga e atropelamento de Merlino cometidos pelos denunciados, assim como a materialidade delitiva sustentada por testemunhos, especialmente o

A Denúncia recorda que a família Merlino entrou com ação na área cível em agosto de 2008 em face de Carlos Alberto Brilhante Ustra, visando indenização por danos morais pela morte Luiz Eduardo Merlino. O denunciado foi condenado em primeira instância e consignado responsável pelos sofrimentos infligidos e pela morte da vítima. Também em 2008, o denunciado foi condenado em outra ação declaratória movida por cinco membros da família Almeida Teles que o acusaram de tortura.

Na cota introdutória, o MPF afirma a competência absoluta da Justiça Federal comum para o julgamento da causa, defende a não incidência das causas de extinção de punibilidade como anistia e prescrição, caracteriza os delitos como crimes contra a humanidade pelo contexto em que foram cometidos, retoma os efeitos jurídicos de tal interpretação previstos no direito costumeiro internacional cogente e na decisão da CorteIDH no caso *Gomes Lund*, bem como sua força vinculante. Por fim, a Denúncia defende a teoria do duplo controle e chama atenção para o Parecer do PGR Rodrigo Janot na ADPF nº 320, apresentado no mês anterior e que sustenta estas teses jurídicas (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2014f).

Em 30 de setembro de 2014, o Juiz Federal Substituto Fábio Rubem David Müzel da 1ª Vara Federal Criminal de São Paulo rejeitou a Denúncia oferecida pelo MPF. Na fundamentação, o juiz decide pela extinção de punibilidade em decorrência da concessão de anistia aos crimes políticos e conexos a estes praticados pelos agentes civis e militares garantida pela Lei nº 6.683/1979, considerando a ampla abrangência do conceito jurídico de anistia, ainda que para os crimes contra a humanidade imputados, aponta que a Emenda Constitucional nº 26/1985 reafirmou a concessão de anistia e destaca o julgamento da ADPF nº 153 pelo STF, que possui eficácia contra todos e efeito vinculante (cf. Brasil, Justiça Federal, 2014e).

Em 2 de outubro de 2014, o MPF ingressou com Recurso em Sentido Estrito ao TRF3. No RESE, o MPF retoma os fatos apresentados na Denúncia de origem e afirma que o Juízo de Primeira Instância negou vivência à Convenção Interamericana de Direitos Humanos internalizada em 1992 no direito interno, e que a decisão da CorteIDH possui força vinculante. Assim, o MPF prequestiona a violação de dispositivos da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, da Constituição de 1988 e do ADCT de 1988 relacionados ao comprometimento internacional do Estado brasileiro em cumprir a decisão da Corte.

da ex-ministra das Mulheres no governo Dilma Rousseff, Eleonora Menicucci, torturada juntamente com Merlino, e a autoria dos crimes.

Cabe observar que no RESE os Procuradores argumentam pela primeira vez que, ainda que o Juízo não aceite a tese da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, o prazo prescricional deveria começar a correr em 14 de dezembro de 2010 quando o Brasil foi notificado da decisão da CorteIDH, incidindo a regra de imprescritibilidade para os crimes permanentes.

“Assim, o que se mostra necessário aqui é considerar - caso não se aceite a tese de imprescritibilidade dos crimes de lesa humanidade - que o prazo prescricional comece a correr no Brasil em 14 de dezembro de 2010, quando o país foi notificado da decisão da Corte Interamericana no caso *Gomes Lund vs Brasil*. Oportunidade em que, consoante apontado acima, o tribunal competente para julgar a convencionalidade da lei de anistia brasileira o fez, afastando sua incidência. Mas, mesmo nesse caso, incidiria o início da prescrição a regra da imprescritibilidade prevista no art. 5º, inc. XLIV da CF/88” (Brasil, Ministério Público Federal, 2014g, p. 58).

Assim, o MPF defende que não existiria óbice ao trâmite da ação penal e requer o recebimento da denúncia ofertada. Em 18 de dezembro de 2015, o Desembargador Federal José Lunardelli declarou extinta a punibilidade de Carlos Alberto Brilhante Ustra, em razão de seu falecimento, e pediu retorno dos autos para análise do RESE interposto pelo Ministério Público Federal.

11º caso. Hécio Pereira Fortes²⁰⁹

Em 19 de dezembro de 2014, o Ministério Público Federal, apresentou Denúncia²¹⁰ contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, Dirceu Gravina e Aparecido Laertes Calandra. Os três são denunciados pelo homicídio doloso da vítima Hécio Pereira Fortes, por motivo torpe, com o emprego de tortura e por meio de recurso que impossibilitou a defesa do ofendido, tendo incorrido no artigo 121, parágrafo 2º, incisos I, III e IV, cc artigo 29 do Código Penal. Além disso, nesta Denúncia o MPF imputa a Carlos Alberto Brilhante Ustra o delito de abuso de autoridade, por incorrência nas penas do artigo 4º, alíneas a, c e h da Lei nº 4.898/1965²¹¹.

²⁰⁹ Autos nº 001635122.2014.4.03.6181

²¹⁰ Denúncia assinada pelo Procurador da República Anderson Vagner Gois dos Santos.

²¹¹ Lei 4898/1965. Artigo 4º. Constitui também abuso de autoridade: a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder; (...) c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa; (...) h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal.

Na Denúncia, o MPF argumenta que os delitos ocorreram em contexto de ataque sistemático e generalizado contra a população, o que os qualifica como crimes contra a humanidade, imprescritíveis e impassíveis de anistia. A vítima, dirigente da ALN, foi sequestrada em 22 de janeiro de 1972 no Rio de Janeiro, levada para as dependências do DOI-CODI em São Paulo e morta entre os dias 28 e 31 de janeiro de 1972²¹².

Em 13 de janeiro de 2015, a Juíza Federal Substituta Andréia Silva Sarney Costa Moruzzi rejeitou a Denúncia ofertada pelo Ministério Público Federal. A Juíza fundamenta que os fatos descritos ocorreram durante a ditadura militar, razão pela qual é forçoso reconhecer a extinção de punibilidade, em decorrência da concessão de anistia pela Lei nº 6.683/79, pela Emenda Constitucional nº 26/1985 e pelo decidido pelo STF na ADPF nº 153. A Juíza afirma que a anistia foi recepcionada pela Constituição de 1988 e que a decisão do STF possui eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público²¹³ (Brasil, Justiça Federal, 2015a). O Ministério Público Federal recorreu e o RESE aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

12º caso. André Grabois, João Gualberto Calatrone e Antônio Alfredo de Lima²¹⁴

Em 27 de janeiro de 2015, o Ministério Público Federal ofertou Denúncia²¹⁵ ao Juízo Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PÁ em face de Lício Augusto Ribeiro Maciel e Sebastião Curió Rodrigues de Moura. Ao denunciado Lício Maciel são imputados, nesta Denúncia, os crimes de homicídio doloso qualificado (artigo 121, parágrafo 2º, incisos I – motivo torpe - e IV – à emboscada - do CP) e ocultação dos cadáveres (artigo 211 do CP) das vítimas André Grabois, João Gualberto Calatrone e Antônio Alfredo de Lima. Ao denunciado Sebastião Curió é imputado o crime de ocultação dos cadáveres (artigo 211 do CP).

O MPF retoma que, no ano de 2009, foi instaurado um Procedimento Investigatório Criminal, na PRM Marabá para apurar a participação dos dois denunciados em crimes

²¹² O corpo foi enterrado no Cemitério Dom Bosco em Perus e somente em 1975 a família conseguiu levar os restos mortais da vítima para a cidade natal, Ouro Preto. Foi forjada versão oficial de fuga da vítima e tiroteio que teria levado a seu falecimento, e a ocultação do cadáver do militante visava, segundo o Ministério Público Federal, a esconder a verdadeira causa de sua morte.

²¹³ Conforme destaca Emilio Meyer (2016b, p. 54), a Juíza chega a citar o ex-ministro Moreira Alves do STF, que tratou o momento de instalação da Constituinte de 1986-1987 como “o termo final do período de transição com que, sem ruptura constitucional, e por via de conciliação, se encena um ciclo revolucionário”. A Juíza não enfrentou a decisão da CorteIDH que condena o Brasil.

²¹⁴ Autos nº 0000342-55.2015.4.01.3901

²¹⁵ A denúncia foi assinada pelos Procuradores da República Tiago Modesto Rabelo, Ivan Cláudio Marx, Andréa Costa de Brito, Lilian Miranda Machado, Sergio Gardenghi Suiama e Antonio do Passo Cabral.

cometidos no âmbito da repressão à Guerrilha do Araguaia. A partir das investigações, da coleta de depoimentos, da solicitação de documentos, do acompanhamento das atividades do Grupo de Trabalho Tocantins e do Grupo de Trabalho Araguaia para localização dos restos mortais de pessoas desaparecidas na Guerrilha, foram colhidas diversas informações.

Após a sentença da CorteIDH, foi instaurado novo Procedimento Investigatório Criminal, que resultou em novas investigações, coleta de depoimentos e documentos, fruto do trabalho da Força-Tarefa criada para dar o devido cumprimento às obrigações ministeriais e após decisão da 2CCR em dar mais apoio aos Procuradores lotados em Marabá e designar outros sete procuradores para atuarem nas investigações e nos atos de persecução penal relativos à Guerrilha do Araguaia, em razão do quadro de “assoberbamento” dos membros lá oficiais (Brasil, Ministério Público Federal, 2015b).

As vítimas eram militantes do PCdoB que atuavam na Guerrilha do Araguaia no início dos anos 1970 e foram mortas em 13 de outubro de 1973 em emboscada comandada pelo denunciado Lício Maciel, que posteriormente comandou operação de ocultação dos cadáveres das vítimas. Posteriormente, o denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura comandou uma operação limpeza que resultou em uma segunda ocultação dos cadáveres, para local desconhecido até hoje²¹⁶.

Em 17 de março de 2015, a Denúncia foi rejeitada. O MPF apresentou Recurso, mas o Juiz Marcelo Honorato manteve a decisão, remetendo os autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Os autos encontram-se no gabinete da Desembargadora Federal Monica Sifuentes.

13º caso. Manoel Fiel Filho²¹⁷

Em 24 de junho de 2015, o Ministério Público Federal ofertou Denúncia²¹⁸ ao Juízo da 1ª Vara Federal do Júri da Subseção Judiciária de São Paulo em desfavor de Audir Santos Maciel, Tamotu Nakao, Edevarde José, Alfredo Umeda, Antonio José Nocete, Ernesto Eleutério e José Antonio de Mello. Aos cinco primeiros denunciados é imputado o crime de homicídio doloso qualificado, cometido por motivo torpe, com emprego de tortura e por meio

²¹⁶ Depoimentos de testemunhas e do próprio denunciado corroboram esta imputação, comprovando a materialidade delitiva. Nesta denúncia, o MPF requer o reconhecimento das circunstâncias agravantes na dosagem da pena, a fixação do valor mínimo do dano civil em quantia equivalente à indenização paga aos familiares das vítimas, a perda do cargo público dos denunciados, cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de reforma remunerada de que disponham.

²¹⁷ Autos nº 0007502-27.2015.4.03.6181

²¹⁸ A denúncia foi assinada pelo Procurador da República Andrey Borges de Mendonça.

de recurso que impossibilitou a defesa do ofendido, a vítima Manoel Fiel Filho, no dia 17 de janeiro de 1976. A Audir Maciel e aos dois últimos denunciados, respectivamente perito e médico legista, é imputado o crime de falsidade ideológica, por terem, visando assegurar a ocultação e a impunidade do crime de homicídio, respectivamente, inserido declaração falsa no Laudo de Exame Local de Encontro de Cadáver e no Laudo Complementar do Instituto de Criminalística, e inserido declaração falsa no Laudo de Exame Necroscópico.

A Denúncia ressalta que as condutas foram cometidas no contexto de um ataque sistemático e generalizado à população civil, o que os caracteriza como crimes contra a humanidade, imprescritíveis e impassíveis de anistia²¹⁹, nos termos da sentença da CorteIDH no caso *Gomes Lund* e nos termos do direito penal internacional costumeiro cogente. A Denúncia afirma ainda a competência da Justiça Federal comum para o julgamento da causa.

O texto recorda que esta é a posição institucional do MPF, também apresentada pelo PGR no Parecer de agosto de 2014 sobre a ADPF nº 320, que afirma o efeito vinculante da sentença da CorteIDH e afirma não haver conflito com o decidido pelo STF na ADPF nº 153, de acordo com a teoria do duplo controle. Defende que, até que o STF venha a se manifestar na ADPF nº 320 sobre a decisão da CorteIDH, todos os magistrados devem cumprir a decisão mais recente proferida pelo Tribunal competente. Por fim, defende, assim como no RESE do caso Merlino, que, ainda que o Juízo não aceite a tese da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, o prazo prescricional deveria começar a correr em 14 de dezembro de 2010, quando o Brasil foi notificado da decisão da CorteIDH, incidindo a regra de imprescritibilidade para os crimes permanentes (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2015f).

Em 10 de agosto de 2015, o Juiz Federal Alessandro Diaferia da 1ª Vara Federal Criminal da 1ª Subseção Judiciária de SP rejeitou a denúncia ofertada pelo MPF. Na fundamentação, o juiz aponta que os fatos imputados foram anistiados pela Lei de Anistia, pela Emenda Constitucional nº 26/1985 e pelo STF na ADPF nº 153. Argumenta que não se pode caracterizar os crimes apontados como crimes de lesa-humanidade para fins de extinção de punibilidade. Afirma ainda que a Convenção Americana de Direitos Humanos foi

²¹⁹ A Denúncia remonta os fatos ocorridos desde a prisão do operário Manoel Fiel Filho na fábrica em que trabalhava, no dia 16 de janeiro de 1976, até sua morte após torturas no dia seguinte após ter sido levado às dependências do DOI-CODI em São Paulo. A materialidade delitiva está apontada na denúncia em diversos depoimentos coletados, por documentos juntados em ação ordinária, em Laudo de Exame de Corpo de Delito Indireto da Comissão Nacional da Verdade e em sentença na Ação Ordinária nº 129866-6, ajuizada por familiares, na qual o Magistrado reconhece que os depoimentos e documentos do Inquérito Policial Militar ocorrido à época dos fatos foram forjados e que a morte de Manoel Fiel Filho foi consequência dos maus tratos sofridos no DOI-CODI. A Denúncia requer ainda a perda do cargo público dos denunciados, cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de reforma remunerada de que disponham.

internalizada em 1992 no direito interno, não podendo haver aplicação retroativa das disposições e diretivas de direito internacional. O juiz comenta ainda sobre as reparações e indenizações no âmbito cível, que “é a solução que o ordenamento jurídico previu e, por mais imperfeita que possa ser, é o bem possível para o momento” (Brasil, Justiça Federal, 2015b, p. 52). A decisão judicial de 54 páginas transcreve 22 páginas de citações da decisão do STF na ADPF nº 153, sem tratar da decisão da CorteIDH que condena o Brasil.

Em 24 de agosto de 2015, o MPF apresentou RESE ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Na fundamentação, afirma não restar dúvidas sobre a ocorrência do elemento contextual exigido para a caracterização das condutas como delitos de lesa-humanidade e retoma toda a caracterização sobre o sistema organizado de repressão da ditadura militar e sobre o caráter generalizado dos ataques cometidos por agentes da repressão política ditatorial, conforme apontado pela Comissão Nacional da Verdade e pela CorteIDH. O RESE recupera a decisão da 6ª Vara Criminal Federal do Rio de Janeiro que acolhe esta argumentação e recebe a Denúncia do caso Riocentro e chama atenção para o fato de que, “apesar de ter ocorrido violência de ambas as partes, essa não foi, em hipótese alguma, simétrica” (Brasil, Ministério Público Federal, 2015h, p. 26), rebatendo a argumentação do Juízo de Primeira Instância que busca justificar interpretação do caráter bilateral da anistia.

“Justamente este atributo – qualificação de crimes contra a humanidade -, em razão da atuação sistemática e generalizada dos órgãos de repressão estatal, é que diferencia e justifica a punição dos agentes públicos responsáveis pelas punições. Aos particulares que praticaram atos criminosos – como homicídios, violências e lesões – aplica-se o estatuto geral comum” (Brasil, Ministério Público Federal, 2015h, p. 26).

Para rebater o argumento de que a Convenção Interamericana de Direitos Humanos foi internalizada em 1992 e que não se poderia retroagir na aplicabilidade, o MPF aponta que as condutas praticadas já eram, no início da execução delitiva, qualificadas como crimes contra a humanidade, pelas normas cogentes do direito internacional costumeiro, citando todas as normas que já existiam à época, não se podendo falar em insegurança jurídica no afastamento da extinção de punibilidade.

O RESE requer, portanto, que se determine o recebimento da denúncia ofertada, pois inexistente óbice ao trâmite da ação penal e, assim como no RESE do Caso Merlino, prequestiona a violação de dispositivos da Convenção Americana de Direitos Humanos, da Constituição de 1988 e do ADCT de 1988 relacionados ao comprometimento internacional do Estado brasileiro em cumprir a decisão da Corte.

O MPF aguarda o julgamento do RESE pelo TRF3.

14º caso. Criméia Schmidt de Almeida²²⁰

Em 20 de julho de 2015, o Ministério Público Federal ofereceu Denúncia²²¹ contra Carlos Alberto Brilhante Ustra. O denunciado é acusado, enquanto comandante responsável do DOI-CODI, de ter, entre 29 de dezembro de 1972 e 22 de janeiro de 1973, ofendido a integridade física e moral da vítima Criméia Schmidt de Almeida, resultando em grave risco de vida.

São imputados, portanto, os crimes de lesão corporal grave (artigo 129, parágrafo 1º, inciso II do Código Penal), com o fim de intimidar a vítima e obter informações, e de abuso de autoridade (artigo 4º, alíneas a, b, c e h, da Lei nº 4.898/1965), por executar e ordenar a prisão sem obediência às devidas formalidades legais²²². O Ministério Público Federal entende que os delitos, praticados em contexto de ataque sistemático e generalizado à população civil, são qualificados como crimes contra a humanidade, imprescritíveis e impassíveis de anistia²²³ (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2015g).

Em sentença de 14 de agosto de 2015, o Juiz Federal Substituto Márcio Assad Guardia da 8ª Vara Criminal Federal de São Paulo declarou extinta a punibilidade do denunciado, reconhecendo a prescrição da pretensão punitiva estatal por terem decorrido mais de 45 anos da data dos fatos. Em 23 de outubro de 2015, a Juíza Federal Louise Vilela Leite Filgueiras Borer decide pela extinção da punibilidade do fato em razão do falecimento de Ustra. Os autos foram arquivados.

Pelo que se percebe, esta é a única denúncia oferecida em relação a uma vítima ainda viva. Criméia Schmidt de Almeida segue militante da luta por memória, verdade e justiça em relação aos crimes da ditadura militar.

15º caso. Carlos Nicolau Danielli²²⁴

²²⁰ Autos nº 0008532-97.2015.403.6181

²²¹ A denúncia foi assinada pelo Procurador Anderson Vagner Gois dos Santos.

²²² Na denúncia, o depoimento da vítima é complementado por depoimento de testemunha que assistiu às sessões de tortura, bem como pelos autos de registro do DOPS e da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar, que corroboram a informação de que a vítima esteve presa na data apontada.

²²³ O MPF requer ainda a perda do cargo público do denunciado, cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de reforma remunerada de que disponha, bem como que seja despedido das medalhas e condecorações recebidas.

²²⁴ Autos nº 0009756-70.2015.4.03.6181

Em 27 de agosto de 2015, o Ministério Público Federal ofereceu Denúncia²²⁵ contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, Dirceu Gravina e Aparecido Laertes Calandra. Aos três denunciados foi imputado o crime de homicídio doloso triplamente qualificado, por motivo torpe, com emprego de tortura e mediante recurso que impediu a defesa da vítima, Carlos Nicolau Danielli²²⁶. Ustra também foi denunciado por abuso de autoridade. Como os crimes foram cometidos em contexto de ataque sistemático e generalizado contra a população, o MPF sustenta que se caracterizam como crimes contra a humanidade, sendo assim imprescritíveis e impassíveis de anistia (Brasil, Ministério Público Federal, 2015i).

Em outubro de 2015, a Justiça Federal em São Paulo rejeitou a Denúncia ofertada pelo MPF, utilizando a mesma argumentação do caso Manoel Fiel Filho. Na decisão, o Juiz Federal Alessandro Diaferia defende que os fatos atribuídos foram anistiados pela Lei de Anistia e que não podem ser classificados como crimes contra a humanidade, não sendo possível afastar a extinção de punibilidade pela concessão de anistia. O MPF interpôs RESE em 02 de outubro de 2015 e aguarda o julgamento do recurso.

16º caso. Virgílio Gomes da Silva²²⁷

Em 19 de novembro de 2015, o Ministério Público Federal ofereceu Denúncia²²⁸ à 1ª Vara Federal Criminal do Júri da Subseção Judiciária de São Paulo em face de Inocêncio Fabrício de Matos Beltrão, Homero Cesar Machado, Maurício Lopes Lima e João Thomaz. Aos denunciados é imputado o crime de homicídio qualificado (artigo 121, parágrafo 2º, incisos I, III e IV do CP), cometido por motivo torpe, com o emprego de tortura e mediante recurso que tornou impossível a defesa do ofendido. Inocêncio Fabrício de Matos Beltrão é acusado, ainda, do crime de ocultação de cadáver (artigo 211 do CP), de 29 de setembro de 1969 até a presente data. A vítima destes crimes é Virgílio Gomes da Silva, militante da ALN

²²⁵ A denúncia foi assinada pelo Procurador Anderson Vagner Gois dos Santos.

²²⁶ A vítima, militante do PCdoB, foi sequestrado e levado para o DOI-CODI em São Paulo em 28 de dezembro de 1972. A Denúncia, a partir de depoimentos de testemunhas, aponta que a vítima não suportou a tortura a que foi submetido pelos três denunciados e faleceu em 30 de dezembro. A Denúncia aponta ainda como foi forjada por Ustra, em conjunto com dois médicos legistas já falecidos, uma falsa versão do óbito da vítima, que teria morrido em uma tentativa frustrada de fuga. O laudo de exame de corpo de delito foi fraudado e a vítima foi enterrada como indigente no Cemitério de Perus.

²²⁷ Autos nº 0001147-74.2010.4.03.6181

²²⁸ A denúncia foi assinada pelos Procuradores da República Ana Leticia Absy e Andrey Borges de Mendonça.

preso no dia 29 de setembro de 1969 e levado às dependências da OBAN em São Paulo, onde morreu no mesmo dia após sofrer tortura por doze horas pelos quatro denunciados²²⁹.

O MPF defende a competência da Justiça Federal para o caso, argumenta que os delitos se caracterizam como crimes contra a humanidade e, assim, imprescritíveis e impassíveis de anistia²³⁰ (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2015j). A Denúncia aguarda decisão da 1ª Vara Criminal Federal de São Paulo, na Justiça Federal de Primeiro Grau.

17º caso. Joaquim Alencar de Seixas²³¹

Em 14 de dezembro de 2015, o Ministério Público Federal ofertou Denúncia²³² ao Juiz Federal da 1ª Vara Federal do Júri da Subseção Judiciária de São Paulo em desfavor de David dos Santos Araújo, João José Vettorato, Pedro Antônio Mira Grancieri, Paulo Augusto de Queiroz Rocha e Pêrsio José Ribeiro Carneiro. Aos três primeiros denunciados, é imputado o crime de homicídio doloso qualificado, por motivo torpe, com o emprego de tortura e por meio de recurso que impossibilitou a defesa da vítima Joaquim Alencar de Seixas. Aos dois últimos denunciados, é imputado o crime de falsidade ideológica, cometida por estes médicos legistas visando a assegurar a ocultação e a impunidade do crime de homicídio, omitindo declaração em documento público e inserindo declaração falsa e diversa em Laudo de Exame Necroscópico, que deixou de registrar as lesões por tortura para corroborar a versão oficial de confronto e morte por fuga da vítima.

A vítima Joaquim Alencar de Seixas, militante do MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes, foi preso em 16 de abril de 1971 e levado ao DOI-CODI em São Paulo, onde foi torturado e veio a falecer no dia seguinte²³³. O MPF deixa de denunciar o comandante Carlos Alberto Brilhante Ustra, que chefiava o DOI-CODI à época dos fatos, pois esta é a primeira denúncia ofertada pelo MPF após seu falecimento em 15 de outubro de 2015. O MPF reafirma seu entendimento de que as condutas foram praticadas em contexto de ataque

²²⁹ A materialidade delitiva e autoria dos crimes estão comprovadas por farta documentação, como Laudo de Exame de Corpo de Delito, relatório das Forças Armadas, entre outros, e depoimentos de testemunhas a diversos órgãos, como a Comissão Nacional da Verdade.

²³⁰ O MPF requer ainda a perda dos cargos públicos dos denunciados, cancelamento de aposentadoria e proventos de reforma remunerada de que disponham, e que sejam despidos das medalhas e condecorações obtidas.

²³¹ Autos nº 0015358-42.2015.4.03.6181

²³² A denúncia foi assinada pelos Procuradores da República Andrey Borges de Mendonça e Anderson Vagner Gois dos Santos.

²³³ Seis depoimentos evidenciam que a vítima foi executada pelos denunciados, diferentemente do afirmado na versão oficial da repressão, de que a vítima teria tentado a fuga.

sistemático e generalizado contra a população, caracterizando-se como crimes contra a humanidade e, portanto, imprescritíveis e impassíveis de anistia²³⁴ (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2015k).

A Denúncia aguarda decisão da 1ª Vara Criminal Federal de São Paulo, na Justiça Federal de Primeiro Grau.

18º caso. José Montenegro de Lima²³⁵

Em 22 de dezembro de 2015, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia²³⁶ em face de Audir Santos Maciel, ex-chefe do DOI-CODI de São Paulo, pelos crimes de homicídio duplamente qualificado (art. 121, § 2º, incisos I e IV do Código Penal) e ocultação de cadáver (art. 211 do Código Penal) cometidos contra José Montenegro de Lima, militante do PCB assassinado em 29 de setembro de 1975 pelo denunciado. O corpo da vítima foi jogado nas águas do Rio Novo, em Avaré/SP, e nunca foi encontrado, pelo que consta da Denúncia. O MPF argumenta pela imprescritibilidade e impassibilidade de anistia por se tratarem de crimes contra a humanidade, cometidos em contexto de ataque sistemático e generalizado contra a população civil²³⁷ (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2015l).

Em 15 de fevereiro de 2016, o Juiz Federal Alessandro Diaferia proferiu sentença de extinção de punibilidade em razão de anistia, com base na decisão do STF na ADPF nº 153. O Ministério Público Federal interpôs recurso, que aguarda decisão do TRF3.

Em entrevista realizada para esta pesquisa, o Procurador Andrey Borges de Mendonça chama a atenção para um fato. Como se sabe, todos os casos de homicídio são distribuídas para a 1ª Vara Criminal, que é a do Tribunal do Júri. Em São Paulo, os juízes já se manifestaram de forma contrária à tese do crime contra a humanidade, então todos os casos de homicídio tendem a ser rejeitados em primeira instância. Como visto nas denúncias dos casos de Luiz Eduardo Merlino, Hércio Pereira Fortes, Manoel Fiel Filho, Carlos Danielli e José Montenegro de Lima, o Juízo da 1ª Vara Criminal Federal de São Paulo rejeitou as denúncias sobre o crime de homicídio qualificado. O MPF sempre entra com recurso, mas o Tribunal Regional Federal da 3ª Região demora a julgar (cf. Mendonça, entrevista pessoal).

²³⁴ Requer a perda de cargo público dos denunciados, bem como cancelamento de aposentadoria ou proventos de reforma remunerada de que disponham e que os denunciados sejam despidos de medalhas e condecorações obtidas.

²³⁵ Processo nº 0015754-19.2015.4.03.6181

²³⁶ A denúncia foi assinada pelos Procuradores Ana Letícia Absy e Anderson Vagner Gois dos Santos.

²³⁷ O MPF requer ainda que o denunciado perca o cargo público, tenha aposentadoria e remuneração cancelada, e seja despidido de medalhas e condecorações obtidas.

19º caso. Frei Tito²³⁸

Em 1º de fevereiro de 2016, o Ministério Público Federal ofertou Denúncia²³⁹ em face de Homero César Machado e Maurício Lopes Lima. Aos denunciados é imputado o crime de lesão corporal grave, resultante em perigo de vida (art. 129, parágrafo 1º, inciso II cc. art. 29 do CP) cometido contra a vítima Tito de Alencar Lima, o Frei Tito. A vítima mantinha ligação com a ALN e foi presa em 04 de novembro de 1969 em operação da Polícia de São Paulo. Levado primeiramente ao DEOPS, foi transferido em fevereiro de 1970 ao DOI-CODI, onde foi torturado pelos denunciados²⁴⁰. A vítima foi solta em dezembro de 1970 em conjunto com outros presos políticos em troca com o embaixador suíço Giovanni Enrico Buncker, sequestrado pela VPR. Exilou-se no exterior, por onde contou com assistência psiquiátrica, mas não resistiu às consequências espirituais e psiquiátricas da tortura, de acordo com a Denúncia, e se suicidou em agosto de 1974. O MPF argumenta que se trata de crime contra a humanidade, imprescritível e impassível de anistia²⁴¹ (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2016a).

Em 24 de fevereiro de 2016, a Juíza Louise Vilela Leite Filgueiras Borer da 8ª Vara Federal Criminal em São Paulo rejeitou a denúncia ofertada pelo MPF. Na fundamentação, argumenta que a Lei de Anistia perdoou a todos que cometeram crimes políticos e que o STF julgou sua constitucionalidade no julgamento da ADPF nº 153. Para a Juíza, o compromisso brasileiro de se submeter às decisões da CorteIDH não pode implicar em afronta à Constituição Federal,

“que garante a soberania das decisões judiciais em âmbito interno, assim como o respeito à coisa julgada e a irretroatividade da lei penal, como garantias individuais e cláusulas pétreas. Ofender-se-ia, igualmente, o princípio da segurança jurídica, que resulta dessas dentre outras disposições constitucionais às quais se deve respeito” (Brasil, Justiça Federal, 2016a).

²³⁸ Autos nº 0001208-22.2016.4.03.6181

²³⁹ A denúncia foi assinada pelos Procuradores da República Ana Leticia Absy e Anderson Vagner Gois dos Santos.

²⁴⁰ Conforme consta em carta de presos políticos, em sua própria carta-denúncia escrita em março de 1970 e em diversos depoimentos juntados aos autos que corroboram sua tortura pelos denunciados entre os dias 17 e 27 de fevereiro de 1970.

²⁴¹ Requer a perda de cargo público, aposentadoria, proventos de reforma remunerada e que os denunciados sejam despidos de condecorações recebidas.

O Ministério Público Federal interpôs recurso, recebido pelo Juízo em 28 de março de 2016. O Recurso aguarda decisão do TRF3.

Este caso e o de Criméia Schmidt de Almeida são os únicos de que se tem notícia em que o MPF ofereceu denúncia pela prática de tortura, imputando aos denunciados o crime de lesão corporal grave previsto no Código Penal. Ambas as denúncias não foram aceitas pela Justiça Federal em primeira instância.

20º caso. Manoel Conceição Santos²⁴²

Em 3 de fevereiro de 2016, o Ministério Público Federal em São Paulo denunciou²⁴³ Alcides Singillo pelo crime de sequestro (art. 148, parágrafo 2º do Código Penal) cometido contra Manoel Conceição dos Santos. A conduta é caracterizada como crime contra a humanidade, imprescritível e impassível de anistia, por ter ocorrido em contexto de ataque generalizado e sistemático contra a população civil. Preso no DEOPS/SP em 28 de outubro de 1975, a vítima, líder camponês, sofreu agressões por 48 dias, como consta na denúncia²⁴⁴ (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2016b).

A denúncia aguarda decisão da Justiça Federal de Primeiro Grau. Neste caso, cabe observar que a conduta denunciada diz respeito a um crime permanente, o de sequestro, como nas primeiras denúncias ajuizadas em 2012 e 2013.

21º caso. Yoshitane Fujimori²⁴⁵

Em 29 de março de 2016, o Ministério Público Federal ofertou Denúncia²⁴⁶ em face de Harry Shibata, ao qual é imputado o crime de falsidade ideológica (art. 299 cc art. 61, inciso II, alínea b do CP). Conjuntamente com outro médico legista já falecido, Shibata, visando a assegurar a ocultação e a impunidade do crime de homicídio perpetrado contra a vítima Yoshitane Fujimori, omitiu no Laudo de Exame Necroscópico nº 43.286 declarações que dele

²⁴² Autos nº 0001217-81.2016.4.03.6181

²⁴³ A denúncia é assinada pelos Procuradores da República Ana Leticia Absy e Anderson Vagner Gois dos Santos.

²⁴⁴ A denúncia requer ainda o reconhecimento das circunstâncias agravantes de tortura e abuso de autoridade na definição da pena, o cancelamento de aposentadoria, remuneração e das medalhas e condecorações que o denunciado tenha obtido.

²⁴⁵ Autos nº 0003768-34.2016.4.03.6181

²⁴⁶ A Denúncia é assinada pela Procuradora da República Ana Leticia Absy.

deviam costar, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante²⁴⁷. A vítima, militante da VPR, foi metralhada por agentes da repressão em via pública, capturada e levada ainda com vida ao DOI-CODI em São Paulo em 5 de dezembro de 1970, onde veio a falecer horas depois. A conduta é, para o MPF, imprescritível e impassível de anistia por caracterizar-se como crime contra a humanidade²⁴⁸.

A denúncia informa que o perito chegou a enfrentar um processo administrativo no Conselho Federal de Medicina pela elaboração de vários laudos necroscópicos forjados sobre militantes políticos mortos durante o regime militar, entre eles o de Yoshitane Fujimori. A Justiça Federal, no entanto, considerou prescritas as falhas disciplinares e determinou que o procedimento fosse arquivado (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2016c).

Em 2 de maio de 2016, o Juiz Federal da 7ª Vara Criminal Federal de São Paulo Ali Mazloum rejeitou a denúncia ofertada pelo Ministério Público Federal. Na fundamentação, declara extinta a punibilidade em razão de anistia concedida pela Lei nº 6.683/1979, julgada constitucional pelo STF na ADPF nº 153. Afirma, ainda, que ocorre prescrição, por não se tratar de crime permanente. O Juiz recorda sua decisão de 2009 no caso de Flávio Carvalho Molina, no qual entendeu o crime de ocultação de cadáver como permanente, transcendendo assim o marco da anistia, o que não ocorre neste caso. O juiz enaltece ainda o aspecto da soberania nacional, não se concebendo a sobreposição de decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos à Constituição Federal, que recepcionou a Lei de Anistia (cf. Brasil, Justiça Federal, 2016b).

22º caso. Helber José Gomes Goulart²⁴⁹

Em 9 de junho de 2016, o Ministério Público Federal ofertou nova Denúncia²⁵⁰ em face de Harry Shibata. Ao médico legista é imputado, novamente, o crime de falsidade ideológica (art. 299 cc art. 61, inciso II, alínea b do CP), conjuntamente com outro médico legista já falecido, por não fazer constar no Laudo de Exame Necroscópico nº 33.088, como

²⁴⁷ O laudo necroscópico assinado pelo denunciado Harry Shibata omite informações essenciais para corroborar a versão oficial ordenada por Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-CODI, de que houve confronto, troca de tiros e que a vítima teria morrido ainda em via pública, antes de chegar ao DOI-CODI. Parecer Criminalístico feito em 1996 a partir de solicitação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos revela as inconsistências.

²⁴⁸ A Denúncia requer, ainda, a perda de cargo público do denunciado, cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de que disponha.

²⁴⁹ Autos nº 0007052-50.2016.4.03.6181

²⁵⁰ A denúncia é assinada pela Procuradora da República Ana Leticia Absy.

era seu dever legal, visíveis lesões de tortura no corpo de Helber José Gomes Goulart, militante da ALN morto no DOI-CODI em julho de 1973 a mando de Carlos Alberto Brilhante Ustra. Publicações da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão Nacional da Verdade listam Goulart como vítima da repressão no Brasil²⁵¹.

O Ministério Público Federal defende a imprescritibilidade do crime, por ter ocorrido em contexto de ataque sistemático e generalizado contra a população civil, o que o qualifica como crime contra a humanidade, insuscetível de anistia e prescrição pelo direito penal internacional. Ademais, aponta que o Brasil foi condenado pela CorteIDH, que o Brasil ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos e se vinculou à jurisdição da CorteIDH, cujas decisões têm força vinculante. Cita o parecer do PGR Rodrigo Janot na ADPF nº 320 e afirma que não há conflito com a decisão do STF na ADPF nº 153 (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2016e).

Em 15 de junho de 2016, a Juíza Federal Louise Vilela Leite Filgueiras Borer da 8ª Vara Criminal Federal de São Paulo rejeitou a denúncia, tendo em vista a extinção de punibilidade em razão da validade da Lei de Anistia proclamada pelo STF na ADPF nº 153. O MPF apresentou Recurso em Sentido Estrito e os autos foram encaminhados em 24 de agosto de 2016 para o TRF3.

23º caso. Ana Maria Nacinovic Corrêa, Iuri Xavier Pereira e Marcos Nonato da Fonseca²⁵²

Em 1 de julho de 2016, o Ministério Público Federal ofertou Denúncia²⁵³ em face de Abeylard de Queiroz Orsini. Ao médico legista é imputado o crime de falsidade ideológica (art. 299 cc art. 61, inciso II, alínea b do CP), conjuntamente com outro médico legista já falecido, por omitir nos Laudos de Exame Necroscópico nº 24.611, nº 24.466 e nº 24.450, como era seu dever legal, informações que neles deveria constar, bem como de inserir informações diversas com o fim de alterar a verdade sobre fatos juridicamente relevantes. As vítimas, Ana Maria Nacinovic Corrêa, Iuri Xavier Pereira e Marcos Nonato da Fonseca, eram três militantes da ALN mortos em via pública no bairro da Mooca por agentes do DOI-CODI de São Paulo em 14 de junho de 1972²⁵⁴.

²⁵¹ A denúncia aponta depoimentos de ex-presos políticos, estudos sobre o laudo necroscópico realizados pela CEMDP e pelo MPF que apontam lesões ignoradas no laudo necroscópico original.

²⁵² Autos nº 0008172-31.2016.4.03.6181

²⁵³ A denúncia é assinada pela Procuradora da República Ana Leticia Absy.

²⁵⁴ De acordo com a denúncia, não se realizou exame pericial no local nem exame de corpo de delito que corroborasse a versão oficial de Carlos Alberto Brilhante Ustra de que houve tiroteio. Testemunho e pareceres

A denúncia registra que Processo ético-profissional do Conselho Regional de Medicina de São Paulo aplicou a pena de cassação do exercício profissional do médico legista, em razão da participação do denunciado em falsificação de quinze Laudos Necroscópicos. Como apontado no segundo capítulo, no entanto, os processos do CREMESP tiveram sua execução suspensa pelo Judiciário, esfera cível, sob o argumento da prescrição, e aguardam recurso no Superior Tribunal de Justiça²⁵⁵ (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2016f).

Em 12 de julho de 2016, o Juiz Federal da 7ª Vara Federal Criminal de São Paulo rejeitou a denúncia, em razão da recepção da Lei de Anistia pela Constituição de 1988 com o julgamento do STF na ADPF nº 153 e em razão da ocorrência de prescrição da pretensão punitiva estatal. O MPF apresentou recurso.

24º caso. Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter²⁵⁶

Em 16 de agosto de 2016, o Ministério Público Federal ofertou Denúncia²⁵⁷ em face de Antonio Valentini. O médico legista é acusado de forjar o laudo necroscópico do preso político Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter e ocultar a verdadeira causa do óbito, caracterizando o crime de falsidade ideológica (art. 299 cc art. 61, inciso II, alínea b do CP). A vítima era dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista e foi presa, torturada e morta por agentes do DOI-CODI de São Paulo a mando de Carlos Alberto Brilhante Ustra em 15 de abril de 1972²⁵⁸. Parecer elaborado a pedido da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo atesta a fraude do laudo necroscópico.

O médico também sofreu processo de cassação de seu registro profissional no CREMESP, mas o Judiciário determinou o arquivamento do caso. O MPF argumenta que a

criminalísticos realizados na década de 1990 a pedido da CEMDP indicam que os três militantes foram mortos sem terem reagido aos policiais e foram levados primeiramente à sede do DOI-CODI antes de terem sido levados diretamente ao Instituto Médico Legal. A denúncia aponta a falsidade dos três laudos necroscópicos, conforme novos pareceres criminalísticos realizados em 1996.

²⁵⁵ O MPF requer ainda a perda do cargo público do denunciado, oficiando-se ao órgão de pagamento para o cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de que disponha

²⁵⁶ Autos nº 0009980-71.2016.4.03.6181

²⁵⁷ A denúncia é assinada pela Procuradora da República Ana Leticia Absy.

²⁵⁸ Depoimentos de outros presos na unidade naquele dia relatam que o militante morreu após ser submetido a intensas sessões de tortura durante os interrogatórios, com a aplicação de golpes e choques elétricos e o uso de pau de arara.

conduta é imprescritível e impassível de anistia por se tratar de crime contra a humanidade²⁵⁹ (Brasil, Ministério Público Federal, 2016g).

Em 22 de setembro de 2016, a Juíza Federal Renata Andrade Lotufo da 4ª Vara Criminal Federal de São Paulo rejeitou a denúncia com fundamento na extinção de punibilidade dos fatos descritos em razão da decisão do STF na ADPF nº 153.

25º caso. Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Emmanuel Penteado e Francisco Seiko Okama²⁶⁰

Em 13 de setembro de 2016, o Ministério Público Federal ofertou Denúncia²⁶¹ em face de João Henrique Ferreira de Carvalho, Beatriz Martins e Ovídio Carneiro de Almeida. Aos denunciados é imputado o crime de homicídio, qualificado pelo motivo torpe, pela tortura e pelo recurso que impossibilitou a defesa do ofendido (artigo 121, §2º, II e IV do Código Penal) cometido contra os militantes da ALN Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Emmanuel Penteado e Francisco Seiko Okama. Os três sofreram emboscada dos agentes Beatriz Martins e Ovídio Carneiro de Almeida do DOI-CODI de São Paulo, em conjunto com outros agentes já falecidos comandados por Carlos Alberto Brilhante Ustra, em 15 de março de 1973 em uma rua do bairro da Penha em São Paulo. As informações que levaram à emboscada foram prestadas por João Henrique Ferreira de Carvalho, agente infiltrado. As vítimas Rocha e Okama ainda foram levadas para a sede do DOI-CODI, torturadas e deixadas para morrer no pátio, conforme aponta uma testemunha.

O MPF sustenta que o delito, cometido em contexto de ataque sistemático e generalizado à população, se trata de um crime contra a humanidade, imprescritível e impassível de anistia. Trata-se da primeira denúncia em que o MPF contra um infiltrado da ditadura. João Henrique Ferreira de Carvalho, ex-integrante da ALN, passou a atuar como informante da ditadura por três anos e foi responsável pela prisão de mais de dez militantes da organização, conforme a denúncia. Também se trata da primeira denúncia em que uma agente mulher é denunciada, Beatriz Martins, agente da Polícia Militar de São Paulo que trabalhou por seis anos junto ao DOI-CODI²⁶² (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2016h).

²⁵⁹ O MPF requer ainda que se determine o cancelamento da aposentadoria do médico, por ter se valido do cargo público que ocupava para cometer o crime.

²⁶⁰ Autos nº 0011051-11.2016.4.03.6181

²⁶¹ A denúncia é assinada pelo Procurador da República Andrey Borges de Mendonça.

²⁶² A denúncia aponta que os três laudos necroscópicos foram forjados por médicos legistas já falecidos, conforme laudos periciais feitos mais recentemente pela CNV e pela Secretaria de Direitos Humanos da

A denúncia aguarda decisão da Justiça Federal de Primeiro Grau.

26º caso. João Batista Franco Drummond²⁶³

Em 26 de setembro de 2016, o Ministério Público Federal ofertou Denúncia²⁶⁴ em face de Harry Shibata, Abeylard de Queiroz Orsini e José Gonçalves Dias. Os três médicos legistas denunciados são acusados de, visando assegurar a ocultação e a impunidade dos crimes de lesão corporal dolosa e do homicídio cometidos contra João Batista Franco Drummond²⁶⁵, terem omitido, em documento público, declaração que dele devia constar, bem como de terem inserido declaração falsa e diversa da que devia ser escrita no Laudo de Exame Necroscópico nº 59.615, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante²⁶⁶. Aos três denunciados, portanto, é imputado o crime de falsidade ideológica (art. 299 cc art. 61, inciso II, alínea b do CP). A vítima, militante do Partido Comunista do Brasil, foi capturada e levada ao DOI-CODI na noite de 15 de dezembro de 1976 e faleceu nas dependências do DOI-CODI ao pular de uma torre de rádio tentando fugir das torturas que estava sofrendo²⁶⁷ (Brasil, Ministério Público Federal, 2016i).

A denúncia aguarda decisão da Justiça Federal de Primeiro Grau.

Presidência da República. A denúncia conseguiu identificar a autoria dos agentes Beatriz Martins e Ovídio Carneiro de Almeida ao cruzar informações presentes no livro “A Casa da Vovó”, do jornalista Marcelo Godoy. O Procurador Andrey Borges de Mendonça lia o livro no momento em que nos concedeu entrevista em junho de 2016.

²⁶³ Autos nº 0011528-34.2016.4.03.6181

²⁶⁴ A denúncia é assinada pelo Procurador da República Andrey Borges de Mendonça.

²⁶⁵ Em 2012, a família de Drummond foi a primeira a obter na Justiça de São Paulo a retificação do atestado de óbito de uma vítima do regime militar e a versão de traumatismo craniano deixou de constar do documento. Antes, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos já havia reconhecido que a morte de Drummond havia ocorrido em decorrência das torturas sofridas no Doi-Codi.

²⁶⁶ O MPF ainda “requer (...) nos termos do art. 71, inciso I c.c. o art. 68, inciso I, ambos da redação então vigente do CP, a perda do cargo público dos denunciados, oficiando-se aos órgãos de pagamento das respectivas corporações para o cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de reforma remunerada de que disponham, bem assim solicitando que sejam oficiados os órgãos militares para que os condenados sejam despidos das medalhas e condecorações obtidas”.

²⁶⁷ Foi forjada versão oficial de atropelamento na rua. A vítima teria supostamente tentado fugir de perseguição policial, versão desmentida por depoimentos. No laudo necroscópico assinado pelos três denunciados foi confirmada a falsa versão de atropelamento.

4.3. Síntese das ações penais ajuizadas

Como vimos, as últimas quatorze denúncias a partir de junho de 2015 foram todas apresentadas pelo grupo de execução de São Paulo, assinadas pelos Procuradores Ana Letícia Absy, Anderson Vagner Gois dos Santos e Andrey Borges de Mendonça. Destas, nove foram rejeitadas pela Justiça Federal de Primeiro Grau, enquanto cinco ainda aguardam decisão judicial. Dentre estas denúncias, há as duas primeiras ofertadas pelos crimes de lesão corporal grave resultante em perigo de vida (prática de tortura) e seis denúncias por falsidade ideológica (prática de falsificação de laudo de exame necroscópico).

Das sete primeiras denúncias, de 2012 e 2013, sobre os crimes permanentes de sequestro e ocultação de cadáver, cinco foram recebidas pela Justiça Federal de Primeiro Grau, embora todas estejam suspensas ou trancadas por decisões de tribunais superiores. Por outro lado, das dezenove denúncias seguintes oferecidas desde o início de 2014, destacam-se as duas primeiras denúncias ofertadas sobre os casos Riocentro e Rubens Paiva, ainda em 2014, que foram recebidas pela Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro²⁶⁸. Todas as demais denúncias foram rejeitadas em primeira instância ou ainda aguardam julgamento, o que indica, de fato, uma maior resistência do Judiciário em receber as denúncias que não se tratam de crimes permanentes.

Como visto, a argumentação básica do Ministério Público Federal em todas as denúncias apresentadas, que foi resumida pela Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República em São Paulo na nota à imprensa sobre a última denúncia em 26 de setembro de 2016, é a seguinte:

“Segundo o MPF tem insistido em todas as denúncias oferecidas à Justiça desde 2012, os crimes cometidos pelos agentes da repressão não são passíveis de anistia e não prescrevem por três motivos: por terem sido cometidos num contexto de ataque sistemático à população civil brasileira para manter o poder tomado ilegalmente pelos militares em 1964; porque o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso *Gomes Lund*, cuja sentença aponta que interpretações jurídicas que resultem em impunidade devem ser ignoradas; e porque o direito penal internacional prevê que crimes contra a humanidade não estão sujeitos a regras domésticas de anistia e prescrição.”²⁶⁹

²⁶⁸ No entanto, a primeira foi trancada por *Habeas Corpus* no TRF2, enquanto a segunda foi suspensa por Reclamação Constitucional no STF.

²⁶⁹ Nota da Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República no Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias_prsp/ex-legistas-sao-denunciados-por-fraudarem-laudo-de-presos-politico-morto-em-virtude-de-torturas>. Acesso em: 02 out. 2016.

A defesa do MPF de que a decisão da CorteIDH é vinculante e deve ser cumprida em razão das obrigações internacionais do Estado brasileiro, bem como a argumentação de que o direito internacional prevê a imprescritibilidade e não possibilidade de se anistiar os crimes contra a humanidade, tem tido difícil aceitação pelo Judiciário.

Cabe registrar, ainda no processo de judicialização da justiça de transição na esfera penal, dois casos citados por Carla Osmo (2016, pp. 65-66) no que diz respeito a processos contra estrangeiros no país ou contra nacionais no exterior. Primeiramente, a Procuradoria-Geral da República instaurou processo contra o tenente coronel argentino Antônio Arrechea Andrade, por crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura na Argentina. Como o Supremo Tribunal Federal negou sua extradição sob o argumento de que teria nascido no Brasil, a PGR instaurou o processo (Osmo, 2016, p. 65). Ademais, na Itália, um processo sobre a Operação Condor denunciou quatro agentes brasileiros²⁷⁰ (Osmo, 2016, p. 66).

Abaixo, segue tabela de elaboração própria que sistematiza as vinte e seis denúncias apresentadas pelo Ministério Público Federal. A tabela foi atualizada com as informações disponíveis até o fechamento deste capítulo, no primeiro fim de semana de outubro de 2016.

²⁷⁰ Para Osmo (2016), é um marco na evolução da atuação do MPF em favor da responsabilização criminal. Isto porque em 2009 as primeiras representações dos Procuradores Marlon Weichert e Eugênia Gonzaga para os colegas com atribuição criminal foram para processar crimes da Operação Condor. Uma representação recebida por Ivan Marx em Uruguaiiana levou à instauração da primeira investigação criminal sobre crime contra a humanidade praticado durante a ditadura no Brasil, como vimos no segundo capítulo.

Quadro – Ações penais ajuizadas pelo Ministério Público Federal

	Ação Penal	Vítimas	Acusados	Crime	Andamento
1	0001162-79.2012.4.01.3901 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA Ajuizada em 14/03/2012.	Maria Célia Correa Hélio L. N. Magalhães Daniel Ribeiro Callado Antônio de Pádua Telma Regina C. Correia	Sebastião Curió R. Moura	Sequestro (art. 148, caput e § 2º, na forma do 69 do CP), por cinco vezes.	Justiça de Primeiro Grau recebeu a denúncia em 29/08/2012, reconsiderando decisão inicial de rejeição da denúncia. Em 19/11/2012, desembargador do TRF1 concede liminar em HC para suspender o processo. Em 18/11/2013, o TRF1 determinou o trancamento da ação em HC. Rejeitou embargos de declaração do MPF em 15/07/2014. O MPF interpôs recurso especial e extraordinário.
2	0004204-32.2012.4.03.6181 10ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP Ajuizada em 24/04/2012.	Aluizio Palhano Pedreira Ferreira	Carlos Alberto Brilhante Ustra e Dirceu Gravina	Sequestro (art. 148, caput e § 2º, na forma do 69 do CP)	Justiça de Primeiro Grau rejeita a denúncia. Em 09/04/2013, o TRF3 nega provimento a recurso do MPF. Em 18/07/2013, os embargos de declaração do MPF foram rejeitados. O MPF interpôs recurso especial, a ser apreciado pelo STJ.

3	0006232-77.2012.4.01.3901 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA Ajuizada em 16/07/2012.	Divino Ferreira de Souza	Lício Augusto Maciel	Sequestro (art. 148, caput e § 2º do Código Penal)	Justiça de Primeiro Grau recebe a denúncia. HC do réu garante trancamento da Ação Penal no TRF1. MPF ingressa com recurso especial, a ser apreciado pelo STJ.
4	0011580-69.2012.403.6181 9ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 17/10/2012.	Edgar de Aquino Duarte	Carlos Alberto Brilhante Ustra, Alcides Singillo e Carlos Alberto Augusto	Sequestro (art. 148, caput e § 2º, c/c art. 29 CP)	Justiça de Primeiro Grau recebe a denúncia em 23/10/2012. Em 11/06/2015, o processo foi sobrestado em razão de interposição de Reclamação Constitucional no STF. A AP volta a tramitar após a morte de Ustra, em 15/10/2015.
5	0004823-25.2013.403.6181 5ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 29/04/2013.	Hirohaki Torigoe	Carlos Alberto Brilhante Ustra e Alcides Singillo	Ocultação de cadáver (art. 211 c/c 29 do CP)	Justiça de Primeiro Grau recebe a denúncia em 03/05/2013. Em janeiro de 2014, o juiz federal substituto declarou extinta a punibilidade dos réus. MPF interpõe recurso, admitido pelo TRF3 em 01/12/2014. Os réus opuseram embargos infringentes, admitidos em 18/02/2015.

6	0801434-65.2013.4.02.5101 2ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ. Ajuizada em 14/05/2013.	Mário Alves de Souza Vieira	Luiz Mário Valle C. Lima, Roberto A. Mattos D. Estrada, Dulene A. G. Reis e Valter da Costa Jacarandá.	Sequestro (art. 148, caput e § 2º c/c 29 do CP)	Justiça de Primeiro Grau rejeita a denúncia em 05/06/2013. O TRF2 nega provimento ao recurso do MPF. O MPF interpôs agravo de decisão, ao qual o STJ negou provimento em 27/02/2015. O MPF também interpôs agravo ao STF, ainda pendente de apreciação.
7	0003088-91.2013.4.01.3503 Vara Única da Subseção Judiciária de Rio Verde/GO. Ajuizada em 19/12/2013.	Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado	Epaminondas Pereira do Nascimento	Ocultação de cadáver (art. 211 CP).	Justiça de Primeiro Grau recebe a denúncia em 09/01/2014. Em 26/08/2014, o juiz declina competência para a Justiça Estadual de Goiás. Em 09/2015, a Justiça Estadual declina competência e remete os autos para a Justiça Federal.
8	0005684-20.2014.4.02.5101 6ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ. Ajuizada em 13/02/2014.	Diversas	Wilson Luiz Chaves Machado, Claudio Antonio Guerra, Nilton de Albuquerque Cerqueira, Newton de Araújo de Oliveira e Cruz, Edson Sá Rocha e Divany Carvalho Barros.	Homicídio doloso tentado duplamente qualificado pelo motivo torpe e uso de explosivo (121, § 2º, I e III c/c art. 12, II, art. 11 e art. 25 do CP); transporte de explosivos (253, c/c art. 25 do CP); associação criminosa	Justiça de Primeiro Grau recebe a denúncia. TRF2 defere HC em 02/07/2014 para trancar a ação penal.

				(art. 288); favorecimento pessoal (art. 348); fraude processual (art. 347).	
9	0023005-91.2014.4.02.5101 4ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ. Ajuizada em 19/05/2014.	Rubens Paiva	José Antonio Nogueira Belham, Rubens Paim Sampaio, Raymundo Ronaldo Campos, Jurandyr Ochsendorf e Jacy Ochsendorf	Homicídio doloso qualificado e ocultação de cadáver, quadrilha armada e fraude processual.	Justiça de Primeiro Grau recebe a denúncia. Liminar em HC suspende o processo, mas o TRF2 determina o prosseguimento da ação em 10/09/2014. Em 29/09/2014, decisão liminar de Teori Zavascki em Reclamação Constitucional no STF suspende a Ação Penal.
10	0012647-98.2014.4.03.6181 1ª Vara Federal do Júri da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 22/09/2014.	Luiz Eduardo da Rocha Merlino	Carlos Alberto Brilhante Ustra, Dirceu Gravina, Aparecido Laertes Calandra e Abeylard de Queiroz Orsini	Homicídio doloso qualificado, cometido por motivo torpe, com emprego de tortura que impossibilitou a defesa da vítima, e falsidade ideológica.	Justiça de Primeiro Grau rejeita a denúncia. O MPF ingressa com recurso em 02/10/2014. Em 18/12/2015, decisão extingue punibilidade de Ustra em razão de seu falecimento.
11	001635122.2014.4.03.6181 1ª Vara Federal Criminal de São Paulo. Ajuizada em 19/12/2014.	Hélcio Pereira Fortes	Carlos Alberto Brilhante Ustra, Dirceu Gravina e Aparecido Laerte Calandra	Artigo 121, 2o, incisos I, III e IV, combinado com o artigo 29, todos do Código Penal (homicídio doloso qualificado)	Justiça de Primeiro Grau rejeita a denúncia. O MPF ingressa com recurso em sentido estrito.

12	0000342-55.2015.4.01.3901 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA. Ajuizada em 28/01/2015.	André Grabois, João Gualberto Calatrone e Antônio Alfredo de Lima	Lício Augusto Ribeiro Maciel e Sebastião Curió Rodrigues de Moura	Homicídio e ocultação de cadáver.	Justiça de Primeiro Grau rejeita a denúncia. O MPF recorre.
13	0007502-27.2015.4.03.6181 1ª Vara Federal do Júri da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 24/06/2015.	Manoel Fiel Filho	Audir Santos Maciel, Tamotu Nakao, Edevarde José, Alfredo Umeda, Antonio José Nocete, Ernesto Eleutério e José Antonio de Mello	Homicídio doloso qualificado e falsidade ideológica.	Justiça de Primeiro Grau rejeita a denúncia. O MPF recorre.
14	0008532-97.2015.403.6181 8ª Vara Federal do Júri da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 20/07/2015.	Criméia Schmidt de Almeida	Carlos Alberto Brilhante Ustra	Lesão corporal grave, resultante em perigo de vida (art. 129, parágrafo 1º, inciso II cc. art. 29 do CP)	Sentença de extinção de punibilidade por prescrição em 17 de agosto de 2015. Posteriormente, nova sentença de extinção de punibilidade pelo óbito do único denunciado, em 5 de novembro de 2015.
15	0009756-70.2015.4.03.6181 1ª Vara Federal do Júri da Subseção Judiciária de São Paulo/SP.	Carlos Nicolau Danielli	Carlos Alberto Brilhante Ustra, Dirceu Gravina e Aparecido Laertes Calandra	Homicídio doloso triplamente qualificado e abuso de autoridade.	Justiça de Primeiro Grau rejeita a denúncia. O MPF recorre.

	Ajuizada em 27/08/2015.				
16	0001147-74.2010.4.03.6181 1ª Vara Federal do Júri da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 19/11/2015.	Virgilio Gomes da Silva	Inocência Fabrício de Matos Beltrão, Homero Cesar Machado, Mauricio Lopes Lima e João Thomaz	Homicídio qualificado e ocultação de cadáver.	Aguarda decisão da Justiça de Primeiro Grau.
17	0015358-42.2015.4.03.6181 1ª Vara Federal do Júri da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 14/12/2015.	Joaquim Alencar de Seixas	David dos Santos Araújo, João José Vettorato, Pedro Antônio Mira Grancieri, Paulo Augusto de Queiroz Rocha, Pécio José Ribeiro Carneiro.	Homicídio qualificado e falsidade ideológica.	Aguarda decisão da Justiça de Primeiro Grau.
18	0015754-19.2015.4.03.6181 1ª Vara Federal do Júri da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 22/12/2015.	José Montenegro de Lima	Audir Santos Maciel	Homicídio qualificado e ocultação de cadáver.	Justiça de Primeiro Grau rejeita denúncia. O MPF recorre.
19	0001208-22.2016.4.03.6181 8ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de São	Frei Tito	Homero César Machado e Maurício Lopes Lima.	Lesão corporal grave, resultante em perigo de vida (art. 129, parágrafo	Justiça de Primeiro Grau rejeita denúncia. O MPF recorre.

	Paulo/SP. Ajuizada em 01/02/2016.			1º, inciso II cc. art. 29 do CP)	
20	0001217-81.2016.4.03.6181 1ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 03/02/2016.	Manoel Conceição Santos	Alcides Singillo	Sequestro (art. 148, parágrafo 2º do Código Penal)	Aguarda decisão da Justiça de Primeiro Grau.
21	0003768-34.2016.403.6181 7ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 29/03/2016.	Yoshitane Fujimori.	Harry Shibata	Falsidade ideológica (art. 299 cc art. 61, inciso II, alínea b do CP)	Justiça de Primeiro Grau rejeita denúncia.
22	0007052-50.2016.4.03.6181 8ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 09/06/2016.	Helber José Gomes Goulart	Harry Shibata	Falsidade ideológica (art. 299 cc art. 61, inciso II, alínea b do CP)	Justiça de Primeiro Grau rejeita a denúncia.
23	0008172-31.2016.4.03.6181 7ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de São	Ana Maria Nacinovic Corrêa, Iuri Xavier Pereira e	Abeylard de Queiroz Orsini	Falsidade ideológica (art. 299 cc art. 61, inciso II, alínea b do CP)	Justiça de Primeiro Grau rejeita a denúncia.

	Paulo/SP. Ajuizada em 01/07/2016.	Marcos Nonato da Fonseca.			
24	0009980-71.2016.4.03.6181 4ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 16/08/2016.	Rui Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter	Antonio Valentini	Falsidade ideológica (art. 299 cc art. 61, inciso II, alínea b do CP)	Justiça de Primeiro Grau rejeita a denúncia.
25	0011051-11.2016.4.03.6181 1ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 13/09/2016.	Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Emmanuel Penteado e Francisco Seiko Okama.	João Henrique Ferreira de Carvalho, Beatriz Martins e Ovídio Carneiro de Almeida.	Homicídio, qualificado pelo motivo torpe, pela tortura e pelo recurso que impossibilitou a defesa do ofendido (artigo 121, §2º, II e IV do Código Penal)	Aguarda decisão da Justiça de Primeiro Grau.
26	0011528-34.2016.4.03.6181 1ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP. Ajuizada em 26/09/2016.	João Batista Franco Drummond	Harry Shibata, Abeylard de Queiroz Orsini e José Gonçalves Dias	Falsidade ideológica (art. 299 cc art. 61, inciso II, alínea b do CP)	Aguarda decisão da Justiça de Primeiro Grau.

4.3. A recepção pela Justiça Federal, os desafios colocados pelo Judiciário ao MPF e as perspectivas

Percebemos, na comparação entre as representações criminais encaminhadas antes da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e as denúncias que vieram depois, uma postura muito diferente do Ministério Público Federal e uma evidente evolução da instituição no tema da justiça de transição.

No primeiro momento, em 2008 e 2009, procuradores da área criminal do MPF receberam representações de dois procuradores da área cível, Marlon Weichert e Eugênia Augusta Gonzaga, para iniciar investigação criminal sobre casos da ditadura. Os procuradores naturais a quem estas representações eram distribuídas, pediam à Justiça Federal o arquivamento das peças, o que deixa explícito nos autos a tensão interna no Ministério Público Federal em torno da temática da persecução penal das graves violações de direitos humanos ocorridas no regime militar brasileiro e o quanto o debate na instituição estava em um estágio ainda inicial. A Justiça Federal de Primeiro Grau, quando chamada a se pronunciar nestes casos, somente em um deles não determinou o arquivamento: trata-se do caso de Flávio Carvalho Molina, no que diz respeito ao crime de ocultação de cadáver, considerado permanente e impassível de anistia pelo Juiz Federal Ali Mazloum da 10ª Vara Criminal Federal de São Paulo, que deu seguimento ao processo.

A partir da criação do GTJT em 2011, observamos que o Ministério Público Federal, em ação coordenada, consegue apresentar denúncias à Justiça Federal de Primeiro Grau em diferentes seções judiciárias para instauração de ações penais e para tornar réus diversos agentes que cometeram crimes contra a humanidade, na argumentação dos Procuradores. A argumentação da Corte Interamericana de Direitos Humanos na sentença do caso *Gomes Lund* passa a ser incorporada como obrigação internacional de cumprimento pelo Estado brasileiro, com previsão constitucional.

Mesmo nas representações criminais de 2008 e 2009, a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em casos de outros países, como o caso *Almonacid-Arellano vs. Chile*, já era invocada, sem que ainda houvesse ocorrido a manifestação da CorteIDH sobre o caso brasileiro. Naquele momento em 2008 e 2009, entretanto, como também não havia decisão do STF sobre a constitucionalidade da Lei de Anistia, os Procuradores podiam discutir a interpretação da lei de 1979 e aspectos que não teriam sido recebidos pela Constituição de 1988, como a interpretação de que o artigo 1º da lei anistiou os

crimes políticos e os conexos a estes. Para os procuradores que fizeram as representações, a lei não se aplicava às condutas imputadas aos agentes do estado.

O julgamento da constitucionalidade da Lei de Anistia pelo Supremo Tribunal Federal em abril de 2010, entretanto, anula esta discussão que os procuradores vinham fazendo sobre a sua interpretação. A decisão do STF passa a ser, então, o grande óbice à responsabilização penal dos perpetradores dos crimes contra a humanidade, com seu efeito vinculante sendo mencionado nas sentenças dos juízes das varas criminais que recebem as denúncias do MPF.

Por este motivo, Procuradores como Andrey Borges de Mendonça e Eugênia Gonzaga, nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, apontam que foi precipitado a Ordem dos Advogados do Brasil ter entrado com a ADPF nº 153 no Supremo Tribunal Federal naquele momento²⁷¹. Eugênia Gonzaga lembra que, para os colegas da área criminal, o problema antes era muito mais a prescrição do que a Lei de Anistia. Para Andrey Borges de Mendonça,

“Essa é a grande crítica que nós temos, quem trabalha na execução, contra a ADPF [nº 153]. Ela foi um grande erro, na minha visão, estratégico. A ADPF é um instrumento de controle concentrado. Você não avalia um caso, mas uma lei em abstrato. É muito diferente você julgar em abstrato falando que a lei é um pacto geral da sociedade, (...) [do que] falar que [tal caso concreto] está prescrito. Você vai olhar o caso e o cara tomou cinco tiros, foi torturado. Você vê que é muito mais fácil a argumentação pro juiz no caso abstrato do que num caso concreto. Um caso concreto, com suas particularidades, como o caso do Riocentro, vários outros casos que são bárbaros, eu acho que a argumentação seria melhor. (...) Naquele momento primeiro não tinha um debate tão maduro. A sociedade ainda estava enfrentando. Caso tivessem sido levados a julgamento, como o Riocentro, outros casos, se houvesse maior debate, a decisão poderia ter sido outra. (Mendonça, entrevista pessoal)”

Emilio Meyer também questiona a opção por entrar com a ADPF, visto que a decisão com efeitos *erga omnes* e vinculante impede novas discussões no sistema de casos concretos do controle jurisdicional difuso das leis (cf. Meyer, 2015b, pp. 76-77).

“Pode-se adicionar a essa perspectiva o argumento de que a produção de precedentes nesse campo do Direito Comparado se deu de modo mais incisivo por meio de uma atividade jurisdicional difusa que acabou por impulsionar a atuação de órgãos de cúpula” (Meyer, 2015b, p. 77)

²⁷¹ A Subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, em entrevista realizada para esta pesquisa, também discute esta questão. “Esse é o problema do controle de constitucionalidade concentrado. O problema do controle difuso é que demora pra chegar e tem os efeitos inconstitucionais, mas quando chega, ele já foi debatido. O controle concentrado é bom, porque manda de uma vez só para o Supremo fazer audiência pública, mas pode dar tudo errado e não ter tido debate nenhum. Se a OAB tivesse esperado um pouco, talvez tivesse conseguido. (...) Hoje, em outra composição, talvez o Supremo declarasse inconstitucional hoje. Mas a questão da anistia tem um caráter emocional para aquela geração, pra eles que sentem que aquilo foi um pacto histórico (Frischeisen, entrevista pessoal)”.

Há, no entanto, diversos autores, como Torelly, que discordam dessas observações, não acreditam que poderia se esperar uma mobilização de baixo pra cima e entendem que a ADPF é resultante e catalisadora de um novo ciclo e deve assim ser entendida.

A partir de 2011, então, os Procuradores passam a utilizar a formulação de André de Carvalho Ramos da teoria do duplo controle, segundo a qual não haveria conflito entre a decisão do STF na ADPF nº 153 e a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso *Gomes Lund*. Isto porque, enquanto o STF realizou um controle de constitucionalidade da Lei de Anistia à luz da Constituição Federal de 1988, a CorteIDH realizou o controle de convencionalidade à luz da Convenção Americana de Direitos Humanos, pelo qual a Lei da Anistia também deveria ter passado para poder ser considerada válida.

Como já tratado, percebe-se que as primeiras ações penais em 2012 e 2013 imputavam aos denunciados os crimes permanentes e não exauridos de sequestros e ocultações de cadáveres, facilitando a argumentação dos procuradores para a não abrangência temporal da Lei de Anistia e não início de contagem de prazo prescricional. Isso fez parte de estratégia do GTJT nos anos de 2012 e 2013, o que foi alterado a partir de 2014. A incidência de prazo prescricional é um ponto muito relevante, ainda que se consiga superar a questão da anistia, pois diversos juízes criminais hesitam em caracterizar as condutas como crimes contra a humanidade, o que as tornaria imprescritíveis e impassíveis de anistia.

No entanto, mesmo apresentando casos de sequestro e ocultação de cadáver, vários juízes aplicaram a presunção de morte, seja em decorrência da passagem do tempo, seja pela Lei nº 9.140/95, que reconheceu como mortos diversos desaparecidos, ignorando o caráter permanente destes delitos e criando uma presunção legal de morte com efeitos penais.

Marlon Weichert, em entrevista realizada em junho de 2016, lembra que apresentar primeiro as denúncias sobre os crimes permanentes foi uma estratégia combinada na 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, como já tratamos no capítulo anterior:

“Foi uma estratégia combinada. Nós começamos pelos casos que seriam mais fáceis, pra ver como o Judiciário reagia, porque no nosso entendimento o desaparecimento forçado não está abrangido pela ADPF nº 153. A ADPF nº 153 fala de anistia, porque presume crimes consumados. Então, pela própria construção do direito internacional e do direito interno, nós denunciemos como sequestro, porque são crimes permanentes. Mas a reação do Judiciário foi muito ruim. Isso foi uma tentativa. O Judiciário presumia morte, tem uma série de considerações e entendimentos. Foi uma tentativa de uma estratégia mais fácil, sempre com a decisão de que nós chegaríamos aos casos de homicídios consumados. O que houve foi o *timing* de decidir. O caso Rubens Paiva teve uma investigação maravilhosa feita pelos colegas do Rio. Eu digo pra você, a investigação do Riocentro e do Rubens Paiva, que foram feitas em paralelo, são exemplos de investigação criminal em termos de justiça de transição. Então, nós decidimos entrar, então, com os casos

de homicídio, e assim foi feito. O Rubens Paiva até que teve um bom avanço, mas o Judiciário termina barrando. Mas foi uma estratégia. Houve uma priorização dos casos de desaparecimento forçado, porque era a tese mais fácil de superar a ADPF nº 153, mas vamos dizer que ela não foi eficiente. (Weichert, entrevista pessoal)”

No que diz respeito à prescrição, diversos juízes se recusam a adotar as categorias de direito internacional e defendem que somente seriam imprescritíveis os crimes expressamente definidos pela Constituição, que são a tortura e a ação de grupos armados ilegais contrários ao Estado, sem que haja possibilidade de aplicação retroativa destes tipos penais e em defesa do princípio da legalidade. Assim, a partir de uma cultura jurídica positivista e soberanista, tem sido aplicada uma visão de direito penal enquanto defesa do cidadão contra o poder punitivo do Estado, uma barreira contra o Estado, em vez de uma ferramenta de proteção e defesa dos direitos humanos (cf. Bernardi, 2015, p. 546).

Após a formação do Grupo de Trabalho de Justiça de Transição, o MPF instaurou investigações criminais por crimes contra a humanidade cometidos contra mais de 440 vítimas durante a ditadura, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Sergipe e Pará, e foram ajuizadas, como visto, vinte e seis ações penais. Para o GTJT, este número comprova o compromisso do MPF na persecução das graves violações a direitos humanos cometidas durante o regime militar. Algumas ações foram admitidas em primeira instância, mas em algum momento todas foram trancadas, sobrestadas, suspensas ou rejeitadas nas instâncias superiores (Osório, 2016, p. 44).

Sobre as dificuldades internas no Ministério Público Federal, cabe apontar que houve promoção recente de arquivamentos por alguns promotores naturais de casos no Rio de Janeiro e em Pernambuco²⁷². Em entrevista realizada em junho de 2016, Marlon Weichert analisa que:

“Tivemos arquivamentos agora. Temos procuradores que continuam a arquivar, com base na anistia e na decisão do Supremo. Diminuiu muito, nós conseguimos reverter, até porque nos organizamos em grupos de trabalho, pessoas então mais vocacionadas. Isso sem violar o promotor natural, uma figura que existe. O procedimento já é distribuído para este grupo temático, uma forma de organização interna, mas houve essa diminuição. O Judiciário continua muito resistente, mas ainda há aqui problemas internos. Eu diria que, de uma posição absolutamente contra-majoritária, nós viramos minoritários e depois da decisão da Corte, nós somos uma pequena maioria. Não temos um consenso, não. Muitos procuradores resistem à possibilidade de que o direito internacional possa, por exemplo, superar o tema da prescrição. (...) Vem da cultura, e de uma certa ignorância e preconceito. (Weichert, entrevista pessoal)”

²⁷² Não obtivemos mais notícias sobre estes arquivamentos.

Para Bruno Bernardi (2015), ainda que a PGR tenha acolhido a tese e a 2CCR venha impulsionando, trata-se de uma minoria comprometida que vem colecionando muito mais derrotas do que vitórias, ou talvez apenas derrotas, e que enfrenta muitos obstáculos, da coleta de provas e da recusa da Polícia Federal até a postura do Judiciário. Discutiremos os obstáculos aos trabalhos na sequência. Em linha similar, o Procurador Andrey Borges de Mendonça avalia que:

“Mesmo dentro do Ministério Público, embora pareça que é uma posição institucional, é uma posição muito minoritária de quem aceita esta tese e a reconhece. Tanto que no Ministério Público [Federal] de São Paulo, nós temos somente três colegas que investigavam. Um deles [Anderson Vagner Gois dos Santos, que apresentou suas duas últimas denúncias em julho e agosto de 2015] arquivou os feitos, porque achou que enquanto o Supremo não mudasse sua posição, não haveria efetividade. Eu e uma outra colega [Ana Leticia Absy] que estamos investigando. O resto dos colegas, nenhum concorda, somos mais de 40 [Procuradores na Procuradoria da República em SP], quase nenhum acho que concorda com a tese. Pode ter algum ou outro, um ou dois, mas a grande maioria dos colegas, especialmente os que atuam na área criminal, são contrários à tese de que seria possível persecução penal destes crimes. Houve uma decisão institucional do Ministério Público no passado sobre estes crimes, mas esta decisão não reverberou na carreira (Mendonça, entrevista pessoal)”.

Por outro lado, nos trabalhos da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF no biênio de 2014 a 2016, entendemos que houve certa falta de priorização do tema após a saída da Subprocuradora-Geral da República Raquel Dodge da coordenação da 2CCR, que ela comandou de 2010 a 2014. Não houve novas publicações do Grupo de Trabalho Justiça de Transição, a última sendo do início de 2014, e o site do GTJT deixou de ser atualizado. Durante este biênio, esteve à frente da 2CCR o Subprocurador-Geral da República José Bonifácio Borges de Andrada.

Nas entrevistas com os Procuradores, pedimos para tratarem desta questão. Eugênia Gonzaga avalia que Raquel Dodge deu uma prioridade grande ao tema, que para ela tinha mais importância, e que poderia ter havido mais atuação da 2CCR nos últimos dois anos. Andrey Borges de Mendonça aponta que, “para o coordenador atual [José Bonifácio Borges de Andrada], não era a prioridade dele²⁷³. Nem acho que ele era contra, manteve o grupo, mas não era uma prioridade dele”. Foi um período, então, em que o tema saiu de pauta.

²⁷³ “Você vê que o próprio grupo de certa forma se desorganizou. Embora ele tenha ficado, mas o grupo não se reuniu mais ou se reuniu poucas pessoas e não o grupo todo, então me parece que houve, talvez, uma diminuição da prioridade. E [...] o tema saiu de voga politicamente [após o relatório da CNV em dezembro de 2014] e isso talvez tenha tido um reflexo na 2ª Câmara, então o tema se perdeu um pouco. (Mendonça, entrevista pessoal)”

Durante este período, no Ofício nº 1238/2015 – GAB/ICM/PRDF de 19 de fevereiro de 2015 ao então coordenador da 2CCR, o coordenador do Grupo de Trabalho Justiça de Transição, Procurador Ivan Cláudio Marx, apresenta a Andrada os trabalhos do GTJT. Assim, resume as denúncias oferecidas, informa que as investigações aumentaram gradativamente, o que demonstra “um esforço pela defesa do direito à justiça no Brasil”, expõe os argumentos utilizados²⁷⁴, recorda o parecer do PGR na ADPF nº 320 que acolhe a tese do GTJT e solicita a Andrada a realização de reunião com o PGR para se discutir a prorrogação de prazo da Força-Tarefa Araguaia (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2015b).

Após o relatório da CNV, em que foram apontadas 434 vítimas de mortes e desaparecimentos, o GTJT estava realizando triagem para identificar quais dessas vítimas ainda não eram objeto de investigação pelo MPF. Posteriormente, no Ofício nº 1641/2015 – GAB/ICM/PRDF de 5 de março de 2015, o Procurador Ivan Marx informa que, feita a triagem, foi solicitada abertura de investigações referentes a 102 novas vítimas²⁷⁵ que cobrem toda a relação do relatório da CNV e da sentença da CorteIDH. Somando-se a essas investigações as 290 anteriores sobre cerca de 340 vítimas, o MPF estava investigando crimes referentes a mais de 440 vítimas (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2015c).

Um ano e três meses depois, em 8 de junho de 2016, o Procurador Ivan Marx enviou novo ofício ao coordenador da 2CCR, José Bonifácio Borges de Andrada. Nele, atualiza as informações sobre os andamentos dos trabalhos, relata dificuldades e solicita:

- “a) a renovação dos trabalhos do GT Justiça de Transição;
- b) a gestão da 2ª CCR junto ao Procurador-Geral da República para agendamento de reunião para discutir a melhor forma de renovar-se a Força-Tarefa Araguaia;
- c) a gestão da 2ª CCR junto aos Procuradores-Chefe dos estados para que prestem apoio aos grupos de trabalho sobre justiça de transição já existentes (casos do RJ e SP) ou futuros;
- d) alocação de meios para que o GTJT possa cumprir com suas obrigações decorrentes do Termo de Cooperação com o Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – CJT/UFMG, visando ao desenvolvimento do projeto “Responsabilização e Ditadura” (Brasil, Ministério Público Federal, 2016d).

²⁷⁴ “Necessidade de dar cumprimento à decisão da CorteIDH no caso *Gomes Lund*, sua configuração como crimes contra a humanidade, imprescritíveis e impassíveis de anistia, e se tratarem de crimes permanentes o sequestro e a ocultação de cadáver”. Comenta, no entanto, a reticência do judiciário em aceitar as teses ministeriais, não demonstrando comprometimento com o controle de convencionalidade e descumprindo a sentença da CorteIDH.

²⁷⁵ Assim distribuídas: Acre (1), Bahia (1), Brasília (3), Ceará (4), Goiás (6), Mato Grosso (1), Minas Gerais (9), Pará (9), Paraíba (4), Paraná (6), Pernambuco (4), Rio Grande do Sul (12), Santa Catarina (1), São Paulo (34) e Tocantins (7).

Percebe-se que os trabalhos do GTJT haviam vencido em maio de 2016 e a 2CCR precisava renovar estes trabalhos. Ademais, a reunião com o PGR para renovação da Força-Tarefa Araguaia, fundamental para cumprimento da sentença da CorteIDH, ainda não havia ocorrido mais de um ano depois do ofício anterior. Em terceiro lugar, Procuradores membros de grupos de execução, como Andrey Borges de Mendonça em São Paulo, estavam entrando em contato para reclamar de falta de apoio institucional, falta de compensação e estrutura para os trabalhos. Mendonça havia informado que o grupo de São Paulo seria extinto por falta de apoio institucional²⁷⁶ (cf. Brasil, Ministério Público Federal, 2016d). Finalmente, Marx aponta que, em razão da falta de estrutura, o GTJT “não tem conseguido cumprir com sua parte e atender às demandas recebidas” dos procuradores que receberam as solicitações para instauração das 102 novas investigações depois do relatório da CNV e haviam pedido ajuda, bem como para um termo de cooperação acadêmica com a UFMG.

Esta era a situação em 8 de junho de 2016. No entanto, no mesmo mês foi nomeada a Subprocuradora-Geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen para a coordenação da 2CCR no novo biênio 2016-2018. Para Weichert, Gonzaga e Mendonça, Frischeisen é uma colega engajada em direitos humanos, com uma visão de direito penal para os direitos humanos, e as perspectivas de trabalho para o tema de justiça de transição com ela são boas.

Em entrevista realizada para esta pesquisa em 3 de agosto de 2016, algumas semanas após assumir a coordenação da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, Luiza Cristina Fonseca Frischeisen nos apresentou suas perspectivas de trabalho e confirmou que pretende sim dar visibilidade ao tema da justiça de transição.

“Agora eu cheguei na coordenação [da 2CCR] e estou fazendo o levantamento de todas as ações que foram propostas, de todos os procedimentos que existem ainda para propor ações, onde estão os recursos nos TRFs e no Superior Tribunal de Justiça, pra gente poder pedir a preferência. A gente está localizando e vai pedir a preferência para os ministros julgarem. Até meados de agosto a gente vai ter um quadro completo. (Frischeisen, entrevista pessoal)”

Em e-mail que nos foi enviado em 18 de agosto de 2016, Frischeisen nos repassou as tabelas com estes levantamentos de onde estão as ações e os procedimentos investigatórios criminais. A 2CCR levantou 434 investigações. Como visto, houve investigações instauradas para todos os casos que constam do relatório da Comissão Nacional da Verdade. Ademais,

²⁷⁶ Tendo em vista que, na entrevista concedida para esta pesquisa, Mendonça comentou que na Procuradoria da República em São Paulo são muito poucos os procuradores que concordam com as teses de persecução penal, a extinção do grupo de execução significaria que os casos poderiam ser distribuídos para outros procuradores, o que provavelmente resultaria em arquivamentos futuros.

além das 26 denúncias ajuizadas, que foram analisadas nas seções anteriores a partir da pesquisa realizada nos trabalhos publicados, da consulta processual e do acompanhamento do site do MPF, o novo levantamento da 2CCR apontou mais alguns procedimentos investigatórios criminais e ações em primeira instância.

Dentre as não contabilizadas no capítulo anterior, estão seis promoções de arquivamento do Ministério Público Federal em São Paulo, requeridas pela Procuradora Ana Leticia Absy desde o fim de 2015, nos casos de Miguel Sabat Nuet, Zoé Lucas de Brito Filho, Massafumi Yoshinaga, Ieda Santos Delgado, Alexandre Vannucchi Leme, Frederico Mayr e José Julio de Araújo, além de outros dois arquivamentos de casos de vítimas não identificadas na tabela. O MPF requereu e a Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo deferiu o arquivamento destas peças de informação em razão do falecimento dos autores dos crimes investigados. Carlos Alberto Brilhante Ustra seria o denunciado nestes casos. Tal situação atesta que, com o passar do tempo, os agentes da ditadura estão cada vez mais em idade avançada e logo não haverá mais quem denunciar.

Ademais, o levantamento registra outros doze arquivamentos de peças de informação nas Procuradorias da República dos Estados do Acre (1), Roraima (1), São Paulo (1), Paraná (2) e Bahia (7), alguns sobre os quais falta homologação pela 2CCR. No entanto, não foi possível acessar os documentos para compreender as motivações. Por fim, o levantamento registra dois casos de arquivamento das peças de informação pela Justiça Federal da Bahia, a pedido do MPF, nos casos das vítimas Inocêncio Pereira Alves e Péricles Gusmão Regis. No primeiro caso não foi possível obter acesso às informações; no caso de Péricles Regis, o autor do crime também já teria falecido, o que fez o Juiz Federal João Batista de Castro Junior, da 1ª Vara de Vitória da Conquista, deferir o arquivamento do procedimento em agosto de 2014.

Por fim, o levantamento registra um caso aguardando julgamento no TRF1, o caso de André Graboys, João Gualberto e Antônio Alfredo de Lima, como registrado na seção anterior; três casos aguardando julgamento no TRF3, os casos de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, Hiroaki Torigoe, Hécio Pereira Fortes; um caso arquivado no TRF3, o caso de Edgar Aquino de Duarte. Finalmente, quatro casos aguardam julgamento no STJ, os dois primeiros casos referentes à Guerrilha do Araguaia, o caso de Aluizio Palhano e o caso Riocentro; e dois casos aguardam julgamento no STF, os casos de Rubens Paiva e de Mário Alves.

Feito esse trabalho de levantamento, a nova coordenadora da 2CCR aponta, então, os próximos passos que pretende dar internamente no âmbito da Câmara.

“[Até 2014] era o momento de fazer o levantamento pra propor ação. Nesses últimos dois anos, você tem a propositura das ações. Há muitas ações propostas nesses dois últimos anos. A 2CCR é uma Câmara de Coordenação e Revisão. A minha ideia agora é recompor o Grupo [de Trabalho Justiça de Transição] de outra forma, com os colegas que estão na base fazendo as ações, porque agora o importante é saber onde estas ações estão, onde estes recursos estão e atuar para que haja o julgamento. Quando o STJ julgar, vai ter recurso para o Supremo. (...) Minha ideia é refazer esse grupo com as pessoas que estão propondo as ações, para que umas apoiem as outras, para que haja esse debate da construção das teses e ao mesmo tempo prestem auxílio aos colegas que têm mais dificuldade, que são os colegas de Marabá, com casos mais complexos, por causa dos documentos, e os casos perdidos que acabaram sendo revelados pela Comissão Nacional da Verdade e não estavam catalogados como perseguição e morte na ditadura. (...) O que vamos fazer enquanto Câmara, e já estamos fazendo na PGR. Localizamos os pareceres dos subprocuradores, vamos pedir para os subprocuradores pedirem preferência nos recursos e vamos discutir numa reunião criminal sobre a abordagem que a gente vai fazer com os ministros, se vai ser a Câmara, se vão ser os colegas. (...) Os outros, eu vou mandar ofício para os coordenadores criminais das PRRs, para os colegas locais pedirem a preferência na segunda instância. (...) Nas Procuradorias da República, este grupo vai ter que identificar o que ainda tem pra propor. E quais são as dificuldades, se a 2ª Câmara pode ajudar em alguma coisa em termos de coleta de depoimentos. (Frischeisen, entrevista pessoal)”

Nas palavras de Frischeisen, a justiça de transição é matéria prioritária da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão no próximo período.

“Nossas matérias prioritárias tiradas no Encontro Nacional bianual da 2ª Câmara são lavagem de dinheiro, crimes contra a previdência, pornografia infantil, que são nossos temas do dia-a-dia prioridades nacionais. Mas vou levar mais três: trabalho escravo, justiça de transição e tráfico de pessoas. São todos temas pelos quais o Brasil é cobrado internacionalmente por corte internacional de direitos humanos²⁷⁷ e que eu vou levar como prioritários para o colegiado da 2ª Câmara. São três temas que não têm volume, mas que vamos dizer que são importantes institucionalmente para o Ministério Público Federal, é o que a 2ª Câmara vai dizer. Porque quando a Corte Interamericana de Direitos Humanos cobra e diz que não tem ação de trabalho escravo no Brasil, quem é que tem que responder? É o Ministério Público Federal. Isso a gente também tem um trabalho forte com as questões de trabalho escravo. Também estou localizando onde estão as ações, pra pedir preferência. Temos outro grupo que acompanha as fiscalizações. E tráfico de pessoas a gente vai incorporar agora, porque o *United Nations against Drugs and Other Crimes*, o braço criminal da ONU, também está investigando e deve nos cobrar sobre tráfico de pessoas. Justiça de Transição entra aí como prioridade, porque é um tema caro à Câmara, que a gente organiza e pelo qual o Brasil é cobrado. E quando o Brasil é cobrado, a persecução penal cabe ao Ministério Público Federal. (Frischeisen, entrevista pessoal)”

²⁷⁷ Marlon Weichert também aponta como o MPF tem se aproximado do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: “É, nós temos uma proximidade com o Sistema Interamericano, uma penetração cada vez maior, é nossa estratégia se aproximar do Sistema Interamericano, especialmente na gestão do Dr. Rodrigo Janot. Ele reconhece a importância do Sistema e a necessidade de uma organização como o Ministério Público, que é autônomo em relação ao governo, também participar e acompanhar e tem dado encaminhamentos nesse sentido. Acabamos de assinar um memorando de entendimento com a Corte Interamericana de Direitos Humanos para parcerias, intercâmbio e cooperação. É a primeira vez que a gente tem isso, no caso. (Weichert, entrevista pessoal)”

Sendo assim, verifica-se a importância de haver, neste momento, a coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão e o Procurador-Geral da República favoráveis às teses de persecução penal do Grupo de Trabalho Justiça de Transição do MPF. No próximo período, o tema da justiça de transição parece ter melhores condições de se desenvolver nos trabalhos do Ministério Público Federal²⁷⁸.

Sobre as dificuldades de trabalho, em entrevista para esta pesquisa o Procurador Andrey Borges de Mendonça apontou dificuldades de funcionamento dos grupos de execução que realizam as investigações e oferecem as denúncias em primeira instância.

“O grande problema que nós estamos enfrentando aqui em São Paulo é que há uma tendência até de extinção destes grupos, porque são grupos voluntários que fazem trabalhos sem qualquer tipo de compensação. Eu faço o trabalho nestes casos, que não são quantitativamente grandes. Eu tenho 31 Procedimentos Investigatórios Criminais, mas não há nenhum tipo de apoio institucional, eu tenho atualmente só um estagiário. Eu tenho 31 PICs e toda minha atribuição normal, sem nenhum tipo de compensação, o que é um absurdo. Em uma investigação dessas, só pra localizar uma testemunha, às vezes demora uma semana. Tem que fazer uma pesquisa de fontes, fontes bibliográficas, material de arquivo e então só pra localizar uma testemunha que não foi ouvida, você precisa às vezes de uma semana. Pra localizar um investigado, saber quem é, é um tempo muito maior, então embora pareça não ser um número grande de casos, esses 31 PICs dão muito trabalho. (Mendonça, entrevista pessoal)”

Assim, o Procurador defende que institucionalmente se coloque colegas com dedicação exclusiva para atuar nestes casos, dada toda a complexidade das investigações²⁷⁹. A SPGR Luiza Frischeisen, no entanto, localiza os esforços para que se obtenham os julgamentos que estão parados e que os processos andem.

²⁷⁸ No entanto, observando os princípios da autonomia e independência funcional, cabe apontar que, daqui a dois anos, podem vir um novo Procurador-Geral da República e um novo coordenador da 2CCR não necessariamente favoráveis às teses construídas ao longo dos últimos anos. Da mesma forma, se os grupos de execução nos locais forem desfeitos, investigações em primeira instância podem voltar a ser arquivadas.

²⁷⁹ “Pra conhecer um caso desses, é preciso se debruçar sobre esse, estudar. É muito interessante, mas demora um tempo pra fazer essa análise e conhecer o caso. Seria necessário que tivesse mais gente. O que eu acho que o Ministério Público deveria fazer é realmente ter colegas com dedicação exclusiva para esses casos, porque eles demandam tempo e uma atuação que vá de cabeça e faça um trabalho de historiador pra fazer uma investigação profunda (...) Eu acho que o Ministério Público agora tem que repensar e dar um novo passo, que é grupos exclusivos para investigar esses casos, porque são casos que demandam. É uma investigação completamente diferente do que a gente tá acostumado, porque a gente investiga geralmente crimes que não são de homicídio. Quem investiga esses tipos de crime são os Ministérios Públicos estaduais. A gente investiga criminalidade mais de colarinho branco. Então é uma investigação totalmente diferente, a gente ir investigar crimes de homicídio, de tortura, são investigações bem diferentes do nosso metiê. (...) Então há uma particularidade nesses tipos de investigação que demandaria que alguém ficasse com exclusividade nesses casos (...) Se deu o apoio claro, há uma decisão institucional consolidada, mas o passo seguinte deve ser mais estrutura para essas investigações irem adiante, porque ainda não se deu os meios materiais na ponta, pra quem tá na execução, essas são as dificuldades que nós temos. (Mendonça, entrevista pessoal)”

“Neste tema, no Rio e em São Paulo há um grupo específico que trabalha com esses casos. Todas as representações deste tipo vão para estes colegas e eles se especializaram nisso. Só que acontece que isso tem um fim, porque os casos são finitos. Hoje a gente tem que fazer esses casos realmente acontecerem. Porque se disserem que está tudo prescrito, não tem caso nenhum. Não começaram as instruções de nada ainda, porque as ações foram trancadas. Precisa começar a instrução antes que todo mundo morra. Primeiro a gente tem que fazer esses processos andarem. E quais são os mais importantes? O do STF e do STJ, porque eles vão dar o paradigma. O momento agora é destravar essa discussão nos TRFs e no STJ, nem que seja para remeter tudo para o Supremo [Tribunal Federal] e dizer que a bola está com eles. Vamos fazer esse levantamento das ações e dar visibilidade. É isso que a gente tem que fazer hoje” (Frischeisen, entrevista pessoal).

Percebe-se, portanto, que há uma demanda de maior apoio institucional por parte dos procuradores que atuam na primeira instância e que estão com os procedimentos investigatórios criminais para propor as ações. No entanto, a coordenadora da 2CCR destaca a necessidade de se destravar as ações que já foram propostas, mas estão travadas em segunda instância e nos tribunais superiores. Neste sentido, as decisões dos tribunais superiores terão importância por determinarem uma interpretação vinculante para a primeira e a segunda instância.

Vistas as dificuldades dos trabalhos no MPF, é necessário apontar que os Procuradores enfrentam dificuldades de colaboração com outros órgãos. Conforme registra a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (2015b, p. 42), a polícia federal “não está comprometida com a investigação das violações a direitos humanos perpetradas durante o regime de arbítrio, não havendo instaurado nenhum procedimento investigativo por sua própria iniciativa”. Marlon Weichert também discute a questão:

“A Polícia nunca ajudou em nada. (...) As investigações foram todas 100% conduzidas pelo Ministério Público. Então, por exemplo, se o Ministério Público Federal não tivesse a capacidade de investigação... Não sei se você se recorda da PEC 37, que retirava o poder de investigação do Ministério Público. Se o Supremo tivesse entendido que o Ministério Público não tem poder de investigação, não haveria nenhum caso da ditadura. (...) Então, se tivesse passado a PEC 37, não poderia haver um único caso da justiça de transição. (...) A decisão do governo foi de não mexer. Tentou-se algumas vezes trabalhar com a Polícia Federal e o resultado foi absolutamente nulo. [O governo] nunca esteve progressista neste caso. O [José Eduardo] Cardozo quando assumiu o Ministério da Justiça, eu tive uma reunião com ele. O compromisso dele era ‘não, vamos levar adiante, vamos superar isso tudo’ e a gente vê logo que não era a posição do governo. Poderia ser a posição pessoal dele, mas não é a posição do governo. O governo é a favor da impunidade. Foi e continua sendo em todos os governos. Fernando Henrique [Cardoso], Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, e muito mais agora [Michel Temer]. Agora não há nem sequer diálogo. (Weichert, entrevista pessoal)”

Da mesma forma, Andrey Borges comenta que as Forças Armadas se recusam a colaborar com as investigações e a entregar informações sobre os suspeitos e os fatos

investigados, o que mostra a falta de depuração institucional depois da ditadura. A Comissão Nacional da Verdade também já havia encontrado diversas dificuldades no relacionamento com as Forças Armadas (cf. Weichert, 2014b, p. 115).

“Há várias dificuldades, porque até hoje a gente não sabe o nome das pessoas que trabalharam no DOI-CODI, porque não consegue identificar. Tantos anos e você não sabe a lista de pessoas que trabalharam lá, porque as Forças Armadas não entregam, dizem que não tem, não colaboram em nada. Qualquer informação que a gente pede para qualquer órgão tem que ir pro Comando e eles não passam. O que eles podem criar de resistência... (...) Tudo que eles puderem fazer pra dificultar a investigação, eles fazem. O que demonstra que eles não fizeram nenhum tipo de filtro (Mendonça, entrevista pessoal).”

Sobre a participação dos familiares das vítimas nos procedimentos, vimos que a CorteIDH assentou que a Convenção Americana de Direitos Humanos assegura às vítimas e seus familiares um direito ao esclarecimento dos fatos e definição das responsabilidades, devendo existir recursos efetivos e ser possibilitada a participação delas em todas as etapas desses processos. No Brasil, no entanto, não se pôde evoluir na garantia às vítimas e aos familiares pelo fato de os processos criminais no país estarem com seu trâmite trancado. O MPF, no entanto, aciona os familiares das vítimas nas investigações para tomar conhecimento do inquérito, manter contato e aportar informações, fazendo comunicação prévia aos familiares antes de apresentar uma denúncia²⁸⁰ (Marx apud Osmo, 2016, pp. 57-58).

Com a passagem do tempo e a distância entre os fatos e a investigação, há uma dificuldade ainda maior para conseguir provas e a investigação é extremamente complexa. Em entrevista para Carla Osmo, os procuradores Eugênia Gonzaga e Ivan Marx apontam que eram usadas técnicas para dificultar a demonstração dos fatos, como a compartimentação das informações, o uso de codinomes²⁸¹, muita documentação não foi entregue até hoje pelo Exército e testemunhas importantes já faleceram, bem como os autores dos crimes estão em

²⁸⁰ Sobre este aspecto, o Procurador Andrey Borges de Mendonça, em entrevista realizada para esta pesquisa, comenta: “Uma das decisões da CorteIDH é de trazer os familiares. Geralmente a gente sempre tenta buscar os familiares. Há um núcleo de familiares que tem mais pró-atividade nesse campo, como a Amelinha [Teles], Ivan Seixas, Iara Xavier (...), então tem esses que a gente sempre tem contato. Eles participam, são muito pró-ativos, mas nem todos os familiares têm o interesse em acompanhar. Mas nosso dever, até pela decisão da CorteIDH é de ir atrás, até porque eles é que guardam e são a maior fonte dessas provas. Eles conseguem ter os documentos arquivados. (Mendonça, entrevista pessoal)”

²⁸¹ O Procurador Andrey Borges de Mendonça avalia que a parte da autoria é muito difícil, pois o uso de codinomes por parte dos militares foi muito perspicaz e dificulta a apuração. Há uma dificuldade para chegar ao nome da pessoa e identificar a autoria, que não é normal em outros casos.

idade avançada e, muitos deles, morrendo²⁸² (cf. Osmo, 2016, p. 59). Disso decorre uma dificuldade de reunião das provas das circunstâncias do crime e de sua autoria²⁸³.

Assim, as contribuições das vítimas e dos familiares que conseguem obter evidências por seu próprio esforço têm sido relevantes para o esforço do Ministério Público Federal, bem como os testemunhos coletados e as demais evidências reunidas e produzidas pelas comissões da verdade (Osmo, 2016, p. 59) e pela Comissão de Anistia²⁸⁴. Ademais, o relatório da Comissão Nacional da Verdade, as publicações “Brasil Nunca Mais” de 1985, organizada pela Arquidiocese de São Paulo a partir de documentos retirados de autos de processos que tramitavam perante a Justiça Militar, e o livro de 2007 da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos são trabalhos de documentação citados pelos procuradores e utilizados nas denúncias. Para fazer prova agora teria que ser testemunhal, mas como diversas testemunhas estão em idade avançada ou já faleceram, há um trabalho fundamental de recuperação de documentos.

“A grande dificuldade hoje para a persecução penal é a produção de provas, (...) porque já se passaram muitos anos e as pessoas mais conhecidas morreram, estão morrendo. Então é um trabalho muito difícil de investigação. É por isso que, às vezes, essas investigações não decolaram ainda tanto, mas eu acho que, do que a gente tinha cinco anos atrás, hoje a gente tem um cenário muito melhor. (...) No ano passado no encontro das Comissões da Verdade, o meu pedido pra eles foi esse: “Produzam provas, ouçam as pessoas e produzam provas que possam ser usadas pelo Ministério Público pra processar”, porque isso falta. Todo mundo fica de ouvir dizer, mas ninguém chama a pessoa para tomar o depoimento. (...) E eles têm mais condições de fazer isso nos locais do que as Comissões Nacionais. Vários estados têm [comissões da verdade], deve haver umas quinze em funcionamento. E municípios têm. Petrópolis, local da Casa da Morte de Petrópolis, acabou de lançar a sua Comissão da Verdade. Então eu achei uma ótima iniciativa e acho que isso tem que ser feito. (Gonzaga, entrevista pessoal)”

²⁸² O caso mais simbólico é o de Carlos Alberto Brilhante Ustra, falecido em novembro de 2015 e que havia sido denunciado em diversas ações criminais pelo Ministério Público Federal.

²⁸³ Paulo Abrão, em entrevista para Carla Osmo (2016), reflete se pode ser exigido o mesmo formalismo e rigor probatório que o adotado nas ações penais sobre violações ocorridas durante a democracia. Osmo aponta ainda que pareceres de 2014 de Gilberto Bercovici, Emílio Peluso Neder Meyer e José Carlos Moreira da Silva Filho defendem a inversão do ônus da prova em benefício das vítimas nos casos de graves violações de direitos humanos ocorridas durante os regimes de exceção, quando há ocultação e adulteração das informações pelo próprio Estado.

²⁸⁴ Osmo (2016, pp. 59-60) aponta que a Comissão de Anistia reuniu um conjunto de documentos que dá visibilidade a quase 40 mil situações de perseguições políticas, que pode servir de elemento probatório nas ações penais. Além disso, como já demonstrado no primeiro capítulo, a Comissão Nacional da Verdade em seu relatório final identificou os nomes de 377 autores das graves violações, cuja participação nos crimes ficou demonstrada de modo inequívoco (Pedro Dallari apud Osmo, 2016, p. 60). O relatório da CNV consolidou muitas informações que podem ser subsídio para a propositura de ações. Mezarobba (2014) também destaca este papel das comissões da verdade na produção de provas.

A Procuradora aponta que as coordenadorias de memória e verdade, como a da Prefeitura de São Paulo e a do Estado do Rio de Janeiro, também podem colaborar na produção de provas. Da mesma forma, Andrey Borges de Mendonça abordou essas dificuldades.

“Pra nós, é muito difícil até coletar essas provas. Toda nossa apuração é pra coletar o que já foi produzido e em um caso ou outro você consegue... Porque, você imagina, esses familiares vêm há vinte anos fazendo essas provas, em épocas muito mais próximas dos fatos, então eles têm muito mais elementos. Hoje é muito mais difícil conseguir uma testemunha nova ou um fato novo. Às vezes até aparece, mas é muito mais raro. Então nosso trabalho é muito mais de historiador de fazer essa coleta, do que fazer essa investigação de fonte novas. Em um outro caso, como o Riocentro, em que houve uma apuração bem profunda, eu acho que ele trouxe novos elementos. Mas a maior parte dos casos, o que tem sido feito é levantamento de informações e dados. (Mendonça, entrevista pessoal)”

Por fim, é preciso sintetizar a postura conservadora do Poder Judiciário, que não tem aceitado as teses ministeriais. A procuradora Eugênia Gonzaga aponta que “[o] Poder Judiciário brasileiro considera ainda que vale a sua decisão interna, pelo Supremo Tribunal Federal, de que a Lei de Anistia se aplica sim aos crimes cometidos pelos agentes da ditadura”, sem levar em conta o direito internacional (Gonzaga apud Osmo, 2016, p. 44). Em ofício de 2015 ao então coordenador da 2CCR, o procurador Ivan Marx também afirma que “o judiciário tem sido muito reticente em aceitar as teses ministeriais, não demonstrando maior comprometimento com o controle de convencionalidade, o que marca o descumprimento da sentença da CorteIDH” (Brasil, Ministério Público Federal, 2015b).

Em entrevista realizada para esta pesquisa em junho de 2016, Andrey Borges de Mendonça também avalia a repercussão das denúncias ofertadas pelo MPF no Judiciário.

“Essa foi a primeira tese [a de que sequestro era crime permanente], que teve até uma recepção maior no Judiciário. Teve o caso do Araguaia [terceira denúncia, contra o Lício Maciel], que de certa forma também foi sequestro e mais alguns. O caso do Edgar chegou quase a ter interrogatório, ou seja, tava quase no final da ação penal, chegou a haver instrução, foi o único caso que eu saiba, foram ouvidas as testemunhas de acusação e defesa. Um dia antes do interrogatório, o Ustra entrou com uma Reclamação no Supremo e a Rosa Weber suspendeu. Aí ele morreu, voltou a andar o processo e um dia antes, não sei se o Carlinhos Metralha ou o outro entrou com uma Reclamação e a Rosa Weber suspendeu. Foi o único que foi pra frente. O resto, principalmente, nos casos de homicídio, os juízes têm sido muito resistentes²⁸⁵ a aceitar as teses institucionais de que haveria imprescritibilidade e não haveria anistia. (Mendonça, entrevista pessoal)”

²⁸⁵ O Procurador aponta que “É muito interessante, porque você começa a perceber que há uma dificuldade de o Brasil reconhecer essas decisões das cortes internacionais, até pela formação das faculdades de direito que são muito nacionalistas, apegadas à soberania. (...). Interessante que a Flávia Piovesan fez um estudo que refletia que as decisões dos juízes citavam muito mais a jurisprudência do Tribunal Constitucional alemão do que a

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen também resume esta situação, na qual nenhuma ação está tramitando, “ou porque as denúncias foram rejeitadas e tiveram Recurso, ou porque houve a concessão de *habeas corpus* nos TRFs” (Frischeisen, entrevista pessoal). Enquanto isso, o Supremo Tribunal Federal tem uma decisão vinculante, que prende os juízes, e não julga os embargos de declaração da ADPF nº 153. Conforme vimos nas ações penais ajuizadas,

“Há vários problemas relativos a uma ausência de compreensão do significado e cogência do direito internacional dos direitos humanos e de seus conceitos: crimes contra a humanidade, imprescritibilidade, impossibilidade de incidência de anistia passam ao largo de decisões que ainda enxergam uma oposição entre soberania e direitos humanos, com franca precedência da primeira, principalmente em nome da suposta eficácia vinculante da decisão do STF na ADPF nº 153. (...) Outros argumentos que ainda apareceriam em decisões de rejeição das ações penais: o questionamento dos efeitos permanentes dos crimes de sequestro praticados; a definição de que o crime de ocultação de cadáver é crime instantâneo de efeitos permanentes (e não crime permanente; e, o que chama mais atenção, a reiterada despreocupação com os efeitos da decisão da CorteIDH no Caso *Gomes Lund* e o papel do direito internacional dos direitos humanos (Meyer, 2016b, pp. 53-54).

Inevitavelmente, no entanto, o tema chegará ao Supremo Tribunal Federal, seja em razão das ações promovidas pelo MPF, porque o próprio MPF recorrerá até o STF, ou o réu recorrerá, como já ocorreu em alguns casos, seja pelo julgamento da ADPF nº 320 ou dos embargos de declaração da ADPF nº 153. A composição do Tribunal mudou em relação a abril de 2010 e há cinco novos ministros, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Teori Zavascki e Luiz Edson Fachin, o que pode levar a um novo resultado.

Ou seja, embora a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 153 seja o grande óbice para a persecução penal hoje, há alguma perspectiva com o julgamento da ADPF nº 320. Marlon Weichert (entrevista pessoal) não acredita que o STF irá reconsiderar a decisão da CorteIDH, pela importância do Sistema Interamericano de Direitos Humanos para o Brasil. “O Procurador-Geral deu um parecer favorável e discute exatamente a obrigação de cumprir a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, é isso que é a essência hoje da questão (Weichert, entrevista pessoal)”. Eugênia Gonzaga também avalia:

“Para a responsabilização, tudo depende da decisão do STF. O que vai mudar é alguma forma de pressão. Como Comissão de Anistia, nós já fizemos reunião com o

jurisprudência da Corte Interamericana a que a gente é submetido e é obrigatório, né” (Mendonça, entrevista pessoal).

Lewandowski, com o Fux que é o relator do tema, pedindo a designação de uma audiência pública. Porque como todo tema espinhoso, como cotas, aborto de anencéfalos, o Supremo foi feliz na decisão de marcar uma audiência pública, trazer especialistas e discutir a fundo. Nós queríamos que, pelo menos uma Audiência Pública, fosse marcada sobre este tema. Fizemos o pedido, mas ainda não sabemos se o Fux vai deferir ou não. Quanto mais órgãos pedirem ou falarem sobre isso, é muito importante” (Gonzaga, entrevista pessoal).

Além disso, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos vai novamente analisar casos de graves violações de direitos humanos ocorridas no regime militar brasileiro, como vimos nos capítulos anteriores. O caso de Vladimir Herzog já foi submetido à CorteIDH, enquanto os casos de Luiz José da Cunha e de Eduardo Collen Leite estão sob análise da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Trata-se de uma estratégia de fazer mais pressão em cima do Supremo Tribunal Federal em um momento no qual o tema da justiça de transição saiu de pauta, especialmente após a publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade. Conforme avalia Andrey Borges de Mendonça:

“Hoje, infelizmente, o tema saiu de pauta, né, essa é a minha percepção. Especialmente depois do relatório da Comissão da Verdade, talvez pelo caso da Lava Jato e do aspecto político hoje dominante, o tema ficou um pouco em segundo plano, não é falado. De vez em quando tem uma ou outra coisa nova, mas me parece que o tema saiu um pouco de pauta. E o Supremo Tribunal Federal é metade político, metade jurídico. Mas realmente hoje quando eu faço uma apuração e denuncio é muito mais em reconhecimento aos familiares, num exercício muito mais de memória histórica do que de persecução eficiente. Eu denuncio hoje já sem esperança de que o caso vá ser aceito pelos tribunais. (Mendonça, entrevista pessoal)”

O Procurador considera, no entanto, que, mesmo que as denúncias não sejam recebidas, para os familiares é importante o reconhecimento de um órgão estatal, como o Ministério Público, visto que são trinta ou quarenta anos sem nenhum tipo de reconhecimento. A efetividade, no entanto, é pequena e só deve haver mudança caso o Supremo Tribunal Federal entenda que é possível a persecução penal para estes crimes em um novo julgamento.

Conforme aponta Emilio Meyer (2016b, p. 53), a litigância de direitos humanos levada adiante pelo MPF pode trazer futuros benefícios para a justiça de transição brasileira, embora o quadro em relação à atuação do Poder Judiciário seja bastante árduo. No entanto, as composições dos tribunais se alteram e o debate futuro no STF envolverá novos ministros. Para que se avance, é fundamental que a pressão da sociedade civil para fortalecer e municiar o papel do MPF nesse tema, em particular na tentativa de consolidar o pilar da responsabilização criminal individual na justiça de transição brasileira (Meyer, 2016b, p. 55).

Sobre isto, percebe-se no Brasil uma reação contrária à decisão do Supremo Tribunal Federal que julgou constitucional a Lei de Anistia na ADPF nº 153. Instituições como a Comissão Nacional da Verdade, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal incorporaram a norma global de responsabilidade internacional e a categoria de crimes contra humanidade, consolidada na normativa internacional, para pautar a punição dos agentes da ditadura. Ademais, dois projetos de lei para revisão da Lei de Anistia tramitam no Legislativo. Neste sentido, a sentença da CorteIDH empoderou atores e impulsionou a judicialização das medidas transicionais no país (cf. Meyer, 2016a, p. 131), reagindo a decisões conservadoras como a do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 153.

A condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos teve, portanto, repercussão direta na luta pelo direito à justiça no Brasil, impulsionando a pauta, mas a resposta do Judiciário tem sido tímida. O Judiciário tem sido usado por diversos atores na tentativa de interferir na política do Estado de justiça de transição, especialmente quando se observa que o Legislativo e o Executivo apresentaram diversas falhas, mas ficam as questões de qual a permeabilidade do Judiciário e que papel pode cumprir, que relação o judiciário deve ter com outros órgãos do Estado, como a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e as comissões da verdade. Parece que, em razão de uma cultura jurídica autoritária e de certa continuidade institucional, o Judiciário brasileiro tem se mostrado refratário a uma cultura jurídica de proteção aos direitos humanos. Estas são agendas de pesquisa que futuramente podem ser exploradas.

Considerações Finais

Ao longo desta dissertação, pudemos comprovar como a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos impactou diretamente o trabalho realizado pelo Ministério Público Federal na persecução penal das graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar no Brasil. Abriu-se uma janela de oportunidades, que foi aproveitada por um grupo de procuradores do MPF para debater o tema e as possibilidades de responsabilização dos agentes da ditadura, e ocorreu uma gradual institucionalização da pauta. Se, em 2008 e 2009, apenas dois procuradores tentavam iniciar investigações criminais, depois da decisão da CorteIDH houve uma tomada de decisão institucional, e é possível afirmar hoje que o Ministério Público Federal é favorável à persecução penal dos agentes da ditadura e tem atuação organizada com vistas a isso.

Assim, no primeiro capítulo discutimos a emergência de uma norma global de responsabilização penal individual desde o fim da Segunda Guerra Mundial e de um fluxo de responsabilização dos crimes contra a humanidade, que alguns autores vão chamar de cascata da justiça. No Brasil, com a edição da Lei da Anistia e o início do nosso processo de redemocratização nos anos 1980, prevaleceu a impunidade dos agentes do Estado brasileiro que cometeram tais crimes, e a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF nº 153 em 2010 impediu mais uma vez que a cascata da justiça alcançasse os crimes da ditadura no país. Neste sentido, a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund*, fruto de um processo de mobilização transnacional do direito por partes dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, gerou o que na literatura se chama de efeito bumerangue. Os reclamos domésticos por responsabilização foram remetidos à corte internacional e retornaram para o plano doméstico de modo a destravar a atuação institucional do Ministério Público Federal, instituição que ganhou autonomia e independência dos demais poderes com a Constituição de 1988.

Como vimos no segundo capítulo, os familiares de mortos e desaparecidos políticos fizeram diversas tentativas de judicialização para responsabilização dos crimes da ditadura desde os anos 1970, mas havia forte isolamento da pauta, de modo que, em geral, somente avançaram os pedidos de indenização contra a União, reconhecendo a responsabilidade do Estado, mas não de seus agentes. O Ministério Público Federal, por sua vez, até a Constituição de 1988 era submetido ao Ministério da Justiça, não havendo assim possibilidade de iniciar ações penais naquele momento. Vimos que, mesmo após a Constituição de 1988 não havia condições políticas na instituição para fazer a pauta avançar,

pois os procuradores com mais tempo de carreira tinham feito parte da instituição durante a ditadura. Somente com a entrada de uma nova geração de procuradores é que haverá maior permeabilidade ao tema.

Assim, familiares de mortos e desaparecidos políticos procuraram o Ministério Público Federal no final dos anos 1990, com demandas na esfera cível de localização e identificação de corpos de desaparecidos políticos, e encontraram dois procuradores que iniciaram um processo de debate interno favorável à responsabilização dos agentes da ditadura. A primeira representação para a área criminal do Ministério Público Federal por parte destes dois procuradores ocorreu em 2008, mas houve em todos os casos, exceto um, promoções de arquivamento internamente, aceitas pela Justiça Federal. Naquele momento, a posição era muito minoritária no interior da instituição. Cabe ressaltar que estes procuradores utilizaram, já nestas representações, uma fundamentação baseada na noção de direito internacional segundo a qual os crimes da ditadura se tratam de crimes contra a humanidade e fizeram uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, mesmo que o caso brasileiro ainda não tivesse sido analisado pela CorteIDH. Posteriormente, em abril de 2010, no entanto, o então Procurador-Geral da República apresentou posição contrária à responsabilização criminal perante o STF no julgamento da ADPF nº 153.

Como vimos no terceiro capítulo, a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2010 se tratou de um verdadeiro ponto de virada na atuação institucional do Ministério Público Federal. A procuradora que havia assumido a coordenação da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão era favorável à tese da persecução penal dos crimes da ditadura, de modo que se formou um grupo de procuradores que aproveitou as oportunidades abertas com a sentença, conseguiu fazer o debate interno avançar, institucionalizou um novo posicionamento e criou um grupo de trabalho institucional para coordenar a atuação na pauta. O Ministério Público Federal tomou para si a responsabilidade de fazer cumprir a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no que diz respeito à responsabilização criminal dos agentes que cometeram graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar e iniciou as estratégias para oferecer denúncias nestes casos. A posição se institucionaliza ao máximo quando é acolhida pelo Procurador-Geral da República que tomou posse em 2013.

No quarto capítulo, vimos que o Ministério Público Federal ofertou vinte e seis denúncias à Justiça Federal sobre casos da ditadura militar nos últimos cinco anos. Primeiramente, os Procuradores optaram por apresentar denúncias sobre os crimes

permanentes de sequestro e ocultação de cadáver, que, por ainda estarem em execução, se afastariam da abrangência da Lei de Anistia e poderiam ter uma recepção mais favorável do Judiciário. Posteriormente, passaram a oferecer denúncias nos crimes de homicídio, lesão corporal, falsidade ideológica, entre outros. A fundamentação geral do Ministério Público Federal nestes casos é de que estes são crimes contra a humanidade de acordo com o direito internacional, o que afasta os óbices da anistia e da prescrição à persecução penal, e que o Brasil deve cumprir a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, por se tratar de uma obrigação internacional do Estado brasileiro, visto que o Brasil se submeteu voluntariamente à jurisdição da Corte IDH. Assim, vemos como o Ministério Público Federal é um ator judicial fundamental para as relações internacionais e que tem feito uso do direito internacional dos direitos humanos.

Em geral, a recepção do Judiciário foi muito ruim. As poucas denúncias recebidas em primeira instância foram trancadas ou sobrestadas em segunda instância ou nos tribunais superiores. Como tanto o Ministério Público Federal quanto a defesa dos acusados apresentam recursos, inevitavelmente o Judiciário será chamado a se manifestar mais vezes sobre a responsabilização penal dos agentes da ditadura nos próximos anos e este tema voltará a ficar em evidência na opinião pública e no debate acadêmico. Como agenda de pesquisa futura, ficam as questões de por que o Judiciário tem tido essa postura refratária à pauta da justiça de transição. Alguns autores afirmam que há uma cultura jurídica autoritária no Judiciário, pouco afeita ao direito internacional dos direitos humanos. Trata-se de uma rejeição à pauta da justiça de transição ou ao direito internacional dos direitos humanos como um todo, e o que explica essa postura refratária? Tendo em vista a importância dos atores judiciais domésticos para a internalização da norma global de responsabilização individual, que papel o Judiciário pode cumprir para a implementação de políticas transicionais no Brasil? Estas são algumas questões de agenda de pesquisa para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, Paulo.; TORELLY, Marcelo D. “As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça”. In: *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.
- _____.; GENRO, Tarso. “Justiça de Transição”. In: Avritzer, Leonardo [et al]. *Dimensões políticas da justiça*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.
- _____.; TORELLY, Marcelo D.. “Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia”. In: SOARES, Inês Virginia Prado; PIOVESAN, Flávia (coord.). *Direitos humanos atual*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014.
- ARANTES, Rogério. “Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, nº 39, 1999.
- _____. “Ministério Público na fronteira entre a Justiça e a Política”. In: *Justitia*, v. 197, 2007.
- BASSIOUNI, Cherif. “Law and Contemporary Problems”. v. 59, n. 4, p. 9-28, 1996.
- BASTOS, Lucia Elena Arantes Ferreira. “As leis de anistia face ao direito internacional. O caso brasileiro”. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- _____. “As leis de anistia face ao direito internacional e à justiça transicional”. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. (coords.). *Memória e verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- _____. “Violações em massa e reparações: as contribuições da Corte Interamericana de Direitos Humanos”. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord). *Impacto das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Jurisprudência do STF*. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.
- BERNARDI, Bruno Boti. “O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a Justiça de Transição: impactos no Brasil, Colômbia, México e Peru”. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política da USP. São Paulo, 2015.
- _____. “Justiça de transição e as leis de anistia na Corte Interamericana de Direitos Humanos”. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord). *Impacto das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Jurisprudência do STF*. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

BOOTH, W. James. *Communities of Memory: On Witness, Identity, and Justice*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília, CNV, 2014.

_____. “Constituição (1988)”. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 5 out. 1988.

_____. “Constituição (1988)”. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Senado, 5 out. 1988.

_____. “Lei nº 4.898”. Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. Brasília, 9 dez. 1965.

_____. “Lei nº 6.683”. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, 28 ago. 1979.

_____. “Lei nº 9.140”. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, 4 dez. 1995.

_____. “Emenda Constitucional nº 26/1985”. Convoca Assembléia Nacional Constituinte e dá outras providências. Brasília, 27 nov. 1985.

_____. Justiça Federal. 1ª Vara Criminal, do Júri e das Execuções Penais da Seção Judiciária de São Paulo. Sentença de homologação de arquivamento. Autos nº 2008.61.81.012372-1. Juíza Federal Paula Mantovani Avelino. São Paulo/SP, 12 de janeiro de 2009a.

_____. Justiça Federal. 1ª Vara Criminal, do Júri e das Execuções Penais da Seção Judiciária de São Paulo. Sentença de homologação de arquivamento. Autos nº 2008.61.81.013434-2. Juíza Federal Paula Mantovani Avelino. São Paulo/SP, 9 de janeiro de 2009b.

_____. Justiça Federal. 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de São Paulo. Sentença sobre inquérito policial. Autos nº 2009.61.81.013046-8. Juiz Federal Ali Maloum. São Paulo/SP, 25 de maio de 2009c.

_____. Justiça Federal. 7ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Sentença de homologação de arquivamento. Autos nº 2009.51.01.809410-8. Juiz Federal Marcelo Ferreira de Souza Granado. Rio de Janeiro/RJ, 10 de setembro de 2009d.

_____. Justiça Federal. 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA. Denunciante: MPF. Denunciado: Sebastião Curió Rodrigues de Moura. Juiz Federal João César Otoni de Matos. Marabá/PA, 16 de março de 2012a.

_____. Justiça Federal. 10ª Vara Federal Criminal da 1ª Subseção Judiciária São Paulo. Autos nº 0004204-32.2012.403.6181. Denunciados: Carlos Alberto Brilhante Ustra e Dirceu Gravina. São Paulo, 22 de maio de 2012b.

_____. Justiça Federal. 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA. Denunciante: MPF. Denunciado: Sebastião Curió Rodrigues de Moura. Juíza Federal Nair Cristina P. de Castro. Marabá/PA, 29 ago. 2012c.

_____. Justiça Federal. 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA. Denunciante: MPF. Denunciado: Lício Maciel. Juíza Federal Nair Cristina P. de Castro. Marabá/PA. 29 ago. 2012d.

_____. Justiça Federal. 9ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de São Paulo. Sentença judicial. Autos nº 0011580-69.2012.4.03.6181. 23 out. 2012e

_____. Justiça Federal. 5ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de São Paulo. Sentença judicial. Autos nº 0004823-25.2013.4.03.6181. jan. 2014a

_____. Justiça Federal. 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. Sentença judicial. Autos nº 0005684-20.2014.4.02.000. 13 mai. 2014b

_____. Justiça Federal. 5ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. Sentença judicial. Autos nº 0023005-91.2014.4.02.510. 26 mai. 2014c

_____. Justiça Federal. Vara Única da Subseção Judiciária de Rio Verde. Sentença judicial. Autos nº 0003088-91.2013.4.01.3503. 26 ago. 2014d

_____. Justiça Federal. 1ª Vara Federal Criminal de São Paulo. Sentença judicial. Autos nº 0012647-98.2014.4.03.6181. 30 set. 2014e

_____. Justiça Federal. 1ª Vara Federal Criminal de São Paulo. Sentença judicial. Autos nº 001635122.2014.4.03.6181. 13 jan. 2015a.

_____. Justiça Federal. 1ª Vara Federal Criminal de São Paulo. Sentença judicial. Autos nº 0007502-27.2015.4.03.6181. 10 ago. 2015b.

_____. Justiça Federal. 8ª Vara Federal Criminal de São Paulo. Sentença judicial. Autos nº 0001208-22.2016.4.03.6181. 24 fev. 2016a.

_____. Justiça Federal. 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de São Paulo. Sentença judicial. Autos nº 0003768-34.2016.4.03.6181. 2 mai. 2016b.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Parecer na Extradicação nº 974. Brasília: Procuradoria Geral da República, 26 mai. 2008a.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Promoção de Arquivamento. Autos nº 2008.61.81.012372-1. 4 set. 2008b.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Promoção de Arquivamento. Autos nº 2008.61.81.013434-2. 12 set. 2008c.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Ref. Às peças de informação do Ministério Público Federal (complementação de teor). 24 set. 2008d.

_____. Ministério Público Federal. “Crimes cometidos no Brasil durante o regime militar por agentes públicos contra a população civil. Dever estatal de apurar e responsabilizar”. São Paulo, 29 set. 2008e.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo/SP. Ofício nº PR/SP – GABPR12 – EAGF – 000468/2008. Representação criminal. 25 set. 2008f.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo/SP. Ofício nº PR/SP – GABPR12 – EAGF – 000172/2009. Representação criminal. Procedimento Investigatório Criminal 1.34.001.002034/2009-31. 6 abr. 2009a.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Promoção de Arquivamento. Autos nº 2009.51.01.0809410-8. 06 ago. 2009b.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Parecer na Extradução nº 1.150. Brasília: Procuradoria Geral da República, 9 dez. 2009c.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Parecer na ADPF 153/DF, 29 jan. 2010a.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento. Autos nº 2009.61.81.013046-8. 11 mai. 2010b.

_____. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. “Documento nº 1”. Brasília: MPF/2ª CCR, 2011a.

_____. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. “Documento nº 2”. Brasília: MPF/2ª CCR, 2011b.

_____. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. “Portaria nº 21”. Brasília: MPF/2ª CCR, 2011c.

_____. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. “Voto da Subprocuradora Regional da República Raquel Dodge na Homologação de Arquivamentos dos casos de Luiz Almeida de Araújo e Aluizio Palhano. Brasília: MPF/2ª CCR, 2011d.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Parecer nos Embargos de Declaração na ADPF 153/DF, 19 dez. 2011e.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. Promoção de Arquivamento. Autos nº 1.00.000.008947/2011-74. 3 fev. 2012a.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Marabá/PA. Denúncia. Autos nº 0001162-79.2012.4.01.3901. 14 mar. 2012b.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Marabá/PA. RAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. Autos nº 0001162-79.2012.4.01.3901. 23 mar. 2012c.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo/SP. Denúncia. Autos nº 0004204-32.2012.4.03.6181. 24 abr. 2012d.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo/SP. RAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. Autos nº 0004204-32.2012.4.03.6181. 28 mai. 2012e.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Marabá/PA. Denúncia. Autos nº 0006232-77.2012.4.01.3901. 16 jul. 2012f.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Parecer na Extradicação nº 1.278. Brasília: Procuradoria Geral da República, 29 ago. 2012g.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. Denúncia. Autos nº 0011580-69.2012.4.03.6181. 24 set. 2012h

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria Regional da República da 3ª Região. RAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. Autos nº 0004204-32.2012.4.03.6181. 6 out. 2012i.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0011580-69.2012.4.03.6181. 17 out. 2012j

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria Regional da República da 1ª Região. Parecer no Habeas-Corpus. Autos nº 0001162-79.2012.4.01.3901. 17 dez. 2012k.

_____. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. “Crimes da ditadura”. Brasília: MPF/2ª CCR, 2013a.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Parecer do Procurador-Geral da República Rodrigo Janot sobre pedido de prisão preventiva na Extradicação 696. Brasília: Procuradoria Geral da República, 2013b.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. Denúncia. Autos nº 0004823-25.2013.4.03.6181. 29 abr. 2013c

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Denúncia. Autos nº 0801434-65.2013.4.02.5101. 14 mai. 2013d.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Rio Verde. Denúncia. Autos nº 0003088-91.2013.4.01.3503. 19 dez. 2013e.

_____. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. “Grupo de trabalho justiça de transição: atividades de persecução penal desenvolvidas pelo Ministério Público Federal: 2011-2013”. Brasília: MPF/2ª CCR, 2014a.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Parecer na ADPF 320/DF, 28 ago. 2014b.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Denúncia. Autos nº 0005684-20.2014.4.02.000. 13 fev. 2014c.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Denúncia. Autos nº 0023005-91.2014.4.02.510. mai. 2014d

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria Regional da República da 2ª Região. Parecer no Habeas Corpus. Autos nº nº 0023005-91.2014.4.02.510. 4 set. 2014e

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0012647-98.2014.4.03.6181. 22 set. 2014f

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Razões de Recurso em Sentido Estrito. Autos nº 0012647-98.2014.4.03.6181. 2 out. 2014g

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Parecer na Reclamação nº 18.686-RJ. 1 dez. 2014h.

_____. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. “Relatório de atividades 2015”. Brasília: MPF/2ª CCR, 2015a.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Marabá/PA. Denúncia. Autos nº 0000342-55.2015.4.01.3901. 27 jan. 2015b

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria Regional do Distrito Federal. Ofício nº 1238/2015 – GAB/ICM/PRDF. Solicitação de dados sobre o trabalho do GT Justiça de Transição. Brasília, 19 fev. 2015c.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria Regional do Distrito Federal. Ofício nº 1641/2015 – GAB/ICM/PRDF. Solicitação de dados sobre o trabalho do GT Justiça de Transição. Complementação ao Ofício nº 1238/2015. Brasília, 5 mar. 2015d

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Parecer na Reclamação nº 19.760 SP. 15 jun. 2015e

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0007502-27.2015.4.03.6181. 24 jun. 2015f

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0008532-97.2015.4.03.6181. 20 jul. 2015g

- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Razões de Recurso em Sentido Estrito. Autos nº 0007502-27.2015.4.03.6181. 24 ago. 2015h
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0009756-70.2015.4.03.6181. 27 ago. 2015i
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0001147-74.2010.4.03.6181. 19 nov. 2015j
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0015358-42.2015.4.03.6181. 14 dez. 2015k
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0015754-19.2015.4.03.6181. 22 dez. 2015l
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0001208-22.2016.4.03.6181. 1 fev. 2016a
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0001217-81.2016.4.03.6181. 3 fev. 2016b.
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0003768-34.2016.4.03.6181. 29 mar. 2016c.
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria Regional do Distrito Federal. Ofício nº ____/2016 – GAB/ICM/PRDF. Pedido de renovação dos trabalhos do GT Justiça de Transição. Brasília, 8 jun. 2016d.
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0007052-50.2016.4.03.6181. 9 jun. 2016e.
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0008172-31.2016.4.03.6181. 1 jul. 2016f.
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0009980-71.2016.4.03.6181. 16 ago. 2016g.
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0011051-11.2016.4.03.6181. 13 set. 2016h.
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Denúncia. Autos nº 0011528-34.2016.4.03.6181. 26 set. 2016i.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 Distrito Federal. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Arguido: Presidente da República Congresso Nacional. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, DF, 29 de abril de 2010

_____. Supremo Tribunal Federal. Extradução nº 1278. RELATOR : MIN. GILMAR MENDES. REQTE.(S) :GOVERNO DA ARGENTINA. EXTDO.(A/S) :CLAUDIO VALLEJOS. Brasília, DF, 18 set. 2012.

_____. Supremo Tribunal Federal. “Sessão Solene de Instalação do Ano Judiciário de 2015. Sessão de 2 de fevereiro de 2015”. Supremo Tribunal Federal – Brasília: Secretaria de Documentação, Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência, 2015.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. “Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas.” Goiânia, Editora UFG, 2003.

CARVALHO, Claudia Paiva; GUIMARÃES, José Otavio Nogueira; GUERRA, Maria Pia (orgs.). “Justiça de transição na América Latina: panorama 2015 = Justicia de transición en América Latina: panorama 2015”. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer; SADEK, Maria Tereza. “O Ministério Público Federal e a administração da justiça no Brasil”. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

CLAPHAM, Andrew. “Human Rights Obligations of Non-State Actors”. Oxford: Oxford University Press, p. 85-86 2006.

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Pacto de São José da Costa Rica. São José, 1969.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. “Anistia para quem?”. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. (coords.). *Memória e verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CorteIDH). Caso *Velásquez Rodríguez versus Honduras*, 1988.

_____. Caso Castillo Páez vs. Peru, 27 nov. 1998.

_____. Caso Barrios Altos vs. Peru, 14 mar. 2001.

_____. Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile, 26 set. 2006.

_____. Caso Gomes Lund y otros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil. Exceções preliminares, mérito, reparações e custos. Sentença de 24 nov., série C, n.219, 2010.

_____. Caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil. Supervisão de cumprimento de sentença. Resolução de 17 out. 2014.

DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM. Bogotá, 1948.

DIMOULIS, Dimitri; SWENSSON JUNIOR, Lauro Joppert; MARTINS, Antonio; NEUMANN, Ulfrid. “Justiça de transição no Brasil: direito, responsabilização e verdade”. São Paulo: Saraiva, 2010

ELSTER, Jon. *Closing the books*. Transitional justice in historical perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ENGSTROM, Par. “A Anistia e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos”. In: *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Roma, 17 jul. 1998.

ESTATUTO DO TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL DE NUREMBERG. Berlim, 1946.

GARAPON, Antoine. *Crimes que não se podem punir nem perdoar* [tradução de Pedro Henriques]. Para uma justiça internacional. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2004.

GARCIA, Emerson. “A autonomia do Ministério Público: entre o seu passado e o seu futuro”. In: MP-MG jurídico. Edição Especial – 20 anos da Constituição Federal. 2008.

GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. “Crimes da ditadura e aplicação do direito internacional dos direitos humanos pelos juízes e tribunais brasileiros”. In: SOARES, Inês Virginia Prado; PIOVESAN, Flávia (coord.). *Direitos humanos atual*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014.

GONZAGA FÁVERO, Eugênia Augusta. “Crimes da ditadura: iniciativas do Ministério Público Federal em São Paulo”. In: SOARES, Inês Virginia Prado; KISHI, Sandra Akemi. (Org.). *Memória e verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009, v. , p. 213-232.

GONZAGA, Eugênia Augusta. “As ossadas de Perus e a atuação do Ministério Público Federal em São Paulo”. In: *Desaparecidos políticos: um capítulo não encerrado da história brasileira*. São Paulo: Ed. do Autor, 2012.

GOULART, Marcelo Pedroso. “Elementos para uma teoria geral do Ministério Público”. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

GRECO, Heloisa Amélia. “Dimensões fundacionais da luta pela anistia”. Belo Horizonte: Tese de Doutorado (História), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003.

_____. “Anistia anamnese vs. Anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia”. In: SANTOS, Cecília McDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, Vol. II. São Paulo: Hucitec, 2009.

HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable truths: Transitional justice and the challenge of truth commissions*, 2ª ed. New York: Routledge, 2011.

HUNEEUS, Alexandra. “Courts Resisting Courts: Lessons from the Inter-American Court’s Struggle to Enforce Human Rights”, *Cornell International Law Journal*, vol. 44, n. 3, pp. 101-155, 2011.

HUNTINGTON, Samuel P. “A terceira onda: a democratização no final do século XX”. São Paulo: Ática, 1994.

JARDIM, Tarciso Dal Maso. “A atuação dos tribunais internacionais frente ao tema da anistia e da comissão da verdade”. In: *Rev. Fac. Direito UFMG. Número Especial: Jornadas Jurídicas Brasil-Canadá*, pp. 275-298, 2013.

JOINET, Louis (dir.). *Lutter contre l’impunité*. Dix questions pour comprendre et pour agir. Paris : Éditions La Découverte, 2002.

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. “Activists beyond borders: advocacy networks in international politics”. New York, Cornell University Press, 1998.

KERCHE, Fábio. “Autonomia e Discricionariedade do Ministério Público no Brasil”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 50, 2007.

KISHI, Sandra Akemi Shimada; BASTOS, Aline Maria Dias. “Princípio da proibição de retrocesso na justice de transição: o caso da OBAN”. In: SOARES, Inês Virginia Prado; PIOVESAN, Flávia (coord.). *Direitos humanos atual*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014.

KRSTICEVIC, Viviana; AFFONSO, Beatriz. “A dívida histórica e o caso Guerrilha do Araguaia na Corte Interamericana de Direitos Humanos impulsionando o direito à verdade e à justiça no Brasil”. In: *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. “Levante-se por memória, verdade e justiça!”. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de [et al.]. *O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina*. O direito achado na rua, v. 7. 1. ed. Brasília, DF: UnB, 2015.

LIMA, Raquel da Cruz. “A emergência da responsabilidade criminal individual no sistema interamericano de direitos humanos”. In: *Lua Nova*, São Paulo, ed. 86, 2012.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. “A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul”. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARTIN-CHENUT, Kathia. “Direito à verdade e justiça de transição: a contribuição do Sistema Interamericano de Direitos Humanos”. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 9. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

MARTINS, Antonio. “A legalidade e a proibição de retroatividade das leis no direito penal internacional e o tratamento dos crimes estatais praticados durante o regime militar no Brasil”. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 7. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

MARX, Ivan Cláudio. “A compatibilidade da Lei de Anistia brasileira frente aos direitos interno e internacional”. In: SOARES, Inês Virginia Prado; PIOVESAN, Flávia (coord.). *Direitos humanos atual*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014a.

_____. “Crimes da ditadura militar brasileira: possibilidades jurídicas de sanção”. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 9. Brasília: Ministério da Justiça, 2014b.

_____. “Justiça de transição: necessidade e factibilidade da punição aos crimes da ditadura”. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014c.

MAZZILLI, Hugo. “O acesso à justiça e o Ministério Público”. In: Ministério Público do Estado de São Paulo. *Revista Juritia*, 146, 2º trim. 1989. São Paulo, MP-SP, 1989.

McCANN, Michael. “Law and social movements: contemporary perspectives”. *Annu. Rev. Law Soc. Sci.* 2006: 2.

_____. “Poder Judiciário e mobilização do direito: uma perspectiva dos usuários”. In: Escola da Magistratura Regional Federal, Tribunal Federal Regional da 2ª Região. *Cadernos Temáticos – Justiça Constitucional no Brasil: Política e Direito*. Rio de Janeiro: EMARF – TRF 2ª Região, 2010.

MÉNDEZ, Juan E. Accountability for past abuses. *The Helen Kellogg Institute for International Studies*, working paper n. 233, sept. 1996.

_____; COVELLI, Gilma Tatiana Rincón. “Parecer técnico sobre a natureza dos crimes de lesa-humanidade, a imprescritibilidade e a proibição de anistia – International Center for Transitional Justice”. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 1 (jan./jun.2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

MENDONÇA, Andrey Borges de. “O direito à memória: uma análise de seu conteúdo e efetividade no contexto brasileiro”. Tesis de máster. Universidad Pablo de Olavide, Departamento de Derecho Público, Sevilha, 2009.

MEYER, Emilio Peluso Neder. “Responsabilização por graves violações de direitos humanos na ditadura de 1964-1985: a necessária superação da decisão do Supremo Tribunal Federal na

ADPF nº 153/DF pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos”. Belo Horizonte, UFMG (Tese de Doutorado. Faculdade de Direito), 2012.

_____. “Crimes contra a humanidade, justiça de transição e Estado de Direito: revisitando a ditadura brasileira”. In: *Brasiliiana – Journal for Brazilian Studies*. Vol. 4, n.1 (Aug. 2015). ISSN 2245-4373, 2015a.

_____. “A justiça de transição no Brasil sob os auspícios do direito internacional dos direitos humanos: a mudança de paradigma na responsabilização de agentes públicos por violações de direitos humanos”. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 10. Brasília: Ministério da Justiça, 2015b.

_____. “Judicialização da Justiça de Transição: Impactos a partir e sobre o Constitucionalismo Contemporâneo”. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord). *Impacto das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Jurisprudência do STF*. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016a.

_____. “Responsabilização e ditadura”. In: CARVALHO, Claudia Paiva; GUIMARÃES, José Otavio Nogueira; GUERRA, Maria Pia (orgs.). *Justiça de transição na América Latina: panorama 2015 = Justicia de transición en América Latina: panorama 2015*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016b.

MEZAROBBA, Glenda. “Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas conseqüências: um estudo do caso brasileiro”. São Paulo: Associação Editorial humanitas/FAPESP, 2006.

_____. “O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)”. São Paulo: USP. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2007.

_____. “O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro”. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. (coords.). *Memória e verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

_____. “O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. “A verdade e o processo de acerto de contas do Estado brasileiro com as vítimas da ditadura e a sociedade”. In: SOARES, Inês Virginia Prado; PIOVESAN, Flávia (coord.). *Direitos humanos atual*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014.

NOSSA, Leonencio. *Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

O'DONNELL, Guillermo. “Contrapontos: autoritarismo e democratização. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1986.

_____.; SCHMITTER, Philippe C. “Transições do regime autoritário: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1986.

OLIVEIRA, Maria Célia Néri de. “Por dentro do MPF”. 6. ed. PGR/SECOM, 103 p., 2010.

OLSEN, Tricia D.; PAYNE, Leigh A.; REITER, Andrew G. “As implicações políticas dos processo de anistia”. In: *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 10 dez. 1948.

_____. Question de l’impunité des auteurs des violations des droits de l’homme (civils et politiques). Rapport final révisé établi par M. L. Joinet, en application de la décision 1996/119 de la Sous-Commission. Doc. E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 2 out. 1997.

_____. Security Council. “The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies”. Report of the Secretary-General. Doc. S/2004/616, 23 ago. 2004.

_____. Consejo de Derechos Humanos. “Informe del Relator Especial sobre la promoción de la verdad, la justicia, la reparación y las garantías de no repetición, Pablo de Greiff”. Doc. A/HRC/27/56, 27 de agosto de 2014.

OSMO, Carla. “Judicialização da justiça de transição na América Latina = Judicialización de la justicia de transición en América Latina”. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

PATRUS, Rafael Dilly. “Articulação constitucional e justiça de transição: uma releitura da ADPF nº 320 no marco do ‘constitucionalismo abrangente’”. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Belo Horizonte, 2015.

PIOVESAN, Flavia. “Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: jurisprudência do STF”. In: *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, nº 1, p. 43-57, junho/2008.

_____. “Direito internacional dos direitos humanos e lei de anistia: o caso brasileiro”. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. (coords.). *Memória e*

verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

_____. “Direito internacional dos direitos humanos e lei de anistia.” In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. *Direitos Humanos e justiça internacional - um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano*. 2 ed. Parte II. São Paulo: Saraiva, 2011.

QUINALHA, Renan Honório. “Supremas Cortes e Justiça de Transição: um paralelo entre Argentina, Brasil e Uruguai”. In: Acesso - Cidadania e Direitos Humanos. (Org.). Justiça de Transição para uma Transição da Justiça. 1 ed. v. 1. Porto Alegre: Avante, 2012.

_____. “Justiça de transição: contornos do conceito”. São Paulo, Outras Expressões & Dobra Editorial, 2013.

_____. “Punir ou não punir? Algumas pontes entre a justiça de transição e as críticas ao direito penal”. In: Publicação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Ano 22. Nº 257. ISSN 1676-3661. Abril/2014.

RAMOS, André de Carvalho. “Crimes da ditadura militar: a ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos”. In: GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Editora RT, 2011.

RIOS, Aurélio Virgílio Veiga; SILVA, Marisa Viegas e. “O papel das Defensorias do Povo da América Latina e do Ministério Público Federal Brasileiro na Proteção dos Direitos Humanos e sua interlocução com a OEA”. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord). *Impacto das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Jurisprudência do STF*. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

ROCHA, Fernando A. N. Galvão. “Crimes da ditadura militar: cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund”. In: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. ISSN: 1415-5400. Nº 108. 2014.

ROHT-ARRIAZA, Naomi. The Multiple Prosecutions of Augusto Pinochet. In: LUTZ, Ellen; REIGER, Caitlin. (orgs.). *Prosecuting Heads of State*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 77-94, 2009.

_____. “Impunidade na América Latina: tribunais nacionais e desafios ainda existentes”. In: *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin

American Centre, 2011.

ROTHENBURG, Walter Claudius. “Constitucionalidade e convencionalidade da Lei de Anistia brasileira”. In: *Revista Direito GV*, São Paulo, 9 (2), p. 681-706, jul-dez 2013.

SADEK, Maria Tereza. “Cidadania e Ministério Público”. In: SADEK, Maria Tereza. “Justiça e Cidadania no Brasil”. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SANTOS, Cecília MacDowell. “Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na comissão interamericana de direitos humanos”. In: *Sur*. N. 7. Ano 4, 2007.

_____. “Questões de justiça de transição: a mobilização dos direitos humanos e a memória da ditadura no Brasil”. In: *Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

_____. “Justiça de Transição a partir das lutas sociais: o papel da mobilização do Direito”. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de [et al.]. *O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina*. O direito achado na rua, v. 7. 1. ed. Brasília, DF: UnB, 2015.

SANTOS, Roberto Lima; BREGA FILHO, Vladimir. “Os reflexos da ‘judicialização’ da repressão política no Brasil no seu engajamento com os postulados da justiça de transição”. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 1 (jan./jun.2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

SÃO PAULO (Estado). COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório – Tomo I – Parte III – As ações judiciais das famílias Teles e Merlino. São Paulo, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2015a.

_____. COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório – Tomo I – Parte III – A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil. São Paulo, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2015b.

SCHALLENMÜLLER, Christian Jecov. “O discurso da ‘conciliação nacional’ e a justiça de transição no Brasil”. São Paulo: USP. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2015.

SCHINKE, Vanessa Dorneles. “Judiciário brasileiro: por uma Justiça de Transição substancial”. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de [et al.]. *O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina*. O direito achado na rua, v. 7. 1. ed. Brasília, DF: UnB, 2015.

SIKKINK, Kathryn.; WALLING, Carrie Booth. The impact of human rights trials in Latin America. *Journal of Peace Research*, v. 44, 2007.

_____. “A Era da Responsabilização: a ascensão da responsabilidade penal individual”. In: *Anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. “A ambiguidade da anistia no Brasil: memória e esquecimento na transição inacabada”. In: SOARES, Inês Virginia Prado; PIOVESAN, Flávia (coord.). *Direitos humanos atual*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014.

_____. “Justiça de transição: da ditadura civil-militar ao debate justransicional: direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil”. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

SIMMONS, Beth A. Mobilizing for Human Rights: International Law in Domestic Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2009

SOARES, Inês Virginia Prado; BASTOS, Lucia Elena Arantes Ferreira. “Direito à verdade na Corte Interamericana de Direitos Humanos: as perspectivas no julgamento do Brasil (Caso Araguaia)”. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 3. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

_____. “Justiça e verdade: alternativas não penais para lidar com o legado da ditadura brasileira”. In: SOARES, Inês Virginia Prado; PIOVESAN, Flávia (coord.). *Direitos humanos atual*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014.

STRECK, Lenio Luiz. “Os equívocos do Supremo Tribunal Federal do Brasil na interpretação da Lei da Anistia”. In: *Justiça de transição: análises comparadas Brasil-Alemanha*. PRITTWITZ, Cornelius; MARTINS, Antonio [et al.]. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia, 2015.

SUIAMA, Sergio Gardenghi. “As obrigações internacionais de proteção dos direitos humanos por meio do sistema de justiça criminal e seu impacto no direito penal brasileiro: o caso Gomes Lund vs. Brasil”. In: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. ISSN: 1415-5400. Nº 108. 2014a.

_____. “Problemas criminais da sentença da CorteIDH no Caso Gomes Lund: respostas do direito comparado”. In: SOARES, Inês Virginia Prado; PIOVESAN, Flávia (coord.). *Direitos humanos atual*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014b.

SWENSSON JUNIOR, Lauro Joppert. “Positivismo, realismo e moralismo jurídicos no debate sobre a responsabilização penal para os crimes da ditadura militar”. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 2. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

_____. “Constitui a anistia obstáculo para a justiça de transição brasileira?”. In: *Justiça de transição: análises comparadas Brasil-Alemanha*. PRITTWITZ, Cornelius; MARTINS, Antonio [et al.]. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia, 2015.

TANG, Yi Shin. “International Justice through Domestic Courts: Challenges in Brazil’s Judicial Review of the Amnesty Law”. In: *International Journal of Transitional Justice*, 9, p. 259-277, 2015.

TAVARES, Amarilis Busch. “O desaparecimento forçado como uma prática sistemática de estado nas ditaduras na América Latina: uma abordagem crítica sobre o papel do Sistema Interamericano de Direitos Humanos”. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 4. Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

TEITEL, Ruti G. *Transitional Justice*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. “Transitional Justice Genealogy”. *Harvard Human Rights Journal*, n. 16, p. 69–94, 2003.

TELES, Edson. “Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul.” In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. “Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por ‘verdade e justiça’ no Brasil”. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

_____. “Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por ‘verdade e justiça’ no Brasil”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2010.

TORELLY, Marcelo. “Justiça transicional e estado constitucional de direito: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro”. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília, 2010.

_____. “A formação da norma global de responsabilidade individual: mobilização política transnacional, desenvolvimento principiológico e estruturação em regras internacionais e domésticas”. In: MEYER, Emílio P. N.; OLIVEIRA, Marcelo A. C (orgs.). *Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988*. Belo Horizonte, Initia Via, 2014.

_____. “Gomes Lund vs. Brasil cinco anos depois: histórico, impacto, evolução jurisprudencial e críticas”. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord). *Impacto das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Jurisprudência do STF*. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

VAN ZYL, Paul. “Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito”. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 1 (jan./jun.2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

VENTURA, Deisy. “A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional”. In: *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

WEICHERT, Marlon Alberto. “Anistia a graves violações a direitos humanos no Brasil: um caso de suprema impunidade”. In: *Revista OAB/RJ*, Rio de Janeiro, v.25, n.2, p. 137-164, jul./dez. 2009

_____.; GONZAGA FÁVERO, Eugênia Augusta. “A responsabilidade por crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura militar”. In: SOUZA NETO, Claudio Pereira de; SARMENTO, Daniel; BIENBOIM, Gustavo. (Org.). *Vinte anos da Constituição Federal de 1988*. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, , v. 1, p. 511-568, 2009.

_____. “Proteção penal contra violações aos direitos humanos”. In: In: MEYER, Emílio P. N.; OLIVEIRA, Marcelo A. C (orgs.). *Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988*. Belo Horizonte, Initia Via, 2014a.

_____. “O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios”. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 50, pp. 86-137, 2014b.

ZILLI, Marcos. “O último tango?”. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. (coords.). *Memória e verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

_____. “A dimensão punitiva da justiça de transição: um café para Vabres e outro para Beccaria.” In: SOARES, Inês Virginia Prado; PIOVESAN, Flávia (coord.). *Direitos humanos atual*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014a.

_____. “Punir or not punir? Qual é o verdadeiro dilema?” In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 9. Brasília: Ministério da Justiça, 2014b.

Entrevistas Realizadas

Andrey Borges de Mendonça. Procurador da República em São Paulo. Entrevista realizada em São Paulo, 20 de junho de 2016.

Eugênia Augusta Gonzaga. Procuradora Regional da República da 3ª Região. Entrevista realizada em São Paulo, 30 de junho de 2016.

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen. Subprocuradora-Geral da República. Entrevista realizada em São Paulo, 03 de agosto de 2016.

Marlon Alberto Weichert. Procurador Regional da República da 3ª Região. Entrevista realizada em São Paulo, 15 de junho de 2016.

Artigos de jornais e notícias

“Caso Vladimir Herzog vs. Brasil é enviado para a Corte Interamericana de Direitos Humanos”. Disponível em: <<http://vladimirherzog.org/caso-vladimir-herzog-vs-brasil-e-enviado-para-corte-interamericana-de-direitos-humanos/>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

“Coronel Ustra e delegado Singillo responderão por crime cometido na ditadura”. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/noticias-r3/coronel-ustra-e-delegado-singillo-responderao-na-justica-federal-em-sao-paulo-por-crime-cometido-na-ditadura>>.

Acesso em: 01 jun. 2016.

“O Estado brasileiro é novamente denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos”. Disponível em: <

http://anistiapolitica.org.br/abap/index.php?option=com_content&view=article&id=3222:o-estado-brasileiro-e-novamente-denunciado-na-comissao-interamericana-de-direitos-humanos>. Acesso em: 15 mai. 2016

“Juiz deve ouvir apenas testemunhas listadas pela PGR no caso Rubens Paiva”. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=304838>>.

Acesso em: 01 jun. 2016.

“Liminar suspende ação penal contra coronel Brilhante Ustra”. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=290297>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

“Liminar suspende ação penal sobre desaparecimento de Rubens Paiva”. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=276263>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

“MPF denuncia militares por homicídios durante a Guerrilha do Araguaia”. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/mpf-denuncia-militares-por-homicidios-durante-a-guerrilha-do-araguaia>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

“MPF entra na Justiça contra dois militares por crimes no Araguaia”. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/01/mpf-entra-na-justica-contra-dois-militares-por-crimes-no-araguaia-6909.html>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

“MPF vai recorrer ao STJ contra agentes da ditadura acusados de sequestro de sindicalista”. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/04/mpf-vai-recorrer-ao-stj-contra-agentes-da-ditadura-acusados-de-sequestro-de>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

“Supremo deve manter anistia para torturadores”. O Estado de São Paulo, 18 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,supremo-deve-manter-anistia-para-torturadores,1087314>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

“Testemunhas em processo sobre crime na ditadura serão ouvidas em setembro”. Disponível em: <<http://www.jfsp.jus.br/20140403-audienciaditadura/>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

Nota da Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República no Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias_prsp/ex-legistas-sao-denunciados-por-fraudarem-laudo-de-presos-politico-morto-em-virtude-de-torturas>. Acesso em: 02 out. 2016.

AVRITZER, Leonardo. “Autonomia do judiciário versus pretorianismo jurídico-midiático”. Carta Capital. 09 ago. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Autonomia-do-judiciario-versus-pretorianismo-juridico-midiatico/4/34197>>. Acesso em: 10 out. 2016.

FRISCHEISEN, Luiza Cristina. “Vivemos um momento de muita intolerância com a opinião do outro” – Entrevista para “O Estado de São Paulo” – 14 ago. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/vivemos-um-momento-de-muita-intolerancia-com-a-opinio-do-outro/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

RODRIGUES, Fernando. “77% dos brasileiros desconhecem atuação do Ministério Público Federal”. Blog do Fernando Rodrigues. 08 ago. 2013. Disponível em: <<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2013/08/08/77-dos-brasileiros-desconhecem-atuacao-do-ministerio-publico-federal/>>. Acesso em: 10 out. 2016.